

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- MESTRADO E DOUTORADO -
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Oleides Francisca de Oliveira

**TERRITÓRIO E CIDADANIA EM RONDÔNIA:
ESTUDO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
NOS TERRITÓRIOS CENTRAL E MADEIRA MAMORÉ**

Santa Cruz do Sul

2012

Oleides Francisca de Oliveira

**TERRITÓRIO E CIDADANIA EM RONDÔNIA:
ESTUDO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
NOS TERRITÓRIOS CENTRAL E MADEIRA MAMORÉ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado - Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Heleniza Ávila Campos
Coorientador: Prof. Dr. Osmar Siena

Santa Cruz do Sul
2012

Oleides Francisca de Oliveira

**TERRITÓRIO E CIDADANIA EM RONDÔNIA:
ESTUDO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
NOS TERRITÓRIOS CENTRAL E MADEIRA MAMORÉ**

Esta tese foi submetido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Dra. Heleniza Avila Campos
Orientadora

Dr. Osmar Siena
Coorientador

Dra. Virginia Elisabeta Etges
Professora Examinadora - UNISC

Dr. Rogerio Leandro Lima da Silveira
Professor Examinador - UNISC

Dr. José Moreira da Silva Neto
Professor Examinador - UNIR

Dr. José Luiz de Moura Filho
Professor Examinador - UFSM

*Aos que me ensinaram a acreditar que é possível, e não desistir:
Benedito, Maria Cândida, Rafael e Fernanda*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e saúde e por ter permitido estar aqui.

Aos meus pais, Benedito e Maria Cândida, irmãs, Ilidia, Selma e Marlucia, filhos, Rafael e Fernanda, e netos Rahel e Amanda, pelo amor, apoio, incentivo e compreensão da minha ausência;

À professora Heleniza Ávila Campos, orientadora desta tese, pelas valiosas contribuições, paciência e credibilidade;

Ao professor Osmar Siena, coorientador da tese, que mesmo conturbado pelo trabalho da UNIR e na prática de docente, fez suas contribuições;

À Universidade Federal de Rondônia – UNIR, pela oportunidade de realizar esta qualificação;

Em especial à amiga Gleimiria, pela amizade, e grande incentivadora neste processo, e pelo apoio nos momentos difíceis de saúde e conjugal que passei;

À minha cunhada Carmem Claros, pelo apoio, incentivo e credibilidade, desde o concurso de docente;

Aos professores, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, nas imensuráveis contribuições durante ao período de explanação das disciplinas;

Agradeço em especial a Virginia Etges, como professora e coordenadora do PGDR, pelo apoio, incentivo e confiança, colocando-se sempre à disposição;

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR/UNISC – Janete, Adilene, De Grandi, Roberto Degregori, Mario Torrinha, Natalino, Renato Zanela, Fernando, Wanderley, Rut e Josirene;

Aos funcionários da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC pela ajuda durante esta jornada, em especial à Cassia, Grasi e Milena;

Aos atores sociais representativos para este estudo, que colaboraram com as entrevistas o e fornecimento de informações, documentos, registros, livros: Olavo Nienow e Júlio César (MDA/RO), Jeoval (SEMAGRI) e João da Cruz (CEPLAC);

Aos atores representantes da sociedade civil, pela disponibilização de seus conhecimentos culturais e nas angústias de suas reivindicações vividas nas oficinas;

À amiga Angelita e família, nesta trajetória em Santa Cruz, que abriu suas portas dando apoio emocional e infraestrutura;

Por fim, a todos que colaboraram para o desenvolvimento desta tese.

O QUE É SUCESSO?

*Rir muito e com frequência;
Ganhar o respeito de pessoas inteligentes e o afeto das crianças;
Merecer a consideração de críticos honestos e suportar a traição de falsos amigos;
Apreciar a beleza, encontrar o melhor nos outros;
Deixar o mundo um pouco melhor, seja por uma saudável criança, um canteiro de
jardim ou uma redimida condição social;
Saber que ao menos uma vida respirou mais fácil porque você viveu.*

Isto é ter sucesso!

Autor: Ralph Waldo Emerson

*Ninguém transforma sua vida sem
conhecer sua própria realidade.*

Autor desconhecido (MDA, 2005)

RESUMO

TERRITÓRIO E CIDADANIA EM RONDÔNIA: ESTUDO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS TERRITÓRIOS CENTRAL E MADEIRA MAMORÉ

A presente tese visa analisar a política territorial rural em Rondônia, estado da região norte brasileira, utilizando como marcos regulatório o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) no Programa Território da Cidadania (PTC). A base territorial se concentra em dois Territórios da Cidadania: Central e Madeira Mamoré, política implementada pelo Governo Federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Discute-se, inicialmente, as principais políticas de desenvolvimento rural no Brasil, considerando as estratégias de ocupação da Amazônia a partir dos anos de 1970. Apresenta-se o processo de territorialização na ocupação de Rondônia, a partir do fluxo populacional na migração dos Estados do Sul e Nordeste do País para Rondônia, nas décadas de 1970 e 1980, incentivados pelo Governo Federal com políticas de colonização e desenvolvimento do Estado. Na sequência, analisam-se as políticas de desenvolvimento territorial rural, do Governo Federal, implantadas a partir de 2003 a 2010, pelas ações do PTDRS no PTC voltadas aos dois Territórios da Cidadania em Rondônia. Essas políticas têm como base os eventos promovidos pelo MDA e Entidades Parceiras, tais como as Secretarias de Agricultura, tanto do estado como dos municípios envolvidos, além de outras entidades técnicas como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). A partir dessas análises, considera-se que o estudo se caracteriza pela diversidade das regiões do País em um programa do governo federal que tem por objetivo implantar políticas que atendam de forma participativa, às necessidades regionais. Verificou-se que, na implementação do PTDRS no PTC nos dois territórios, há falhas na aplicação da metodologia do plano, de forma que o processo deixa de ser participativo por um número maior da sociedade civil o que leva a ser conduzido e atender aos interesses dos órgãos públicos que muitas vezes, não são os que a população mais carente possui. Essas falhas, assim, vão de encontro ao objetivo geral do PTDRS e PTC que é a qualidade de vida e a redução da pobreza no meio rural.

Palavras-chave: Território Rural, Políticas de Desenvolvimento, Território da Cidadania e Região.

ABSTRACT

TERRITORY AND CITIZENSHIP IN RONDÔNIA: STUDY OF SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT POLICY IN THE TERRITORIES OF CENTRAL AND MADEIRA MAMORÉ

This thesis aims to analyze the territorial policy in rural in Rondônia, in a Brazilian Northern Region, using as regulatory framework the Territorial Plan for Sustainable Rural Development (PTDRS) Program in the Territory Citizenship (PTC). The territorial basis is focuses on two Rondônia's Territorial Citizenship: Central Rondônia and Madeira Mamore, which are policies implemented by the Federal Government, through the Department of Territorial Development (SDT) and the Ministry of Agrarian Development (MDA). It discusses initially the main rural development policies in Brazil, considering strategies to occupy the Amazon from the 1970s. It presents the process of territorial occupation in Rondônia, from the migration of population flow from Southern and Northeast states of Brazil to Rondônia, between 1970s and 1980s, stimulated by the Federal Government policy of colonization and development of the State. Following, it is analyzed the territorial rural development policies of the Federal Government, implemented from 2003 to 2010, the actions of PTDRS in PTC focused to both Citizenship Territories in Rondônia. These policies are based on the events promoted by MDA and Partner Units such as the Departments of Agriculture, both of the state as the municipalities involved, plus other technical units such as Executive Committee of Swill Cocoa Plan (CEPLAC) and Enterprise Technical Assistance and Rural Extension (EMATER). From these analyzes, it is considered that the study is characterized by the diversity of the country regions into a federal government program that aims to implement policies that attend in a participatory manner to regional needs. It was found that, in the implementation of PTDRS in PTC in both territories, there are application of the methodology of the plan, so that the process ceases to be participatory by a larger number of civil society which leads to be conducted and attend the interests of public agencies that often are not what the poorest people need. These failures thus fail to comply with the general objective of the PTDRS in PTC that is the quality of life and reduce poverty in rural areas.

Keywords: Territory Rural Development Policies, Citizenship Territory and Region.

LISTA DE FIGURAS

01	Principais Municípios em Rondônia ao longo da BR – 364 Rodovia Federal.....	63
02	Divisão territorial da 1ª aproximação do ZSEE/RO.....	64
03	Divisão territorial da 2ª aproximação do ZSEE/RO	67
04	Divisão territorial da zona 1 e as respectivas subzonas	68
05	Divisão territorial da zona 2 e as respectivas subzonas	69
06	Divisão territorial da zona 3 e as respectivas subzonas	70
07	Localização do Estado de Rondônia e a população de 1950 a 2010.....	76
08	População urbana e rural dos Territórios Central e Madeira Mamoré	77
09	Oficina do PTDRS no Território da Cidadania Central de Rondônia.....	89
10	Os 60 Territórios da Cidadania em todo território nacional.....	94
11	Territórios da Cidadania na Região Norte.....	95
12	Territórios Rurais no Estado de Rondônia.....	96
13	Território Central de Rondônia e seus respectivos Municípios.....	99
14	Desfile de trajes confeccionados de material reciclado.....	102
15	Assistência Técnica da CEPLAC para Produtores Rurais	103
16	Cacau dividido em lotes para distribuição aos agricultores do TCC	104
17	Conferencia Estadual de ATER dos Territórios em Rondônia.....	107
18	Representantes de Órgãos Públicos e Sociedade Civil.....	108
19	Dinâmica da Organização da Oficina	111
20	Plenária da Oficina Direito: Cidadania e Políticas Públicas no TCC	113
21	Plenária de avaliação dos projetos estratégicos no TCC	114
22	Discussão em grupo dos projetos estratégicos	114
23	Apresentação das discussões de cada grupo de trabalho	118
24	Identificação do Território Madeira Mamoré/RO	123
25	Integrantes da oficina de avaliação do TCMM	128
26	Trabalho em Grupo – Oficina Direito: Cidadania e Políticas Públicas	128
27	Exposição em plenária dos projetos estratégicos.....	129
28	Maquinas para assistência do pequeno agricultor.....	134
29	Acesso às comunidades ribeirinhas	152

LISTA DE QUADROS

01	Composição do Zoneamento Socioeconômico de Rondônia	71
02	População total urbana e rural de Rondônia – 1950/2010.....	75
03	População do Território Central e Madeira Mamoré.....	78
04	Composição da delegação interterritorial.....	106
05	Composição da delegação estadual	106
06	Participantes da oficina de avaliação do TCC – 2005 a 2010.....	110
07	Diagnóstico participativo do TCC - 2005 a 2010.....	112
08	Participantes da oficina de avaliação do TCMM – 2006 a 2010.....	127
09	Diagnóstico participativo do TCMM - 2006 a 2010.....	130
10	Distribuição dos entrevistados nas respectivas representações.....	142
11	Caracterização dos entrevistados nas respectivas representações.....	144
12	Avaliação econômica, política, social e de infra estrutura do PTDRS e PTC/RO – Representante Órgãos Públicos	176
13	Avaliação econômica, política, social e de infra estrutura do PTDRS e PTC/RO – Representante Sociedade Civil.....	178
14	Avaliação econômica, política, social e de infraestrutura do TC e TMM/RO.....	186

LISTA DE ABREVIATURAS

AAR	Associação do Agricultores Rurais
AMFA	Associação das Mulheres do Flor do Amazonas
APP	Associação de Pequenos Produtores
APPs	Áreas de Preservação Permanente
APRM	Associação dos Produtores Rurais do Município
ASTER	Assistência Técnica Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ARE	Associação dos Ribeirinhos e Extrativistas
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAUC	Cadastro Único de Convênios
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavadura Cacaueira
CF	Constituição Federal
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIRA	Cooperativa Integral de Reforma Agrária
CMDRS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural(s)
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas
CNATER	Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CODETER	Conselho de Desenvolvimento Territorial
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COOPESCA	Cooperativa de Pesca
CPPR	Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais
DAP	Declaração de Aptidão Produtiva
DF	Distrito Federal
DFDA	Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário em Rondônia
DMDA	Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário
ECOVALE	Associação Comunitário Quilombola e Ecológica do Vale do Guaporé

FEPAFE	Feira de Produção Agrícola Familiar
FETAGRO	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia
EFAS	Fortalecimento das Escolas Agrícolas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EOP	Entrevistados Órgão Público
EPS	Entrevistado Prestador de Serviço
ESC	Entrevistado Sociedade Civil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIATEC	Fórum de Implementação das Ações do Território Central
FURNAS	Centrais Elétricas S.A. (FURNAS)
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
NUAR	Núcleos Urbanos de Apoio Rural
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
PA	Plano Agrícola
PAD	Projetos de Assentamentos Dirigidos
PAF	Projetos de Assentamento Florestal
PCA	Programa Comunidade Ativa
PEA	População Economicamente Ativa
PEATER	Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PESACRE	Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
PIC	Projetos Integrados de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PND	Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPA	Plano Plure Anual
PROAMBIENTE	Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PTC	Programa Território da Cidadania
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RB	Relação de Beneficiários
RECA	Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado
RESEX	Reservas Extrativistas
RIMISP	Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural
RIOTERRA	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente
RO	Rondônia
SAF'S	Sistemas Agroflorestais
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAD	Secretaria de Administração do Estado
SEAGRI	Secretaria de Agricultura
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental em Rondônia
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura (Município de Porto Velho)
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia
SMA	Sindicato das Mulheres Agricultoras
SPR	Associação dos Produtores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
TC	Território Central

TCC/RO	Território da Cidadania Central de Rondônia
TCMM	Território da Cidadania Madeira Mamoré
TECNOSOLO	Empresa de Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico e Ecológico

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	25
2.1 Definição de Território	25
2.2 Reflexões acerca do desenvolvimento territorial	29
2.3 Desenvolvimento territorial rural	33
2.4 Políticas de desenvolvimento Regional, territorial rural no Brasil: princípios norteadores a partir da constituição de 1988	39
2.4.1 Apoio dos Conselhos Municipais na gestão descentralizadora	41
3 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL X PRINCIPAIS PERÍODOS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE RONDÔNIA	50
3.1 As relações políticas no processo de constituição do território no Brasil: as especificidades rurais na realidade do Norte Brasileiro	50
3.2 Processo de desenvolvimento territorial X colonização de Rondônia	52
3.2.1 A ocupação do Estado de Rondônia	52
3.2.2 Ciclo de desenvolvimento de Rondônia: da Borracha, Estrada de Ferro, e Extração Mineral (1960)	55
3.2.3 Ocupação das Terras/Produção Agrícola – 1970 a 1990 - Programas de Colonização do Estado: PICs, PAD e os NUARs	57
3.2.4 Programa POLONOROESTE e o PLANAFLORO	61
3.3 Reconhecimento da divisão territorial do Estado pelo ZSEE/RO	62
3.3.1 A divisão do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia	64
3.3.2 Aprovação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Rondônia	66
3.4 Desenvolvimento territorial do Estado de Rondônia – 2003 a 2010	72
3.5 Fluxo Migratório no Estado de Rondônia de 1950 a 2010	74
4 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO: PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL E O PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA	80
4.1 O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS no Brasil .	82
4.2 O Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS em Rondônia	88
4.3 O Programa Território da Cidadania no contexto nacional e no Estado de Rondônia	91
4.3.1 Implantação do Programa Território da Cidadania em Rondônia	97
4.3.2 Território da Cidadania Central de Rondônia (TCC/RO)	98
4.3.2.1 Relatório de Implantação do TCC - 2005 a 2010	109
4.3.2.2 As derrotas, as vitórias e os desafios do Território Central/RO	115
4.3.2.3 Demandas para o Território Central.....	118
4.3.3 Território da Cidadania Madeira Mamoré	122
4.3.3.1 Projetos estratégicos do território da Cidadania Madeira Mamoré	126
4.3.3.2 Os desafios do Território da Cidadania Madeira Mamoré	132
4.3.3.3 Elementos para a composição de eixos estratégicos -PTDRS do TCMM..	137

5 AMBIGUIDADES DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE RONDÔNIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DA CIDADANIA	139
5.1 Procedimentos metodológicos na aplicação das entrevistas	140
5.2 Caracterização dos respondentes – 1ª parte do questionário	144
5.2.1 Conhecimento acerca do PTDRS e do PTC nos territórios TCC e TCMM em Rondônia – 2ª e 3ª parte do questionário	145
5.3 Avaliação do PTDRS e PTC nos aspectos, econômicos, políticos, social e infraestrutura – 4ª parte do questionário	175
5.3.1 Análise das fases na coleta de dados nos TCC e TCMM em Rondônia	179
5.3.2 Resultados da primeira fase da pesquisa	180
5.3.3 Aplicação das entrevistas para os dois grupos de atores	183
5.3.4 Visão dos atores (EOP e ESC) sobre os impactos do PTDRS e PTC	185
6 CONCLUSÃO	188
REFERÊNCIAS	194
APÊNDICE (A) – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	204
APÊNDICE (B) - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS/REPRESENT. ÓRGÃOS PÚBLICOS	207

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil tendem a concentrar os investimentos e serviços em determinados territórios ou em grandes centros já desenvolvidos que exercem a prática de acumulação de capital, limitando, assim, a participação dos diferentes grupos sociais. As maiores evidências são o aumento da pobreza e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas.

No Estado de Rondônia, os atores envolvidos nesta divisão são caracterizados como: agricultores familiares, grupos tradicionais como ribeirinhos, seringueiros, comunidades indígenas e quilombolas, pescadores e extrativistas artesanais, incluindo, também, as famílias assentadas pela reforma agrária. O espaço territorial constituído por estes atores traz, também, como problema, o conflito de uso e ocupação do solo pela divisão e reconhecimento na definição de identificação das áreas do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE) do estado de Rondônia. Nessa composição está o processo de divisão territorial para o desenvolvimento rural da Região.

O Estado de Rondônia originou-se do desmembramento do Estado do Amazonas e Mato Grosso, através do Ministério do Interior e Justiça, pelo Decreto Lei nº 5.832, de 21 de setembro de 1943. Em 17 de fevereiro de 1956 passou a ser Território de Rondônia, sob a Lei nº 21.731 e, em 22 de dezembro de 1981, sob a Lei Complementar nº 41, passou à condição de Estado com o mesmo nome “Rondônia”.

A história do Estado de Rondônia é registrada por dois períodos: o primeiro, antes de 1970 e o segundo após 1970. No primeiro período, pode-se registrar a construção da lendária Estrada de Ferro Madeira Mamoré, com o tratado de Petrópolis assinado pelos Governos do Brasil e da Bolívia em 1903; a construção das linhas Telegráficas, unindo o Estado do Amazonas a Cuiabá em Mato Grosso; na economia é observado o ciclo da borracha no período de 1877 a 1915, com a desvalorização deste produto no mercado internacional o desenvolvimento da região ficou estagnado por um período aproximado de 30 anos; em 1943 renasce o segundo ciclo da Borracha; em 1956 inicia-se o período do minério de estanho (cassiterita); em 1960 é determinante a necessidade da construção da BR 364, que somente na década de 1970 é concluída, marcando um novo período da história.

O segundo período inicia-se a partir de 1970, com incentivos do governo federal, de apropriação da região norte do país pelas demais regiões, através de programas de colonização implantados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA do Estado de Rondônia no período de 1970 a 1990 por meio dos projetos: Projeto Integrado de Colonização (PIC), Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD) e Projeto de Assentamento (PA). Na década de 1980 realizou-se ainda a instalação de Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR), que são pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural; outros dois grandes projetos de ocupação no Estado de Rondônia em destaque neste período foram: o Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil – POLONOROESTE (1981) e Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO (1986) este do governo estadual; assinado em 19 de setembro de 1992 o financiamento da pavimentação da BR-364 para escoamento da produção; em 06 de junho de 2000 a conclusão do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do estado; e no período de 2003 a 2008, houve a implantação da política de territorialização, por meio da delimitação dos territórios rurais organizados a partir de 2003 pelo governo federal, em uma política nacional na divisão dos Estados em Territórios. Segundo Deyon (2001) *apud* Oliveira et al. (2007, p. 9), para a efetivação dessa divisão territorial “o Estado reparte geograficamente a população e as atividades econômicas, seja para homogeneizar o território, seja para acelerar ou regular o desenvolvimento”.

No estado de Rondônia não foi diferente, a sua territorialização consiste na demarcação dos territórios rurais constituídos em 2003, a partir de critérios analisados por técnicos de organizações oficiais governamentais e pela sociedade civil representada pelos sindicatos e cooperativas. Esses atrelados por instituições rurais e pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural.

As dificuldades encontradas nacionalmente em estabelecer metas exclusivamente para o meio rural em razão das disparidades sociais e econômicas existentes suscitaram novas estratégias políticas que resultaram no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), criado em 2003 e no Programa Território da Cidadania (PTC), criado em 2008 pelo governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento e de gestão de políticas públicas a partir do estímulo de reconhecimento ou de criação de territórios de identidade rural que tem por objetivo promover a inclusão social e o exercício da

cidadania no meio rural. O PTC em Rondônia, foi implementado a partir de 2008 com o Território Central e em 2009 o Território Madeira Mamoré (RIOTERRA, 2010).

A proposta do PTC é o desenvolvimento territorial sustentável, considerando as peculiaridades locais e regionais e as reivindicações feitas ao longo de várias décadas. Para a construção de uma política pública coletiva e participativa do poder público e da sociedade civil, permite não somente a descentralização de projetos, mas, também, a maximização dos recursos (RIOTERRA, 2010).

Essa política para o desenvolvimento rural sustentável vem sendo executada, desde 2003, pelo governo federal por meio de recursos destinados aos colegiados territoriais em parceria com a SDT, que são responsáveis por definir os eixos estratégicos nos PTDRSs, bem como, atender aos territórios mais carentes pré-definidos e aprovados em colegiados, com o objetivo de diminuir a pobreza no Brasil.

A implementação do PTDRS no PTC, nos dois territórios foco de estudo, Território da Cidadania Central (TCC) e Território da Cidadania Madeira Mamoré (TCMM) no Estado de Rondônia - teve início a partir de 2008, aprovado pelo governo federal, por meio do MDA e da SDT, na implantação conjunta com outros territórios.

O governo federal, para atender todo território nacional em políticas públicas de desenvolvimento, implanta, em 25 de fevereiro de 2008, o PTC. Para tanto, foram definidos 60 territórios, sendo, no mínimo, um por cada estado da federação. De acordo com o MDA (2008), neste primeiro momento (2008), foram atendidos os territórios rurais de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abrangendo cerca de 1000 municípios em todos os estados da federação, com atributos pré-definidos pelo PTC. Estes são apresentados no decorrer do capítulo quatro deste trabalho.

Essa tese propõe-se a considerar o território rural como objeto de análise em uma perspectiva do desenvolvimento sustentável. Para tanto, se fez necessário levantar as políticas de territorialização de Rondônia, identificando os projetos de desenvolvimento diante das características e diversidades de formação territorial, como também as assimetrias do estado, que permitem caminhar para a sustentabilidade do PTDRS dos TCs Central e Madeira Mamoré.

Diante das diversidades regionais naturais em todo território nacional e das necessidades adversas que afetam principalmente o meio rural, Duncan e

Guimarães (2003) mostram que são indispensáveis novas políticas para o desenvolvimento territorial rural:

Para enfrentar as assimetrias que persistem nos níveis de desenvolvimento de vastas camadas sociais e de diversas regiões brasileiras, mudanças substanciais deverão ocorrer no escopo e na forma de encarar o desafio de resgatar da pobreza e do abandono a vasta população que atualmente enfrenta os velhos problemas que sempre assolaram o meio rural brasileiro. Mudanças essenciais deverão ser assumidas pelos formuladores e operadores das políticas públicas, o que significa, fundamentalmente, reconhecer a importância da agricultura familiar e do acesso à terra como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também de compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações inter-setoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão (DUNCAN E GUIMARÃES, 2003).

Ainda segundo Duncan e Guimarães (2003), para o meio rural ser valorizado, é preciso cumprir com os requisitos da produção, da otimização de seus recursos e da geração de riquezas, o que somente será viável se forem compreendidos e dinamizados seus próprios recursos humanos e naturais.

Para obter esta dinamização e atender as especificidades de cada território, o governo federal implanta, por meio do PTDRS, envolvendo a sociedade civil organizada que, diante as suas características, irá contribuir apresentando um projeto que atenda às necessidades específicas de cada território.

A diversidade existente desde os aspectos econômicos, sociais e ambientais nos dois territórios - Central de Rondônia e Madeira Mamoré - faz com que as políticas públicas implementadas pelo governo federal sejam acompanhadas por agentes orientadores, conhecedores da diversidade regional. Essa dinâmica de participação é exercida no Estado pelo MDA e outras entidades parceiras como: Comissão Executiva do Plano da Lavadura Cacaueira (CEPLAC/RO), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RO) e as Secretarias de Agricultura Estadual (SEAGRI) e Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI). Essas entidades são mobilizadoras junto aos representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil.

Este método participativo do PTDRS, proposto pelo MDA e pela SDT em Rondônia é executado pelos técnicos das entidades parceiras que se colocam à disposição para acompanhar o planejamento com conceitos básicos e sua aplicabilidade, apontando ferramentas e orientando a organização das informações.

Mediante o exposto, apresenta-se a seguinte indagação: as ações do PTDRS implementadas no TCC/RO e TMM/RO levam em consideração às particularidades que caracterizam a região e observam as especificidades, políticas, econômicas, sociais e ambientais pertinentes à construção da cidadania e da sustentabilidade?

Diante dessa indagação e, considerando os conceitos de desenvolvimento territorial e sustentabilidade, formulou-se a seguinte hipótese:

Partindo da contribuição de Etges (2001, p. 139), “no contexto do regime de acumulação flexível é importante considerar como base de ação a diversidade e a valorização da diferença como elementos potenciais para a geração de desenvolvimento futuro”. Na construção da cidadania em uma perspectiva sustentável, as políticas rurais brasileiras, em razão de sua forte centralização política e administrativa, pouco levam em consideração as diferenças regionais, sociais e ambientais. Considera-se, ainda a complexa realidade do norte brasileiro, como é o caso de Rondônia na construção da cidadania e da sustentabilidade.

Levando em consideração as particularidades dentro do Estado, surgiu a divisão territorial, como forma administrativa de planejamento e execução orçamentária. Essa divisão territorial - chamada de Território da Cidadania (TC) - é uma divisão política feita pelo governo federal, que reconhece as diferenças regionais, e a necessidade de política discutida e identificada pelas particularidades e características existentes em cada estado. Nesse reconhecimento estão os PTDRSs, que discutem de forma participativa os projetos de desenvolvimento rural, envolvendo a sociedade civil organizada.

Nessa expectativa, e diante das especificidades da região em estudo propôs-se, como objetivo geral, entender o processo de desenvolvimento do TCC e TCMM, ambos do Estado de Rondônia, no âmbito do PTDRS, instituído a partir de 2003, no PTC, implantado em 2008, visando levantar, compreender e analisar os procedimentos da formação e aplicação do plano como políticas de desenvolvimento rural implementadas pelo governo federal para o desenvolvimento da região.

Para a realização do objetivo geral, foram propostos quatro objetivos específicos:

- a) Compreender as concepções de território e de desenvolvimento rural sustentável, que fundam os princípios da política de implantação do PTDRS e do PTC. Esse objetivo foi desenvolvido no referencial teórico dos capítulos deste trabalho na explanação dos conceitos para o entendimento

das propostas e aplicabilidade do PTDRS no PTC dos dois territórios de estudo;

- b) Identificar as políticas de territorialização no Estado de Rondônia, com foco nos projetos de desenvolvimento rural, nos processos econômicos, políticos e sociais dos territórios. Para o desenvolvimento desse objetivo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, com fontes em livros de autores regionais que vivenciaram a implantação de projetos de desenvolvimento rural do estado, e em outros documentos de órgãos públicos disponibilizados via internet.
- c) Verificar os resultados das ações implementadas pelo PTDRS nos territórios em estudo. Para a realização desse objetivo, utilizou-se dados secundários publicados pelo MDA (2010) em relatório de execução; e
- d) Analisar o processo de implementação das políticas de desenvolvimento rural pelo governo federal, mais especificamente o PTDRS e o PTC em Rondônia, de acordo com o pré-estabelecido nos territórios de estudo para o desenvolvimento da região. Para o atendimento desse objetivo, fez-se uso de levantamento de dados por meio de entrevistas aplicadas em dois tipos de atores: representantes de órgãos públicos e representantes da sociedade civil organizada.

O método escolhido para responder aos objetivos propostos foi a dialética, que parte de uma abordagem histórica - permitindo compreender os processos e mudanças ocorridos na sociedade e em suas instituições - e avança na reflexão sobre as relações existentes entre a implementação de políticas públicas e o território.

Para atender à compreensão do objeto de estudo, de natureza aplicada, utilizou-se a análise qualitativa. Como base inicial para a investigação, foram pesquisados os períodos de realização de projetos e planos de desenvolvimento desde a década de 1970, marco do fluxo migratório para o estado, considerado, neste estudo, o início de sua formação, até as políticas atuais, de 2003 a 2010 (gestão do último governo).

Na utilização do método Histórico, ou seja, durante a investigação dos planos, programas e projetos existentes para o objeto da tese, o instrumento utilizado foi a coleta de dados secundários e primários. Nesse instrumento, as técnicas foram:

- **Pesquisa bibliográfica** – pela utilização de materiais já publicados em livros, artigos de periódicos e outros disponibilizados na internet.
- **Pesquisa documental** – por entender que durante a coleta de dados vários documentos foram analisados, dentre eles, os editados pelos planos: Planos de Desenvolvimento Territoriais; Planos de Desenvolvimento para a Região Amazônica; Programas de Desenvolvimento para Rondônia; e fontes de dados estatísticos em Órgãos oficiais como o MDA/SDT, o Instituto Brasileiro Geografia Estatística (IBGE) e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental em Rondônia (SEDAM/RO) sobre as regiões em estudo;
- **Pesquisa cartográfica** - para tornar mais compreensivo o processo histórico de evolução da ocupação territorial do Estado de Rondônia, foi levantada a cartografia populacional nos seguintes períodos: 1970-1980; 1980-1990; 1990-2000; 2000-2010, dados estes disponibilizados pelo MDA, mapas IBGE e SEDAM/RO;
- **Entrevista semiestruturada** - na utilização dessa técnica, foi formulado um roteiro de perguntas focando dois tipos de entrevistados: representantes de órgãos públicos (Técnicos orientadores PTDRS e PTC do MDA e da SDT em Brasília - DF e nos órgãos oficiais do Estado de Rondônia), e representantes da sociedade civil divididos em três grupos: os produtores da região, os sindicatos e associações; e os povos tradicionais;
- **Pesquisa de Observação e Participante** – essa unidade de levantamento de dados iniciou-se com a hipótese sobre a valoração das políticas rurais no Brasil, levando em consideração as diversidades regionais. A participação da autora se deu na pesquisa de campo ao participar dos eventos promovidos pelo MDA, como observadora, participante e convidada. As entrevistas aconteceram em momentos (horários) oportunos dos eventos, sempre tomando cuidado para não induzir (neutralidade) limitando somente as perguntas para aquisição das repostas dos entrevistados. A participação da autora se deu em algumas fases das oficinas do PTDRSs nos dois territórios.
- **Análise dos Resultados** – foi desenvolvida uma sistematização das informações, realizando análises e cruzamentos dos dados secundários e primários e, ao final da tese, uma reflexão acerca da realidade estudada.

Diante dos objetivos apresentado no trabalho, esse se justifica na análise quanto à aplicação e execução das políticas públicas rurais na continuidade do

processo de desenvolvimento do Estado de Rondônia. Requer, ainda, que estas políticas sejam de maneira a atender as diversidades regionais no Estado e no País.

Neste pensamento, a necessidade de políticas públicas específicas também se fundamenta na visão de que o que é sustentável em um local, período de tempo ou em certo estágio de desenvolvimento pode não ser sustentável em outro (CAMPANHOLA; GRAZIANO, 2000).

Ainda na contribuição de Wanderley, (2001, p. 31) “[...] essas políticas devem se preocupar com a recuperação do potencial de terras e recursos naturais disponíveis, com a valorização do patrimônio natural e cultural do meio rural, favorecer mais os povos tradicionais e considerar o devido valor da agricultura familiar e as formas alternativas de produção”.

As motivações que levaram à proposição do tema da pesquisa foram: primeiro, por considerar ser um trabalho inédito e análise da implantação das políticas públicas em nível nacional para atender regiões com especificidades distintas; segundo, a tese contribuirá para o meio acadêmico junto às instituições de ensino, mostrando a necessidade na aplicabilidade do conhecimento do que é “território” e, acima de tudo, do que é “cidadania”; terceiro, para os formuladores de políticas públicas, no que se refere à necessidade de relacionar a gestão política com os atores sociais para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como pano de fundo as ações dos planos e projetos do governo brasileiro.

Para atender aos objetivos, além desta introdução, a tese compõe-se de outros cinco capítulos. No segundo capítulo, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema: Concepções de Desenvolvimento Territorial Rural, dividido em cinco subitens: Definição de Território; Reflexões acerca dos conceitos de desenvolvimento territorial; Desenvolvimento territorial rural; e Políticas de desenvolvimento Regional, territorial rural no Brasil: princípios norteadores a partir da constituição de 1988 e uma síntese do Apoio dos Conselhos Municipais na gestão descentralizadora.

No terceiro capítulo, utilizaram-se também de fontes bibliográficas, documentos editados pelos órgãos públicos e dados estatísticos em órgãos oficiais como o IBGE e Secretarias de Estado. Compreende as relações políticas no processo de constituição do território no Brasil: as especificidades rurais na realidade do Norte Brasileiro. Com os seguintes recortes temporais no Estado de Rondônia: O processo de desenvolvimento territorial X colonização de Rondônia; A

ocupação do Estado de Rondônia; Ciclo do desenvolvimento de Rondônia: da Borracha, Estrada de Ferro, extração Mineral (1960); Ocupação das Terras/Produção Agrícola – 1970 a 1990 - Programas de Colonização do Estado: PICs, PAD e os NUARs; Programa POLONOROESTE e o PLANAFLORO; O Reconhecimento da divisão territorial do Estado pelo Zoneamento Socioeconômico e Ecológico/RO; e o Desenvolvimento territorial do Estado de Rondônia – 2003 a 2010 co o Fluxo Migratório no Estado 1950 a 2010.

No quarto capítulo está a consolidação dos dois territórios, como também os interesses distintos que induziram à divisão territorial. Neste capítulo a pesquisa se desenvolveu em uma análise documental. Durante a coleta de dados, vários documentos foram analisados, dentre eles: PTDRS e do PTC em nível nacional e estadual; Central e Madeira Mamoré, apresentando ainda, o relatório de execução de 2005 a 2010 dos dois territórios foco do estudo desta tese.

O quinto capítulo apresenta um estudo documental da pesquisa de campo, com a leitura das ambiguidades das políticas de Desenvolvimento Rural de Rondônia na perspectiva do desenvolvimento territorial e da cidadania. Compreendo opinião dos atores representantes dos órgãos públicos e sociedade civil sobre o PTDRS e o PTC nos dois territórios, o Central e o Madeira Mamoré. Ao final deste capítulo uma análise contrapondo as distintas visões sobre essas políticas ora implementadas pelo governo federal no Estado.

Por fim, no sexto capítulo, a conclusão. Busca-se uma análise sobre o conteúdo explanado, a partir de uma interpretação do atendimento aos objetivos alcançados pelo método aplicado.

2 CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

2.1 Definição de Território

Neste capítulo serão abordados conceitos e definições sobre território e políticas de desenvolvimento regional e territorial, bem como sobre a gestão descentralizadora nos dois territórios.

Em 1992, no Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas-Cuzco, Sergio Boisier deixa para segundo plano os limites e atributos geográficos e de tamanhos que dominavam as teorias e práticas relacionadas com a regionalização. Considera que os atores passam a ser sujeitos de seu próprio desenvolvimento e os territórios organizados deixam de ser o simples produto das relações sociais de produção para se transformar em “agente” ou “sujeito” de seu próprio desenvolvimento, o qual passa a ser mais endógeno e mais equitativo, sem ser autárquico, uma vez que plenamente inserido no mundo globalizado.

No entanto, Santos (1994, p. 18) chama a atenção para a necessidade de hoje refinarmos o conceito de território:

[...] de modo a distinguir aquele *território de todos, abrigo de todos*, daquele de interesse das empresas - definido como “norma ou território das empresas”, o espaço internacional de interesse das empresas – propõe que este seja compreendido “como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local”.

Para Santos (1996), o espaço geográfico são conjuntos indissociáveis de sistemas de objetos e sistemas de ações, que permitem pensar uma multiplicidade de combinações entre ações e materialidade. Essa conceituação de espaço geográfico levou Santos (1994, p. 19) a propor que a categoria de análise seja a de “território usado”, que

constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidado a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio espacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.

A definição do conceito de território se inicia pelo significado da palavra. Segundo Buarque (1997), o território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa, num determinado espaço geográfico, um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados. Para o autor o território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-

administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, mas só existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais.

Para a formação do conceito, Haesbaert (1997, p. 47), acrescenta que o território é “uma apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos, ou seja, o território envolve, sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais”. O território é visto, ainda, como forma de “controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar”.

Quatro dinâmicas particulares que atuam na origem dos territórios são identificadas por Méo (1998): i) o poder político (tecido administrativo) ii) as dinâmicas socioeconômicas ligadas ao sistema produtivo (como os distritos industriais, *clusters*, qualidade de produtos, etc.); iii) os comportamentos e aspectos identitários e de pertencimento; iv) as dinâmicas naturalistas (determinismos ligados às interações natureza-sociedade).

Os usos do território produzem em relações comerciais, locacionais, sociais e de fluxos demográficos entre os espaços urbanos e rurais, em atividades de características diversificadas, provocando mudanças relevantes para o desenvolvimento de uma região. Contudo, Santos (2000), levando a uma análise sobre as definições de território, conceitua território como espaço geográfico e social:

- a) como espaço geográfico – é a manifestação da acumulação desigual de tempos, a qual pode ser entendida através de uma periodização das técnicas (etapas de modernizações). Tal periodização deve ir além do estudo da técnica em si, buscando entender o processo político que elege esta ou aquela técnica. O enfoque das técnicas permite, ademais, enfrentar as dificuldades que se apresentam ao tratar as relações entre o espaço e o tempo na Geografia; e
- b) como espaço social “o chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Outro resgate do conceito apontado por Moraes (2000) ocorreu em tempos mais recentes, advindo da reflexão antropológica que entende o território como um espaço de referência cultural, portanto espaço que se qualifica pelo significado a ele atribuído por um dado grupo ou segmento social. Nessa ótica, o território inscreve-se no campo dos processos de identidade societária, na condição de referente de formas de consciência do espaço, e mesmo de autoconsciência grupal¹.

Para Renard (2002), numa primeira aproximação, um território pode ser concebido como “um pedaço de espaço cujos elementos constitutivos são organizados e estruturados pelas ações dos grupos sociais que o ocupam e o utilizam”.

Gumuschan (2002) vai mais longe e define a noção de território a partir das seguintes menções:

- I. a natureza simbólica e material do território, segundo a qual o “território” tem dois componentes: as formas (organização), de um lado, e o sentido dessas formas, de outro. Assim, o território é uma realidade “bifacial”, sendo “o produto de um eco gênese na qual são ativados em um sistema simbólico e informacional recursos materiais”.
- II. a natureza e formas de apropriação, o que implica em considerar o território um espaço colonizado (por uma espécie vegetal, animal ou pelo ser humano) e utilizado (modalidades de apropriação).
- III. as configurações espaciais que se expressam na repartição, continuidade e descontinuidade dos territórios (mosaico, arquipélago, reticular, etc.).
- IV. os processos de autor referência baseados na relação entre os caracteres “objetivos” (a materialidade), “subjetivos” (o percebido, a representação individual e/ou coletiva) e “convencional” (identidade coletiva).

Segundo Rocha *et al.* (2004), o sentido mais comum está sempre associado a espaço: o território pode ser uma extensão considerável de terra; a área de um país, estado, província, cidade, e outros; ou, mais especificamente, uma base geográfica do Estado sobre a qual ele exerce a sua soberania.

Considera-se, ainda o território como a parte juridicamente atribuída a cada Estado sobre os rios, lagos e mares contíguos e, bem assim, o espaço aéreo que

¹ Autoconsciência grupal “grupos que se identificam pela relação com um dado espaço (MORAES, 2000).

corresponde ao território, até a altura determinada pelas necessidades da polícia e segurança do país (DEYON, 2001; ROCHA et al. 2004).

Segundo Duncan e Guimarães (2003), o enfoque territorial refere-se a um determinado espaço não necessariamente contínuo e a uma determinada concentração de população, onde se examinam as unidades ambientais, os recursos naturais, as atividades econômicas, as infraestruturas econômica e social, as relações sociais, os domínios institucionais e os limites políticos.

Para Rocha et al. (2004) o território, enquanto espaço socialmente organizado, configurando-o no ambiente político institucional onde se mobilizam os atores regionais em prol do seu projeto (ou seus projetos, mesmo que encerrem conflitos de interesses) de desenvolvimento. E em um olhar sociológico, o território é um espaço em disputa, sob regras que são definidas privilegiadamente em nível do Estado. No mesmo pensamento Jara (2005) acrescenta que o território vai além das questões objetivas, como pode ser considerado como um “abrigo, uma referência, um campo vivo onde se misturam, de forma complexa terra, raça, gênero, riqueza natural, poder, cultura, comunidades, sistema de normas e valores, patrimônios intangíveis, imagens coletivas, passado e presente.

A formação de um território é a reprodução da relação social e espaço natural pela identificação de suas características.

Diante desses conceitos de territórios apresentados, o conceito de território proposto pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, (MDA, 2004) não fica claro, ou seja, incompleto, pois este considera território como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Esta tese apoia-se na contribuição de Santos (1994) como contraponto ao conceito presente no Programa do MDA, que define território de uma forma geral e ampla, primeiro pelo espaço, depois pela política, e pelos grupos sociais. Milton Santos (1994) considera que os atores é que definem o território, pela formação da identidade do grupo de uma determinada população, considerando as diferenças

dos sujeitos que atua no território. Em geral, a definição apresentada pelo Estado parece estabelecer a postura mais centralizadora, dentro da perspectiva *top-down* de gestão, deixando de observar as diferenças sociais desses atores que compõem o território. Esta perspectiva tende a revelar uma dicotomia entre os dois conceitos: o do MDA que desconsidera as diferenças dos atores que formam o território; e o conceito de Milton Santos (1994), que trabalha o território produzido e usado, formado pelos atores, que tem como base as identidades culturais, as diferenças dos grupos sociais, que ocupa e ou define esse território.

A construção do território está presente na abordagem das relações sociais e econômicas que se configuram um delimitado espaço que permite reflexões na execução de ações de uma sociedade. Essas ações são bases para implantação de políticas de desenvolvimento do território.

O território, contudo, precisa de condições particulares para se constituir. Para Cazella et al. (2009) é preciso entender a lógica da organização geral dos territórios: mosaico, sobreposição, encaixamento, redes, e outros. Segundo ainda os autores, na concepção antropológica, distintas territorialidades se exercitam sobrepondo-se num mesmo espaço, rompendo com a ideia de “exclusividade” presente nas visões anteriores.

A relação entre o espaço material ligado às características e diversidades do urbano e do rural, na produção econômica, na conservação do meio ambiente, como também a valoração cultural de uma distinta população, são pressupostos para o desenvolvimento territorial, articulados pelas políticas públicas de uma nação.

2.2 Reflexões acerca do desenvolvimento territorial

As melhores condições para o desenvolvimento territorial estaria nas regiões que apresentassem maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local dos atores na tomada de suas decisões, para a capacidade de reter e reinvestir capitais em nível local, enfim, para promover a inclusão social e o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente (VEIGA, 1998).

As políticas públicas para o desenvolvimento territorial favorecem estratégias na execução de planos que atendam às diversidades de atores sociais, com o propósito de melhorar a articulação dos serviços públicos. Esta articulação, se

exercida pelos promotores das políticas de desenvolvimento em tempo hábil, ao certo irão promover o acesso ao mercado interno e uma identidade própria que fornecerá uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces para o capital social.

Segundo Gehlen (2004), a ideia de desenvolvimento está diretamente vinculada às políticas públicas e suas relações com as organizações, objetivando conduzir um desenvolvimento econômico e sustentado. A combinação entre participação comunitária e mobilidade de recursos públicos reflete esse desenvolvimento.

Por outro lado, segundo Boisier (2004), o desenvolvimento territorial traz uma abertura para questões relacionadas às relações de poder que se estabelecem no território e até se constituir um novo corpo cognitivo para atender as demandas decorrentes dos processos de descentralização.

De acordo com o MDA/SDT (2005) a participação ativa das populações locais traz uma inovação ao enfoque territorial. A noção de desenvolvimento está relacionada a aumento e geração de riquezas, como pode ser observado em dois propósitos:

- a coesão social, como expressão de sociedades nas quais prevaleça a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão; e
- a coesão territorial como expressão de espaços, recursos, sociedades e instituições imersas em regiões, nações ou espaços supranacionais, que os definem como entidades cultural, política e socialmente integradas (MDA/SDT, 2005).

Para Almeida Filho (2006), a concepção de desenvolvimento territorial é o desenvolvimento nacional a partir da ótica do Estado, com base empírica na divisão política do território. Cabe ao governo federal, em articulação com os governos estaduais e juntamente com a sociedade civil definir o conjunto de projetos prioritários que assegurem uma distribuição equilibrada do desenvolvimento econômico e social nas macrorregiões.

A distribuição e prioridades desses projetos são precedidas pelas discussões introduzidas pelos formuladores de políticas públicas. Nesse processo, os formuladores precisam contar com a contribuição do envolvimento de atores sociais,

dos dois grupos, os representantes do governo e da sociedade civil, para as mudanças qualitativas no desenvolvimento territorial.

As políticas públicas de desenvolvimento territorial assumem uma referência sobre a natureza do processo de globalização, como a da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que, formulando o desenvolvimento territorial como um processo também multidimensional de ocupação dos espaços regulados pelos estados nacionais poderia apreender duas determinações. Uma delas decorrente do próprio processo de globalização, orientada por uma dominância da dimensão econômica e que tem uma natureza intrinsecamente internacionalizada. Nesse caso, o território é um espaço submetido aos interesses dos atores que atuam em escala global, incluindo, como sustenta a CEPAL, governos nacionais, organismos multilaterais, grandes empresas multinacionais e organizações não governamentais.

Uma segunda determinação está colocada ao nível dos interesses postos pelos estados nacionais, percebidos nos projetos nacionais e concretizados pelas políticas públicas de desenvolvimento territorial. Nesse caso, os principais atores têm base nacional, embora, evidentemente, tenham vínculos com o nível de determinação da globalização. Os atores são vinculados às forças políticas nacionais e atuam privilegiadamente no âmbito político nacional (ALMEIDA FILHO, 2006).

Para Ortega (2007), o desenvolvimento territorial no Brasil ganha força e maior expressão a partir de meados da década de 1990. A temática do desenvolvimento territorial tem despertado o interesse de diferentes áreas do conhecimento, além de organizações públicas e privadas, inclusive internacionais, como o Banco Mundial.

As diferentes experiências de desenvolvimento territorial no Brasil apontam a necessidade de organização e pactuação da sociedade em torno de objetivos comuns e de que essas condições podem ser construídas. Momento em que se amplia a participação da sociedade civil organizada nos processos de tomada de decisão. É preciso compreender que as transformações econômicas, políticas e sociais no país acabaram fortalecendo experiências locais de organização em torno da busca de objetivos comuns.

Para a construção de políticas territoriais, novos arranjos institucionais devem ser elaborados por organizações representativas. Nesse sentido Ortega (2007) afirma que:

Novas organizações representativas (de caráter econômico ou político) e a construção de novos arranjos institucionais (arranjos sócio-produtivos locais) têm criado oportunidades de coordenação de cadeias produtivas e de formulação e gestão de políticas públicas concertadas em que diferentes segmentos sociais se fazem presentes. Essa cultura econômica e política, que valoriza os atores sociais coletivos, permitem construir estratégias alternativas para o desenvolvimento territorial. Entretanto, a busca de sinergia local com vistas à elaboração de projetos comuns de desenvolvimento sustentável, explorando as vantagens comparativas e competitivas de cada território, requer a superação do voluntarismo e do individualismo. Ou seja, requer a construção de pactos territoriais em função de objetivos comuns.

No Brasil, o desenvolvimento territorial tem como base as políticas de desenvolvimento, orientadas pelas políticas Ministeriais do governo federal, sob o Decreto de 25 de fevereiro de 2008, que Instituiu o Programa Territórios da Cidadania, e de acordo com o Art. 6º do mesmo Decreto, designou o Comitê Gestor Nacional para executar, orientar e monitorar o programa, composto por um representante, titular e suplente, da Casa Civil e da Presidência da República, que o coordenará os seguintes Ministérios e Secretarias: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério das Cidades; Ministério da Justiça; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria de Relações Institucionais; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

De acordo com o MDA (2005), na formação do território da cidadania, deve-se levar em conta que as características e necessidades de um determinado local giram em torno de objetivos comuns. Em sendo observadas essas especificidades, tem-se o desenvolvimento rural sustentável tão desejado.

2.3 Desenvolvimento territorial rural

Para um melhor entendimento de Desenvolvimento territorial rural, é preciso trazer uma discussão sobre os conceitos de “Desenvolvimento”.

Diante das novas atividades exercidas no meio rural, podendo alcançar mudanças rápidas no desenvolvimento de uma região, Harvey (1992), afirma que o desenvolvimento rural está no contexto da acumulação flexível:

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado *setor de serviços*, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Para Veiga (1998), desenvolvimento é um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente; e desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente local e regional.

O desenvolvimento territorial rural pode ser desenvolvido por uma pluriatividade de atividades que agrega renda, que não seja só agrícola. Outros atrativos de produtos existem no campo e podem ser desenvolvidos: o turismo, atividades de ecoturismo, esporte de aventura, caminhadas, pesca, artesanato, atividades pedagógicas, manifestações folclóricas, gastronomia, sem contar pela opção de moradia. Há também que se considerar os espaços que possuem características que necessitam de tratamentos especiais de conservação e preservação, tais como as reservas extrativistas, das pequenas comunidades rurais dos ribeirinhos, territórios quilombolas e indígenas, entre outros.

Segundo Froehlich e Rodrigues (1999), o meio rural vem se tornando cada vez menos agrícola. A própria População Economicamente Ativa (PEA) rural tem crescido mais do que a PEA agrícola. Discutindo o “novo rural”, Silva (1993) apud Froehlich e Rodrigues (1999) sugere:

uma revisão teórico-metodológico sobre espaço social, afirmando que: é preciso ampliar a velha noção de setor agropecuário para além das atividades tradicionais; e incluir no espaço agrário a produção de serviços, tais como: lazer, turismo, preservação do meio ambiente, e bens não agrícolas. Tais procedimentos, segundo o autor, trariam melhores condições de combate à pobreza rural e de incremento de renda às populações que residem no interior do país.

Nesse sentido, para que fique clara essa definição, apresenta-se explicações de alguns autores sobre o rural:

Segundo Abramovay (2000), o meio rural permite duas reflexões: que não pode ser confundido com a base geográfica de um setor econômico, nem considerado como o resíduo daquilo que não pertence às cidades. Para Sorj (2000), o rural, além de fatores naturais e locacionais, também se aplica ao estudo das relações entre redes de diversas instituições, como o acesso público aos bens comuns, como a educação, a saúde, entre outros, enriquecendo o tecido social de uma determinada região.

O território rural é um espaço composto pelos recursos naturais, de produção diversificada, que não deve ser confundida só com produção agrícola. Não podemos restringir o rural a tão somente atividade agrícola. Deixamos para trás aquele entendimento de que o rural é agrícola. Esta é apenas uma das atividades do rural. Devem-se levar em consideração as diversidades que compõem o rural para o desenvolvimento da região.

Para Etges (2001), discutir desenvolvimento rural no contexto do regime de acumulação flexível nos leva a considerar a diversidade, a não padronização e a valorização da diferença como elementos potenciais para a geração de desenvolvimento futuro.

Nessa perspectiva de expansão das atividades rurais, Veiga (2001), aponta como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o impulso que viria do Estado para formação de arranjos institucionais, como os elementos-chave para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável do Brasil.

Um dos aspectos principais que tem norteado o estabelecimento dos territórios é a necessidade do desenvolvimento de forma sustentável, pois o enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção (BRASIL, 2003).

Nesta integração de atores sociais nos territórios esta o desenvolvimento da atividade rural que não pode ser confundida com atividade agrícola. Para Navarro (2001), a expressão desenvolvimento agrícola se refere exclusivamente às condições de produção agrícola e/ou agropecuária, referindo-se à base material da produção agropecuária, suas facetas e evolução. Explica, ainda, Brose (2001), que a

agricultura é apenas um dos elementos constituintes do rural, ele é composto por diversos fatores: sociais (educação, religião, lazer e outros), econômicos (fontes de renda não agrícola como o turismo, comércio, manufaturas e outros), políticos e outros que compõem o meio rural.

Na concepção de Navarro (2001), existe um paradigma que deve ser quebrado: a tendência das ciências sociais de vincular o meio rural aos sinônimos de arcaico, subdesenvolvido, inóspito. Quem mora no meio rural é visto como “caipira” na sociedade, e que não possui condições de trabalho condignas àquelas comparadas ao meio urbano. Deve-se criar uma reavaliação do meio rural, através de uma unidade de gestão geográfica que permita integrar uma realidade econômica multissetorial vinculada às cidades e às características específicas criadas historicamente no meio rural, dialeticamente vinculada à cidade, direcionadas através do capital social, e planejadas territorialmente em busca do desenvolvimento do setor.

Nessa perspectiva se faz necessário definir o rural para o desenvolvimento sustentável da região. Restringir rural ao agrícola é voltar ao tempo em que as atividades agrícolas eram vistas somente no meio rural.

Mediante as novas classificações de atividades domiciliares do Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), várias atividades podem ser exercidas por residentes rurais: serviços domésticos, construção civil, educação regular e, em especial, pública, comércio de produtos alimentícios, fabricação de diversos tipos de artesanatos (madeira, cerâmicos, sementes, palhas e outros) e serviços/fabricação de alimentos, classificando assim em atividades não agrícolas, mas, atividades rurais (SILVA, 2002).

Outro fator importante são as residências rurais por opção: a) morar no campo e exercer atividade agrícola; b) trabalhar na cidade e morar no campo, pelo custo mais acessível que a cidade; e c) as segundas residências, ou melhor, as casas de campo (de pessoas com poder aquisitivo alto, estas residências só utilizadas para o lazer).

Distintas definições de desenvolvimento territorial rural são destacadas, como a citada por Schejtman; Berdegué (2004):

[...] Definimos el DTR (Desarrollo Territorial Rural) como un proceso de transformación productiva e institucional en un espacio rural determinado, cuyo fin es reducir la pobreza rural. La transformación productiva tiene el

propósito de articular competitiva y sustentablemente a la economía del territorio a mercados dinámicos. El desarrollo institucional tiene los propósitos de estimular y facilitar la interacción y la concertación de los actores locales entre sí y entre ellos y los agentes externos relevantes, y de incrementar las oportunidades para que la población pobre participe del proceso y sus beneficios.

De acordo com Almeida Filho (2006), as mudanças qualitativas que estão ocorrendo nos espaços rurais e urbanos dizem respeito às questões de desenvolvimento.

As pesquisas sobre a natureza do Rural que vêm sendo feitas desde os anos 1990 mostram que nele se apresentam crescentemente atividades que antes eram observadas apenas no Urbano. Este fenômeno vem sendo descrito com pluriatividade rural, apontando para um grau de diversificação da atividade econômica que não permite mais qualquer identificação do Rural com a agricultura, embora esta ainda se mantenha como a atividade principal. As mudanças são significativas o suficiente para alterar a formulação das políticas nacionais de desenvolvimento e de suas bases teóricas.

Pensar em desenvolvimento rural sustentável, segundo Assis (2006), é pensar em uma parceria efetiva entre sociedade, instituições e governos, por meio de políticas específicas, construídas a partir da articulação das decisões locais e das demandas sociais, promovendo estratégias, ações e resultados eficientes tanto para novas políticas e ações quanto para empreender um futuro de agricultura mais ecológica, natural e sadia para as futuras gerações, que continuamente dependentes desse espaço, integrado e sustentado.

Alguns desafios são citados por Sumpsi (2007) para o desenvolvimento territorial rural:

- falta de acesso a fundo público para mobilizar apoio técnico e financeiro;
- inexperiência das autoridades locais;
- não é imediata a passagem de uma visão setorial para uma visão territorial;
- ineficiência das organizações locais;
- reduzida organização comunitária; e
- dificuldade de gestão do território.

Abramovay (2007) define as debilidades da abordagem do desenvolvimento territorial rural devido a duas condições:

- ao caráter normativo que se configura na comparação de realidades e dinâmicas econômicas e sociais, muitas vezes díspares ou com algumas semelhanças; e
- a ausência de uma teoria de interação social. Na verdade, há um *mix* de enfoques teóricos e proposições que são articuladas no mesmo sentido da aglomeração, contudo, subtraído seu sentido político e as experiências sociais.

A interação social de uma determinada população, com ações voluntárias de ajuda dos que têm economicamente, ou saberes intelectuais e/ ou profissionais, ou seja, um envolvimento de pessoas que se preocupam com as questões de saúde, educação, renda, segurança e lazer, para os que necessitam, sem esperar retorno financeiro, e sim uma melhoria da qualidade de vida, pode-se chamar de cidadania. Essa interação da sociedade promove uma inovação ao desenvolvimento territorial.

No campo dos estudos rurais, segundo Cazella et al. (2009), em particular na trajetória italiana:

[...] os estudos rurais, adquiriram o estatuto de quase paradigma. Uma primeira razão para isso é que tal trajetória pode ser interpretada como um processo de industrialização difusa, na qual os espaços rurais deixam, de forma gradual, de ser predominantemente agrícolas para evoluírem em direção a um modelo de desenvolvimento regional, estruturado por uma rede urbana de pequenas e médias cidades especializadas na produção de bens e serviços específicos. Para Marsden et al, (1993) os espaços rurais, nesse estilo de desenvolvimento, não se reduzem às atividades agrícolas, mas são espaços sociais plurissetoriais estruturados por redes produtivas, familiares, profissionais.

Logo, o rural pode ser desenvolvido sustentavelmente, diversificando a economia, atraindo a população com a valorização de suas produções. Essa diversificação vai depender do desenvolvimento territorial sustentável, considerando as peculiaridades locais e regionais, e as reivindicações feitas ao longo de várias décadas, no sentido da construção de uma política pública coletiva e participativa do poder público e da sociedade civil, permitindo, não somente a descentralização de projetos, mas também, a maximização dos recursos.

Políticas concisas e concretas se fazem urgentes no presente momento, não bastando, conforme lembra Quental et al. (2009), que a governança sobre desenvolvimento sustentável tenha crescido imensamente nos últimos 40 anos. É necessário, por intermédio das políticas territoriais atuais, vislumbrarem-se possibilidades para colocar em prática tudo o que já foi criado.

Segundo Miranda e Tiburcio (2010), em Diálogos do IV Fórum: Globalização e Territorialidade, apresentado por Miranda em uma entrevista com Manuel Chiriboga, pesquisador do Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural – RIMISP, tendo como entrevistadores Carlos Jara, Diretor de Desenvolvimento Rural do IICA, e Rafael Echeverri, Secretário Técnico do PROTERRITORIOS. Em termos de construções sociais de identidade, econômicas, de recursos, mas me parece que é importante se decompor essas escalas: obviamente penso que há um nível local, no sentido de que há lugares com o predomínio de relações cara a cara entre os atores, onde as pessoas se conhecem através de relações entre vizinhos, familiaridade, práticas sociais cotidianas relativamente repetitivas, como ir a um mercado ou a um órgão público. Esse é o nível basilar de nossas sociedades onde elementos de segurança, identidade, rede social básica atuam e são muito fortes, porém não é suficiente.

Diante desses elementos básicos na construção de identidade, são formados os aspectos sociais de cidadania. As relações entre os atores sociais dinamizam o crescimento rural sustentável. O desenvolvimento rural sustentável, para muitos da academia e promotores dos planos e programas de desenvolvimento, está centrado em “crescimento” econômico e no aumento da produtividade. O desenvolvimento no rural não se resume somente em gerar riqueza, e sim, em ter qualidade de vida e vida próspera. A população do rural tem seu modo próprio de viver e, mantendo sua cultura estará, também, preservando o seu habitat.

Desenvolvimento rural, segundo Chiriboga (2010, p. 35), [...] deve estar ligado às potencialidades, ou seja, a riqueza em termos de produções locais únicas que não são “comoditizáveis”. O fato é que, mantendo uma relação cultural com seus recursos e meio ambiente isto resulta em um ativo extremamente rico para o desenvolvimento.

Para Chiriboga (2010, p. 36) desenvolvimento rural deve ser visto como melhoria e qualidade de vida, sem limitações econômicas:

[...] devemos cada vez mais pensar em um desenvolvimento, isso quer dizer melhoria nas condições e qualidade de vida. Sim, devemos rebelar-nos contra situações em que as populações não podem livrar-se das ataduras e da escravidão das limitações econômicas, portanto não podem escolher, já que estão mais preocupadas em sobreviver, ou seja, em atender suas necessidades básicas. Como encarar essas necessidades básicas para poder escolher a forma de obtenção? Isso não é simplesmente satisfazer esses direitos. Esta é a base fundamental, mas tem que ser de uma forma que seja culturalmente específica à matriz cultural dessas populações, às

instituições de que elas participam tanto comunitárias como os sistemas políticos locais, como as formas de articulação entre setores têm que ser de uma forma que se relacione com as dinâmicas de mercado.

A dinâmica de mercado por sua vez, atende às necessidades básicas, que para Chiriboga (2010, p. 37), requer uma relação construtiva na utilização dos recursos naturais para o desenvolvimento:

[...] insisto muito no conceito de desenvolvimento como base para melhorar o cumprimento dos direitos básicos, no sentido de dotar esta população de capacidade de escolha, porque somente assim se pode reforçar sua particularidade em relação ao desenvolvimento e com isto me rebelo um pouco contra certas ideias de que desenvolver é deixar que se mantenham as coisas em seu estado mais ou menos natural e normal, isso é restritivo em termos de capacidades humanas (CHIRIBOGA 2010, p. 37).

Para que se tenha esse desenvolvimento, se faz necessário uma relação entre os gestores da política e a população rural da região e, ou local. Essa ação política deve ser específica a cada região, mediante a existência das características e necessidades diferenciadas localmente.

2.4 Políticas de desenvolvimento Regional, territorial rural, no Brasil: princípios norteadores a partir da constituição de 1988

A organização das políticas públicas de desenvolvimento regional na gestão de Estado no território nacional teve um marco histórico a partir da constituição de 1988, que alterou de forma significativa as políticas centralizadoras de produção para políticas públicas diferenciadas.

No Brasil, as primeiras políticas governamentais com fundamentos estratégicos de desenvolvimento territorial, surgiram na segunda metade dos anos de 1990 no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Instituiu-se uma modalidade de ação convergente com as prerrogativas do Estado mínimo. Assim, transformou-se o Estado em um indutor do desenvolvimento e de iniciativas locais por meio do Programa Comunidade Ativas (PCA) e do instrumento metodológico chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Essa nova cultura de formulação e gestão de políticas públicas vem passando pela valorização dos espaços de concertação social, na busca de alternativas ao desenvolvimento. É fortalecida pela profusão de conselhos criados a partir da Constituição Federal de 1988. Esses novos espaços de concertação constituem-se,

na opinião de muitos, como a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil, pós redemocratização do país, "com a construção de uma nova cidadania" (DAGNINO, 1994 p.103).

Em termos de desenvolvimento rural, para Bonnal, P; Kato, K (2010), houve uma mudança considerável na forma de tratamento dos territórios. De um status de espaço indiferenciado e limitado a uma função econômico-produtiva conforma-se um status de espaço social e ambientalmente diferenciado e portador de funções diversificadas (produção, preservação ambiental, expressão cultural e outros). Essa transformação resultou em uma renovação das políticas públicas no processo de governança territorial: a definição dos próprios territórios e das modalidades de governança varia muito, cada ente federativo organiza suas ações a partir de distintas concepções de territórios.

As políticas para o meio rural até a década de 1990 eram específicas e com objetivos setoriais, "pautando-se em instrumentos de crédito agrícola". Os segmentos de agricultura familiar ou de pequenos produtores eram fadados a competir por recursos públicos e por políticas públicas num mesmo bloco que grupos altamente capitalizados, o que restringia consideravelmente seu acesso (BONNAL, P; KATO, K 2010). Estes autores apresentam alguns marcos institucionais que pontuaram o processo de diversificação das políticas de desenvolvimento do meio rural, na criação Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, no reconhecimento da formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar e para povos e comunidades tradicionais:

Iniciando pela criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD em 1985, responsável pela criação do primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) no governo do presidente Jose Sarney;

Outra importante mudança foi criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), pelo presidente Fernando Henrique Cardoso; como também as temáticas de empreendedorismo, cooperação e capital humano, estimulada no governo FHC, com a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), como promoção do desenvolvimento local, (ORTEGA & MENDONÇA, 2007).

A criação dos CMDRs, para deliberar sobre o desenvolvimento rural, teve início com a Carta Constitucional de 1988, na qual se observa um forte processo de

descentralização no país, com ampliação das responsabilidades dos estados e municípios pela formulação e gestão de políticas públicas. Por exemplo, na educação e na saúde, fortaleceram-se as instâncias locais com a obrigatoriedade de aplicação de determinados percentuais do orçamento para aquelas finalidades. Auxiliando na gestão dessas políticas, foram criados arranjos sociais locais (conselhos) e alguns deles possuem não apenas caráter consultivo, mas também deliberativo.

Como consequência desse modelo, tem-se um processo de descentralização, com transferência de poder decisório aos estados, municípios e atores sociais locais, que se transformaram em "sujeitos portadores de direitos" com a nova Constituição.

Assim, para a efetivação desse processo de descentralização foram criados os conselhos que passaram a ser obrigatórios nos municípios, pois, sem eles, não se pode ter acesso a alguns recursos repassados pelo governo federal.

2.4.1 Apoio dos Conselhos Municipais na gestão descentralizadora

A criação dos Conselhos Municipais é uma inovação institucional que permite a descentralização e autonomia dos municípios em administrar os seus recursos e os advindos do governo federal e estadual. Na composição de cada Conselho se faz necessário a participação dos representantes de órgãos públicos e sociedade civil.

Segundo Abramovay (2001), os conselhos municipais são inovações institucionais que se estruturam de modo a incorporar representantes da sociedade civil e do Estado, inclusive aquelas categorias e grupos sociais que antes estavam excluídos do espaço público institucional e do debate com os representantes do Estado. Na composição dessa estrutura Abramovay (2001), faz a seguinte observação: “a desigualdade da distribuição de poder no interior dos conselhos, pois, os agricultores familiares, muitas vezes, não têm o conhecimento técnico das funções burocráticas, também não lidam com a máquina administrativa do Estado, ficando, em certa medida, dependentes do poder dos representantes do Estado”.

De acordo com Moura (2010), na maior parte dos CMDRs o cargo de presidente do conselho é exercido pelo representante do governo municipal. Isso muitas vezes é explicado pelo fato de o secretário da agricultura e do extensionista da EMATER - que também em muitos casos é o presidente do CMDR - terem

competência técnica para responder às exigências burocráticas de funcionamento do conselho. Pressupõe-se que os agricultores familiares não têm a competência técnica que os extensionistas e os representantes da prefeitura possuem por já estarem trabalhando no âmbito da burocracia e conhecerem o funcionamento da organização. Acrescentando ainda que: não é tão somente o conhecimento técnico, o conhecimento do passo a passo legal das normas burocráticas que produz essa assimetria: os vínculos pessoais mantidos dentro da máquina pública pelo representante envolvido com o Conselho é que garantem a agilidade do processo e o pronto-atendimento dos pedidos. Nesse sentido, é a desigual distribuição dos instrumentos de produção do “fazer político”, a assimétrica disposição dos mecanismos técnicos e pessoais, que sustenta a delegação política aos membros do poder público para agir em nome dos “interesses” dos representados que mantém essa relação de dependência e vínculos.

Nesta composição a disputa pelo poder nos CMDRs se dá em um espaço de representação de interesses e poderes diversos, uma vez que o CMDR é um espaço de interação de diferentes formas de poder: o poder político-administrativo do prefeito, o poder representativo do Sindicato, o poder técnico da EMATER, o poder participativo das lideranças locais da agricultura familiar.

Essa desigualdade de poder também é observada por Santos (2002), o poder trata-se de qualquer relação social regulada por uma troca desigual. O mais característico é o fato de a desigualdade material estar entrelaçada com a desigualdade não material, sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades representacionais e, ainda, a desigualdade de oportunidades e capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomadas de decisões significativas.

O processo de decisão neste referido estudo, é ao predisposto nas deliberações dos Conselhos de Desenvolvimento Rural. Segundo Santos (2002), “a questão da paridade existente nos conselhos, percebe-se, deste ponto de vista, que há uma ilusão de igualdade. O fato de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural possuir 50% de representantes de agricultores familiares não exclui a possibilidade de manipulação por parte do poder público, através da jurisdição do representante governamental”. Atendendo na maioria das ocasiões aos interesses partidários. Na implementação de uma política sustentável do meio rural, os gestores públicos realizam planos territoriais, através de reivindicações dos atores

sociais, – representantes da sociedade civil – esses são induzidos a votarem em projetos que não atendem às suas necessidades reivindicadas, deixando ainda, de observar as especificidades e características da região.

Na articulação por políticas mais centradas ao desenvolvimento rural sustentável, agricultores representados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), junto aos representantes dos poderes públicos municipais, estaduais e federais, criam o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), com a finalidade de permitir e potencializar o acesso dos agricultores à discussões e decisões relativas ao desenvolvimento rural com sustentabilidade. Essa linha de financiamento tem como objetivo principal apoiar, com recursos financeiros não reembolsáveis, a instalação e/ou a melhoria de infraestrutura e serviços essenciais, inclusive assistência técnica e extensão rural, nos municípios rurais mais pobres e com grande concentração de agricultores familiares (MDA/PRONAF, 2002).

O CMDRS é um órgão deliberativo criado por meio de Lei Municipal ou por Decreto aprovado pelos vereadores. É responsável pela elaboração de políticas para o desenvolvimento sustentável do município. A comunidade rural também se mobiliza, representada pelos sindicatos, associações e cooperativas. A função básica do CMDRS é definir os interesses municipais e regionais, além de elaborar políticas públicas que também são apoiadas pelo PRONAF. No Conselho, são levantadas ações em conjunto, que possibilitem uma vida justa para todos. Os CMDRS têm o papel de deliberar sobre os problemas enfrentados na comunidade. Essa de forma organizada vai ouvir, falar e propor mudanças que façam o desenvolvimento (CMDRS 2002).

Nessa construção, políticas sociais foram apresentadas como ações prioritárias no governo Lula, visando à redução da miséria e das desigualdades sociais. Porém, mais do que projetos assistencialistas, as políticas sociais se constituíram harmonizadas como instrumentos de intervenção para o desenvolvimento econômico e social. Exemplo disso fica evidenciado nas propostas do Programa Fome Zero, anunciado como verdadeiro carro chefe das políticas sociais do governo Lula.

Segundo Ortega (2007), a expectativa de mudanças se transformou rapidamente num paradoxo. O paradoxo de compatibilizar os "novos" programas, como o *Fome Zero*, com o protagonismo da política econômica ortodoxa; de

compatibilizar as prioridades de combate à pobreza e às desigualdades sociais com o crescente domínio das políticas econômicas liberalizantes.

O Brasil é um país com extensas terras aptas para o cultivo e com mais de 170 milhões de habitantes. Tem, na agricultura, em particular, e no meio rural como um todo, um espaço territorial estratégico para a superação da pobreza e da fome. Estimativas realizadas pela equipe que formulou a proposta do Programa Fome Zero apresentam um total de 9,3 milhões de famílias (aproximadamente 44 milhões de pessoas) com renda *per capita* inferior a um dólar por dia. A maior parte dessa pobreza concentra-se nos perímetros urbanos das cidades, mais particularmente nos pequenos e médios municípios do interior do país. (Programa Fome Zero (2002); ORTEGA, 2007).

Os conselhos municipais representam um avanço significativo na forma de gestão da administração pública no Brasil. A partir da descentralização das políticas permite-se maior autonomia para as decisões sobre a destinação e fiscalização dos recursos federais a serem aplicados nos municípios. Ademais, os conselhos representam o espaço de encontro dos interesses e das articulações entre a sociedade civil organizada e os poderes públicos. Os incentivos à formação resultam em um acelerado processo de multiplicação dos conselhos, com a presença destes nos diversos segmentos da sociedade (ALMEIDA FILHO, 2006).

Esses Conselhos são implementados nas três esferas: federal (nacional) estadual e municipal, citados aqui os de maior representatividade em apoio ao Desenvolvimento Rural. Os Conselhos na esfera municipal e estadual são implantados de acordo com suas características e necessidade, observando, nestas esferas, os Conselhos de Assistência Social, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e os Conselhos da Saúde e Educação. Proeminente nesta pesquisa os conselhos Nacionais Rurais: O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), como também o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) foram implementados em nível nacional.

O CONDRAF foi criado pelo Decreto, Nº 4.854, de 08 de outubro de 2003, é o órgão integrante da estrutura básica do MDA, tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas, constituindo-se

em espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar.

Compete ao CONDRAF, entre outras atribuições, subsidiar a formulação de políticas públicas estruturantes, de responsabilidade do MDA, com base nos objetivos e metas referentes à reforma agrária, ao reordenamento do desenvolvimento agrário e à agricultura familiar. O CONDRAF em 12 de Julho de 2005 resolução nº 54 cria o Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável com as seguintes atribuições:

- I. acompanhar e avaliar a implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nos Programas do MDA;
- II. formular e propor diretrizes para o apoio às dinâmicas territoriais;
- III. propor a articulação com demais políticas e programas de governo voltados para o desenvolvimento territorial, em especial aqueles tratados na Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;
- IV. propor políticas e programas complementares voltadas ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais;
- V. propor estratégias de fortalecimento das redes de apoio aos territórios rurais;
- VI. estudar e propor orientações às institucionalidades territoriais responsáveis pela gestão e controle social do Programa;
- VII. estudar e propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar a implementação do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais;
- VIII. analisar as metas gerais programadas para o Programa, bem como sobre os resultados do monitoramento e avaliação dos projetos realizados, procurando identificar obstáculos à sua implementação e propondo medidas corretivas que assegurem a execução do que foi planejado;
- IX. solicitar informações que julgar necessárias ao desempenho de suas atribuições à Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgão gestor do Programa;
- X. propor aos Conselhos Estaduais e Municipais a constituição de comitês ou câmaras semelhantes para acompanhar as ações direcionadas aos territórios rurais nos estados;

XI. manter o CONDRAF informado sobre as atividades e resultados do Comitê de Desenvolvimento Territorial, por meio de relatórios periódicos.

O CONSEA, foi implementado no dia 30 de janeiro de 2003, tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República, traçando as diretrizes para que o país garanta o direito humano à alimentação. E, portanto, por seu caráter consultivo, não pode realizar as ações executivas que se necessita para o êxito do Programa de abrangência territorial, o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD, no âmbito do Programa Fome Zero no Ministério do Desenvolvimento Social (ORTEGA & MENDONÇA, 2007).

Segundo Ortega e Mendonça (2007) os objetivo dos CONSADs é apresentar alternativas de renda e geração de emprego em territórios rurais deprimidos. Esse consórcio analisa as potencialidades e as dificuldades estabelecidas entre o poder público e a sociedade civil, com apoio logístico e a canalização de recursos para projetos estruturantes de segurança alimentar e desenvolvimento local. Assim, é necessário um arranjo horizontal governamental de caráter deliberativo e executivo para coordenar as ações governamentais.

Se no governo FHC no período de 1995 a 2002 - tinha-se um claro protagonismo das políticas liberalizantes (abertura comercial, privatizações, focalização em políticas sociais e outras), no governo Lula, (2003 a 2010), a expectativa de mudanças incluía novos rumos para as políticas públicas, como anunciadas nas propostas de campanha. Segundo Ortega (2007), as questões emergenciais não podem ser administradas em curto prazo:

o Estado não pode limitar as suas ações a administrar o curto prazo e as questões emergenciais, mas deve se pautar por uma visão estratégica de longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica em reativar o planejamento, assegurando um horizonte mais longo para os investimentos.

Para atender questões emergentes no país, em apoio ao desenvolvimento local, no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, foi implementado o CONSAD no âmbito do Programa Fome Zero do Ministério do Desenvolvimento Social, dando ênfase à abordagem territorial com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA que irá executar o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR).

Para qualquer projeto de desenvolvimento sustentável do país, as políticas de segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento rural constituem-se em instrumentos fundamentais para superação das condições de vida de amplas camadas da população.

Os CONSADs, foram uma das experiências que tinha como foco o desenvolvimento territorial de municípios rurais, criado por meio de arranjos institucionais intermunicipais. Esse programa tinha como ação norteadora a busca da segurança alimentar, que seria alcançada mediante políticas e ações compensatórias de uma dinamização econômica dos territórios atendidos.

Em linhas gerais, a política de segurança alimentar no âmbito da proposta do Programa Fome Zero, em sua fase inicial, envolvia ao mesmo tempo:

- a) Uma política de implementação de ações e políticas específicas de segurança alimentar;
- b) Uma política articuladora de iniciativas de competência de outras pastas, de outras esferas de governo e instituições da sociedade civil, na área social;
- c) Uma gestão participativa, visando tornar as comunidades protagonistas de sua própria emancipação (CONSEA, comitês gestores).

No campo das ações territoriais, a instalação dos CONSADs constituiu-se em uma associação intermunicipal, com participação da sociedade civil e do poder público, para discutir, planejar, decidir e implantar ações conjuntas voltadas à geração de emprego e renda, como também a garantia de segurança alimentar e melhoria das condições de vida das populações envolvidas. Nessa intermediação os CONSADs, almejam tornar permanente a articulação entre o poder público e a sociedade civil para a promoção de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local, de forma institucionalizada, constituindo arranjos socioeconômicos regionais que também integrem, na esfera de produção, comercialização, consumo e crédito, o conjunto da população que, vive em condições de insegurança alimentar.

Distintos programas e projetos são identificados por Bonnal (2007) em diferentes ministérios que também estão articulados com a dimensão territorial:

O Programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar rural na Amazônia (PROAMBIENTE) e o Programa Gestão Ambiental Rural - GESTAR ou Agenda 21 locais no Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Programa Arranjos Produtivos Locais (APL) do Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio

(MDIC); Plano Safra que envolve o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Portanto, criou-se um aparato institucional na esfera federal para definir as diretrizes e programar o processo de instalação dos territórios rurais nas grandes regiões do país.

Outro protagonista em política de desenvolvimento rural nos territórios da cidadania é a EMATER, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Como prestadora de serviços executa:

- I. Serviço de educação não formal, monitoramento e assessoramento de caráter continuado e emancipador. No meio rural, promove processos de gestão, organização, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários oriundos das agricultura familiar, inclusive das atividades agroextrativistas, pesqueiras, florestais e artesanais;
- II. Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), documento que identifica os beneficiários PRONAF; e
- III. Relação de Beneficiários (RB), do Programa de Reforma Agrária, conforme definido pelo INCRA.

A política de assistência técnica, ATER/RO, por sua vez, atende aos princípios da PEATER/RO:

- I. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III. Adoção da pesquisa ação participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando, através das metodologias participativas, a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV. Adoção dos princípios da agroecologia, com destaque para a agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Para alguns atores, os projetos implementados pelos formadores de políticas públicas envolvem aspectos operacionais, como também aspectos cognitivos, estes presentes nos discursos e concepções difundidos pelos organismos governamentais e não governamentais.

A teoria da ação normativa do desenvolvimento, segundo Souza e Filippi (2008), normalmente destaca as dificuldades institucionais, a frágil competitividade das unidades produtivas familiares em face da reduzida incorporação tecnológicas, problemas de capacitação dos agentes do desenvolvimento local, baixa inversão

pública e dificuldade de acesso ao fundo público como indicadores sociais altamente representativos da degradação em que vivem as populações rurais e outros.

Fatores serão identificados e apresentados no decorrer da tese, como limitações ao desenvolvimento territorial. Esses servirão de direção para algumas reflexões que se pretende realizar a respeito da implementação dos territórios rurais.

3 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL X PRINCIPAIS PERÍODOS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

No decorrer deste capítulo será realizada uma síntese da evolução das políticas rurais em nível nacional, para dar ênfase a três recortes temporais no desenvolvimento do Estado de Rondônia, compreendo o período de 1950 a 2010: no primeiro momento o processo de desenvolvimento territorial x colonização de Rondônia; no segundo, o reconhecimento da divisão territorial pelo Zoneamento Socioeconômico e Ecológico/RO; e no terceiro, o desenvolvimento territorial pelo Programa do Território da Cidadania (PTC), no período de 2003 a 2010, quando se inicia mais uma política de desenvolvimento rural brasileira.

3.1 As relações políticas no processo de constituição do território no Brasil: as especificidades rurais da realidade do Norte Brasileiro

O processo de desenvolvimento rural exige uma especial atenção dos formuladores de políticas públicas em fomentar políticas que atendam aos anseios e às necessidades regionais. As ações são implementadas em nível nacional. Cabe a cada região adequar os planos e projetos para identificar quais políticas irão atender às características e especificidades da região.

Segundo Souza et al. (2008, p.12), no Norte Brasileiro as áreas dos grandes seringais e castanhais foram desapropriadas e divididas em lotes de 50 a 100 hectares onde pessoas das mais variadas etnias foram se apropriando com ou sem o consentimento dos habitantes residentes e assentadas com ou sem a interveniência do INCRA, principalmente no sul do Pará e em Rondônia.

No Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (2002, p. 40), o INCRA, por força do Decreto Nº 72.106, de 18 de abril de 1973, que regulamentou a Lei Nº. 5.868, de 12 de setembro de 1972, adquiriu, entre outras, a responsabilidade de:

" fazer o levantamento sistemático dos arrendatários e parceiros rurais para conhecimento das reais condições de uso temporário da terra, vigentes nas várias regiões do país"; e [...] das terras públicas federais, estaduais e municipais, visando o conhecimento das disponibilidades de áreas apropriadas aos programas de Reforma Agrária e Colonização, e, da situação dos posseiros e ocupantes em terras públicas".

De acordo com Souza et al. (2008, p. 12), Rondônia se caracteriza como um Estado eminentemente agropecuário. Essa atividade de produção se afirmou a partir

de meados da década de 1970, quando a agricultura e a pecuária começam a se desenvolver e a se integrar ao sistema produtivo brasileiro, adquirindo feições de racionalidade capitalista de produção e inserção no mercado. Essa participação inicia-se com a introdução de três produtos na região; sendo dois deles (*commodities*) originários da agricultura tradicional brasileira (café e cacau) e o terceiro originário da pecuária. Este último está dividido em dois segmentos:

- I. produtos derivados da pecuária de corte (carne vermelha, couro e outros) e
- II. produtos derivados da pecuária leiteira (leite *in natura*, leite longa vida, queijos, bebidas lácteas, manteiga e outros).

Todos os três ramos destinam-se a atender a dois mercados: o local com demanda incipiente e, sobretudo, ao mercado nacional e internacional.

O segmento da pecuária segundo Souza et al. (2008, p. 13), consolida-se e se expande ancorado por um mercado fortemente demandador. Entretanto, a partir da década de 1980, pressionados por movimentos de preservação ambiental e mundial, inicia-se uma tentativa para encontrar alternativas ao processo de desmatamento proporcionado pela expansão da pecuária na região. A colonização, iniciada uma década antes, havia se beneficiado de seis componentes principais:

- I. os projetos de colonização do INCRA;
- II. regularização à iniciativa privada de grandes áreas de terra;
- III. atração de investidores interessados na expansão da pecuária já limitada disponibilidade de terras virgens e de baixo valor imobiliário;
- IV. disponibilidade de mão de obra de baixo custo na formação das fazendas;
- V. mão de obra, essa vinda do Centro-Sul do país, formada por levas e levas de migrantes em busca de terras férteis e de fácil aquisição - sonhos que na sua maioria não se realizaram.

O processo de exploração via desmatamento e pecuarização inspiraram algumas políticas públicas federais e estaduais, visando à fixação da mão de obra migrante no campo. Segundo Souza et al. (2008, p. 11), no início da 2ª metade do século XX, quatro grandes projetos estruturantes, implementados no Brasil, mudaram completamente a forma de ocupação e produção da Amazônia brasileira. Um curto espaço de 10 anos (1960-1970) foi determinante para modificar radicalmente a forma de ocupação da terra e a forma secular de exploração agrícola:

- O primeiro foi a abertura das Rodovias Federais ligando Belém a Brasília, que faz a ligação do eixo Norte-Sul;
- O segundo foi a construção da BR 29, hoje 364. Essa rodovia corta o País de Leste a Oeste, ligando Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul a Rio Branco, capital do Estado do Acre, passando por Cuiabá e Porto Velho e indo até Cruzeiro do Sul, na fronteira com o Peru;
- O terceiro e o quarto projetos estruturantes foram a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), constante no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), idealizado pelo governo de Juscelino Kubitschek.

Esses quatro empreendimentos modificaram a forma de domínio da propriedade da terra e o pensamento econômico vigente na região.

O início da migração mais acentuada para o estado de Rondônia foi à década de 1970, com o processo de ocupação e formação do Estado.

Considerando o estado de Rondônia o universo geral deste estudo, abordaremos o processo de ocupação para o seu desenvolvimento territorial.

3.2 O processo de desenvolvimento territorial x colonização de Rondônia

3.2.1 A ocupação do Estado de Rondônia

O processo de desenvolvimento territorial do estado iniciou diante da ocupação e/ ou da colonização do estado. Na concepção da construção dos espaços territoriais, Figueiredo (2002, p. 6) questiona se o estado de Rondônia foi efetivamente colonizado ou ocupado. Considerando o início desse processo a partir do seu desmembramento do Estado de Mato Grosso em 1943. Lembrando que esse Estado como toda a ocupação do território Brasileiro era habitado por indígenas.

Para dirimir este procedimento Figueiredo (2002, p.6), contrapõe a diferença desses dois processos: são comuns as expressões utilizadas “*processo de colonização de Rondônia*” e “*processo de ocupação de Rondônia*”. Embora ambas pretendam expressar as formas de produção do espaço de Rondônia e, nesse sentido, parece haver um sincretismo semântico cominando com as complexas moldagens do espaço social produzido, os vocábulos colonização e ocupação

possuem diferenças na sua essência linguística. Segundo o autor, de acordo com o Dicionário Aurélio, o ato de colonizar significa “estabelecer-se” em outro lugar, em outra região. A expressão traz em seu bojo sugestões plausíveis, passíveis de projetar expectativas de desenvolvimento econômico e social para o povo colonizador. Ao contrário, o ato de ocupar significa “apoderar-se” de alguma coisa, de invadir. É preciso destacar, por outro lado, que as intenções políticas intrínsecas a esse processo, as quais não tinham como pressuposto maior a valorização do homem e de seu espaço, diverge com o significado da palavra colonização, pois não pleiteavam o desenvolvimento socioeconômico da região. Nesse sentido, percebe-se que a “colonização” de Rondônia estava de fato inserida dentro do contexto do projeto de soberania nacional dos governos militares, cuja estratégia principal era divulgar, em âmbito internacional, a presença humana na Amazônia brasileira.

O governo federal estava preocupado em habitar a Amazônia, assim o fez. De acordo com Figueiredo (2002, p. 7), “deixando sequelas de âmbito social e ambiental”, que dificultaram o desenvolvimento do estado, “pois, mesmo com os planos corretivos implementados nas últimas décadas, a direção do verdadeiro desenvolvimento socioeconômico ainda não foi encontrada”. Dessa forma, para o autor a expressão “ocupação” parece representar melhor esse processo político-ocupacional.

Desta forma, segundo Figueiredo (2002, p.7), o estado de Rondônia foi escolhido pelo governo federal:

[...] para ser a válvula de escape das pressões sociais advindas do acelerado crescimento econômico experimentado pelas regiões sulistas a partir dos anos de 1970. Na época, ainda Território Federal, Rondônia acolheu o fluxo migratório das mais diferentes regiões do país, principalmente paranaenses e nordestinos. Dois interesses nacionais estavam interligados: primeiro resolver a questão do êxodo rural promovido pela tecnificação da agricultura no centro-sul do país e segundo incentivar a ocupação geoestratégica da região norte para resguardá-la das pressões internacionais sobre o espaço amazônico. Para isso, o Governo Federal não poupou vantagens, desde os incentivos fiscais aos grandes projetos agropecuários, até os programas oficiais de assentamento rural através do INCRA.

Contudo, a delimitação do território de Rondônia teve início na valorização do Rio Madeira, que utilizado como meio de transporte, trouxe os primeiros imigrantes para a ocupação do Estado. À margem direita do Rio Madeira, facilitando o

embarque e desembarque dos navios, apresentando condições favoráveis para estabelecimento de um porto fluvial, nasce o Município de Porto Velho.

A evolução político-administrativa dos municípios de Rondônia tem início em 02 de outubro de 1914, com a criação do Município de Porto Velho, que é o mais antigo município do estado. Lembra-se que existiu o Município de Santo Antônio do Rio Madeira, criado em 1911, instalado em 1912, porém, foi extinto em 1945. O povoamento no espaço de Rondônia foi iniciado com a fundação de uma aldeia, por um padre jesuíta, sentido foz-nascente. Posteriormente, as descobertas de ouro nos afluentes da margem direita do Rio Guaporé despertaram o interesse na Coroa Portuguesa pela posse da terra. Portanto, em 1748, é fundada a capitania de Mato Grosso, cujos limites abrangiam a maior parte das terras do atual Estado de Rondônia. Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, considerado o primeiro governador da capitania de Mato Grosso (1751-1764), iniciou uma política de povoamento e fundação de feitorias ao longo dos rios Guaporé e Madeira e construiu o forte que foi, mais tarde, substituído por uma fortaleza. Nesse mesmo período, iniciou-se a exploração fluvial do Rio Madeira e seus afluentes Mamoré e Guaporé, por uma empresa que utilizava essa rota fluvial com exclusividade para o abastecimento das minas de ouro dos afluentes do rio Guaporé e da capital da capitania de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade). Com a decadência da mineração no Vale Guaporeano, no final do século XVIII, a região foi abandonada por um período, aproximadamente, de 100 anos. (OLIVEIRA OVÍDIO, 2001).

Em 1872, teve início a implantação do projeto de construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Diante das dificuldades encontradas no espaço regional - mata fechada (animais nocivos e ferozes de grande e pequeno porte) com foco endêmico de malária, sem acesso a tratamento, vindo a falecer grande número dos trabalhadores e aventureiros – houve várias tentativas e retomadas na construção. Mas, segundo o autor, somente com o Tratado de Petrópolis, assinado pelos governos do Brasil e da Bolívia, em 1903, pela cessão ao Brasil das terras estrangeiras do Estado do Acre, a estrada de ferro é finalmente construída entre 1907 a 1912. A formação do território também se dá pelas características, identidade e posteriormente, pelos interesses de ocupação no estado de Rondônia:

O povoamento de Rondônia teve início na margem do rio Madeira, próxima da cachoeira de Santo Antônio com a catequização de índios por um padre jesuíta. No período colonial, as margens dos rios Guaporé, Mamoré e

Madeira foram ocupadas com o povoamento de portugueses a serviços da Cora Portuguesa. No final do século XIX diversos seringueiros habitavam entre as florestas. A partir dessa ocasião, houve vários movimentos migratórios com destinos as terras do atual espaço rondoniense. Os maiores fluxos migratórios ocorreram nas décadas de 70 e 80 do século XX (OLIVEIRA OVÍDIO, 2001)

Com o incentivo de migração para o estado de Rondônia na década de 1970, o governo federal estimulou a população excedente do meio rural dos estados do Sul, Sudeste e Nordeste do país, num pioneirismo digno das epopeias vividas pelos bandeirantes de três séculos atrás. Os novos habitantes provinham de estados em que o meio ambiente já fora, em grande parte, exaurido ou degradado exatamente pela falta daquele tipo de consciência. O estímulo que o governo oferecia eram terras de baixo valor imobiliário ou sem custo para povoar e desenvolver a região Norte do país (incluindo Rondônia), com infraestrutura para escoar a produção (LIMA, 1997).

O Estado de Rondônia originou-se do desmembramento do Estado do Amazonas e Mato Grosso, administrado diretamente pela União, através do Ministério do Interior e Justiça. O Decreto Lei nº 5.832, de 21 de setembro de 1943, que dispõe sobre a administração e divisão política dos Territórios Federais, subordinou-o à administração direta da União. Em 17 de fevereiro de 1956 passou a ser Território de Rondônia, sob a Lei nº 21.731, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Em 22 de dezembro de 1981, sob a Lei Complementar nº 41, passou à condição de Estado com o mesmo nome “Rondônia” (MATIAS, 1997).

3.2.2 Ciclo do desenvolvimento de Rondônia: da Borracha, Estrada de Ferro, e Extração Mineral (1960)

Até os anos de 1960 a população e as atividades agrícolas de Rondônia estavam circunscritas às margens dos rios navegáveis e da lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Ambas as áreas, de colonização contemporânea ao ciclo da borracha, estão situadas ao norte do estado. Nestas paragens existia uma agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais que geravam algum excedente consumido pelos dois únicos núcleos urbanos existentes: a capital do território, Porto Velho e Guajará-Mirim, sede do segundo município, ambas situadas

nos pontos extremos da via férrea. Esta última, na fronteira com a Bolívia, de onde provinha o suprimento de proteína animal à população da capital, através EFMM (SOUZA et al. 2008).

A construção da ferrovia visava ligar as bacias do Rio Guaporé, Mamoré e Beni às navegações livres dos Rios Madeira e Amazonas, até alcançar o Oceano Atlântico, contornando o trecho de 19 cachoeiras existentes entre Guajará-Mirim e Santo Antonio, hoje a cidade de Porto Velho, criando condições para exploração, transporte e comercialização das riquezas minerais e florestais da região (DANNEMANN, 2006).

A exploração extrativista da borracha proporcionou grande desenvolvimento às cidades de Manaus e Belém. Como de costume, as vantagens econômicas não chegavam ao trabalhador primário – o seringueiro. Eram desfrutadas pelos patrões, pelos intermediários do sistema, principalmente pelos encarregados da comercialização. A regra era os seringueiros na mata, isolados dos centros comerciais, explorados ao extremo, sempre dependentes do seringalista, mal alojados, mal remunerados. Já os seringalistas, instalados em Manaus e Belém, obtinham altos lucros assumindo a organização da exploração, transporte e comercialização dos produtos de regra destinados à exportação (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Oliveira (2010), a conclusão da Ferrovia Madeira Mamoré em 1912 coincidiu com a crise do principal produto econômico da região, a queda do preço da borracha no mercado internacional. Os altos custos de extração do látex da Amazônia inviabilizavam sua exportação, frente à oferta da borracha produzida a baixo custo nos seringais cultivados nas colônias inglesas da Àsia, destacando-se a Malásia e Cingapura.

A atividade econômica mais significativa era o extrativismo da borracha e da castanha-do-pará, como regra as principais atividades econômicas com valor de exportação para toda Região Amazônica. Esses dois produtos, complementados secundariamente pelo comércio de peles de animais silvestres, concentravam as trocas comerciais compreendidas entre a região do Alto Madeira/Mamoré/Guaporé e Rio Abunã e as praças de Manaus e Belém (SOUZA et al. 2008). Para Oliveira (2010), a ferrovia chegou tarde para a borracha dos seringais nativos nacionais e bolivianos, considerando, assim, o fim do primeiro ciclo econômico, da borracha.

Outro ciclo econômico no estado foi o mineral com a descoberta de jazidas de cassiterita no norte de Rondônia durante os anos de 1950. Representa um dos

motivos essenciais da construção da estrada Cuiabá-Porto Velho, única ligação terrestre de toda a Amazônia ocidental ao centro do país. Teve início sob o governo Kubitschek e termina em meados dos anos de 1960 (LEAL, 1984 apud COY, 1988).

Segundo Souza et al. (2008, p.16), na década de 1960, com a descoberta de minério de estanho, e na década de 1970 a descoberta de ouro no leito do Rio Madeira, inicia-se um novo ciclo econômico em Rondônia. [...] Nessa década também ocorre um grande fluxo migratório para a região, facilitada pela abertura da BR-364, elevando a demanda por alimentos de primeira necessidade. As atividades mineradoras foram responsáveis pelas primeiras levas significativas de imigrantes, após um período de estagnação de mais de 50 anos, transcorridos desde a construção da ferrovia em 1912 até o período áureo da extração da borracha nativa.

O próximo ciclo econômico está relacionado com a ocupação e colonização do Estado pela implantação de projetos do Governo Federal através do INCRA como gestor.

3.2.3 Ocupação das Terras/Produção Agrícola - 1970 a 1990 - Programas de Colonização do Estado: PICs, PAD e os NUARs

Os agricultores e suas famílias vieram para Rondônia e com o incentivo e apoio governamental, instalaram-se nos lotes demarcados pelo INCRA. Já no primeiro ano retiram a cobertura florestal de uma fração do terreno para o plantio de arroz, feijão e milho para suprir as necessidades de alimentação da família e geração de algum excedente. Antes, porém, vendem para as serrarias a madeira de valor comercial existente nos lotes (SOUZA et al. 2008).

Os primeiros projetos de colonização do estado foram implantados nas décadas de 1970 e 1980, com apoio do INCRA que realizou a implantação de projetos oficiais de colonização nas terras do então Território Federal de Rondônia.

A partir de 1970 o Governo Federal implanta Projetos de Colonização em Rondônia, gerenciados pelo INCRA alterando a maior parte da estrutura de posse e uso da terra por meio da substituição de grandes áreas de seringais nativos por um novo contexto fundiário, inserindo a “fronteira agrícola” no sistema produtivo nacional com grande incentivo para a pecuária bovina (FIATEC, 2007).

De acordo com o Fórum de Implementação das Ações do Território Central de Rondônia (FIATEC), os principais fatores que caracterizaram o tipo de ocupação que ocorreu em Rondônia entre 1970 e 1990 - maior crescimento populacional -, foram:

- O aumento da ocupação rural pela atividade agropecuária, refletindo o abandono do padrão típico Amazônico que era característico até 1960, provocando uma explosão da exploração predatória do extrativismo vegetal com corte raso das florestas para o preparo da área e exploração de madeiras de lei (madeiras nobres);
- Formação de um eixo econômico ao longo da BR-364, na parte central do Estado, com a perda da importância da ocupação ribeirinha. Ganham importância as cidades surgidas em função dos Projetos de Colonização, como Ouro Preto do Oeste, Cacoal, Jaru, Rolim de Moura e Ariquemes;
- Avanço sobre o Vale do Guaporé, no sentido de Costa Marques via, BR-429, com o surgimento de novos núcleos populacionais;
- A partir de 1985, inverte-se o fluxo com os migrantes, que passam a procurar mais as áreas urbanas e a ocupação no setor secundário e terciário da economia;
- A área ocupada com imóveis rurais que correspondia, em 1970, a 7% atinge em 1991 cerca de 57% da área territorial de Rondônia.

A atuação do INCRA no processo de colonização em Rondônia na década de 1970 deu-se por meio da implantação dos projetos: Projeto Integrado de Colonização (PIC), Projeto de Assentamentos Dirigidos (PAD) e Projeto de Assentamento (PA), em diversas regiões do território rondoniense, dando origem ao desenvolvimento das vilas e povoados (FIATEC, 2007).

No PIC, o processo de assentamento era feito pelo INCRA, sendo de sua responsabilidade a distribuição de terras, a implantação de infraestrutura, de administração, realização de assentamentos e titularização dos beneficiários, promover a assistência técnica, o ensino, a saúde e a previdência social, a habitação rural, a empresa cooperativa, o crédito e a comercialização.

No PAD, o colono deveria ter um pouco de conhecimento agrícola, e experiência com crédito bancário. Esta colonização tinha como objetivo a integração do Oeste ao resto do país e era uma saída para o governo federal retirar as pessoas do Sul e Sudeste que se encontravam sem terras (AMARAL, 1994).

Nos projetos do PAD, o INCRA assumiu responsabilidades de organização territorial e implantação da infraestrutura. Selecionou e assentou os beneficiários e

os parceiros desses projetos, que deviam ser mais especializados que um trabalhador sem terra; precisa ter um mínimo de conhecimento agrícola e ao mesmo tempo, algum recurso financeiro e experiência quanto à obtenção de crédito bancário. (INCRA, 1984).

Os principais projetos no processo de colonização do Estado de Rondônia, no período de 1970 a 1980, segundo o relatório do INCRA (1984), foram os Projetos Integrados de Colonização – PICs:

Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, criado em 19 de junho de 1970: é composto por cinco setores designados por POP: 1, 2, 3, 4, 5. Estão localizados no Município de Ji-Paraná, a 320 km de Porto Velho, com via de acesso pela BR-364. Em 07 de abril de 1971, a CEPLAC passou a atuar na área para implantação da cultura cacaueteira e em janeiro de 1975, a Assistência Técnica Rural (ASTER) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) passaram a ter participação efetiva no desenvolvimento das tarefas peculiares. A partir de 1972, a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) também se instalou na área para promover o desenvolvimento do sistema cooperativista. Em 18/03/1972 foi criada a Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA/PICOP);

Projeto Integrado de Colonização Ji-Paraná, criado em 16.06.1972: foi implantado efetivamente em julho de 1972. O projeto é composto por cinco setores: Ji-Paraná; Abaitará; Rolim De Moura; Prosperidade e Tatu, com localização nos municípios de Cacoal e Pimenta Bueno, a 460 km de Porto Velho, tendo como via de acesso a BR-364. A partir de 1975, outros órgãos passaram a ter participação efetiva no desenvolvimento das tarefas peculiares, entre eles: ASTER, CEPLAC, SEAC e CIBRAZEM, sendo ASTER e CEPLAC, em 1975, SEAC, em 1977 e CIBRAZEM, em 1976/77, com instalação de três armazéns;

Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, criado em 04.10.1973: sua efetiva implantação ocorreu em 21 de agosto de 1974. O projeto está localizado no Município de Vilhena, a 790 km de Porto Velho, com via de acesso pela BR-364 e RO-399, a 100 km da cidade de Vilhena. (Relatório do INCRA, 1984). Em 01/10/1977, a CIBRAZEM foi instalada na área com a construção de um armazém tipo estrutural, com capacidade de armazenagem para 40.000 sacas e, em 1978, a ASTER passou a ter participação efetiva no desenvolvimento;

Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho Rohl criado em 20.11.75, foi desmembrado do PIC Ouro Preto. O projeto está localizado nos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná, cuja sede administrativa encontra-se a 280 km de Porto Velho. Tem como via de acesso a BR-364. Em 1974, a CEPLAC passou a atuar na área para implantação da lavoura cacaueteira, e a ASTER, em janeiro de 1975, começou a ter participação efetiva no desenvolvimento das tarefas peculiares e a CIBRAZEM, em 05.11.1977, instalou-se na área com a construção de um armazém; e

Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão criado em 13 de agosto de 1971: com a implantação efetiva em abril de 1972, na área matriculada em nome da União, sob o nº 31, no cartório de registro de imóveis de Guajará Mirim, no ano de 1978. Em 1972, foram assentadas as primeiras famílias. O projeto localiza-se às margens da BR-425, em Abunã e Guajará Mirim, na faixa de fronteira com a República da Bolívia, entre os parques indígenas Lages e Ribeirão. Em janeiro de 1975, a ASTER passou a atuar na área e a CIBRAZEM em 21.08.77 instalou-se com a construção de um armazém.

Na consolidação dos PICs, outro quadro institucional se fez necessário para suprir as necessidades dos assentados: a realização de um desenvolvimento rural integrado, que atenderia no mínimo as necessidades fundamentais dos camponeses. Esse apoio foi realizado na instalação de Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR), que são pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural no curto raio de ação para um total de cerca de 1.000 famílias de camponeses (COY 1988).

No início, foi prevista a instalação de 39 NUARs. Entretanto, os planos foram limitados aos 20 NUARs realizados até 1984. O NUAR é, portanto, fundado sobre a ideia de melhorar as condições de vida da população rural, aperfeiçoando assim a infraestrutura rural e intensificando a assistência do governo aos assentados.

É nesses núcleos urbanos que o Estado instala as assistências médicas e sanitárias com um posto de saúde, e outras infraestruturas como uma escola primária e um armazém da CIBRAZEM.

Pela falta de assistência proposta pelo Governo, de condições mínimas de vida e infraestrutura para o escoamento de produção nos NUARs, muitos colonos abandonaram e/ou venderam suas propriedades, deixando a região. Foram se estabelecer em outros projetos de assentamentos.

É importante resaltar que uma das pré-condições para ter a propriedade da terra (forma/legal) em Rondônia era a obrigatoriedade de desmatar 50% da área pretendida, quer a pretensão fosse em assentamentos oficiais do INCRA quer tenha sido em áreas de posse. Nesse processo, até os anos de 1990, foram assentados ou se fixaram por conta própria, aproximadamente, 100 mil famílias, em Rondônia. “Os assentamentos de famílias implementados pelo INCRA nos PICs e nos PDA, eram lotes pequenos de aproximadamente 500 hectares, desenvolviam principalmente a agricultura (SOUZA et al. 2008, p. 20)”.

Motivado pelo processo de ocupação acelerado no estado de Rondônia, e com uma visão de crescimento do território de forma ordenada, no decorrer da década de 1980, o governo federal implanta, em nível nacional, um programa de desenvolvimento para atender, principalmente, o Norte e Nordeste do País com o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), pelo Decreto nº 86.029 de 27 de junho de 1981.

3.2.4 Programa POLONOROESTE e o PLANAFLORO

O estado de Rondônia foi incorporado ao Programa POLONOROESTE, criado em 1981 pelo governo federal, que objetivava ordenar a ocupação do espaço rural numa ótica de sustentabilidade em longo prazo. Em 1986, o governo de Rondônia criou o programa denominado Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) que, entre outros objetivos e metas, visava definir estratégias mais adequadas à realidade regional não contempladas no POLONOROESTE e desenvolver prioritariamente o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia (SEPLAN, 2006).

O PLANAFLORO consistia na implementação de ações que propiciavam o aproveitamento racional dos recursos naturais, de forma a favorecer o desenvolvimento sustentável de Rondônia, tendo como abrangências componentes que norteavam o planejamento das ações demandadas. Essas ações estão fundamentadas no ZSEE/RO, ainda em sua 1ª Aproximação, que definiu a racionalização da ocupação do espaço territorial do estado, possibilitando a melhor utilização dos seus recursos naturais em consonância com a fertilidade dos solos, e demais fatores de ordem ecológica e socioeconômica (LIMA, 1997 e ITERON, 1998).

O PLANAFLORO tinha como objetivo promover o manejo e a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico e ecológico do Estado de Rondônia, com recursos financeiros do Banco Mundial e dos governos federal e estadual. O Plano sintetizava uma linha de nova política de desenvolvimento regional, de modo que as atividades econômicas fossem conduzidas com enfoque conservacionista, privilegiando padrões de produção baseados na utilização sustentável da variável ambiental, em acordo com o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico. Foi o primeiro projeto com uma proposta de desenvolvimento sustentável financiado pelo Banco Mundial. Suas ações abrangeram diversas áreas do conhecimento humano, compreendendo pesquisa agroflorestal, extensão rural, crédito rural, fomento agrícola, saúde, educação, transporte, e outras, tendo a participação de instituições públicas das esferas federal e estadual, entre elas a CEPLAC, e de setores não governamentais (ALMEIDA et al. 2011).

A proposta da CEPLAC para o PLANAFLORO compreendeu ações de pesquisa e extensão rural para implementação no período 1993-1997. As ações da

pesquisa visavam à geração de novas tecnologias na área de agroflorestal, por meio do fortalecimento, ampliação e adaptação do programa em andamento na ocasião. Existiam demandas no meio rural para identificação de alternativas tecnológicas de produção e de fontes de renda num processo de desenvolvimento sustentado. O pequeno produtor necessitava de definição de sistemas de exploração da terra que permitissem sua permanência no campo com qualidade de vida, evitando o êxodo rural (ALMEIDA et al. 2011).

O crescimento acelerado e desordenado do território de Rondônia exigia assim definição de ações para o seu desenvolvimento, a partir das quais seria necessário estudos sobre sua divisão territorial, segundo as características particulares de cada região. Esta divisão se deu pelo estudo de identificações ao uso da terra definidas no ZSEE/RO.

3.3 Reconhecimento da divisão territorial do Estado pelo Zoneamento Socioeconômico e Ecológico/RO

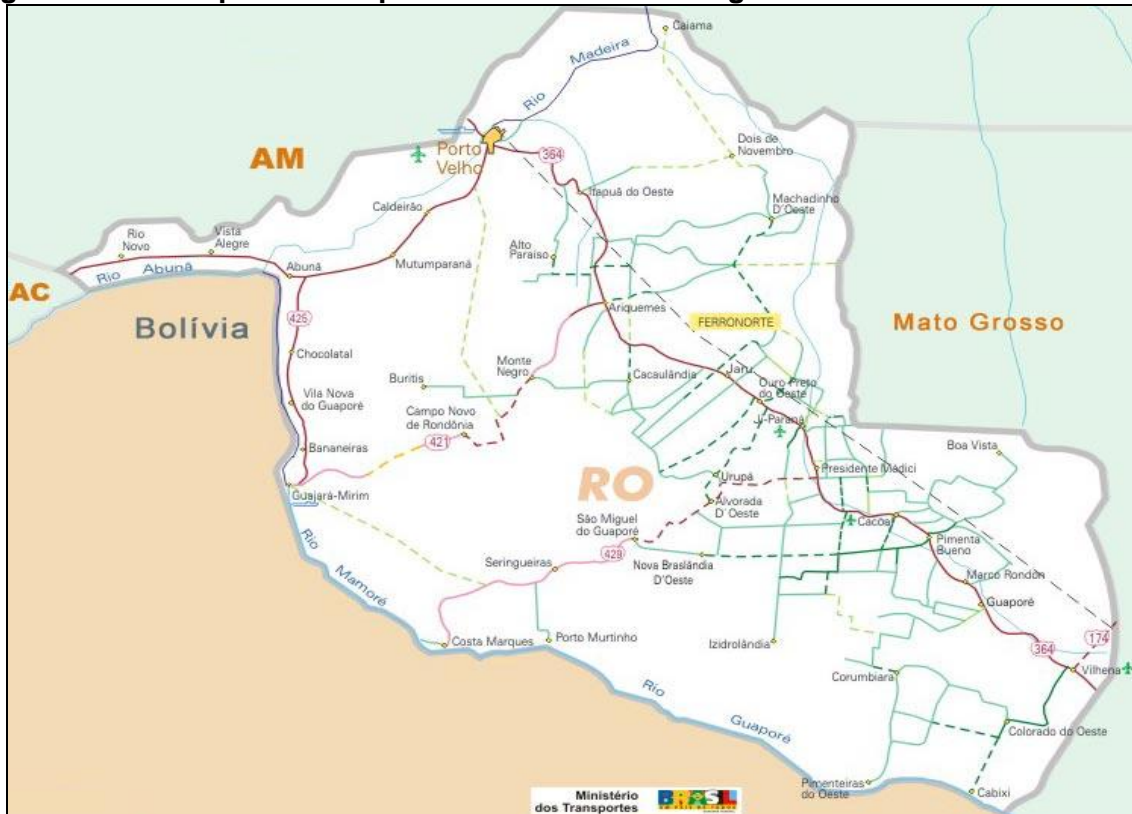
O ZSEE do Estado de Rondônia teve sua origem pelo PLANAFLORO a partir da identificação dos problemas advindos do intenso processo de migração foi que passou o estado, sobretudo na década de 1980.

O Plano tinha como meta fazer as correções do POLONOROESTE, criado pelo governo federal, que tinha como objetivo o apoio socioeconômico à população migrante dos demais estados, principalmente do Sul e Sudeste do país, incentivados pelo governo em povoar e desenvolver o Norte do país, através de projetos de pavimentação de rodovias e infraestrutura, que facilitariam o escoamento da produção. Para o escoamento da produção, foi aprovada pelo governo federal a pavimentação da BR-364, financiada pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), assinado em 19 de setembro de 1992, entre o Banco e a República Federativa do Brasil, para execução deste financiamento pelo Estado de Rondônia. Como imposição para esse financiamento, o Estado teria que ter o seu zoneamento ecológico e econômico.

Com a abertura da BR-364 no Estado, os primeiros projetos de desenvolvimento são implementados nos municípios localizados ao longo das margens da rodovia, devido ao acesso que favorecia aos que ali chegavam para

povoar o Estado. Esses municípios estão localizados no mapa do Ministério dos Transportes de 2009, idealizado na Figura 01.

Figura 01 – Principais Municípios em Rondônia ao longo da BR – 364 Rodovia Federal



Fonte: Mapa Ministério dos Transportes (2009)

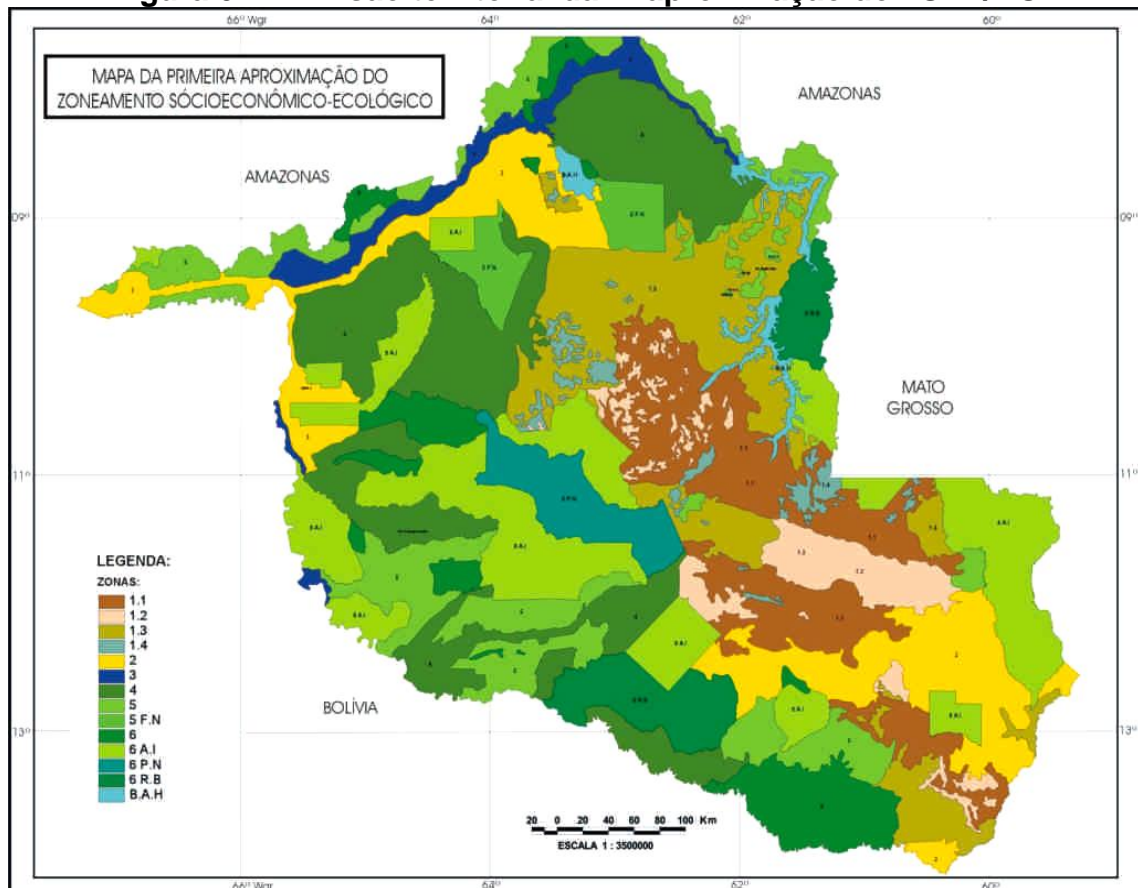
Na Figura 01 pode-se visualizar a BR-364, rodovia federal, identificada pela linha vermelha, e as principais rodovias do Estado de Rondônia. Observa-se que a BR-364 corta todo o Estado - de Mato Grosso ao Acre. Visualiza-se, ainda, que é no eixo da BR-364 que se encontra o maior número de municípios. Essa concentração se dá devido aos projetos de colonização implementados pelo governo federal executado pelo governo estadual nas décadas de 1970 e 1980, atendendo ao grande fluxo de migrantes que o estado recebeu à época. Vale lembrar, também, que é por essa rodovia - que atravessa todo o estado - que se realiza o suporte terrestre para o escoamento produtivo: natural, mineral, industrial e agropecuária. É uma rodovia diagonal que se inicia em Limeira-SP, no Km 153 da SP-330, indo até a divisa com Minas Gerais, passando por Goiás, Mato Grosso, Rondônia até o Estado do Acre.

A delimitação e pavimentação da rodovia BR 364, ficou marcada como o início do reconhecimento da divisão territorial do Estado de Rondônia pelo ZSEE. A divisão do Estado pelo ZSEE foi efetivado por vários estudos, discutidos em oficinas com a participação de técnicos de órgãos públicos relacionados ao desenvolvimento regional e por representantes organizados – sindicatos, associações e cooperativas - da sociedade civil.

3.3.1 A divisão do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia

A ocupação desordenada e acelerada do território de Rondônia trouxe aos governantes e administradores a necessidade de organizar e delimitar ações para o seu desenvolvimento. Foi Instituída a base da 1ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico em 14 de junho de 1988, através do Decreto Estadual nº 3782. Foi efetivada na escala de 1:1. 000.000, divididos em seis zonas de usos diferenciados (FERREIRA, 1994).

Figura 02 – Divisão territorial da 1ª aproximação do ZSEE/RO



Fonte: 21 anos ZSEE/RO, SEDAM (2009).

Na Figura 02 visualiza o mapa com a 1ª aproximação do ZSEE/RO, com suas respectivas subzonas. O Zoneamento se apoiou no reconhecimento da ocupação territorial e na evidência dos condicionamentos geofitoecológicos e edafoclimáticos dos "Sistemas Ambientais" de ocupação. Foram instituídas para as seguintes destinações: Zona 1 - Intensificação da Exploração Agropecuária; Zona 2 – Pequenos Produtores em Coletividade; Zona 3 – População Ribeirinha; Zona 4 – Atividades Extrativistas; Zona 5 - Manejo Florestal e Zona 6 - Conservação e Preservação (SEPLAN, 2006).

O aprofundamento dos estudos do Zoneamento deu origem à 2ª Aproximação, que gerou informações básicas para o ordenamento territorial segundo a capacidade da oferta ambiental, de modo a subsidiar o planejamento das intervenções públicas e privadas, a fim de atingir a auto-sustentabilidade dos recursos naturais, mediante emprego de processos de exploração economicamente viáveis e ecologicamente equilibrados (SEDAM, 2009).

A 2ª aproximação do ZSEE/RO foi concluída em 06 de junho de 2000 com a Lei Complementar nº 233. O art. 3º da mesma lei trata do objetivo que é orientar a implementação de medidas e elevar o padrão socioeconômico das populações, por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável. O estado ficou dividido em três zonas e nove subzonas: Zona 1, subdividida em 4 subzonas – por áreas utilizadas, principalmente, na exploração agropecuária, agroflorestal e florestal com grau variável de ocupação; Zona 2, subdividida em 2 subzonas - composta de áreas de uso especial. São áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável; Zona 3, subdividida em 3 subzonas - são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado (SEPLAN, 2006).

O relatório geral do diagnóstico do ZSEE do Estado de Rondônia e assistência técnica para formulação da 2ª aproximação do ZSEE, elaborado pela Tecnosolo (1998), observa, em relação ao avanço da pecuária, que as diferentes modalidades de projetos de assentamentos de famílias implementadas pelo INCRA em Rondônia, como os PICs e os PDAs privilegiaram a produção agrícola com base em pequenos e médios lotes de terra. A análise dos dados do Censo Agrário de 1980 evidencia essa orientação oficial ao informar que 95,6% dos estabelecimentos

rurais de Rondônia tinham menos de 500 hectares e que 29,8% dos estabelecimentos desenvolviam a pecuária como atividade principal e, destes (os que se dedicam à pecuária), 85% tinham menos de 500 hectares e 96% possuíam menos de 200 bovinos (SOUZA et al. 2008).

3.3.2 Aprovação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Rondônia

Em 1995, o Estado de Rondônia inicia um novo diagnóstico da situação socioeconômica-ambiental com envio de relatórios ao BIRD na necessidade de análise do meio físico e biótico, apresentando outra proposta técnica da 2ª aproximação do Zoneamento.

A síntese dos trabalhos para a 2ª aproximação do ZSEE/RO foi desenvolvida pelo Consórcio TECNOSOLO-DHV-EPTISA. Tinha como objetivo realizar, por meio do levantamento e integração de informação primária e secundária, um diagnóstico da situação socioeconômica-ambiental do estado para, a seguir, propor um novo zoneamento que refletissem os resultados do diagnóstico. Para alcançar esse objetivo foi realizado um levantamento situacional do meio Físico e Biótico, como também o meio Antrópico (o homem) e Aspectos jurídicos e institucionais (SEPLAN, 2006).

Para efetivação do ZSEE, e de acordo com o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o qual reconhece os ZEE estaduais “para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais” desde que tenham sido aprovados pelas Comissões Estaduais do ZEE e pelas Assembleias Legislativas, um novo diagnóstico foi realizado pelos administradores e técnicos do estado, introduzindo modificações na lei de zoneamento referentes às novas delimitações e especificidades dos habitantes de Rondônia, com os seguintes passos publicados pela SEPLAN, (2006):

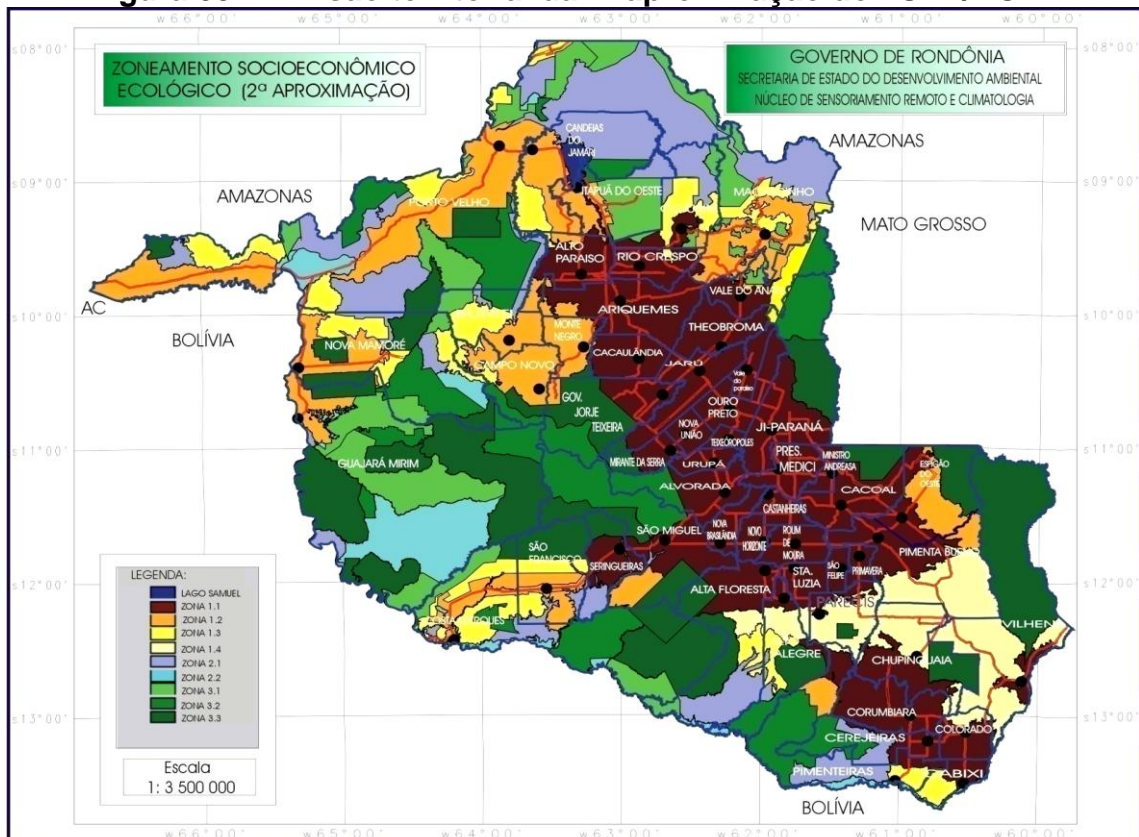
- levantamento situacional - conhecer as peças;
- o diagnóstico - integrar as peças para visualizar o todo;
- a proposta de zoneamento - reordenar o todo;
- discussão com a sociedade - a participação de todos;
- a lei de zoneamento; e monitoramento - a obrigação de todos.

O principal objetivo do ZSEE/RO é orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações, por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem estar de todos, de forma sustentável (SEDAM, 2009).

O ZSEE/RO foi o primeiro no Brasil aprovado e reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, validando em todas as estâncias, culminando com a manifestação da Casa Civil da Presidência da República, através do DECRETO Nº. 5.875, DE 15 DE AGOSTO DE 2006, onde “Fica adotada a Recomendação nº 003, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA”

Concluídos os trabalhos técnicos, as audiências públicas e doze oficinas de discussão, a proposta foi encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado e aprovada por unanimidade de seus membros. Aprovado a divisão territorial pelo ZSEE/RO, conforme mapa da Figura 03.

Figura 03 – Divisão territorial da 2ª aproximação do ZSEE/RO

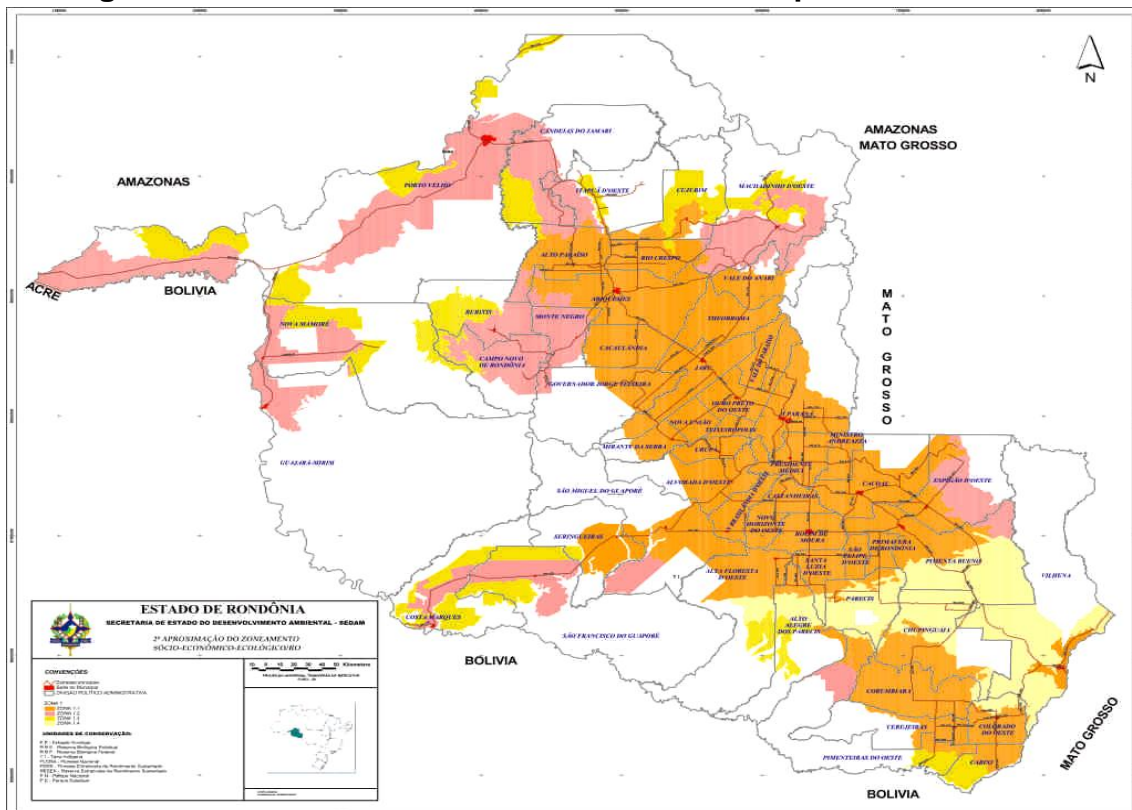


Fonte: 21 anos de ZSEE/RO, Mapa e dados SEDAM/RO (2009)

As definições da divisão do ZSEE/RO, das respectivas zonas 1, 2 e 3 podem ser visualizadas no mapa da Figura 03, publicado pelo governo do Estado de Rondônia em 2000, tendo como base a 2ª aproximação do zoneamento. Este facilitou a visualização das divisões das zonas e subzonas do Estado de Rondônia, que por sua vez apresenta outros três mapas com as seguintes divisões do zoneamento do estado: zona 1, identificada para uso da terra; zona 2, conservação dos recursos naturais, passíveis de uso de uso sob manejo; e zona 3, unidades de conservação ambiental e reservas indígenas.

O mapa da Figura 04, expõe a zona 1 subdividida em 4 subzonas, com características específicas nas cores: vermelha (1.1), laranja (1.2), amarelo (1.3) e bege (1.4), são áreas destinadas à exploração agropecuária, agroflorestal e florestal, com grau variável de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso da terra. Esta área abrange 120.310,48 Km², equivalem aproximadamente 50,45% da área total do estado.

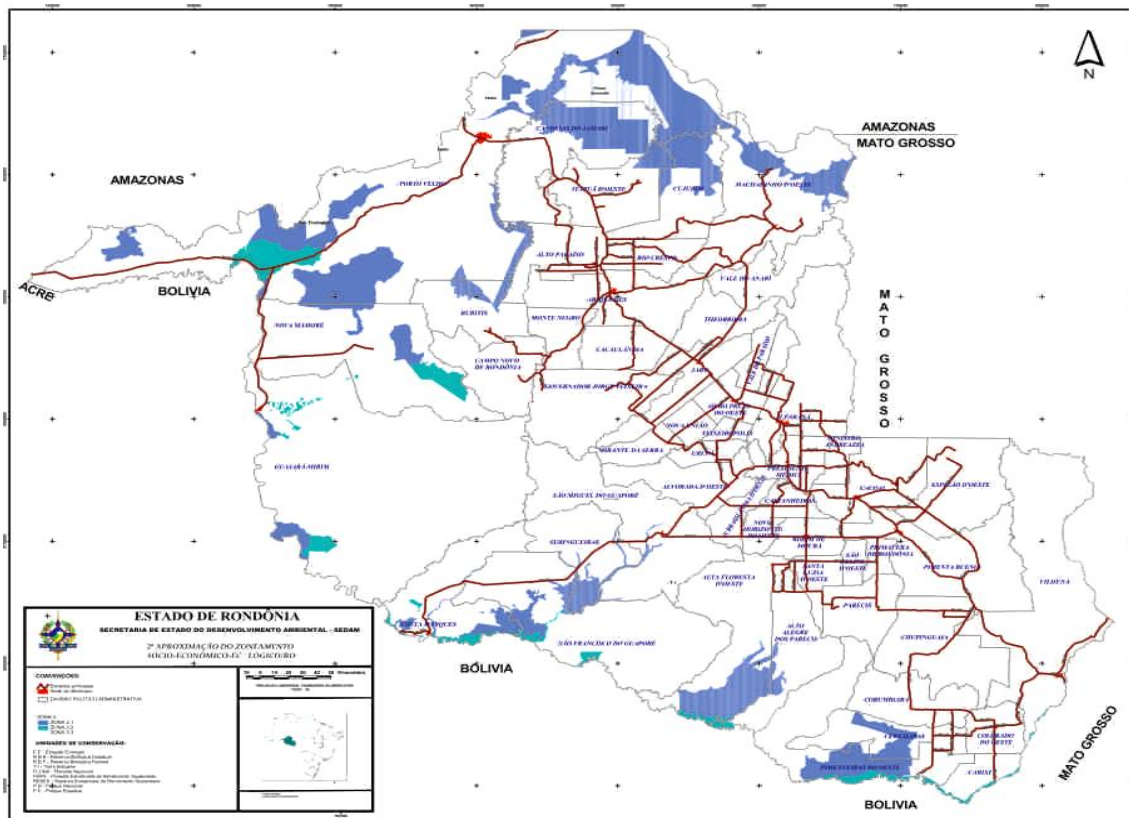
Figura 04 – Divisão territorial da zona 1 e as respectivas subzonas



Fonte: 21 anos de ZSEE/RO, Mapa e dados SEDAM/RO (2009)

Na sequência, a Figura 05 do segundo mapa, a zona 2, com as cores cinza e azul claro, são áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável. Sua abrangência era de 34.834,42 km², equivalentes a 14,6% da área total do Estado. Com as alterações pré-estabelecidas, esta zona teve sua área reduzida para 25.611,05 Km², equivale aproximadamente a 10,78% da área total do estado, esta diferença de área foi agregada à zona 3;

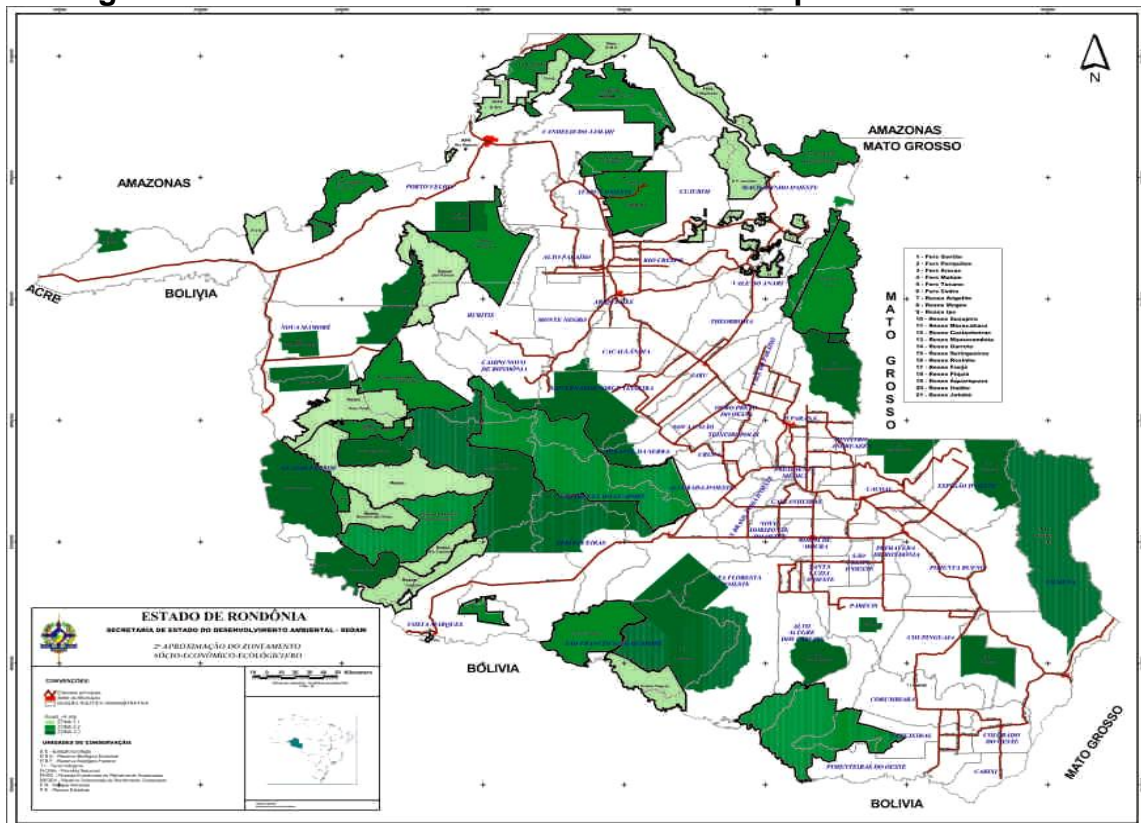
Figura 05 – Divisão territorial da zona 2 e as respectivas subzonas



Fonte: 21 anos de ZSEE/RO, Mapa e dados SEDAM/RO (2009)

A zona 3 representada na Figura 06, com as cores Verde claro, verde natural e verde escuro são áreas especiais destinadas à preservação. As Subzonas da Zona 3 são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estado e Municípios. Na primeira versão da 2ª aproximação do Zoneamento, abrangia 83.032,86 km², equivalentes a 34,95%, finalizando com uma área de 93.344,11 Km², aproximadamente 39,29% da área total do estado.

Figura 06 – Divisão territorial da zona 3 e as respectivas subzonas



Fonte: 21 anos de ZSEE/RO, Mapa e dados SEDAM/RO (2009)

Com as alterações ocorridas desde a criação da 2ª Aproximação do Zoneamento, esta zona teve um acréscimo de áreas, oriundas das criações de novas Unidades de Conservação.

Vale salientar o Acordo de Cooperação entre a União, por Meio do Ministério do Meio Ambiente e o governo do Estado de Rondônia, com interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEMA), para a adequação do ZSEE do Estado de Rondônia, através do qual fica estabelecido que, a título de reserva legal, deve ser observado o mínimo de 80% da propriedade rural, e para fins de recomposição florestal da reserva legal deve-se averbar, observando no mínimo de 50% da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as Áreas de Preservação Permanente, os ecótonos, os sítios ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos (SEDAM, 2010).

Nessa definição o zoneamento ficou dividido em três zonas, e estas, subdivididas em nove subzonas, caracterizadas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, bem como pelas Unidades de Conservação, compreendidas segundo apresenta-se no Quadro 01 a seguir:

Quadro 01 - Composição do Zoneamento Socioeconômico de Rondônia

Zonas	Ações a serem desenvolvidas	Área-Km ²	Área/total %	Tipo/Cobertura
1	Possuem graus variáveis de ocupação e de vulnerabilidade ambiental, que caracterizam diferentes subzonas	120.310,48	50,45	Composta de áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal.
Subzona 1	áreas utilizadas, principalmente, para exploração agropecuária, com grau variável de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso a seguir definidas:			
1.1	Infraestrutura p/ atividade agropecuária, agrícola e urbana	61.417,35	25,75	Composta de áreas que apresentam a maior densidade populacional do estado.
1.2	Aptidão agrícola predominantemente regular e sua vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa a média.	30.664,01	12,86	Compostas de áreas com médio potencial social, processo acelerado de ocupação, com conversão da floresta.
1.3	Potencial florestal, em processo de ocupação agropecuário incipiente e reduzida conversão da cobertura vegetal natural.	14.823,81	6,22%	Composta de áreas onde predomina a cobertura vegetal natural
1.4	Disponibilidade de infraestrutura com restrições ao desenvolvimento das atividades de conversão da cobertura vegetal natural.	13.405,31	5,62	Composta de áreas que apresentam infraestrutura propícia à exploração das terras.
Zona 2	Destinada à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável.	34.834,42	14,60	Composta de áreas de uso especial.
Subzona 2	são áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável, a seguir definidas:			
2.1	Apresentam potencialidades naturais, sobretudo a florestal, em condições satisfatórias de exploração madeireira e não madeireira.	25.653,37	10,75	Composta de áreas que apresentam inexpressiva conversão das terras florestais.
2.2	Apresenta baixo custo de oportunidade da preservação da floresta, facilitando a conservação das terras florestais no seu estado natural.	9.181,05	3,85	Composta de áreas que apresentam ocupação inexpressiva.
3	Constituídas por aquelas protegidas de uso restrito e controladas, previstas em lei.	83.367,90	34,95	Composta de áreas institucionais e instituídas pela União, Estados e Municípios.
Subzona 3	são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estados e Municípios, a seguir definidas:			
3.1	A utilização dos recursos ambientais obedecerá aos planos e diretrizes específicas das Unidades instituídas, tais como: Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas	18.081,29	7,58	Composta de áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Direto.
3.2	A utilização das áreas deve limitar-se às finalidades das unidades instituídas, tais como: Estações Ecológicas, Parques e Reservas Biológicas, Patrimônio Espeleológico.	23.752,50	9,96	Composta de áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Indireto.
3.3	A utilização dos recursos naturais está limitada por lei, onde seu aproveitamento somente poderá ser efetuado se autorizado ou concedido pela União.	41.534,11	17,41	Composta de áreas constituídas pelas Terras Indígenas.

Fonte: Elaborado pela autora, dados publicados pela SEPLAN, 2006.

O Quadro 01 mostra com mais detalhes a composição do ZSEE/RO, bem como os processos a serem desenvolvidos, o total de área (Km²) por cada zona e, conseqüentemente por suas subzonas, e o total em percentual da área territorial do estado, demarcando, assim, o tipo de cobertura composta pelo ecossistema de cada área.

Vale salientar, que foi diante das caracterizações definidas nas zonas 1, 2 e 3 e suas subzonas respectivas do ZSEE/RO, que o Programa da Cidadania teve a base para o estudo e definição dos territórios rurais.

No entanto, diante do crescimento acelerado no estado de Rondônia, nova aproximação de zoneamento está sendo proposta pelo governo do estado, conforme Decreto nº. 16.694, de 26 de abril de 2012, que cria o Grupo Ocupacional Transitório (GOT), para execução e acompanhamento das atividades inerentes à atualização do ZSEE/RO.

3.4 Desenvolvimento territorial do Estado de Rondônia – 2003 a 2010

A política de desenvolvimento do estado de Rondônia no período de 2003 a 2010 se deu em dois processos distintos: primeiro pela nova visão política de desenvolvimento rural implementada no país em 2003 no governo “Lula”, pelo Programa Território da Cidadania. O objetivo geral dessa política é o desenvolvimento local com enfoque territorial e o combate à pobreza.

O Programa Território da Cidadania no Estado de Rondônia dividiu o Estado em sete territórios rurais - 2003 a 2010 – desses três foram homologados - 2008 a 2009 - como Territórios da Cidadania: Central de Rondônia, Madeira Mamoré e Vale do Jamari, e um em fase de homologação - Rio Machado, e em fase de implantação os outros três: Vale do Guaporé, Zona da Mata e Cone Sul. Esse processo será discutido no próximo item como parte do objeto desta tese.

O segundo processo de desenvolvimento econômico do Estado de Rondônia, no período de 2003 a 2010, foi impulsionado pelas construções das duas usinas hidrelétricas: Jirau e Santo Antonio – projeto iniciado em dezembro 2008 no principal rio de navegação, o Rio Madeira que está gerando empregos e movimentará a economia regional nos próximos dez anos. As obras deverão refletir na elevação dos índices econômicos que, conseqüentemente, trouxeram outros investimentos

atrelados, como a fábrica de cimento da Votorantim, que em 2009 entrou em funcionamento em Porto Velho, capital do estado (DECOM, 2010).

Segundo Cavalcante et al. (2011), em Porto Velho-RO, a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, iniciadas em 2008, tem dois seguimentos quanto ao novo fluxo populacional, o qual pode ser caracterizado por processos de: territorialização e desterritorialização.

Para Haesbaert (2004), a desterritorialização são os múltiplos processos de reterritorialização, de modo que o debate sobre desterritorialização acaba por reafirmar o território. Apesar da diversidade, sustenta que território tem a ver com poder em qualquer acepção, tanto o poder no sentido de dominação (mais concreto) quanto no sentido de apropriação (mais simbólico).

No Estado de Rondônia, nestes últimos três anos, estes processos se consolidam, de forma mais expressiva, pelo fluxo populacional que se configura a partir da construção das duas hidrelétricas - Santo Antonio e Jirau.

O empreendimento das duas usinas hidrelétricas fez a motivação populacional, pela oferta de trabalho. Estima-se que esse contingente populacional é, em média, de 20.000 trabalhadores temporários atraídos pela possibilidade de emprego imediato, desconsiderando-se aí, a mobilização espontânea em curso que o empreendimento já promove (FURNAS, 2005).

A mobilidade populacional que esse empreendimento potencialmente provoca tanto no processo de territorialização quanto no de desterritorialização garante uma nova dinâmica nessa área ao considerar que, junto a esse processo, tem-se a expropriação e conversão para novos usos dos recursos naturais. Além disso, a atração de trabalhadores de outras regiões em busca de novas oportunidades de trabalho é um fato recorrente (CAVALCANTE et al. 2011).

O primeiro processo de territorialização se consolida pelo contingente em busca de trabalho que passa a ocupar essa área.

O segundo processo, a desterritorialização, é marcado pela desapropriação da população das áreas de influência do reservatório, principalmente dos ribeirinhos, seringueiros e povos tradicionais: índios e Quilombolas, uma vez que a projeção da área a ser alagada se estende 529,30 km², acrescentando ao entorno do lago uma faixa de 100 metros destinada à preservação ambiental.

Alguns impactos positivos e negativos são sinalizados diante desse investimento ainda em construção.

Para compreender esse processo de transformação, variáveis como população, principais atividades econômicas e normas de uso do território (legislações) foram utilizadas por Cavalcante et al. (2011). Essas variáveis permitiram compreender as relações entre sociedade e espaço no seu processo de organização e transformação. As análises indicaram que nessa área, desde sua ocupação - 2008 até 2011 -, a mobilidade populacional tem sido motivada pela implantação de obras de infra estrutura, apropriação e exploração intensiva dos recursos naturais sem estabilidade econômica, resultando em fluxos e refluxos migratórios.

Lembrando, ainda, que o estado de Rondônia já foi palco do fluxo migratório na década de 1970 e 1980, quando implantou políticas de desenvolvimento para a região no processo de ocupação do estado.

Novo período (2003 a 2010) de mobilização é vivido pelo estado: o processo de implantação do PTDRS no programa Territórios da Cidadania no Estado de Rondônia que também é marcado pela reterritorialização e desterritorialização, na formação dos Territórios da Cidadania no Estado diante da mobilidade populacional. Este fluxo populacional é bem expressivo no Território Madeira Mamoré, principalmente no Município de Porto Velho, pelos empreendimentos de grande porte como as usinas de hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio.

3.5 Fluxo Migratório no Estado de Rondônia de 1950 a 2010

O Estado de Rondônia está localizado na região Norte do País. Esta, por sua vez, é composta por: Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins, Amapá e Roraima. A área geográfica da região Norte é de 3.659.637,9 km², que corresponde a 42,27% do território brasileiro, sendo a maior região brasileira em superfície (IBGE, 2010).

Rondônia é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Levando em consideração ao período proposto neste estudo, - início da ocupação e ou colonização para o desenvolvimento do estado a década de 1970 – apresentando ainda sua população desde 1950. Conforme estatística do IBGE, a população do estado em 2010 é bem expressiva, com 1.560.501 habitantes. É o 3º Estado mais populoso e de maior densidade demográfica da região Norte, sendo o 23º mais populoso do Brasil.

Segundo dados do IBGE, Porto Velho - a capital - conta com uma população aproximada de 426.558 habitantes em 2010. É a maior cidade do Estado e 4ª maior cidade da região Norte do Brasil ficando atrás de Manaus-AM, Belém-PA e Ananindeua-PA (IBGE, 2010).

O crescimento populacional urbano e rural no Estado, esta demonstrado no Quadro 02 com seus respectivos percentuais de aumento.

Quadro 02 – Evolução da população total, urbana e rural de Rondônia – 1950/2010

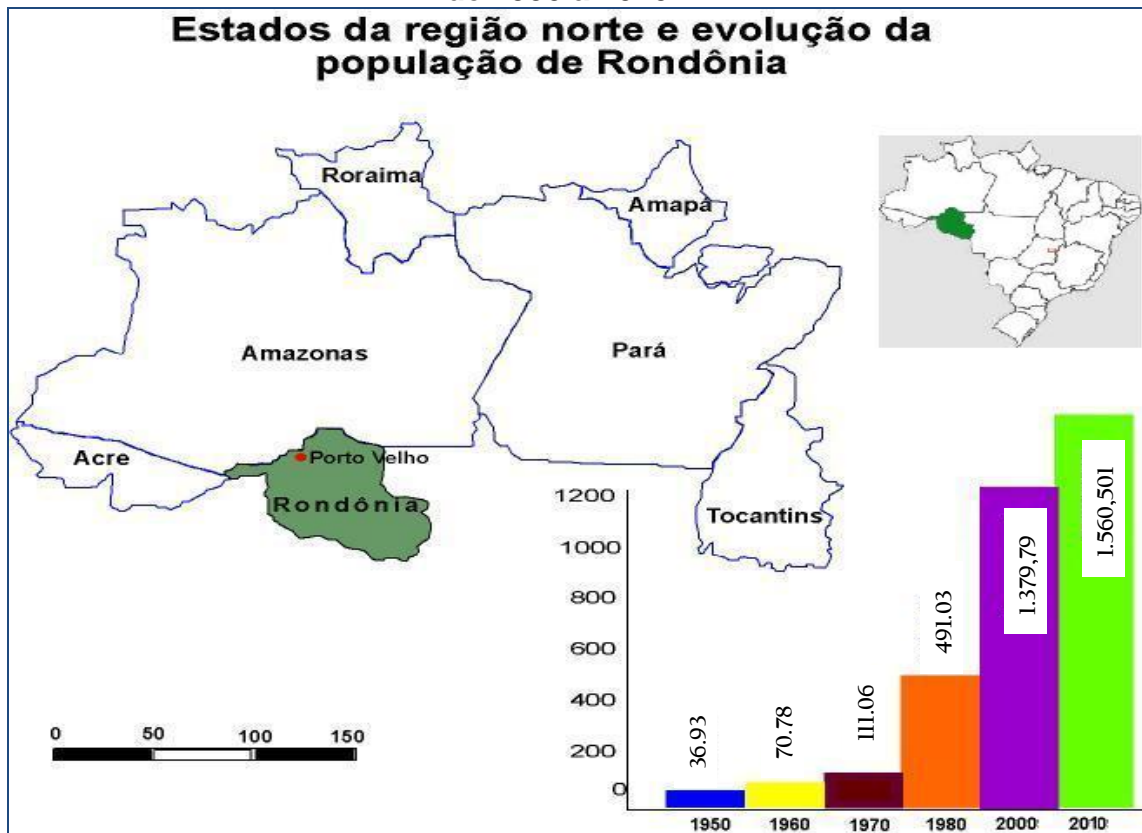
ANOS	ÁREA URBANA		ÁREA RURAL		TOTAL
	Pop. (Mil)	%	Pop. (Mil)	%	Pop. (Mil)
1950	13,81	37,41	23,12	62,59	36,93
1960	30,84	43,57	39,95	56,43	70,78
1970	59,61	53,67	51,46	46,33	111,06
1980	229,17	46,47	262,86	53,53	491,03
1991	659,33	58,21	473,36	41,79	1.132,69
2000	884,52	64,11	495,26	35,89	1.379,69
2010	1.142.648	73,22	417.853	26,78	1.560.501

Fonte: Composição da autora a partir de IBGE, 2010.

No Quadro 02 pode ser visualizado o aumento populacional urbano e rural nos períodos de 1950 a 1980, incentivado pelo governo federal para ocupar e colonizar o Estado de Rondônia. De 1980 a 2003 foi motivado pela política de desenvolvimento econômico agropecuário e, de 2003 a 2010, pelas políticas de nova divisão territorial rural – Programa Território da Cidadania - e pelos investimentos de empresas de grande porte (usinas hidrelétricas).

A Figura 07 representa a localização do Estado de Rondônia na região Norte, com a respectiva planilha da evolução populacional de 1950 a 2010, incentivado pelo governo federal para povoar e desenvolver o Estado de Rondônia.

Figura 07 - Localização do Estado de Rondônia e a População Total de 1950 a 2010



Fonte: IBGE/Censo 2010, Adaptada pela autora.

O gráfico contido na Figura 07 está identificando a população total do Estado de Rondônia com a seguinte evolução: em 1950, na cor azul, com 39.935 habitantes, em 1960, na cor amarela, com 70.232, em 1970, na cor marrom, pode-se visualizar já um maior crescimento com 111.064 habitantes. Em 1980, na cor laranja, este crescimento é bem expressivo - mais de quatro vezes a população de 1970 - de 111.064 para 491.069 habitantes. O crescimento populacional continua acelerado: de 1980 a 2000, na cor lilás, de 491.069 para 1.379.787 habitantes, mais que o dobro do período anterior, aumento de 64,41%; de 2000 para 2010 na cor verde, a população aumentou quase 12%, com 1.560.501 habitantes, com um aumento de 11,58% (IBGE, 2010).

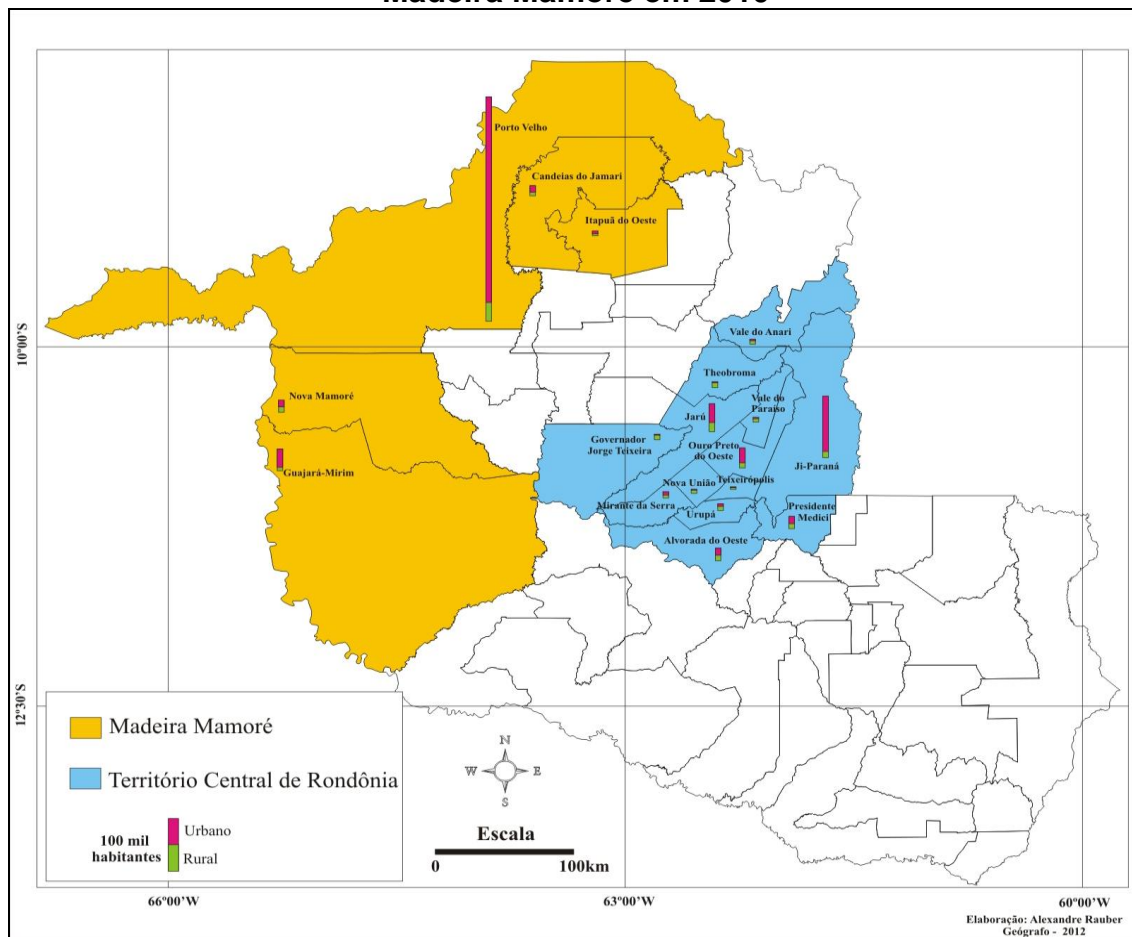
Verifica-se que o maior crescimento do Estado foi na década de 1970 a 1980 com um aumento populacional de 77,38% e, na sequência, 1980 a 1991, um aumento de 56,64%. Este fluxo se deve ao incentivo do governo federal em ocupar as terras de Rondônia.

Segundo Souza et al. (2008, p. 17) esta migração era formada por agricultores e suas famílias, incentivadas pelo governo federal a se instalarem no território por lotes demarcados pelo INCRA.

Entretanto, a evolução populacional urbana e rural de Rondônia conforme o quadro 02 em 1950, 1960 e 1980 era rural, e a partir da década de 1970, e 1991 até a década de 2010 é urbana.

No mapa da Figura 08, pode ser visualizada a concentração da população urbana e rural nos municípios que compõem os respectivos Territórios da Cidadania, Central de Rondônia e Madeira Mamoré.

Figura 08 – População Urbana e Rural dos Territórios Central de Rondônia e Madeira Mamoré em 2010



Fonte: Mapa Centro de Estudos Rio Terra (2010) adaptado por Ms. Rauber 2012

Com a base no mapa divulgado pelo Centro de Estudo Rio Terra, e os dados publicados pelo Censo 2010 do IBGE, foi possível adaptar a confecção de novo mapa. Na figura 08 visualiza-se os dois territórios, o da direita na cor azul, Central de Rondônia e o da esquerda na cor laranja o Território Madeira Mamoré. A população

está representada nas cores rosa e verde. Observa-se que a maior concentração é urbana, demonstrada pela cor rosa, e com a menor concentração a população rural, na cor verde. Verifica-se, ainda que no geral a população urbana é maior nos dois territórios, mas, de acordo com o IBGE (2010) se for observar por município, no Território Central a população rural dos municípios: Vale do Paraíso, Urupá, Theobroma, Jorge Teixeira, Nova União, Teixeiraópolis e vale do Anari, é maior. Estes dados podem melhor serem visualizados no Quadro 03. Quanto a maior concentração populacional dos dois territórios é na área urbana no Território Madeira Mamoré no município de Porto velho, e no Território Central, também é urbana no município de Ji Paraná.

Quadro 03 - População do Território Central e Madeira Mamoré

Território Central de Rondônia					
Municípios	Pop. Total 2010	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área/ Km²	
01	Alvorada do Oeste	24.422	13.992	10.430	3.029.190
02	Ji – Paraná	116.587	104.841	11.746	6.896.782
03	Jarú	52.043	35.141	16.902	2.944.025
04	Ouro Preto do Oeste	37.941	28.208	9.733	1.970.151
05	Presidente Medici	22.319	13.296	9.023	1.758.461
06	Vale do Paraíso	8.218	2.276	5.942	965.377
07	Urupá	12.969	5.141	7.828	831.865
08	Mirante da serra	11.869	6.432	5.437	1.191.882
09	Theobroma	10.644	1.980	8.664	2.197.415
10	Gover. Jorge Teixeira	10.513	2.361	8.152	5.067.381
11	Nova União	7.498	1.540	5.958	807.179
12	Teixeirópolis	4.893	1.718	3.175	459.954
13	Vale do Anari	9.361	3.184	6.177	3.135.140
	Total	329.277	220.110	109.167	31.254.141
Território Madeira Mamoré					
Municípios	Pop. Total 2010	Pop. Urbana	Pop. Rural	Área /Km²	
01	Porto Velho (capital)	426.558	391.014	35.544	34.082,366
02	Candeias do Jamari	19.782	12.898	6.884	6.843,866
03	Itapuã	8.561	5.220	3.341	4.081,433
04	Nova Mamoré	22.552	13.069	9.483	10.071,702
05	Guajará-Mirim	41.646	35.197	6.449	24.855,652
	Total	519.099	457.398	61.701	79.935.019
População do Estado de Rondônia e Região Norte					
	Rondônia	1.560.501	1.142.648	417.853	237.576.167
	Região Norte	15.865.678	11.663.184	4.202.494	3.869.637,9

Fonte: Censo IBGE (2010) adaptado pela autora

Com a composição do Quadro 03, fica mais nítida a leitura da população urbana e rural dos Territórios Central de Rondônia e Madeira Mamoré. Conforme publicado pelo Censo do IBGE 2010, a população urbana de Rondônia é 1.560.501, esta população está composta de 73,22% urbana e 26,78% rural.

Observa-se ainda que a área geográfica do Território Madeira Mamoré é de 237.576.167 Km² com apenas cinco municípios para 3.057.415,61 Km² do Território Central de Rondônia para treze municípios. O Território Madeira Mamoré está demarcado com os dois municípios de maior área com a seguinte diferença: Porto Velho a Capital área de 34.082,366 km², uma população de 426.558 e Guajará-Mirim com uma área de 24.855,652 km² para uma população de 41.646, isso se explica diante de dois processos: Porto Velho a capital do Estado com grandes investimentos a exemplo a construção das duas hidroelétricas – Jirau e Santo Antonio, já o município de Guajará-Mirim, 90% é de sua área de preservação ambiental e reservas indígenas, esta situação pode ainda ser visualizada também no ZSEE/RO.

Nos dez últimos anos – 2000 a 2010 –, o aumento mais expressivo da população dos municípios foi em Porto Velho, a capital do estado, segundo o Censo do IBGE (2010), a população total foi de 21.58%, de 334.661 habitantes em 2000 para 426.558 em 2010. A população do município aumentou em 91.897 habitantes. Esse aumento se explica diante dos dois projetos de grande porte implementados no município: a construção das usinas hidrelétricas, Santo Antonio e Jirau.

Vale lembrar que o primeiro fluxo migratório no Estado de Rondônia se deu na década de 1960, diante da descoberta de minério de estanho e do ouro no Rio Madeira. Esse fluxo foi facilitado pela abertura da BR-364, que liga Mato Grosso, consequentemente ao Sul do país e Norte no Estado do Acre.

Importa salientar que se destaca na composição econômica de Rondônia a atividade extrativista, vegetal e mineral, mais especificamente, na exploração da madeira nativa. O estado possui uma das maiores jazidas de cassiterita do mundo, e responde por 40% da produção nacional. No segmento industrial, o estado caminha paralelamente às atividades agrícolas e extração mineral, que se instalam nas proximidades das fontes de matéria-prima.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO: PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL E O PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA

O capítulo discorre sobre as políticas de desenvolvimento rural implementadas pelo governo federal em nível nacional, bem como em sua efetivação no estado de Rondônia nos Territórios, Central e Madeira Mamoré.

A formação de um território é constituída por uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra. Trata-se de recursos materiais ou não, a exemplo de um saber-fazer original, em geral, ligado à história local. A consequência disso é que não se pode valorizar esse tipo de recurso de um lugar para outro lugar. O território não é, portanto, só uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica. Isso significa que as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes. O território, como afirmam Courlet e Pecqueur (1993), é o resultado de uma construção social. O que cria o território é o sistema de atores locais.

O governo federal (especificamente a Secretaria de Desenvolvimento Territorial/ MDA), com suas referências para o desenvolvimento rural sustentável (MDA/SDT, 2005), aborda os problemas rurais de forma complexa, introduzindo a noção de desenvolvimento territorial na perspectiva da melhoria contínua da qualidade de vida do conjunto da população do território.

Para isso, segundo MDA/SDT (2005), é indispensável uma significativa articulação dos diversos níveis de governo, da sociedade e do setor privado. Concomitante a esses aspectos, estimular a ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais, resultado de políticas públicas que expressam demandas da sociedade local, reconhecendo e respeitando as especificidades de cada território. Esses elementos demonstram que “o enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção” (MDA/SDT, 2005, p. 21).

O panorama histórico da economia brasileira apresenta um quadro permanente de desigualdades regionais. Esse foi agravado recentemente com o

fenômeno da globalização e com a ausência de políticas que façam um contraponto às forças tradicionais de concentração do desenvolvimento e levem o dinamismo econômico para regiões menos prósperas. Como consequência, as desigualdades sociais e regionais acirram-se, aumentando a necessidade de organizar políticas capazes de minorar os efeitos negativos e reafirmar a coesão social e territorial do país e de suas regiões (IPEA, 2012).

Segundo o IPEA (2012), algumas regiões brasileiras caracterizam-se por possuírem no seu território uma diversidade de atividades econômicas que geram emprego e renda para a população. Notadamente as regiões Sul e Sudeste, que, historicamente, apresentam atividades econômicas mais pujantes, divididas em setores primário, secundário e terciário da economia. Entretanto, nem todas as regiões têm presenciado um desenvolvimento econômico mais acentuado. As regiões Norte e Nordeste, comparativamente ao restante do Brasil, tiveram um crescimento econômico menos significativo no decorrer do século XX. Essa diferença resulta, no território nacional, em um mosaico de situações distintas quanto à inserção produtiva e, por consequência, quanto à inclusão social.

Dessa forma, o forte vínculo entre território e poder implicaria incluir a análise da cidadania, já que, como lembra Gomes (1997), a questão territorial é fundamento da cidadania. Há, portanto, um limite físico de inclusão e, conseqüentemente, de exclusão. O território, para ele, é a chave de acesso a práticas sociais. Gomes (1997) recorre também a Robert Sack para identificar quais seriam, a seu ver, os três principais fatores da territorialidade humana: (i) classificação das coisas e das relações por áreas; (ii) comunicação; (iii) controle de uma determinada porção do espaço. Essas estratégias vão muito além da reprodução física do grupo. Para se compreender a vida social, é preciso considerar que ela é, em parte, tributária da compreensão da lógica territorial na qual está organizada.

O governo federal, ao propor uma política de desenvolvimento rural sustentável com enfoque na estratégia territorial, tem como embasamento reivindicações históricas dos setores públicos e organizações da sociedade civil por um modelo de desenvolvimento que corresponda às diversas necessidades da realidade brasileira, haja vista que o modelo de desenvolvimento prevalecente não tem atendido às expectativas da execução eficaz das políticas públicas. Assim sendo, criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário, para coordenar o processo de

desenvolvimento territorial. Na realização das ações de fortalecimento do desenvolvimento sustentável, tendo os territórios rurais como espaço de protagonismo, planejamento e gestão social de políticas públicas foi concebido o programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais que dentre outros aspectos apoia o processo de construção do PTDRS, ferramenta norteadora da gestão compartilhada de políticas públicas e interação planejada dos diversos atores públicos, sociais e econômicos do território.

O PTDRS contempla as vocações e estratégias priorizadas pelos atores territoriais, com vista a promover alterações significativas na realidade da região. O processo pedagógico desenvolvido na construção desse Plano foi referenciado com base nas diretrizes gerais da estratégia de intervenção territorial concebida pela SDT, que tem como pressuposto a gestão social dos territórios com vista ao alcance das seguintes áreas de resultados: Fortalecimento de Redes Sociais de Cooperação, Articulação de Políticas Públicas, Fortalecimento da Gestão Social e Dinamização Econômica.

Esses componentes têm como principais objetivos desenvolver, entre os atores sócio-produtivos do território, a visão estratégica e sistêmica fundamental ao fortalecimento da capacidade de coordenar os processos de gestão participativa no território (PTDRS, 2005).

Diante dos direitos conquistados pela Constituição Federal do Brasil (1988), a aplicação de políticas públicas requer a inclusão social de toda a população, pois não há desenvolvimento de uma nação, sem a implementação de políticas que atendam as diversidades e características regionais.

Nessa evolução democrática as políticas públicas do Governo Federal visam à inserção social, o objetivo do PTDRS é o desenvolvimento rural de forma participativa, a sociedade civil é convidada em oficina almejar suas necessidades e seus anseios.

4.1 O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável -PTDRS no Brasil

As políticas públicas brasileiras têm forte influência dos gestores governamentais e aos interesses próprios, limitados às necessidades da minoria ou de grupos dominantes que estão mais preocupados com fator econômico, deixando de lado o aspecto social e ambiental.

Essas influências são perceptíveis tanto no direcionamento da política pública como no marco teórico-analítico que orienta os programas de desenvolvimento. Até pouco tempo o cunho dos programas de desenvolvimento estava basicamente atrelado a aspectos econômicos, com um viés fortemente relacionado à questão produtiva. (FIALHO e WAQUIL, 2008).

Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios e de implantação das políticas públicas com as que comprometeram o sucesso na busca por um desenvolvimento mais sustentável. Quando muito, segundo Adib (2005) encontra-se iniciativas de investimentos pulverizados via convênios, que expressam apenas interesses isolados, mas não revelam uma real integração em função de objetivos comuns.

As políticas públicas rurais implementadas pelo governo federal no Brasil até a década de 2000 caracterizadas historicamente pela centralização das decisões, tratavam as diferentes realidades territoriais nacionais como um espaço homogêneo, cujas particularidades regionais tão distintas eram desconsideradas. Segundo Adib (2005) estas políticas muito centralizadas na definição de estratégias e na gestão acabam por ampliar as desigualdades regionais já existentes na sua implementação. Por serem pouco sensíveis às particularidades locais e ao enfoque sistêmico acabam por sujeitar a matriz social e produtiva exclusivamente aos interesses nacionais.

Para o desenvolvimento territorial rural, outro aspecto como o social, se faz necessário. Segundo Fialho e Waquil, (2008), a partir da última década os programas de desenvolvimento passaram a dar relativa importância para aspectos sociais, apresentando aparentemente preocupação com a qualidade de vida. Nesse contexto se inserem os programas de desenvolvimento do governo brasileiro, mesclando interesses próprios e externos. Nos últimos anos, as políticas de desenvolvimento do rural abarcaram algumas transformações como resultantes, relativamente, da pressão (ou clamor) dos movimentos sociais, originando, em certa medida, maior participação dos interesses das populações locais.

Esses movimentos sociais e/ ou os conselhos gestores levantam bandeiras com objetivos de melhorar a qualidade de vida dos menos favorecidos.

De acordo com Abramovay (2003), os conselhos gestores nem sempre refletem as vontades ou anseios da sociedade local abrangente, já que boa parte encontra-se submissa a poderes locais dominantes. Sob esses domínios, sobretudo

em regiões *deprimidas*, os conselhos restringem a capacidade de descobrir potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de revelar.

Para atender aos anseios da população rural, o governo federal implementa planos e programas que visam o desenvolvimento rural em nível nacional. Em 2003, foi implementado pelo governo federal o PTDRS, que tinha como objetivo atender aos anseios e as necessidades da população rural.

Segundo o PTDRS, em seu guia de planejamento, documento nº 02 (2005), as políticas públicas nacionais continham uma gestão centralizadora e/ ou pulverizada na sua implementação, deixando de atingir os objetivos esperados, por serem pouco sensíveis às particularidades locais e ao enfoque sistêmico, acabando por sujeitar a matriz social e produtiva aos interesses nacionais.

Nesse contexto, por meio do MDA em 2003, o Governo Federal redefiniu o enfoque do planejamento para âmbito territorial, permitindo uma visão mais integradora de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas. Ou seja, buscou a integração das organizações internas dos territórios rurais, entre elas e com o resto da economia regional e nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas. Com uma visão voltada à articulação das políticas públicas, da formação de parcerias, de forma a viabilizar o alcance de objetivos maiores das políticas públicas para o meio rural, potencializando resultados e reduzindo desperdícios vinculados à superposição e à dispersão de esforços.

O PTDRS tem como objetivo orientar, organizar diretrizes de forma estratégica para promoção de ações que serão realizadas no futuro, visando ao desenvolvimento sustentável nos territórios, resultante de consensos compartilhados entre os atores sociais e o Estado, nas decisões tomadas no processo dinâmico de planejamento participativo. Segundo Buarque (1997), atores sociais são grupos e segmentos diferenciados da sociedade civil que constituem conjuntos relativamente homogêneos, segundo sua posição na vida sociocultural e econômica e que, por sua prática coletiva, constroem identidades, interesses e visões do mundo convergentes. Essas ações devem integrar uma visão mais ampla do território, projetando todas as ações necessárias ao seu processo de desenvolvimento sustentável, independentemente das fontes de financiamento ou parcerias a serem formadas, sejam elas de natureza pública ou privada, dentro ou fora do espaço territorial.

De acordo com o PTDRS o importante é que este seja um instrumento auxiliar de gestão social que permita aos atores sociais e ao Estado negociar técnica e politicamente com todas as instâncias a viabilização das ações projetadas. Esse procedimento deve caminhar de forma descentralizada². No processo de planejamento, o PTDRS auxilia aos atores envolvidos com ferramentas como, conceitos básicos, apontando metodologias, orientando a organização das informações e programando o futuro, salientando, ainda, o que cada equipe envolvida pode inovar frente às diversidades inerentes a cada território, não sendo, portanto, um material acabado e definitivo, devendo ser permanentemente aperfeiçoado. Contudo, na formulação do plano como processo, o PTDRS exige etapas que guardam uma coerência e uma sequência, compreendendo: i) marco conceitual do desenvolvimento, gestão e planejamento territorial; ii) metodologia para construção do Plano; iii) formulação do diagnóstico; iv) identificação dos eixos de desenvolvimento (diretrizes e estratégia); v) orientações ao detalhamento das propostas (as linhas de ação e projetos específicos). Por conseguinte, BRASIL (2005) estas orientações têm como objetivo chegar aos seguintes resultados:

- **Fortalecimento da Gestão Social** - é a possibilidade de consolidar, no território, espaços de discussão sobre os rumos do desenvolvimento que possam orientar a iniciativa dos diferentes atores;
- **Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação** - são instrumentos eficazes de emprego do capital social gerado em um território a partir das relações humanas e sociais, que o transforma em instrumento de otimização das iniciativas coletivas, rumo à formulação, à implementação e à gestão de planos de desenvolvimento sustentável. As redes são arranjos integradores onde transitam informações, conhecimentos, ampliando as capacidades humanas e institucionais, facilitando as relações políticas, econômicas, culturais e sociais;
- **Dinamização Econômica nos Territórios** - esse componente também está centrado no espírito de participação, confiança, solidariedade e cooperação. É sobre ele que se articulam as redes de cooperação, a concepção de cadeias e de arranjos produtivos, agrupamento de setores e de empresas, criação de distritos industriais e agroindustriais, todos necessários à construção de uma visão integrada de desenvolvimento produtivo, competitividade, interdependência e cooperação;
- **Articulação de Políticas Públicas** - é a possibilidade de articulação interinstitucional e está diretamente ligada à capacidade de gerar um ambiente inovador para o desenvolvimento sustentável, por meio do acesso a serviços e a recursos que possam materializar, no território, os resultados do trabalho, garantindo tanto a geração de riqueza quanto sua apropriação mais equitativa.

² A **descentralização** é o processo de transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores, entre as quais o território, município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala. Representa uma efetiva mudança na capacidade de escolha e definição sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos (ARAÚJO, 1998).

O processo de implementação do PTDRS permite desenvolver ação para o capital social, criando um contexto de fomento às iniciativas empreendedoras, por meio da cooperação e da articulação interinstitucional. É nesse plano que a SDT, assume a missão oficial, como representação do estado, de apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas. Nessa integração, a Gestão Social condiz com o “*empoderamento*” da sociedade, com a formulação de compromissos entre o público e o privado, garantindo a participação social na gestão pública que requer sistemas descentralizados, baseados em forte participação, maior densidade de informação, parcerias e articulações em rede (BRASIL, 2005).

De acordo com a contextualização do PTDRS, sobre as implementações de políticas públicas, Paulillo (2000, p. 16) apud Fialho e Waquil, (2008) afirmam que a [...] formulação e implementação de políticas públicas são resultado de arranjos institucionais, constituídos por organizações de interesses privados específicos, agências públicas governamentais e não governamentais.

Diante de várias reivindicações da população rural, representada pela sociedade civil em políticas que apoiassem o desenvolvimento rural sustentável dos territórios, o governo brasileiro implementa o PTDRS em nível nacional.

- ✓ Da sua Implementação em 2003 – O PTDRS foi elaborado durante o início do governo Lula, para estabelecer um processo de discussão de uma proposta de trabalho a ser implementada pela SDT e do MDA. A sua concepção básica foi fruto do período de transição entre dois governos (FHC e Lula) e este documento buscou dar consistência a um acúmulo de conhecimentos que estavam sendo gerados por cientistas, entidades públicas e não governamentais que, de uma ou outra forma, desenvolviam análises e projetos na direção apontada por esse documento. Ele tornou-se base para a formulação do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, incluído como tal no PPA 2004-2007, e hoje operado enquanto um conjunto de conceitos e propostas pela SDT. Um dos pontos fundamentais dessa proposta é apontar para uma nova maneira de conceber e de implementar políticas públicas que enfatizem o “desenvolvimento rural sustentável” como elemento propulsor de mudanças sociais importantes.

- ✓ Outro elemento considerável é a perspectiva da abordagem territorial, que considera as múltiplas dimensões e as inter-relações contidas em uma população diversificada e com necessidades e potencialidades distintas. O desenvolvimento sustentável deve contemplar medidas que objetivem a melhoria contínua da qualidade de vida do conjunto da população do território, não apenas de parte dela. É indispensável que haja uma forte articulação de políticas públicas entre si, nos diversos níveis de governo, com as iniciativas da sociedade, do setor privado dos diversos ramos de atividades.
- ✓ Portanto, o desenvolvimento territorial tem de superar o crescimento segmentado e intermitente, a falta de oportunidades e de capacidades, superar as barreiras sociais e políticas, harmonizar-se com a cultura e promover o crescimento econômico endógeno, para poder valorizar os recursos, as pessoas e os produtos do território. É necessário que se façam acordos, concessões, parcerias, que o capital social agregue vantagens competitivas aos territórios, facilitando alianças, sociedades, cooperação e confiança.
- ✓ O plano tem um caráter do desenvolvimento integral do território. Deve integrar uma visão ampla do território, projetando todas as ações necessárias ao seu processo de desenvolvimento sustentável, independentemente das fontes de financiamento ou parcerias a serem formadas, sejam elas de natureza pública ou privada, dentro ou fora do espaço territorial. É um instrumento auxiliar de gestão social que permite aos atores sociais negociar técnica e politicamente com todas as instâncias a viabilização das ações projetadas. No sentido de orientar os participantes do processo, foi confeccionado um guia de planejamento e gestão do PTDRS (BRASIL, 2005);

No primeiro momento, no Estado de Rondônia as ações de mobilização do PTDRS/RO foram realizadas pelo FIATEC. Dentre um de seus produtos o FIATEC, em parceria com o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre - PESACRE e de outras entidades, apresenta, o PTDRS do Território Central de Rondônia. Esse documento [...] não pretende ser único e nem está acabado. Tem apenas a intenção de contribuir para mais um passo na busca do desenvolvimento sustentado e com responsabilidade no Território Central de Rondônia (FIATEC, 2007).

Os programas de desenvolvimento regional buscam, sobretudo, a redução dos desequilíbrios inter e intrarregionais em bases sustentáveis. Nesse sentido, a ação regional ganha foco e gera expectativas concretas a partir do momento em que as políticas públicas, consubstanciadas nos programas e ações governamentais, assumem papel de instrumentos efetivos de redução das desigualdades regionais brasileiras, com a valorização das diversidades regionais e a opção integrada de políticas públicas nos territórios – orientados por critérios legítimos de escolha de espaços prioritários (IPEA, 2012).

Diante de tantas desigualdades sociais e econômicas, - proprietários de terra, com alto poder aquisitivo, financiamento de grandes projetos x pequenos produtores rurais, população de baixa renda como os ribeirinhos, quilombolas e indígena - o governo federal, por meio das políticas públicas, faz a integração de mais um programa com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população menos favorecida, em especial a comunidade rural.

Motivada pelo objetivo do PTDRS como política de desenvolvimento rural, que observa as necessidades e características regionais de uma forma participativa, com a sociedade civil representada, o estudo focalizou as intervenções de políticas públicas para o desenvolvimento rural no Estado de Rondônia. Enfoca o PTDRS no Estado de Rondônia, no período das duas últimas gestões governamentais – governo Lula - ou seja, 2003 a 2010.

Foi dada ênfase ao PTC nos territórios: Central de Rondônia e Madeira Mamoré no Estado de Rondônia, entendendo que foram esses os dois primeiros a participarem do programa no estado e por se consolidarem em características e necessidades diferenciadas. O estudo do PTDRS mostra a divisão político-administrativa territorial do estado nas dimensões: ambiental, econômica e social, objeto do PTC. Este teve como base inicial para a divisão territorial a 2ª aproximação e efetivação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE) do estado.

4.2 O Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS em Rondônia

Buscando apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais de Rondônia e promover a implementação e integração de políticas públicas, a SDT/MDA, a partir de 2003 através de sua Delegacia Federal de Desenvolvimento

Agrário em Rondônia (DFDA/RO) e em parceria com o Centro de Estudos Rioterra, promoveu o processo de construção dos PTDRSs, com a participação dos atores dos territórios rurais: os representantes de órgãos oficiais do governo e da sociedade civil. A abertura da Conferência da Juventude pode ser visualizada na Figura 09.

Figura 09 - Oficina do PTDRS no Território da Cidadania Central de Rondônia



Abertura da 2ª Conferência Territorial da Juventude pelo Coordenador do Território da Cidadania Central de Rondônia.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Na Figura 09 registra o encontro de representante de órgãos públicos e sociedade civil, com a representação de jovens do território Central e Vale do Guaporé na Conferência da Juventude durante o mês de outubro 2011.

Nesse encontro, coordenado pelo MDA foi acompanhado pelos representantes de órgãos públicos e unidades parceiras, CEPLAC e EMATER, como resultado do PTDRS no Estado em projetos territoriais estratégicos.

O Centro de Estudo Rioterra no final de 2010, realiza oficina para avaliar o Programa Território da Cidadania em cada território. A execução do PTDRS em Rondônia foi fruto de diversas atividades de levantamentos, reuniões e oficinas na elaboração dos PTCs. Para a construção dos diagnósticos territoriais, foram realizadas em 18 oficinas distribuídas nos quatro Territórios Rurais de Rondônia.

As primeiras quatro oficinas contaram com a participação de representantes das institucionalidades territoriais. Segundo a Rioterra (2011) as oficinas foram para ajuste do diagnóstico territorial, identificação e construção da visão de futuro e aporte de subsídios para identificação dos objetivos estratégicos.

A segunda rodada de oficinas temáticas de construção dos PTDRS apontou os projetos estratégicos territoriais no âmbito das dimensões político institucional, socioeconômica, ambiental, sociocultural e educacional. As oficinas tiveram uma linha metodológica que aborda exposições, debates e trabalhos de grupo para o planejamento participativo dos seguintes temas geradores: Direito: Cidadania e Políticas Públicas; Organização e Gestão Social e Institucional; Segurança Pública; Educação; Gestão Territorial e Ambiental; Economia e Infraestrutura; Meio Ambiente; Saúde; Regularização Fundiária; Comunicação; Políticas Culturais; Diversidade Etnocultural; Gênero e Geração; Esporte e Lazer; e a identificação de áreas de pobreza extrema na área rural dos territórios. Esse último tema foi incluído no presente ano, a partir da orientação da SDT para ajuste do PTDRS com foco na erradicação da pobreza extrema, identificando em cada território a existência das diversas expressões da pobreza extrema rural.

Essas atividades foram vitalizadoras dos processos endógenos de fortalecimento da participação social nos colegiados territoriais, bem como de qualificação e formação de pessoal, empoderando pessoas a assumirem as responsabilidades de execução de ações imediatas e de médio prazo, necessárias ao processo de desenvolvimento territorial em Rondônia. As oficinas obtiveram como resultado a identificação dos 195 projetos estratégicos territoriais. Esses projetos consideraram as dimensões do desenvolvimento territorial sustentável da SDT/MDA, que são: dinamização econômica; sociocultural e educacional; político-institucional e ambiental. Outro fator considerado na elaboração dos projetos estratégicos territoriais foram as áreas de resultados da SDT/MDA que são: Fortalecimento da Gestão Social; Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação; Dinamização Econômica dos Territórios e Articulação de Políticas Públicas.

O processo de construção participativa, através das 18 oficinas, retrata as necessidades, anseios e sonhos dos atores territoriais que vivem nos 32 municípios de Rondônia que compõem os quatro Territórios Rurais.

O processo de implantação do PTDRS no programa Território da Cidadania no Estado de Rondônia também é marcado pela reterritorialização e

desterritorialização, na formação dos TCs no Estado diante da mobilidade populacional.

Para o desenvolvimento desses territórios rurais, o governo federal, por meio do MDA, implantou políticas públicas com o PTDRS a partir de 2003 e o PTC a partir de 2008 e estes estão em plena execução das atividades. O principal objetivo destas políticas é que sejam de forma participativa, na qual abre espaço para a sociedade civil almejar as suas necessidades diante das características de cada região (BRASIL, 2005):

“A política do governo federal no Brasil encontrou o caminho para o crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais e regionais. O desafio é levar cidadania e melhoria da renda e da qualidade de vida a todas os brasileiros, especialmente no meio rural, onde ainda residem as maiores desigualdades. Para alcançar esta meta, o Governo Federal está lançando o Programa Territórios da Cidadania - PTC, em parceria com governos estaduais, municipais e a sociedade”.

Para uma melhor compreensão deste processo de desenvolvimento rural se faz uma contextualização do PTC em nível nacional e no Estado de Rondônia para, na sequência, levantar o PTDRS no PTC nos dois territórios propostos no estudo.

4.3 O Programa Território da Cidadania no contexto nacional e no Estado de Rondônia

Para dar continuidade e mais consistência ao PTDRS o governo brasileiro em março de 2005, lança a “Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil”, para ser desenvolvida junto ao PTC.

Segundo a coordenadora do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), Tânia Zapata, em 2008, um dos grandes desafios do programa seria a garantia de integração de políticas públicas, tendo em vista a “tradição” do Brasil diante de diferentes e contraditórias políticas territoriais nos mais diferentes níveis de governo, com superposição de ações e desperdício de recursos (RTS, 2008).

Em 2008, o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira, comunica a integração de 135 ações a serem desenvolvidas naquele ano por 15 ministérios, “Ações como essas têm um alcance reduzido se não há também um forte trabalho para fortalecer a capacidade local de gerar alternativas e inovações”. Admite, ainda, que seja preciso reforçar também redes solidárias e

parcerias para ampliar e aprofundar a participação de setores tradicionalmente não alcançados por políticas de desenvolvimento (RTS, 2008).

O PTC é um programa de desenvolvimento regional sustentável e garante direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do governo federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. Foram definidos conjuntos de municípios, unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais, que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os territórios conseguem demonstrar, de uma forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (BRASIL, 2005).

Segundo o MDA, em 2008 mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais tiveram acesso às ações do programa. Por sua concepção e gerenciamento, os PTCs não se limitam a atacar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações de ministérios e governos estaduais e municipais, consolidando as relações federativas, tornando mais eficiente a ação do poder público nos territórios. Por exemplo: desenvolver ações combinando os financiamentos do PRONAF, com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Programa Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas. A integração do conjunto de políticas públicas e dos investimentos previstos contribuirá para melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais (BRASIL, 2008).

O programa território da cidadania tem por objetivo geral de Superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de

desenvolvimento territorial sustentável, e como objetivos específicos: Inclusão produtiva das populações pobres dos territórios; Planejamento e integração de políticas públicas; Busca da universalização de programas básicos de cidadania; e Ampliação da participação social. Os elementos conceituais do PTC, têm como foco diminuir as Desigualdades e pobreza no meio rural; Estratégia territorial e territórios de identidade; Consolidação das relações federativas; e Integração de políticas públicas (BRASIL, 2008).

Segundo o detalhamento da Matriz e o Portal do PTC (MDA, 2009) na formação dos territórios rurais, os municípios devem observar as seguintes características: unidos pela mesmo perfil econômico e ambiental que tenham identidade e coesão social e cultural; os territórios possuem uma organização (colegiado) e já vem trabalhando num Plano de Desenvolvimento; os territórios rurais (programa específico do MDA) agora se transformam nos Territórios da Cidadania, com escopo mais amplo.

O governo federal, para atender todo território nacional, implanta, em 25 de fevereiro de 2008, o Programa Território da Cidadania. Um território rural se define com os seguintes requisitos:

- Conjunto de municípios com até 50 mil habitantes;
- Densidade populacional menor que 80 habitantes/Km²;
- Organizados em territórios rurais de identidade;
- Integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MIN).

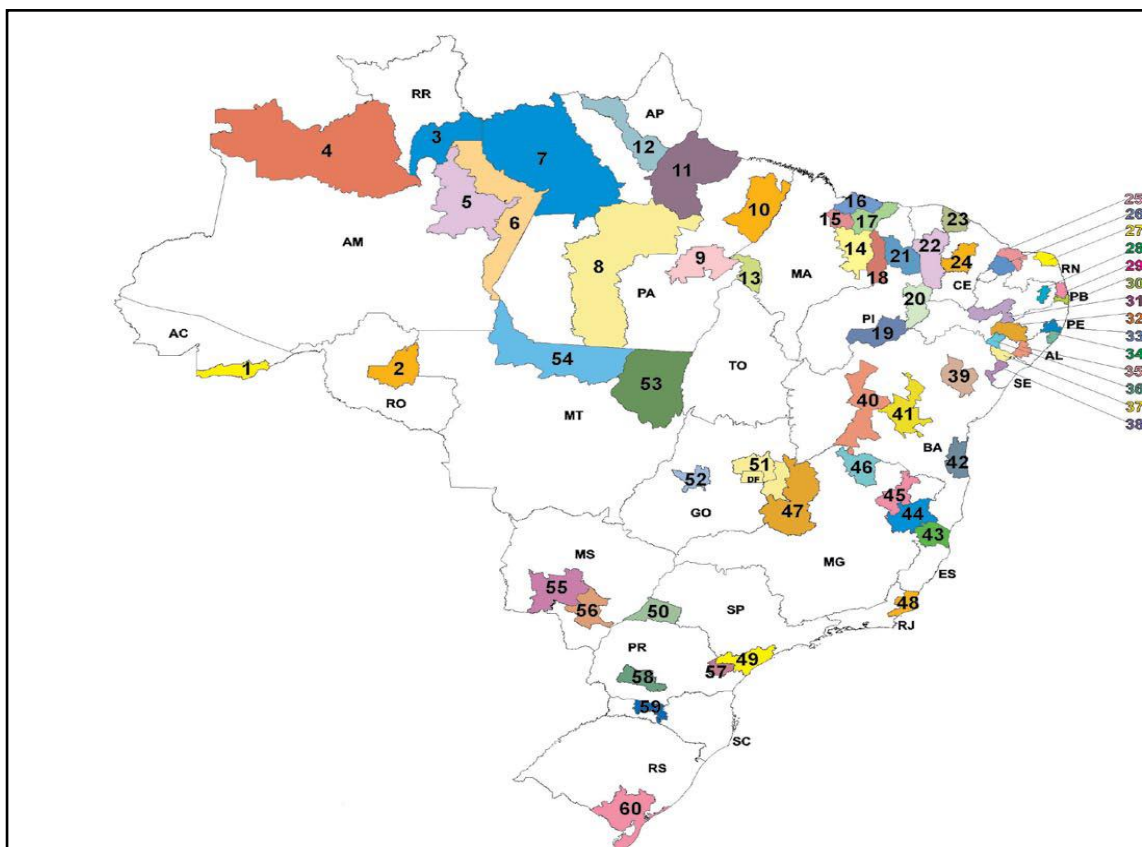
Para identificação de quais territórios seriam o foco da atuação do Programa Territórios da Cidadania, foram definidos os seguintes critérios técnicos:

- menor IDH;
- maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária;
- maior concentração de populações quilombolas e indígenas;
- maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- maior número de municípios com baixo dinamismo econômico;
- maior organização social;

Nessas especificações em 2008 foram definidos, 60 territórios, sendo no mínimo um por cada estado da federação. De acordo com o MDA (2008) nesse primeiro momento (2008), foram atendidos os territórios rurais de baixo IDH, abrangendo cerca de mil municípios em todos os estados da federação, com os seguintes atributos: Municípios: 958 (17% do total de municípios); População Total: 24 milhões (14%); População Rural: 7,8 milhões (27%); Agricultura Familiar: 1 milhão de agricultores (24%); Assentados Reforma Agrária: 319,4 mil famílias (40%); Bolsa Família: 2,3 milhões de famílias (21%); Comunidades Quilombolas: 350 (37%); Terras Indígenas: 149 (25%); e Pescadores: 127,1 mil (33%), dados publicados pelo MDA (2008) sobre os Territórios da Cidadania.

Diante ao pré estabelecido para composição de um Território da Cidadania, o Governo Federal implanta essa políticas em todo território nacional, de pelo menos um por cada estado, observando para implementação o mais consolidado dentro das políticas territoriais. Estes territórios podem ser visualizados na Figura 10.

Figura 10 - Os 60 Territórios da Cidadania em todo território nacional

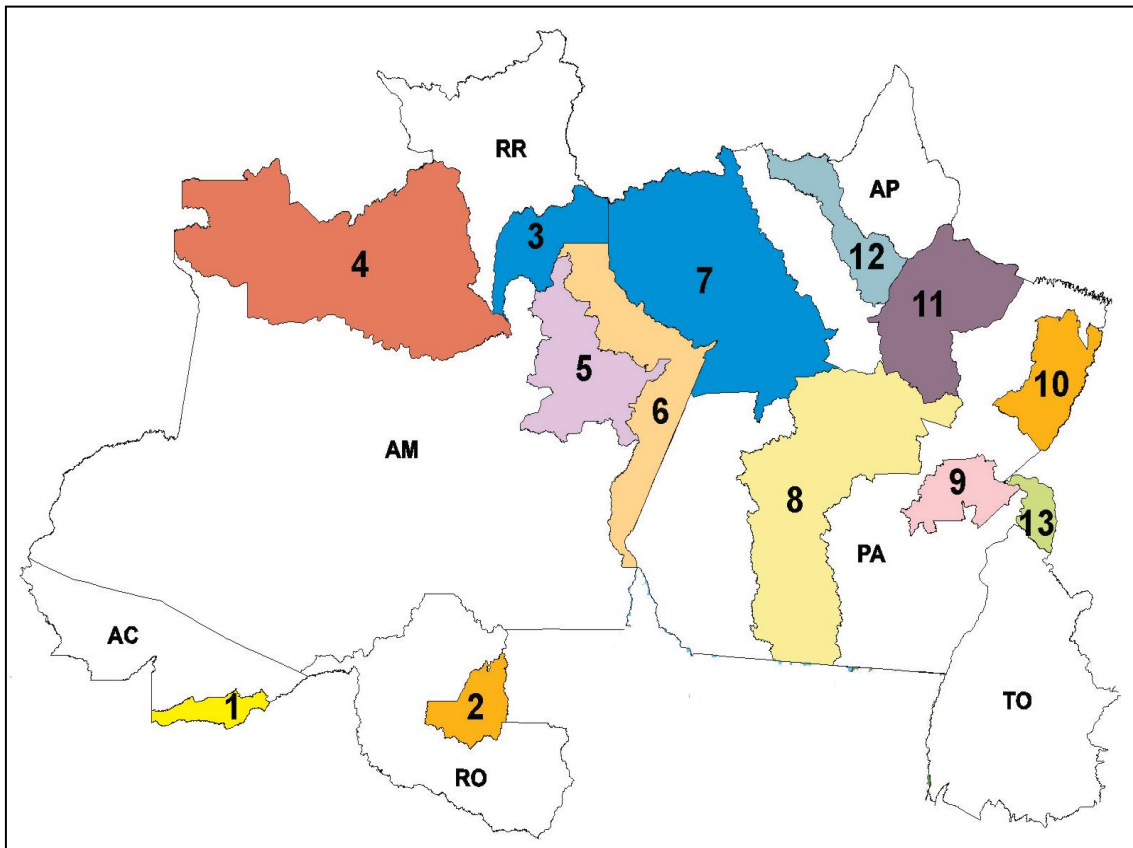


Fonte: Território da Cidadania (MDA, 2008) adaptado pela autora.

Na Figura 10 a localização dos 60 Territórios da Cidadania, implantados em 2008 pelo governo federal em todo território nacional.

Na região Norte do país nessa primeira divisão territorial foi implantado pelo PTC, 13 territórios³ nos sete estados.

Figura 11 - Territórios da Cidadania na Região Norte



Fonte: Território da Cidadania (MDA, 2008) adaptado pela autora.

Como se pode visualizar na Figura 11, na identificação com a cor laranja, de número 2, nessa primeira divisão territorial no Estado de Rondônia em 2008, foi homologado apenas um território, o Território da Cidadania Central de Rondônia (BRASIL, 2008).

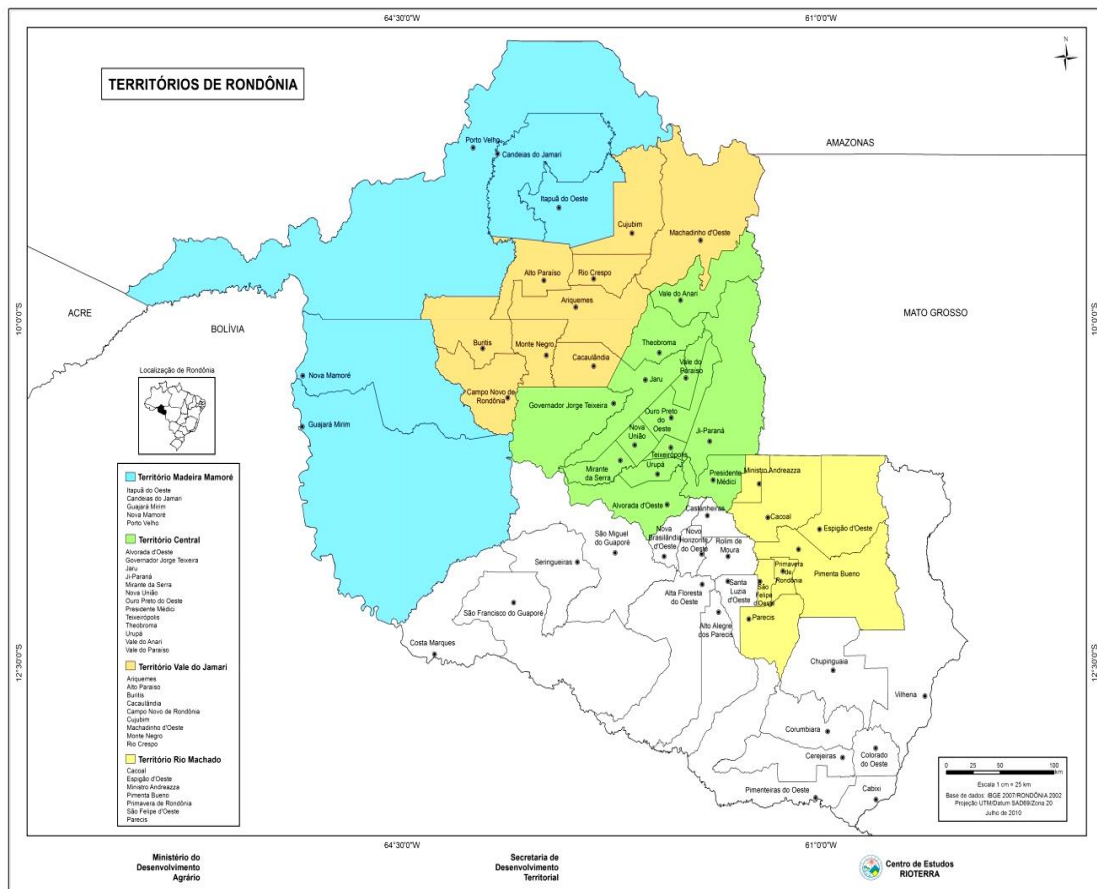
Em 2009 foram homologados mais dois, o Território Madeira Mamoré e o Território Vale do Jamari. Desde 2010 o Território Rio Machado está com documentação pronta, aguardando homologação pelo MDA. Os outros territórios são

³ (1) Alto Acre e Capichaba AC, (2) Central (Ji-Paraná) RO, (3) Sul de Roraima RR, (4) Alto Rio Negro AM, (5) Entorno de Manaus AM, (6) Baixo Amazonas AM, (7) Baixo Amazonas PA, (8) Transamazônica PA, (9) Sudeste Paraense PA, (10) Nordeste Paraense PA, (11) Marajó PA, (12) Sul de Amapá AP e (13) Bico do Papagaio TO.

rurais: Vale do Guaporé, Zona da Mata e Cone Sul, aguardando implantação para Território da Cidadania.

Os quatro Territórios da Cidadania, o Central de Rondônia, o Madeira Mamoré, o Vale do Jamari, considerando ainda o Rio Machado, estão contidos na Figura 12, com seus respectivos municípios na legenda.

Figura 12 - Territórios Rurais no Estado de Rondônia



Fonte: Centro de Estudo Rio Terra (2010).

Na Figura 12 pode ser visualizada a divisão dos quatro territórios rurais na divisão geográfica do Estado de Rondônia.

O desenvolvimento rural está relacionado ao enfoque territorial pela participação ativa das populações locais. Essa participação leva a população a se integrar aos meios: urbano ou rural, social, cultural e ambiental. É a sociedade exercendo cidadania.

4.3.1 Implantação do Programa Território da Cidadania em Rondônia

Diante da formulação e implementação do PTDRS, no Programa Território da Cidadania, este estudo se propõe, com base na pesquisa bibliográfica disponível em livros e na internet, como também em documentos oficiais dos órgãos do governo relacionados com desenvolvimento rural, a analisar a implantação desse plano em dois territórios rurais: o Território Central e o Território Madeira Mamoré em Rondônia.

Considerando os três TCs efetivamente homologados pelo governo federal por meio do MDA no PTC, faz-se uma breve descrição dos municípios que compõe cada território e suas características.

- **Território Central** - compreendido por 13 municípios⁴ com características segundo o ZSEE/RO,⁵ definidos na zona 1 em áreas propícias à exploração e uso da terra, principalmente, agropecuária, com graus variáveis de ocupação, vulnerabilidade ambiental e outras aptidões de uso, como a agroflorestal. Nessa zona concentra-se a maior densidade populacional rural do estado (SEPLAN, 2006).
- **Madeira Mamoré** - que compreende apenas cinco municípios⁶ com áreas, segundo o ZSEE/RO, localizadas nas zonas 2 e 3 do zoneamento, de uso restrito ao manejo sustentável e ajuizado pelas Unidades de Conservação Ambiental e Reservas Indígenas, instituídas pela União, Estados e Municípios (SEPLAN, 2006). Nessa divisão está o Município de Porto Velho (capital do Estado de Rondônia), que concentra a maior densidade urbana do estado, com desenvolvimento diferenciado dos demais municípios do território.

Vale do Jamari - compreendido por nove municípios⁷, também se caracteriza como área de produção e uso da terra voltada à agropecuária. Desses nove

⁴ Municípios que compõe o Território Central: Alvorada do Oeste, Ji-Paraná, Jarú, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Vale do Paraíso, Urupá, Mirante da Serra, Theobroma, Governador Jorge Teixeira, Nova União, Teixeiraópolis e Vale do Anari.

⁵ Zoneamento Socioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE/RO, Lei complementar nº 233, de 06 de junho de 2000, disponível na Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia – SEPLAN/RO.

⁶ Municípios que compõe o Território Madeira Mamoré: compreendido pelos municípios: Candeias do Jamari, Porto Velho, Itapoã do Oeste, Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

⁷ Municípios do Território Vale do Jamari: Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Monte Negro e Rio Crespo.

municípios oito estão localizados na zona 1. Somente o Município de Buritis está na zona 2 do zoneamento, o qual tem seu uso de exploração limitado ao manejo e preservação (SEPLAN, 2006).

Nesta tese, a escolha dos dois territórios para análise - Central de Rondônia e Madeira Mamoré - se deu em razão do estudo efetivado pelo MDA para a homologação dos territórios em que foram observadas as características, potencialidades e necessidades, identificadas com o pré-definido pelo programa do PTC como a identidade social econômica e cultural.

Para este estudo optou-se por estudar as políticas públicas do governo federal PTDRS no PTC nos territórios Central de Rondônia e Madeira Mamoré, diante de uma pré-análise dos territórios. Verificou-se que os Territórios Central e Vale do Jamari têm características similares: encontram-se na mesma área definida pelo ZSEE/RO, zona 1 - área de produção e uso da terra voltada, principalmente à agropecuária. Já o Território Madeira Mamoré, localizado nas zonas 2 e 3 do zoneamento, caracteriza-se por ser de uso restrito ao manejo sustentável e controlado pelas Unidades de Conservação Ambiental e Reserva Indígena, instituídas pela União, Estados e Municípios. As áreas geográficas dos municípios deste território possuem maior extensão que os outros territórios e menor população, devido às delimitações do zoneamento (zonas 2 e 3), com exceção do Município de Porto Velho que concentra a maior população do estado, tanto urbana como rural, com grandes investimentos voltados às atividades industriais e às hidrelétricas, como também a contratação do funcionalismo nos órgãos públicos.

O território Central de Rondônia é o mais antigo e consolidado, com maior efetividade nos programas rurais.

4.3.2 Território da Cidadania Central de Rondônia (TCC/RO)

Desde julho de 2003, SDT e o MDA, desencadeou ações junto aos atores sociais na perspectiva da construção coletiva de um processo de planejamento das demandas sociais com a articulação das políticas públicas existentes no âmbito dos Estudos Propositivos de Dinamização Econômica dos Territórios.

O **Território Central de Rondônia** foi o primeiro a ser reconhecido e receber mais investimento nas áreas rurais pelo PTC. Na época de sua implementação era o que estava mais consolidado.

Para a composição do TCC/RO, vários passos foram dados. Contudo, essa região do TC já contava com certo capital social e articulação entre seus atores sociais. Também já contava com ações do PROAMBIENTE e de fóruns e planos de desenvolvimento locais e regionais. Isso, em parte, contribuiu (e até mesmo facilitou) o entendimento e absorção da proposta de desenvolvimento territorial (BRASIL, 2007).

No Território Central estão localizados 24 Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (P.A.), com mais 4.300 famílias beneficiadas. Em seu espaço geopolítico estão localizadas cinco Unidades de Conservação, a saber:

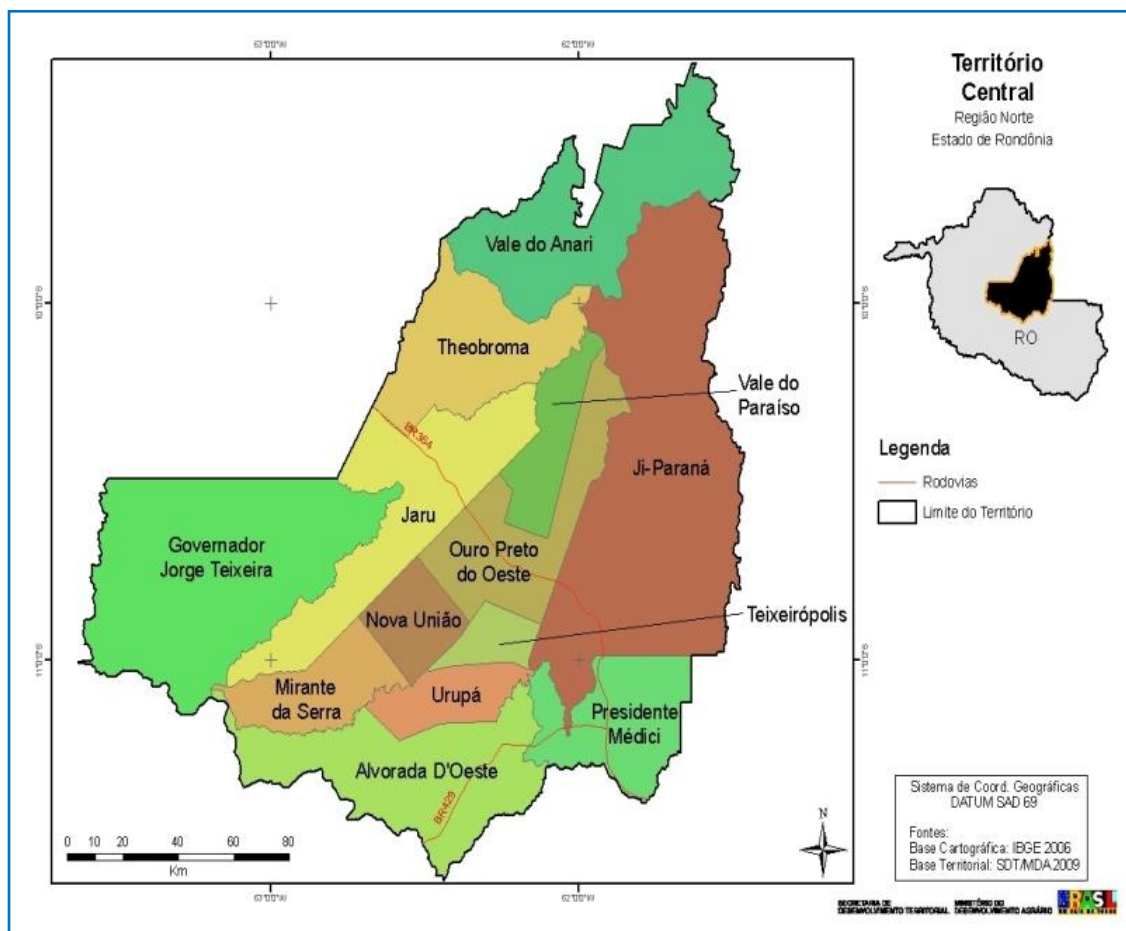
- Reserva Biológica Jarú (no Município de Vale do Anari e Ji-Paraná);
- Parque Nacional do Picaás Novos (no Município de Governador Jorge Teixeira)
- Parque Municipal Chico Mendes (no Município de Ouro Preto do Oeste)
- Reservas Extrativistas Aquariquara e Itaúba (no município de Vale do Anari).
- Também estão presentes duas Terras Indígenas:
- T.I. Igarapé Lurdes (no Município de Ji-Paraná) e
- T.I. Uru-Eu-Wau-Wau.(no Município de Gov. Jorge Teixeira)

De um modo geral, essas áreas protegidas encontram-se bastante ameaçadas por ações de depredação: roubo de madeira, caça e pesca ilegal e grilagem de terras.

O Território da Cidadania Central está composto por diferentes atores: latifundiários, pequenos produtores rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, madeireiros e seringueiros, com interesses diversificados, levando os agentes de políticas públicas desenvolverem projetos que atendem aos interesses políticos dos representantes mais assíduos nos eventos e oficinas do PTDRS, promovidos pelo SDT/MDA e Unidades parceiras. Gerando assim, conflitos de interesses para o desenvolvimento rural no território. Contrapondo assim, ao predisposto nos objetivos do PTC e PTDRS, implementado pelo governo federal.

Na Figura 13 estão localizados os municípios contemplados pelo PTDRS de Rondônia no PTC/TC/RO.

Figura 13 - Território Central de Rondônia e seus respectivos Municípios



Fonte: Base cartográfica IBGE 2006, MDA/STD 2009.

O Território Central de Rondônia foi o primeiro a ser homologado pelo Governo Federal em 2008 por considerar que era o único consolidado à época. Conforme a Figura 13, este território está composto por treze municípios: Governador Jorge Teixeira, Ji-Paraná, Jarú, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixerópolis, Urupá, Vale do Anari, e Vale do Paraíso, que desenvolvem atividades rurais. A formação destes municípios está atrelada aos ciclos da borracha; à implantação de estações telegráficas através da Comissão Rondon; à abertura da rodovia BR-364 e aos projetos de colonização e núcleos urbanos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (FIATEC, 2007).

A atividade central incentivada pelo governo federal, nesses projetos de colonização, era a produção agrícola, a qual tornou-se mais ampla para um desenvolvimento rural. Mecanismos de novas políticas públicas se fazem necessários, para incrementar o rural com sustentabilidade, e visando levar a

cidadania ao homem do campo de maneira que estanque o êxodo rural, o governo implanta estrategicamente políticas participativas como forma metodológica de levar a sociedade civil a se integrar nos processos de desenvolvimento.

A sociedade civil passa a compor todo o processo de levantamento de proposições das ações em oficinas promovidas pelo MDA e entidades parceiras. Nessa composição são convidados representantes de órgãos públicos e representantes da sociedade civil (associações, sindicato e cooperativas), que irão interagir nas oficinas do PTDRS de cada Território da Cidadania (TC). Os TCs são constituídos por municípios que se identificam pelas suas características regionais.

Segundo Echeverri (2010) a construção de identidade, pode ser reconhecida como unidade que pode controlar ou interagir enquanto a institucionalidade que expressa – pode ser a bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas. Dessa forma, o território pode, inclusive, chegar a constituir-se num espaço descontínuo. O elemento central da reflexão que nos ocupa é o fato de a identidade – como expressão de traços diferenciadores e distintivos da população pertencente em um espaço – converte-se no espírito essencial, básico e estruturante do território. Nesta construção de identidade, o Território da Cidadania foi implantado para identificar as necessidades e características de uma região na formação de cada território. Para o autor, o território deve integrar todos visando o desenvolvimento de todos. Desenvolvimento que não significa apenas crescimento econômico, mas também a equidade, o respeito à diversidade, promovendo, enfim, a justiça social, anseio de todos.

Assim, a territorialidade retoma sua importância no contexto dos estudos do desenvolvimento rural na medida em que a própria antropologia a reconhece como parte integrante de todos os grupos humanos ECHEVERRI (2010)

A territorialidade no Estado de Rondônia é exercida pelo governo federal, a partir do PTDRS e do PTC através do MDA, que desempenha oficinas de cidadania nos territórios rurais. As oficinas têm como regimento base às atribuições dos conselhos federais, estaduais e municipais que regem o desenvolvimento rural sustentável na região. Várias atividades são desenvolvidas nas oficinas do TCC com objetivo de discutir elementos e ações para o diagnóstico de projetos estratégicos de temas pré-definidos pelo MDA, envolvendo representante do poder público e sociedade civil organizada, desenvolvendo, assim, intercâmbio cultural.

O MDA por meio de unidades parceiras e sob os regimentos dos conselhos de desenvolvimento rural executa eventos de cidadania, promovendo conferências em vários níveis, abrangendo trabalhadores rurais: adultos, jovens, homens, mulheres, sem distinção de raça ou cor. Promovendo ainda, atividades sociais, com orientações de desenvolvimento rural com preservação ambiental.

Em outubro de 2011 na 2ª Conferência Nacional da Juventude, constituiu no TCC/RO em Ji Paraná a 1ª Conferência Territorial da Juventude, com a participação, dos representantes do território, compreendendo, órgão público e sociedade civil. Nessa oportunidade, com a integração de vários jovens da área rural – trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, e outros - foi realizado um desfile de jovens vestidos com roupas confeccionadas com material reciclado. Os Jovens integrantes desse desfile eram interagidos ao processo social e participativo da oficina.

Na Figura 14 apresenta um dos momentos de participação e interação da oficina, por jovens urbanos e rurais do TCC/RO.

Figura 14 - Desfile de trajes confeccionados de material reciclado



Processo de integração social, promovido na oficina do PTDRS na 1ª Conferência Territorial da Juventude, em outubro de 2011 no Território Central de Rondônia.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

O objetivo da Conferência foi integralizar os jovens que moram na área rural com os da área urbana, com a troca de saberes locais, às discussões de ações e projetos de sustentabilidade rural, na expectativa de sua permanência no campo com qualidade de vida econômica ambiental e social.

As unidades parceiras do MDA, no Estado de Rondônia - CEPLAC⁸, EMATER⁹ e FETAGRO¹⁰ - exerciam atividades internas e externas como técnicas e práticas rurais. Durante a esse evento, foi oportunizado uma visita em uma unidade da CEPLAC na BR 364 no município de Jarú, na distribuição de mudas e sementes de frutas, que poderá ser visualizadas nas Figuras 15 e 16.

Figura 15 - Assistência Técnica da CEPLAC para Produtores Rurais



Fonte: Arquivo da autora, 2011.

⁸ A Comissão Executiva do Plano da lavoura Cacaueira (CEPLAC) é uma unidade parceira no desenvolvimento do Estado desde a década de 1970, com assistência técnica na produção agrícola em especial para a atividade cacaueira. Ver. Almeida, Caio et al (2011). Contribuição da CEPLAC para o processo de colonização: 40 anos de história e prospectiva.

⁹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) presta serviços de ATER com excelência, onde as ações são desenvolvidas de forma educativa, participativa para e com os agricultores familiares (que são os atores do desenvolvimento sustentável) e suas organizações, com uma visão holística da propriedade; buscando a integração e complementaridade dos fatores de produção, valendo-se para isso das novas metodologias (Diagnóstico Rural Participativo-DRP, Diagnóstico Organizacional Participativo-DOP e outros), técnicas e ferramentas participativas; tendo como objetivo o foco central o Desenvolvimento Humano, Social e Econômico Sustentável. Abrangência em todos os 52 municípios, através de 83 unidades operacionais assim distribuídas; 64 escritórios locais, 14 subunidades, 01 centro gerencial, 01 gerência técnica, 01 centro de treinamento, 01 usina de nitrogênio e 01 usina de calcário. Relatório de atividades (2011).

¹⁰ Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO) parceira na formulação de propostas sustentáveis para a agricultura familiar, no âmbito do cooperativismo de crédito, é que estão contribuindo para o fortalecimento da categoria, bem como promovendo desenvolvimento sócio-econômico aos trabalhadores rurais associados. www.fetagro.org.br/.

A Figura 15 mostra um dos momentos de atividade da CEPLAC em Ouro Preto, na distribuição de mudas frutíferas – cupuaçu, cacau, açaí e outras - para pequenos agricultores, e orientação do técnico agrícola.

Figura 16 - Cacau dividido em lotes para distribuição aos agricultores do TCC



O cacau era dividido em lotes selecionados pelos técnicos da CEPLAC: cada lote tinha uma característica de formação para a produção.

Fonte: Arquivo da autora, 2011.

A CEPLAC desempenha parceria com o governo do estado em várias atividades: viveiro de mudas, assistência técnica aos agricultores desde o plantio, colheita, armazenamento, sendo também mobilizadora dos representantes da sociedade civil nos territórios rurais.

Outro evento realizado pelo MDA, iniciado em fevereiro de 2012 interterritorial e encerrando em 26 de abril em nível nacional, com um número expressivo de participantes foi a 1ª Conferência de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Essa Conferência ocorreu em três etapas: no primeiro momento a nível interterritorial, com três divisões dos territórios, usado o critério de aproximação geográfica dos mesmos como estratégia para o encontro dos participantes no evento: 1) territórios: do Cone Sul, Rio Machado e Zona da Mata; 2) territórios: Vale do Guaporé e Central; e 3) território: Madeira Mamoré e Vale do Jamari. Na segunda etapa, a nível estadual, que contou com representantes nomeados no encontro da

Interterritorial dos três eventos. E na última etapa a nível nacional, também com a representação de cada território, seguindo ao predisposto na regulamentação da 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural – I CNATER.

A comissão organizadora das oficinas, o MDA e funcionários de órgãos públicos apresentaram as seguintes proposições como base para discussão:

- 1) ATER e o Desenvolvimento Rural Sustentável;
- 2) ATER para a Diversidade da Agricultura Familiar e a Redução das Desigualdades;
- 3) ATER e Políticas Públicas;
- 4) Gestão, Financiamento, Demanda e Oferta dos Serviços de ATER; e
- 5) Metodologia e Abordagens de Extensão Rural.

Essas cinco proposições foram discutidas nas três etapas, - interterritorial, estadual e nacional - e aprovada na I CNATER em Brasília pelos representantes de todo o território nacional. A representação para participação de cada território, foi limitada ao predisposto pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.

Para a execução dessa conferência o CONDRAF, resolução nº 86, de 04 de outubro de 2011, aprova o Regimento Interno da I Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - I CNATER.

O CONDRAF, em sua 47ª Reunião Ordinária, realizada no dia 05 de outubro de 2011, resolveu, conforme Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da I CNATER, que dentre outras atribuições, deliberar sobre a participação nos eventos movidos pelo MDA para o desenvolvimento rural sustentável.

No § 1º a representação dos membros na I CNATER, em todas as suas etapas, é na proporção de 2/3 de sociedade civil sendo destes 75% representação de agricultores(as) familiares, e assentados(as) da reforma agrária e 25% representações de entidades não governamentais executoras de serviços de Ater e; 1/3 de governo, sendo deste 60% de representantes de entidades governamentais executoras de serviços de Ater e 40% de órgãos públicos dos poderes executivo, legislativo e judiciário das esferas estadual e municipal.

O § 2º devem ser garantidas a participação em todas as Etapas da Conferência Nacional de ATER a diversidade das organizações e movimentos sociais representantes das categorias/segmentos existentes nos estados, tais como:

agricultores (as) familiares, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, assentados (as) da reforma agrária, jovens rurais, mulheres rurais, povos indígenas, agroextrativistas, pescadores(as) artesanais.

No documento base da I CNATER (2011) predispõe que em todas as suas etapas, deve contar com a participação de membros representantes de órgãos públicos e da sociedade civil de acordo com a ruralidade de cada estado. Os membros da Etapa Nacional da I CNATER se distribuem em três categorias:

- I - Delegados(as) com direito a voz e voto;
- II - Convidados(as) com direito a voz; e
- III - Observadores(as) sem direito a voz e voto.

Os representantes desse evento no Estado de Rondônia nas três etapas seguiram com a participação limitada e predeterminada conforme o Quadro 04.

Quadro 04 - Composição da delegação interterritorial

Seguimento Social	VAGAS POR SEGMENTO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL						
Sociedade Civil	Prest. não oficiais	Agricult. Familiar	Indígena	Quilombolas	Pesc./Ribeirinhos	Agroextr.	Total
	08	46	03	03	03	03	66
VAGAS POR ESFERA DE ÓRGÃOS PÚBLICOS							
Poder Público	Prest. Oficial (EMATER E CEPLAC)		Municipal	Federal	Estadual	Total	
	14		16	02	02	34	
Total Geral							100

Fonte: Dados do MDA a partir do Cronograma da I CNATER, (2011) adaptado pela autora.

O Quadro 04 apresenta o quantitativo regulamentado pelo CONDRAF, da regulamentação interna da participação dos representantes na I CNATER.

Quadro 05 - Composição da delegação estadual

Seguimento Social	VAGAS POR SEGMENTO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL						
Sociedade Civil	Prest. não oficiais	Agricult. Familiar	Indígena	Quilombolas	Pesc./Ribeirinhos	Agroextr.	Total
	07	15	02	01	01	01	27
VAGAS POR ESFERA DE ÓRGÃOS PÚBLICOS							
Poder Público	Prest. Oficial (EMATER E CEPLAC)		Municipal	Federal	Estadual	Total	
	08		03	01	01	13	
Total Geral							40

Fonte: Dados do MDA a partir do Cronograma da I CNATER, (2011) adaptado pela autora.

Nos Quadros 04 e 05 visualiza-se a distribuição de vagas nas três etapas, ao recomendado pela CNATER (2011): a) da paridade entre homens e mulheres, sendo obrigatório o mínimo de 30% de mulheres; b) participação efetiva nos Colegiados Territoriais no caso de Territórios não homologados ou nos núcleos territoriais; c) a prioridade de participação das Secretárias Municipais de Agricultura e Conselhos Municipais de agricultura; d) as lideranças multiplicadoras; e) aos Órgãos envolvidos diretamente com Assistência Técnica (CNATER, 2011).

Durante todas as fases do processo observou-se, que desde a inscrição das oficinas, a maioria de participantes era representante de órgãos públicos e entidades parceiras. Na última fase de cada evento e ou oficina era feita uma votação de quem continuaria no processo, diante ao número limitado pelo regulamento interno da CNATER.

As etapas das oficinas da 1ª CNATER desempenhados pelos Territórios Rurais do Estado de Rondônia, por meio do MDA e entidades parceiras como CEPLAC, EMATER e FETAGRO, e suas respectivas representações podem ser visualizadas na Figura de 17, registrada na primeira oficina de ATER no Território Central.

Figura 17 - Conferência Estadual de ATER dos Territórios em Rondônia



Composição da Mesa: representante de órgãos públicos e sociedade civil representada pelo presidente da FETAGRO.

Fonte: Arquivo da autora, 2012.

A Figura 17 faz parte do acervo da autora, em um dos momentos de participação dos encontros promovidos pelo MDA na 1ª Conferência de ATER. Observa-se, que não foi convidado nenhum representante da sociedade civil, para a composição da mesa, essa foi representada pelo presidente da FETAGRO, que em outros momentos sua representação e como entidade parceira. Os demais componentes são representantes de órgãos públicos: da SDT, SEMAGRI, CEPLAC e políticos municipais.

A Figura 18 registra um momento de discussão ao final da oficina, com a participação do Secretário da SDT, e representante de órgãos públicos e sociedade civil do Estado de Rondônia. Foi indagado ao secretário sobre ações e projetos pré aprovados para o TCC/RO.

Figura 18 - Representantes de Órgãos Públicos e Sociedade Civil



Evento de ATER com a participação, do secretário da SDT, Delegado do MDA em Rondônia; Coordenador do TC, e representantes de órgãos públicos e sociedade civil.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

As oficinas do PTDRS no PTC/TC/RO eram realizadas de forma participativa por atores representantes de órgãos públicos e sociedade civil. O PTC/TC/RO atua com oficinas de capacitação aos representantes de associações, sindicatos e cooperativas, apresentado diagnóstico para proposição de ação para atividades do desenvolvimento rural.

Diante das atividades exercidas pelo MDA/SDT e entidades parceiras nos territórios rurais do Estado de Rondônia, o PTDRS no PTC/TC/RO, implantado pelo Governo Federal a partir de 2003, neste território, elaborou um relatório para verificar os resultados das ações implementadas no período de 2005 a 2010. O relatório foi realizado em uma oficina do PTDRS, sob a coordenação da Rioterra.

4.3.2.1 Relatório de Implementação do Território Central - 2005 a 2010

O relatório traz o registro do que aconteceu de marcante no TC/RO no período de 2005 a 2010. Esse relatório foi realizado, em uma oficina de estudos estratégicos para construção do PTDRS, promovido pelo MDA e a entidade parceira Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente Rioterra¹¹. Segundo o Coordenador da Rioterra (2011) o relatório teve por objetivo: construir uma visão de futuro para o território e levantar elementos para o estabelecimento dos eixos estratégicos que serão desenvolvidos no PTDRS.

O relatório foi constituído em uma oficina promovida pelo MDA em parceria com o Centro de Estudos Rioterra. O primeiro momento desta oficina foi a apresentação dos participantes, na sequência a divisão dos seis grupos para que refletissem sobre o que aconteceu de marcante no TC nos últimos 5 anos. Participaram da oficina de elaboração do relatório de execução do PTDRS no PTC/TC/RO os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território Central (TC) e outros convidados da sociedade civil e estado.

O território Central em 2010 foi composto por treze municípios, conforme item 4.3.1 da Implantação do Programa Território da Cidadania em Rondônia. No quadro 06 observar-se que a maior participação dessa oficina foi dos representantes dos Órgãos Públicos, indo de encontro ao pré-estabelecido no CONDRAF da regulamentação dos quantitativos de representação nas oficinas do PTDRS e PTCs. Dos treze municípios que compõem o TCC, dois - Governador Jorge Teixeira e Nova União - não participaram da oficina, dos onze municípios, somente Ji Paraná e Vale do Paraíso teve a participação nas três categorias, observando ainda que este último com três representantes da prefeitura. Os municípios, Alvorada D' Oeste

¹¹ O relatório de implantação do PTDRS no PTC/RO esta disponível no site do MDA, www.mda.gov.br e no site da Rioterra, www.rioterra.org.br.

Mirante da Serra, Presidente Médice, Teixeirópolis e Theobroma, não tiveram representação da sociedade civil.

Essa comissão estava representada por uma diversidade de sujeitos sociais, que pode ser visualizado no Quadro 06, compreendendo a representação do poder público e trabalhadores rurais, pelos sindicatos, associações e cooperativas.

Quadro 06: Participantes da oficina de avaliação do TCC – 2005 a 2010

Composição dos membros representantes e articuladores na oficina de avaliação do TC/RO: 01 representante do Governo do Estado; CMDRS e 04 articuladores da Rioterra de Porto Velho;			
Representantes			
Municípios	Órgãos Públicos	Unid. Parceiras	Sociedade Civil
Alvorada D' Oeste	Sec. de Agricultura	EMATER	0*
Jaru	0*	FETAGRO e CEPLAC	MPA/STTR, ASPROVINO
Ji-Paraná	Prefeitura, Câmara dos Vereadores, CMDR e FUNASA	EMATER	Karo pajgap. STTR, COOPESCA e APIDIA
Mirante da Serra	Prefeitura	0*	0*
Ouro Preto	0*	CEPLAC, EMATER	OSCIP PF/Coopevida
Presidente Médice	Prefeitura – SEMAT, CMDR e UNIR	EMATER	0*
Teixeirópolis	Prefeitura	EMATER	0*
Theobroma	Prefeitura	0*	0*
Urupá	Prefeitura	0*	STTR
Vale do Anari	0*	CMDRS,	COOPEX, CNS
Vale do paraíso	Prefeitura (03)	CMDRS	COOPEX

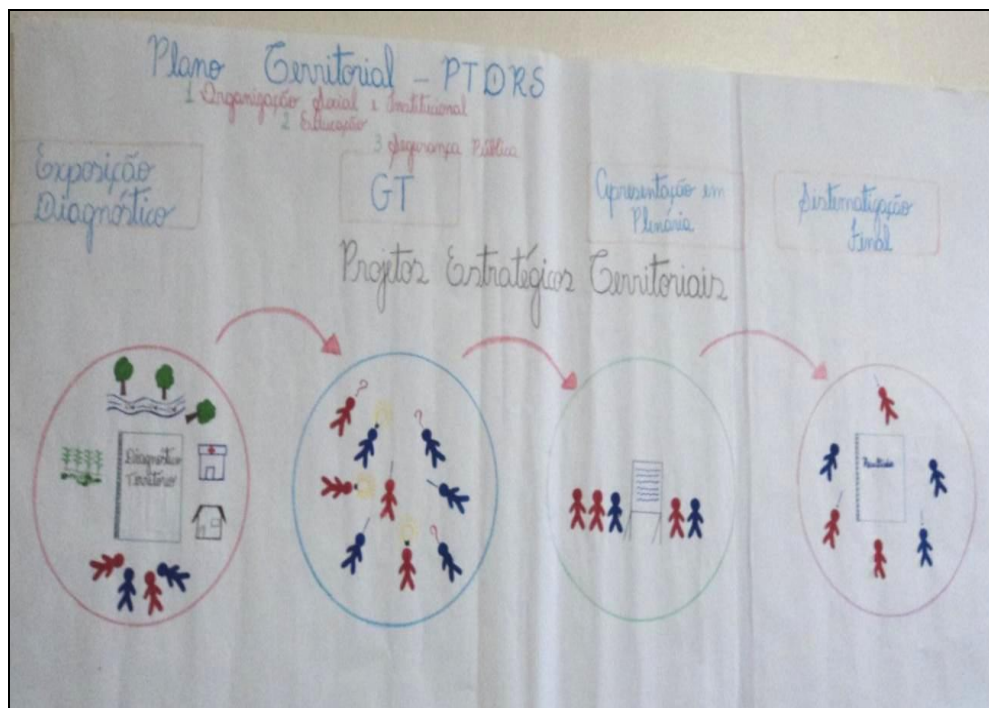
0* (sem representantes).

Fonte: Rioterra (2011), adaptada pela autora.

O Quadro 06 é composto pelas participantes da Oficina de Direito: Cidadania e Políticas Públicas do Território Central, e avaliadores do PTC pelo PTDRS no período de 2005 a 2010. Com essa demonstração, confirma a falta de compromisso da sociedade como um todo, considerando ainda, a carência de informação e sensibilização da sociedade civil.

A metodologia adotada pelos facilitadores levou em consideração a caminhada de plena participação social desenvolvida no Território na sua história de construção coletiva. Essa metodologia pode ser visualizada na Figura 19 que apresenta a dinâmica das oficinas.

Figura 19 - Dinâmica da Organização da Oficina



Fonte: Relatório do PTDRS – DCP – TCC/RO

Na Figura 19 visualiza-se a organização da oficina, na apresentação da temática com o diagnóstico, discussão da plenária sobre a temática, exposição da visão de futuro, trabalhos de grupo (projetos estratégicos), apresentação em plenária dos trabalhos de grupos (projetos estratégicos) e discussão da plenária sobre os trabalhos de grupos (projetos estratégicos) (RIOTERRA, 2011).

Utilizando ainda essa ferramenta metodológica, com a participação dos representantes do TCC/RO, foi confeccionado o diagnóstico do PTDRS no PTC, apresentado no Quadro 07, compreendendo o período de 2005 a 2010.

Quadro 07 - Diagnóstico participativo do TCC - 2005 a 2010

Período	Reflexões acerca da contribuição dos participantes
2003 a 2005	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do CIAT – Comissão de Instalação das Ações Territoriais; • Criação do primeiro conselho com a composição do poder público e sindicato, ampliação dos recursos integrados, recursos diretos para as prefeituras, descentralização dos recursos (PROINF); • PRONAF infraestrutura 2005 – projeto integrado com CEPLAC – para área ambiental perderam recursos – problemas na prefeitura e CEPLAC (faltou consenso) – faltou conhecimento; • Recurso direto para as prefeituras e descentralização de recursos (PRONAF – infraestrutura); • Criação dos territórios de identidade; • Pró-ambiente e comunidade ativa (base estrutural dos territórios); • Reunião de prefeitos para discussões PRONAF; e • Não havia custeio para ações do território.
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Maior consenso e maior participação da sociedade civil (CMDR); • Primeiros projetos e recursos (PRONAF) para território; • Projeto de piscicultura (tanques); • Maior participação da sociedade civil; • Capacitações (oficina) sociedade civil organizada e poder público (empoderamento da sociedade civil); • Primeiras discussões para o PTDRS (o que o território precisava); • Viveiros interterritorial para produzir 1 milhão de mudas (2ª versão do projeto);

	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da feira da agricultura familiar (2009); • Discussão do viveiro (recuperação de áreas degradadas e matas ciliares); • Participação ativa dos CMDR (2003); • Beneficiamento de café (Ji-Paraná); • Frustração plano safra (desvio recursos); • Estudo propositivo; e • Mais recursos para custeio.
Período	Reflexões acerca da contribuição dos participantes
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão para transformação de território para território da cidadania; • Dificuldade para assimilar território central; • Primeira conferência territorial; • Criação PTDRS – 4 eixos: educação no campo, meio ambiente, fortalecimento institucional e infraestrutura; • Participação Sociedade Civil ; e • Estruturação do escritório do Território Central.
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do território da cidadania; • Conferência estadual e nacional do território; • Projeto Semeando aprovado pela Petrobras (reserva uru-eu-wau-wau); • Enfraquecimento participativo da sociedade civil; • Saída de Alvorada do território central; • Aquisição de VAN (transporte) para educação ambiental (como utilizar em âmbito territorial?); • Participação de indígenas, pescadores e prefeituras; • Discussão e execução das matrizes executivas territoriais; • Maior oferta de recursos e ampliação/integração dos ministérios (chamada); • Capacitação, piscicultura e capacitação em gestão; • Atuação da Renata como articuladora territorial (2007-2008); • Plano de gerenciamento para Coopesca; • Contratação da articuladora estadual; • Frigorífico de peixe de Mirante da Serra; e • Recursos para os territórios não contingenciais.
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Retorno de Alvorada ao território central (não chegou a ser retirado oficialmente, apesar da ata); • Projeto Arca das Letras; • Projeto Coopervida; • Maior participação dos gestores públicos; • Pendências de PROINF; • Capacitação em elaboração de projetos; • Participação no salão nacional dos territórios; • Participação do terceiro encontro nacional dos colegiados (Ceará); • Contratação de consultor de dinamização econômica; • Execução da matriz territorial – já existe recurso previsto no governo federal, funciona principalmente para se conhecer todos os recursos que o governo federal tem para os territórios – muitas normativas (bolsas famílias). • Inauguração do viveiro de mudas para o assentamento Chico Mendes I e II; • Frigorífico de peixe – matriz 2009 (discutido e aprovado) min. da pesca; • Implantação do PAA (inserção de pescado 2010); • Reuniões de trabalho das câmaras temáticas; • Escolas de assentamentos - MEC não aprovou projeto por exigência de documentos; • Reuniões do colegiado itinerante – em todos os municípios; • Luz para todos para Presidente Médici (PROINF) (discutido e aprovado); • Discussão e encaminhamento da fábrica de gelo; • Prefeito José Ribeiro acreditou no que foi proposto pelo programa; • Capacitação cooperativismo e economia solidária; e • Discussão de 3 tanques de piscicultura par os uru-eu-wau-wau (não liberado pela FUNAI).
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Os ministérios não tinham conhecimento do programa Territórios da Cidadania, com exceção do MDA – causando desestímulo da sociedade civil e poder público; • Participação de alguns membros no salão nacional em Brasília; • Implantação de Luz para Todos; • Contratação de frigorífico e aquisição de caminhão - estrutura colônia de pesca; • IV encontro nacional de colegiado; • Projeto contemplado grupo produtivo de mulheres; • Projeto RIOTERRA; • Caminhão frigorífico – Ji-Paraná (MPA); • Capacitação e modernização administrativa resultando na formação de dois mobilizadores; (Ji-Paraná); • Capacitação de cooperativismo e economia solidária; • Organização do grupo de mulheres do território central; • Encontro interterritorial em Ariquemes – 02 dias de trabalho; • Elaboração do projeto Águas de Jarú para a Petrobras – projeto feito por técnicos/territórios – não aprovado; • Curso de dinamizadores econômico para todos os municípios do Território Central (soc.civil e governo) (ESAF); • Entrega das casas digitais para Jarú e Tarilândia; • 08 municípios contemplados com retroescavadeiras; • Reunião dos consórcios públicos em Presidente Médici; • Contratação de assessores e consultores; • Criação do conselho distrital de Tarilândia; • Chamadas das ATER; e • Resgate do leilão da Frutiron;

Fonte: Construção da autora com dados do relatório de (2010).

O relatório do Quadro 07 é uma síntese das proposições contempladas em oficinas articuladas pelo MDA e entidades parceiras como secretarias de agricultura estaduais e municipais, CEPLAC e EMATER dos municípios do TC. Observa-se que os projetos executados, na maioria, são para o desenvolvimento rural dos respectivos municípios do território, confirmando assim ao pré-disposto no ZSEE do estado. Verificou-se, também, a pouca participação da sociedade civil nos processos de definição dos projetos. Diante do exposto, a participação da sociedade civil ainda tem que ser estimulada e conscientizada.

Na realização deste diagnóstico, os participantes foram divididos em grupos com temas diversificados para discussão, o qual foi registrado alguns momentos que pode ser visualizado nas Figuras 20, 21 e 22.

Figura 20 - Plenária da Oficina de Direito: cidadania e políticas públicas no TCC



Participação dos atores sociais, representantes de órgãos públicos e sociedade civil.
Fonte: Relatório do PTDRS – DCP – TCC

Figura 21 - Plenária de avaliação dos projetos estratégicos no TCC



Representação e participação na oficina de avaliação do PTDRS.
Fonte: Relatório do PTDRS – DCP – TCC

Na segunda fase da oficina, foram à divisão dos temas para os cinco grupos, de forma a debater os elementos do diagnóstico, através dos temas, organização social e institucional, segurança pública e educação. Na sequência a construção dos projetos estratégicos.

Figura 22 - Discussão em grupo dos projetos estratégicos



Desenvolvimento de trabalho em grupo e a falta de infraestrutura para discussões dos projetos estratégicos.
Fonte: Relatório do PTDRS – DCP – TCC

Observou-se que em todas as oficinas (presenciadas) implementadas por este programa iniciavam com a apresentação dos participantes: faziam o grande grupo, dividiam este grupo pelos temas a serem abordados e, ao final, formava-se novamente o grande grupo em uma Plenária. Nesse momento, as ações já voltavam prontas, muitas vezes já direcionadas para uma melhor aplicação dos interesses. E, pela falta de tempo para outras discussões, acatavam-se as ações propostas. Não se sabe se era proposital, mas, eram votadas e aprovadas, não voltando para novas discussões.

4.3.2.2 As derrotas, as vitórias e os desafios do Território Central/RO -TC/RO

Segundo o coordenador do processo, essa atividade no planejamento era um olhar para o momento atual do território, levantando as suas derrotas, vitórias e desafios. “[...] Pelo atraso no começo do evento e conseqüente falta de tempo, essa atividade não foi realizada formalmente em toda a sua extensão. Essa situação foi colocada e a solução aprovada pelo grupo”. Porém, para não perder a riqueza desse levantamento, foi compilada uma lista de desafios a partir dos debates na plenária realizada após a construção da “linha do tempo”. Essa lista foi validada e ampliada pelo grupo todo no início do segundo dia (RIOTERRA, 2011).

Segundo o Rioterra (2011), o relatório apresenta um rol das vitórias, derrotas e desafios do PTC/TC/RO:

Vitórias do TC/RO: consolidação do território; contratação de consultor; realização das reuniões programadas; PAA; documentação das mulheres rurais; ampliação da participação sociedade civil; participações dos gestores nas reuniões; cumprimentos ao prefeito Zé Ribeiro pela participação ativa no território; recursos dos territórios da cidadania independente de qualquer situação do CAUC (cadastro único de convênios); descentralização de recursos do Ministério da Saúde para implantação de UBS; contrapartida de 1%; conclusões dos projetos COOPERVIDA; execução de matrizes; capacitação de técnicos; conhecimento discussões; espaço para discussão de políticas públicas; conhecimento, discussões e o redirecionamento de parte dos Projetos (programas do governo); capacitações; curso de engenharia de pesca e zootecnia; volta dos agricultores e agricultoras às discussões no território; participação dos agricultores e familiares no território e ciência do que está acontecendo com o planejamento do mesmo; ampliação do programa Luz para Todos; habitação rural; e casas digitais.

As derrotas do TC/RO: a falta de compromisso; a não continuidade da FEPAFE; exigências de muitos documentos para aprovação dos projetos elaborados; a falta de efetivação de vários projetos: projetos semeando, viveiros de mudas, e outros; deficiência na elaboração de projetos; programa de infraestrutura não concluído; falta de divulgação do programa pelos membros na zona rural; falta de propagação dos membros à divulgação do programa; falta de formação na elaboração de projetos;

dificuldade de contra partida das prefeituras; perdas de recursos; as discussões territoriais; esvaziamento dos gestores públicos; ausência dos prefeitos nas reuniões; pouco envolvimento dos órgãos nas reuniões; desistências dos gestores; a falta de compromisso dos Ministérios com o Território Central; falta de prioridade dos ministérios; sem envolvimento de ministérios; êxodo rural de jovens por falta de renda e políticas públicas; organizações sociais rurais; o despreparo de organizações sociais para gerenciar os projetos recebidos; e faltou propagar no seio das organizações por parte dos membros.

Os desafios para o TC/RO: comprometimento do governo estadual com as políticas territoriais; unificação das políticas ministeriais para os territórios; as prefeituras ajustarem suas estruturas governacionais; maior comprometimento dos ministérios com os territórios; o retorno dos gestores; trazer os prefeitos para as discussões no território; envolver todos os distritos dos municípios para as discussões territoriais (reservar ao menos uma vaga por distrito); formação de uma secretaria estadual de pesca e aquicultura; inclusão de outros serviços e programas ex: PNAE; reverter o quadro das degradações ambientais; funcionamento integral da Eco Van; criar um fundo de carência para desenvolvimento de projetos; apoio à captação de recursos para as organizações sociais; ampliar número de ações deliberativas na matriz; que a Presidência da República sensibilize todos os ministérios para a política territorial; execução de políticas públicas de base; transformar as discussões do território em políticas públicas; criação de política diferenciada; emenda de comissão de apoio à política de desenvolvimento territorial; ampliação dos canais para a comercialização dos produtos da agricultura familiar; assistência técnica; objetividade nas discussões; melhoria na elaboração e efetivação de projetos em geral; descentralizar as ações das matrizes; trazer mulheres e jovens para discussão sobre gênero.

O relatório produzido por RIOTERRA (2011) traz, ainda, uma visão de futuro para o Território Central, que, no entanto, faz referências e menções sobre o Território Madeira Mamoré, gerando dúvida sobre a sua autenticidade e especificidade para a realidade do Território Central¹².

Nesse relatório tem a seguinte descrição: “Foi pedido aos grupos que registrassem a conversa em folhas de flip-chart”. Na manhã do segundo dia de atividades, os grupos apresentaram os resultados em plenário. Segue o registro dessas ideias apresentadas:

Grupo 1 - Fortalecimento da agricultura familiar; realização de projetos com jovens e mulheres; resgate da diversidade de sementes (banco genético da biodiversidade amazônica); sociedades indígenas participando no território; piscicultura desenvolvida chegando à mesa de toda a cidadania – (alimentação

¹² Ao final do primeiro dia de reunião, o grupo construiu uma visão de futuro para o “Território Madeira-Mamoré”. Reunidos em grupos, os participantes conversaram orientados pela seguinte pergunta: O que sonhamos para o “TMM” nos próximos 5 a 10 anos? Neste relatório observa-se um erro, ao citar “uma visão de futuro para o Território Madeira Mamoré”, o que faz supor que o documento pode ter sido copiado na íntegra. (Rioterra, 2011, p. 16).

escolar, segurança alimentar, creches, idosos, hospitais); animais de granja na agricultura familiar; investimento cultural na área rural (esporte, lazer e outros – especialmente para jovens); e crédito fundiário para mulheres e jovens, efetivado sem travas burocráticas.

Grupo 2 - Um sonho – uma única cidade ambientalmente restaurada, socialmente responsável: idosos, jovens, mulheres, indígena, crianças, economicamente garantida em todas as necessidades; e esta cidade chama-se Território Central.

Grupo 3 - Sonho de sustentabilidade: Valorização do produtor rural através da reforma nas leis ambientais (formativa ao invés de punitiva e regionalizada); *“Desvalorização do produtor rural – vê-se em marginalização, diversidade do produtor rural, a lei deve se adequar ao pequeno produtor rural, ele não tem conhecimento das leis”*; desenvolvimento e difusão de tecnologias que atendem às necessidades e capacidade dos pequenos e médios produtores, não deixando de lado as questões ambientais; regularização fundiária; desenvolvimento de tecnologias; *“Que resultados dessa oficina cheguem às pequenas comunidades.”*

Grupo 4 - O Brasil tem que mudar porque o êxodo não pode continuar, os trabalhadores e trabalhadoras rurais da agricultura familiar precisam de renda, educação, cultura, esporte e lazer para não desanimar - temos que arrumar um jeito do agrotóxico fugir do nosso lugar.

Grupo 5 – foi apresentado um desenho sem os devidos comentários, este também muito confuso, sem transmitir qualquer ideia. O desenho não estava disponível para cópia;

Grupo 6 – nenhum comentário foi realizado.

Ao final deste relatório, apresentou-se uma composição de eixos estratégicos do PTDRS no TC/RO.

De acordo com o coordenador, “com o intuito de levantar elementos para a construção dos eixos estratégicos do PTDRS do TC/RO, no segundo dia de reunião foi feita uma breve apresentação pela equipe de facilitadores acerca de 12 temas com significativa relevância para um território que pretende ser um território de cidadania”. Os temas expostos foram: Política Cultural; Meio Ambiente; Educação; Economia; Gênero e Geração; Infraestrutura; Saúde; Organização Social e Institucional; Diversidade Etnocultural; Esporte e Lazer; Regularização Fundiária e Segurança Pública.

A atividade foi então dividida em dois momentos, ou duas rodadas de conversa, com duração de, aproximadamente, 1 hora cada: a primeira para discussão de seis temas e a segunda para a discussão dos outros seis. Foi aberto o espaço para que voluntários assumissem o papel de “anfitriões” de cada tema, para serem o ponto de referência para cada conversa e cuidar do registro da mesma. Os demais participantes puderam escolher livremente o grupo do qual gostariam de participar.

4.3.2.3 Demandas para o Território Central em cada tema

As conversas nos subgrupos resultaram na produção de um conjunto de reflexões e demandas que se apoiavam na necessidade vivida por seus integrantes. E, após a realização de cada rodada, os participantes reuniram-se novamente em Plenária e apresentaram suas produções.

Figura 23 - Apresentação das discussões de cada grupo de trabalho



Ao final de cada oficina, cada grupo apresentava as proposições mantidas ou sugeridas para modificação, para em outro momento serem novamente analisadas.
Fonte: Arquivo da autora 2011.

A Figura 23 faz parte do acervo da autora, em um dos momentos de apresentação dos resultados de discussões de temas proposto pelo evento.

Conforme orientado pelos dinamizadores, os temas eram discutidos em locais separados e apresentados para a plenária os resultados. Novas proposições eram efetivadas depois de aprovada pela plenária.

Depois de cada apresentação, realizou-se um debate em que o grupo problematizou, comentou, criticou e acrescentou novas ideias, (RIOTERRA, 2011):

Desenvolvimento Econômico - Equipamentos adequados para fortalecer o processo produtivo na agricultura familiar; Agroindústrias implantadas, agregando valor à produção diversificada; Mercados “conquistados” nas cidades, PAA, PNAE (feira do produtor); Apoio legal para agroindústrias familiares; Mercados internacionais acessados; Assessoria técnica apropriada à agricultura familiar no processo produtivo e gestão dos empreendimentos; Pesquisa voltada para aproveitamento da produção da agricultura familiar (mamão, mandioca, cará, milho); Mudança de consciência da agricultura familiar para novos produtos, saindo do tradicional, ousando investir em novos mercados, agregando valor; Centrais de agro industrialização e de comercialização atuando; Produção agroecológica superior à tradicional; Plano de cadeias produtivas implementado.

Segurança Pública - A polícia de inteligência combatendo o tráfico e distribuição de drogas no campo; *“combater ao tráfico na zona rural – Escolas viraram centro de distribuição de drogas”*; Centro regional de reabilitação de dependentes químicos; Campanha de prevenção às drogas; Polícia capacitada para ronda rural (escolas...); Maior e melhor remuneração do efetivo policial; Pena rigorosa para agentes de segurança pública envolvidos nas criminalidades; Unificação das polícias, com agentes de investigação em todos os municípios; Fortalecimento dos conselhos comunitários de segurança pública; Maior número de delegacias; Delegacia da mulher/casas de apoio; A comunidade à mercê da forte estrutura do poder do tráfico; Projeto 300 - emenda constitucional; Combater o tráfico de drogas – centro de reabilitação de jovens dependentes químicos; *“municípios pequenos sofrendo como corredor do tráfico e tornando muitos jovens rurais dependentes químicos”*; *“centro regional de reabilitação de dependentes químicos – nem o estado oferece atendimento – só particulares e igrejas”* *“a segurança pública não pode ser limitado a policiais”*

Política Cultural e Diversidade Etno-Cultural - Desenvolver uma política para unir os produtores através de suas identidades culturais, como: o resgate das músicas sertanejas de raiz (trabalho, mutirão e cantoria); Leitura: sensibilização e estímulo à leitura para criança jovens e adultos (salas e rodas de leituras com escritores regionais: poesias e literaturas); Acesso a livros - divulgação, disseminação e ampliação do projeto “Arca das Letras” (MDA); Implementação de bibliotecas públicas e comunitárias; Formação de professores leitores; Gestão cultural: elaboração participativa de uma política cultural no território; Apoio à criação de conselhos municipais de cultura; Construção de anfiteatro com estrutura adequada para realidade territorial, com cinema, dança e audiovisuais; Apoio e fortalecimento às associações culturais (artesanato, pintura, dança e teatro); Produção de filmes e documentários da agricultura familiar, o dia a dia do produtor, festivais de dança e teatro; Valorização da culinária territorial (diversidade de comida); Fortalecer o museu arqueológico de Presidente Médici; Fortalecer a pesquisa/preservação dos sítios arqueológicos; Desenvolvimento do turismo etno-cultural; Valorizar o enraizamento cultural amazônico (marca “Amazônia”); *Diversidade etno-cultural*: Casa da cultura indígena/negra; Respeito à diversidade das populações que vivem no território (migrantes, indígenas, população do campo, da cidade,

pescadores, extrativista); Fortalecimento da identidade cultural e territorial (alta estima da população do campo) e Compromisso e respeito em todas as nossas relações.

Educação - Elevação de escolaridade para adultos, lideranças (associações, cooperativas, sindicatos); Educação para cidadania e relações humanas; Ampliar e fortalecer as EFAS e Escolas Polos com a pedagogia da alternância; Capacitar os docentes para a educação no campo; Efetivar o curso de licenciatura em educação no campo (UNIR); Implantação da Universidade Estadual de Rondônia; Curso voltado à realidade do campo; Apoio e fortalecimento de cursos pré-vestibular comunitários; Valorização e avaliação periódica dos profissionais da educação; Educação ambiental nas escolas e espaços públicos; Criação de uma escola de formação de agentes sociais para jovens trabalhadores rurais e indígenas; Construir e implementar salas de aulas e outras estruturas físicas adequadas ao ensino/aprendizagem; Apoiar e fortalecer os conselhos municipais de educação, conselhos escolares, e Capacitação dos conselheiros municipais e conselheiros escolares.

Infraestrutura e Regularização Fundiária - Mecanização agrícola; Recuperação das áreas degradadas; Correção do solo; Frota de caminhão tipo caçamba para o transporte de calcário; Aquisição de frota de trator de pneus e implementos diversos; Implantação de agroindústrias - no mínimo 3 por município; Saneamento básico, construção de rede esgoto e tratamento de água em 100% dos municípios do Território Central; Ampliação das Escolas-pólo para atender às demandas; Construção de um hospital de alta complexidade na área de abrangência do Território Central; Unidades de saúde mistas em cada Município do Território Central; Recuperação das estradas coletoras e vicinais; Construção de pontes de cimento, galerias e bueiros; Energia e luz para todos, redistribuição e fortalecimento das redes; Mais recursos para a pesquisa e a extensão rural; Informatização das escolas: banda larga rádio e satélite; Construção de casas (habitação rural); Regularização fundiária: rural, urbana e reestruturação dos órgãos; Georeferenciamento das propriedades rurais em 100% do Território Central; Amenizar os custos de regularização fundiária e taxas de documentação; Agilidade no licenciamento ambiental; Aquisição de máquinas tipo PC para construção de tanques de piscicultura; Fortalecimento das Escolas Agrícolas – EFAS e Laboratório de análise de água e solo para o Território Central.

Saúde e Saneamento - Ação do governo federal desburocratizando recursos para saneamento básico nos territórios; Água: recuperação das bacias hidrográficas que abastecem as cidades; Instalação do centro de tratamento de água; Discussão sobre recursos e ampliação do percentual do PIB para saúde; PSF: estruturação para o atendimento de 100% da população; Hospital estratégico de grande porte para o território; Implantar programa para perfuração de poços semiartesianos; Efetivação do consórcio para o tratamento de resíduos sólidos dos municípios do Território Central (CIMCERO) e Debate sobre o lixo.

Meio Ambiente e Organização Social e Institucional – Regularização ambiental pelas Áreas Preservação Permanentes (APPs); Recuperação das matas ciliares da bacia do Rio Machado, agregando valor ecológico - com plantação de espécies nativas - e valor econômico, sendo que as espécies nativas são, na maioria, espécies frutíferas (viveiro comunitário gerenciado pelas associações - para isso o poder público deverá patrocinar poços artesianos e infraestrutura); O poder público deve ofertar gratuitamente o isolamento das áreas de preservação permanente, incluindo abertura de corredores, pois o poder público no passado estimulou o desmatamento; Através da educação ambiental, levar às associações assuntos referentes

aos benefícios da recuperação e preservação, aos benefícios da diminuição dos agrotóxicos, ou seja, desenvolver um movimento de conscientização; Debate sobre diminuição do lixo rural/urbano; Desenvolver um cronograma de palestras e conferências territoriais para discutir entre municípios as questões das APPs. Para tanto, usar a Eco Van do território; Envolver grupo de jovens e mulheres das associações nas ações; Fortalecimento das instituições (prefeituras); Atenção às questões ambientais urbanas (plano diretor); Capacitar agricultores quanto às fontes de renda pela preservação; e Viabilizar licenças ambientais – SEDAM.

Esporte e Lazer - Esporte lazer para a terceira idade; Que o poder público invista nas associações e cooperativas para esporte e lazer, com quadras poliesportivas iluminadas, campo para futebol suíço iluminado; Construção de campos oficiais com pista para esporte olímpicos com iluminação (atletismo); Elaboração de projetos para associações e cooperativas de áreas de lazer. ex: parque infantil, piscina e arenas; Construção de áreas cobertas para outros tipos de eventos culturais. *“municípios precisam de mais teatros, musicas, danças, exposição de pinturas, conselhos atuantes e não papel em época de eleição”* Competições esportivas territoriais (campeonato territorial de futebol) sugestão 1 kg de semente como inscrição; Valorização e resgate do esporte rural; e Eco esporte (pesca).

Gênero e Geração - Ampliar capacitação de política territorial e crédito para mulheres; Encontro territorial de mulheres (e homens) que entregam produtos do PAA; Estimular a criação dentro das associações de produtores de grupos produtivos de mulheres; Criar uma carteira de 06 projetos para o grupo de mulheres; Proporcionalidade de mulheres nas direções das associações; Atentar ao mínimo de 30% de mulheres no núcleo diretivo do CODETER; *Geração*: Questões da mulher e do jovem inclusa nas políticas públicas; Encontro territorial de jovens rurais, urbanos e indígenas; Estimular a criação de grupos de jovens produtivos; Criar uma carteira de 6 projetos para o grupo de jovens produtivos; Participação dos jovens produtivos nas direções das associações - ora vice ora presidente; e Festival de jovens, de música, no território.

Segurança alimentar e nutricional – Agroindústria:

Planejamento da produção, escalonamento, frequência/comercialização, qualidade dos produtos, padronização; Produção sustentável e orgânicos, produtos orgânicos/agoecológicos, produção econômica, social e ambiental, transgênicos/agroquímicos; Políticas educacionais de segurança alimentar e nutricional, inclusão na grade curricular sobre educação alimentar; Simplificação das leis sobre o funcionamento legal das agroindústrias; e Pesquisa/difusão de arranjos produtivos locais.

No relatório de execução do TC/RO no período de 2005 a 2010, foi apresentado, também, o relatório dos pontos – positivos e negativos – com depoimentos dos integrantes em duas a três palavras sobre a oficina.

Pontos positivos – foram destacadas as seguintes frases: “Parabéns ao MDA e à organização”; “Muito positivo e produtivo o trabalho”; “Todos foram parceiros”; “Ninguém é melhor que ninguém”; “Me desinibiu”; “Resultado e conhecimento construído por todos”; “Grande passo fazer política pública a partir da base”; “Parabéns ao facilitador, RIOTERRA”, “Participar trouxe esclarecimento e aprendizado”; “Participação da juventude”; “Nota 1000”; “Liberdade de participar de

planejamento”; Fala do Sr. Olavo, (delegado do DMDA) deu esperança; Motivador: “voltamos a acreditar no território”; “Sonho construído junto: vai virar realidade”; e “Bom poder dar opinião”.

Pontos Negativos – foram destacadas as seguintes frases “Falta de algumas pessoas importantes”; “Dificuldade de resgatar a história”; “Participação inconstante”; Pego de surpresa: “não sabia nem o que é território”.

Sugestões no final da oficina: [...] nós precisamos fazer a nossa parte: colocar em prática; dar continuidade ao trabalho, na mesma linha; compartilhar resultados com todos; e levar essa forma participativa para a comunidade.

No encerramento da oficina, realizou-se uma avaliação das mesmas pelos participantes, com a formação de um grande círculo, o facilitador solicitou aos participantes que comentassem sobre a sua impressão da oficina. Segue um resumo dos pontos levantados:

Diante do relatório apresentado, pode-se analisar que o PTDRS no PTC/TC/RO é efetivo, mas, um pouco indutor dos resultados. Na aplicação das oficinas se faz necessário um período maior - três dias para que os “passo a passo” sejam todos aplicados. Os objetivos “sonhos” são realmente “sonhos”, não são esses os anseios da sociedade civil, e até pode ser, mas, a realidade de atendimento às necessidades básicas deve ser priorizada. Observa-se ainda, a ausência das falas das populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, e extrativistas. Essas populações quando participam das oficinas, pouco falam, mas, são convidados à votar nas proposições apresentados pelos eventos.

Contudo, os participantes já se sentem contemplados por estarem participando do processo, conhecendo e fazendo “cidadania”, neste processo que cria expectativa desde os executores, políticos e sociedade civil.

Finalizada a apresentação do TC/RO, iniciou-se a apresentação do próximo item: Território Madeira Mamoré.

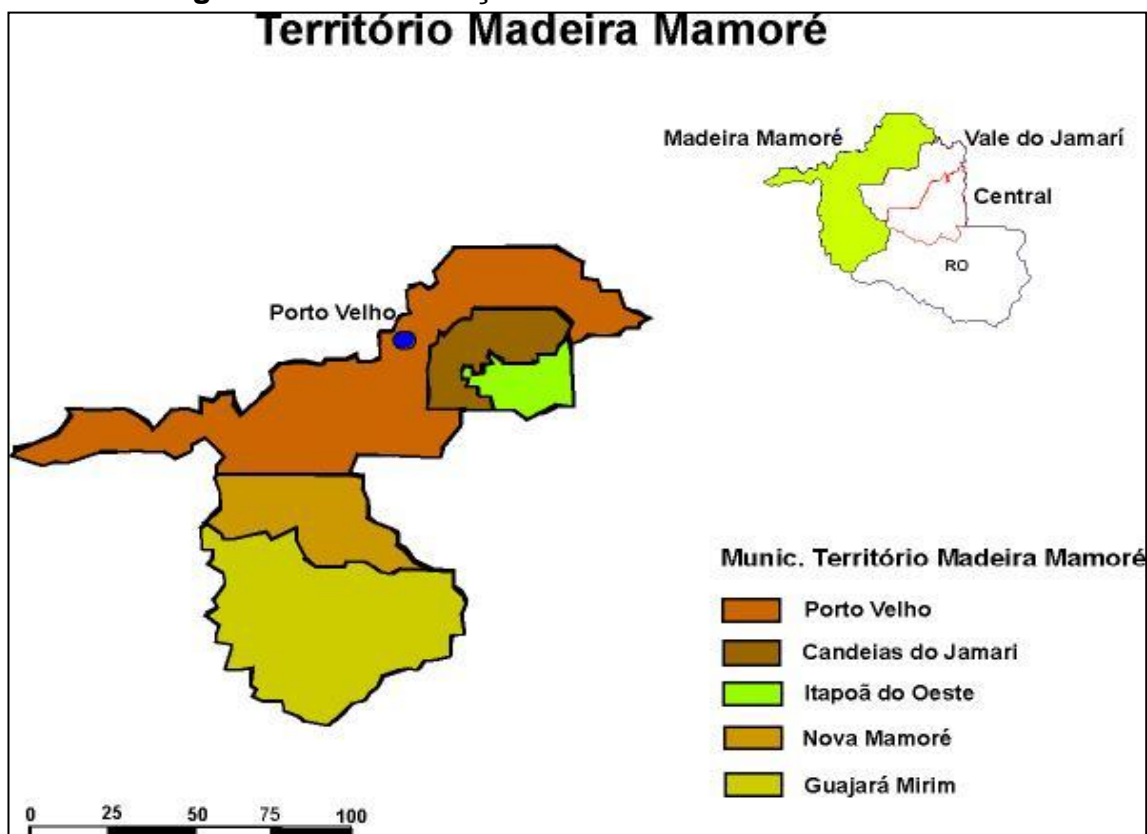
4.3.3 Território da Cidadania Madeira Mamoré

O território Madeira Mamoré foi homologado como Território da Cidadania, pelo MDA em 2009. Várias oficinas foram realizadas para a efetivação desse território, seguindo as mesmas linhas dos demais territórios rurais implantados em outras regiões brasileiras.

A escolha desse território para estudo se deu pelas características territoriais e interesses divergentes quanto ao Território Central de Rondônia.

O Território Madeira Mamoré abrange uma área de 80.342,50 Km². É composto por cinco municípios: Porto Velho, a capital, com interesses centrados nos grandes investimentos econômicos, tanto públicos como privados, na implementação de políticas públicas, especialmente em indústrias e obras de grande porte, a exemplo das usinas hidrelétricas do Rio Madeira: Jirau e Santo Antonio; e aos municípios, Candeias do Jamari, Itapoã do Oeste, Nova Mamoré e Guajará-Mirim, estes com características e necessidades diferenciadas, necessitam de políticas voltadas ao desenvolvimento rural e à conservação ambiental. A população desses quatro municípios, em 2010, era de 454.599 habitantes, dos quais 84.006 vivia na área rural, o que corresponde a 18,48% do total. É composta por: agricultores familiares, ribeirinhos, seringueiros, indígenas e assentados da reforma agrária, com projetos de desenvolvimento limitados à preservação ambiental e reservas indígenas. As características e divisão foram definidas pelo ZSEE/RO.

Figura 24 - Identificação do Território Madeira Mamoré/RO



Fonte: Dados do MDA/STD 2008, adaptada pela autora.

A Figura 24 apresenta a localização do Território Madeira Mamoré em Rondônia e respectivamente os cinco municípios que fazem parte desse território. Os cinco municípios que fazem parte do Território Madeira Mamoré, podem ser identificados pela legenda, localizando ainda no recorte territorial a capital do estado - Porto Velho.

O Território da Cidadania Madeira-Mamoré em Rondônia foi construído com base em informações primárias e secundárias do Estado do Rondônia, com ênfase nos cinco municípios que o compõem e em entrevistas com lideranças locais.

O Território Rural Madeira-Mamoré constitui-se em um espaço físico, geograficamente definido, contínuo, compreendendo cidades e espaços rurais dos municípios incluídos no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de Rondônia, em sessão realizada em 29 de julho de 2003, sendo homologado para o início dos trabalhos do PRONAT em 22 de junho de 2004.

Foram levantados dados e preenchidos documentos que definiram os indicadores sociais, políticos, econômicos e ambientais, além de ser o foco principal da política nacional de reforma agrária na implementação de assentamentos executados pelo INCRA, (já apresentado no item anterior). É um Território Rural que apresenta sérios conflitos agrários, sendo o principal deles a invasão de Reservas Extrativistas (RESEX), Áreas Indígenas e Florestas Nacionais (FLONA), por madeireiros, grileiros e posseiros.

Por outro lado, foi palco da principal experiência alternativa ao modelo tradicional de agricultura – derrubada/queima/plantio – construído pelos assentados que não se viabilizaram nos Projetos de Colonização implantados nas décadas de 1970 e 1980. Esta experiência é o Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA) que começou sua trajetória na metade da década de 1980, no Distrito de Nova Califórnia/Porto Velho. Hoje, essa experiência está replicada no Estado e Região, pois se transformou em uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental em bases sustentáveis para a agricultura familiar, com foco na implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), ao combinar essências florestais de uso madeireiro com outras espécies frutíferas comerciais.

O espaço territorial do TCMM tem em seu perfil geográfico as seguintes características:

Relevo - localizado nas terras baixas da encosta setentrional do planalto brasileiro, cuja altitude média varia entre 80 e 300 metros;

Hidrografia - é constituída, pelas bacias hidrográficas dos Rios Madeira, Guaporé, Jamari e Machado, sendo os três últimos afluentes do Rio Madeira. Há, internamente, as microbacias dos Rios Candeias, Rio Preto do Candeias, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Mamoré. Os três últimos e parte do Rio Madeira se encontram com severos impactos ambientais;

Clima – o predominante na região é de transição do equatorial para o tropical quente-úmido, com duas estações definidas: seca e chuvosa. Caracteriza-se por elevadas precipitações, cujo total anual compensa a estação seca, permitindo a existência de floresta. As temperaturas médias anuais ficam em torno de 24° C e os valores da Umidade Relativa do Ar, ficam entre 80% e 85%;

Vegetação - A cobertura original do Território Rural Madeira-Mamoré (Mapa de Vegetação do IBGE/SUDAM, 1989) aponta para a Floresta Ombrófila Densa Submontana (Ds) e Aberta (As);

Solo - é o Latossolo Amarelo Álico, com sérias limitações ao desenvolvimento de culturas exigentes em condições ideais de fertilidade e acidez. Presença também de solos da classe Podzólico Vermelho-Amarelo Álico, Latossolo, Vermelho-Amarelo Álico e Podzólico Vermelho-Escuro Eutrófico. A tendência deste solo é para a produção natural da região, pelos Sistemas Agroflorestais (SAFs), com essências amazônicas - e uma nova abordagem dos assentamentos de reforma agrária – Projetos de Assentamento Florestal (PAF), baseados no manejo sustentável da floresta sem sua derrubada e queima (FERNANDES, 2001).

Na constituição do TCMM, o Município de Guajará Mirim se destaca com a mais baixa taxa de desmatamento, em virtude da maioria de sua área geográfica constituir-se em reserva extrativista (RESEXs) e Reservas Indígenas, não possuindo projetos de assentamentos implantados.

Os municípios de Candeias do Jamari, Nova Mamoré, Itapuã do Oeste e Porto Velho possuem as mais elevadas taxas de desmatamento do território, em função da existência de grandes áreas de fazenda de criação extensiva de gado e devido aos projetos de assentamentos implantados. O Município de Porto Velho tem, ainda, os grandes investimentos – usinas hidrelétricas e indústrias – com o maior número da população tanto urbana como rural.

O impacto da agricultura familiar na taxa de desmatamento é baixíssimo, pois a sua incidência no território é pequena em relação à sua área total. Associa-se tal fato à forma de produção dos agricultores familiares, que é baseada na exploração de pequenas áreas para o cultivo de culturas de baixo impacto (mandioca, banana e frutíferas nativas).

Os municípios de Guajará Mirim e Nova Mamoré se transformam na única alternativa para futuros assentamentos de reforma agrária, pois não possuem as restrições para novos projetos. Já os demais municípios do Território só poderão ser alvos de Projetos de Assentamento Florestal - PAF, pois os índices de desmatamento estão acima dos permitidos pela legislação ambiental para o estado.

Contudo, o TCMM já tem a construção dos PTDRS e traz como resultado os primeiros projetos territoriais estratégicos. A síntese destes projetos e o relatório de execução no período de 2006 a 2010, serão discutidos em Projetos Estratégicos do próximo item.

4.3.3.1 Projetos estratégicos do Território da Cidadania Madeira Mamoré

A construção dos projetos estratégicos do TCMM se deu em reuniões e oficinas elaboradas pelo PTDRS conforme publicado pela Rede Territorial em Rondônia em 2011, promovidos pela STD/MDA e pela sua DFDA/RO, em parceria com o Centro de Estudos Rioterra.

O relatório de execução do TCMM traz o registro do que aconteceu de marcante no Território da Cidadania Madeira Mamoré no período de 2006 a 2010. Este relatório está disponível no site do MDA. Esse processo teve por objetivo: Construir uma visão de futuro para o Território; e Levantar elementos para o estabelecimento dos eixos estratégicos que serão desenvolvidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (RIOTERRA, 2011).

O relatório foi construído em dois momentos:

1) Reunião ampliada realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2010, com a participação de 40 pessoas (ver relatório Rioterra, 2010), foi elaborado em uma oficina promovida pelo MDA em parceria com o Centro de Estudos Rioterra.

2) O relatório trata da segunda etapa de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Território Madeira Mamoré. As atividades ocorreram no período de 17 a 19 de fevereiro de 2011, no Município de Itapuã do Oeste - RO, contando com a participação de 45 pessoas representantes do Poder Público Estadual, Municipal e Federal, dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR, das Associações de Agricultores Familiares, das Associações de Extrativistas, Pescadores e demais convidados oriundos dos

Municípios de Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari, Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará Mirim.

Participaram desse evento os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do TCMM e outros convidados da sociedade civil e órgãos públicos. A composição desses participantes pode ser visualizada no quadro 08, com os representantes das três categorias: órgãos públicos, unidades parceiras, e sociedade civil, dos cinco municípios que compõem o TCMM.

Quadro 08: Participantes da oficina de avaliação do TCMM – 2006 a 2010

Composição dos membros representantes e articuladores na oficina de avaliação do TCMM/RO: 01 rep. IICA/SDT/MDA e 05 articuladores da Rioterra de Porto Velho;			
Representantes			
Municípios:	Órgãos Públicos	Unid. Parceiras	Sociedade Civil
Candeias do Jamari	SEC. AGRICULTURA	EMATER	STTR, AGRIFAM, SPR AMFA, EEFA,
Itapoã do Oeste	SEMTAS,	EMATER,	Igreja católica, STTR, ASPROCAL
Guajará-Mirim	ICMBio,	0*	ASAGUAM, ASPROP,
Nova Mamoré	0*	0*	STTR, ASPRAMAR, ASSOC.GRAMA, Colônia dos Pescadores, ASPRO 21,
Porto Velho	SEDUC, SEAS, GETRE, SEMPLA, SEPLAN,	CEPLAC, EMATER	ASAGX, COMAD, COLÔNIA Z-1, COOTRARON,

Participantes da Oficina de Direito: Cidadania e Políticas Públicas do Território Central, e avaliadores do PTC pelo PTDRS no período de 2006 a 2010. 0* (sem representantes).

Fonte: Rioterra (2011), adaptada pela autora.

Na composição do Quadro 08, visualiza-se uma participação desigual, e desproporcional, a representação da sociedade civil, se fez presente com todos os municípios. Mas, nas categorias órgãos públicos e unidades parceiras, poucos representantes. No município de Nova Mamoré não houve representante nas duas categorias, contrapondo ao município de Porto Velho com cinco representantes.

O primeiro momento desta oficina foi à apresentação dos participantes, na sequência a divisão dos grupos (seis) para que refletissem sobre o que aconteceu de marcante no TCMM nos últimos cinco anos.

No decorrer da oficina foram registrados alguns momentos que podem ser visualizados nas Figuras 25, 26, 27, e 28. Os integrantes dessa oficina foi um público diversificado, que podem ser visualizados iniciando pela Figura 25.

Figura 25 - Integrantes da oficina de avaliação do TCMM



Participantes representantes de órgãos públicos e sociedade civil na oficina de Comunicação do TVJ e TCMM.

Fonte: Relatório Rioterra (2011).

Figura 26 - Trabalho em Grupo - Oficina: Cidadania e Políticas Públicas



Trabalho em grupo para a análise das proposições das ações do PTDRS.

Fonte: Oficina do PTDRS no PTCMM – Rioterra (2011).

Figura 27 - Exposição em plenária dos projetos estratégicos



Ao final de cada discussão em grupo de temas diferenciados, na sequência foram apresentados à plenária para aprovação dos demais integrantes.

Fonte: Oficina PTDRS no TCMM – Rioterra (2011).

Com os resultados das discussões propostas pela equipe de coordenação da oficina, esse gerou um relatório com diagnóstico de elementos e projetos contemplados no período de 2006 a 2010.

Na sequência, a exposição no Quadro 09 do diagnóstico participativo, oriundo das oficinas do PTDRS no PTCMM, coordenando pelo consultor da Rioterra, em 2011, que também mediaram os debates e processos participativos.

Quadro 09 - Diagnóstico participativo TCMM - 2006 a 2010

Período	Reflexões acerca da contribuição dos participantes
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de caminhão para atender agricultura familiar Nova Mamoré; • Construção de dois galpões para armazenamento Nova Mamoré; • Recuperação da BR-425; • Intervenção que houve em União Bandeirante para desmembrar a questão urbana da questão rural; • Construção da Central de Comercialização (não efetivada); • Primeira discussão do Plano Territorial; • Projeto Curso de confecção de Bio-Jóia (Itapuã e Guajará Mirim) e Construção da Casa de Farinha em todos os municípios; • Equipamentos de Freezer que foi disponibilizada para a Associação de Açaizeiros; e • ASPROCAN (Abacaxi) de Guajará-Mirim.
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Central de Comercialização Territorial; • Curso de Agro-Ecologia (territorial); • Projeto de educação no campo: capacitações de diretrizes operacionais para educação no campo. (territorial); • Proposta de Estruturação das Secretarias Municipais; • Conferência Territorial para construção da política nacional de desenvolvimento rural sustentável; • Seminário Inter-Territorial de Bio-Diesel; • Revisão do PDS do PAR Jequetibá; • Uma casa de farinha para a Associação GRAMA (Nova Mamoré); • Reforma e Ampliação do Feirão do Agricultor em Candeias; • Projeto SABERES DA TERRA (Porto Velho); • Seminário Estadual de Educação do Campo; • Capacitação dos Técnicos de ATER; • Criação dos Núcleos de Agro-ecologia nos 5 Municípios e na Ponta do Abunã; • Criação do Instituto Chico Mendes; • Criação do PAF Jequetibá; e • Encontro Bi-Nacional de Fronteiras.
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação de projeto para aquisição de Equipamentos Agrícolas e Estruturação dos Polos de Apoio; • Reapresentação do projeto do Centro de Comercialização; • Estruturação da Escola Família Agrícola no RECA, Nova Califórnia – PVH/RO; • Apoio aos Conselhos Municipais de Agricultura; • HIDRELÉTRICAS; • Consolidação da FLONA do Jamari; • Criação do Assentamento PA Flor do Amazonas 1 e 2; • Encontro Bi-Nacional de Fronteiras; • Mobilização para recomposição dos CODETER *; • Reunião com Prefeitos eleitos para integrem o programa Território da Cidadania; e • Projeto Arca das Letras;
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Uma caminhonete, uma moto e R\$ 30.000,00 para reforma do viveiro em Candeias; • Planejamento das Câmaras Temáticas; • Forte Migração para Porto Velho; • 02 casas de farinha em Candeias; • Box para o feirão em Candeias; • Computadores para COPRAZON (Candeias); • Definição das prioridades da Matriz Territorial; • Implantação do Programa Território da Cidadania*; • Projeto para Aquisição de 10 tanques de resfriamento de leite para Nova Mamoré; • Criação do CODETER *; • Discussão para Emancipação de Extrema; • Discussão e Projeto da Ponte do Rio Madeira; • Projeto de revitalização da BR 319; • Política de Desenvolvimento Territorial dos Pescadores; • Território da Pesca; • Permuta da Flora Bom Futuro pela Floresta Estadual do Rio Vermelho • Criação dos Colegiados Municipais*; • Criação do Ministério da Agricultura e Pesca *; • Projeto de Despoldadeira do Açai; • Elaboração do PROINF pelas prefeituras e organizações sociais beneficiadas * • Capacitação da sociedade civil; • Criação do grupo de mulheres da COPRAZON; • Política de desenvolvimento territorial dos pescadores; • Escola Família Agrícola RECA início das atividades; • Estruturação física e móvel do CODETER; • Ampliação da Agroindústria do RECA; • Associação dos Seringueiros Guajará; • Feira do Produtor Itapuã do Oeste; e • Equipamento do Escritório para 2 associações;

Período	Reflexões acerca da contribuição dos participantes
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões “o que é território”; • Contratação de Articuladores e Assessores Estaduais; • Casa Digital; • Projeto Pasteurização de Leite (Nova Mamoré e Itapuã do Oeste); • Formação de Formadores para Atuarem no Centro Formação da Economia Solidária; • Formação da Resex do rio Ouro Preto; • Contratação da Rioterra *; • Construção do PTDRS, PTCP * • Projeto inscrito no SICONV * • Participação da construção do plano de manejo da Resex Ouro Preto; • Criação do Fórum Municipal de Economia Solidária (Porto Velho); • Van para 16 pessoas – Itapuã do Oeste; • Van para 16 pessoas – Guajará-Mirim; • Veículo para Itapuã do Oeste; • 4º encontro Nacional de Colegiados * • Criação da Rede Estadual de Colegiados *13 • Territórios Digitais; • Aprovação do Regimento Interno; • Projeto Instituto Camargo Correia; • Visita do Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial; • Videoconferência; • Planejamento Ações 2010; • Viveiro do Projeto Semeando Sustentabilidade Rioterra; • Política Nacional de ATER *; e • Site Território de Rondônia *.

Fonte: adaptada pela autora com os dados do relatório (2010)

O Quadro 09 apresenta uma síntese das ações e projetos contemplados pelo TCMM, no período 2006 a 2010. Observa-se que os projetos executados não deixam claro o atendimento do PTC, por estar em seu enunciado que a ação e/ou projeto foi para um ou outro município participante das oficinas. Percebe-se aqui a preocupação dos executores do PTDRS e PTC em esclarecer aos participantes o que é “território”.

Na contemplação das ações, poucas são para atender o perfil do município de Porto Velho, na maioria são para atender os municípios de Itapuã do Oeste e Nova Mamoré. Este relatório também revelou a falta de participação da sociedade civil nas oficinas.

Esse diagnóstico revela ainda, a dificuldade de reivindicar as ações para atender de um modo geral o território, com percepções fragmentadas no território e sua identidade.

¹³ Novos autores: ressaltar que neste momento o foco era a construção pelos participantes membros dos colegiados territoriais, dando ao presente evento os contornos desejados pelos atores sociais, no entanto houve contribuições por parte da Assessora Territorial Adirleide e da articuladora Estadual Ana Avelar, destacados (*). Também é importante notar que durante a plenária de compartilhamento da linha do tempo, muitos incômodos e desconfortos do grupo foram trazidos. Essas falas foram usadas como base para o levantamento dos desafios do território, descritos na próxima seção. Esta observação consta no relatório.

4.3.3.2 Os desafios do Território da Cidadania Madeira Mamoré

O relatório do Território da cidadania madeira Mamoré segue os mesmos princípios e estrutura do relatório realizado pelo território central, ou seja, identificando as suas derrotas, vitórias e desafios. Pelo atraso no começo do evento e conseqüente falta de tempo, essa atividade não foi realizada formalmente em toda a sua extensão. Essa situação também foi relatada, e aprovada pelo grupo.

Porém, para não perder a riqueza desse levantamento foi compilada uma lista de desafios a partir da conversa de plenário realizada após a construção da linha do tempo. Essa lista foi validada e ampliada pelo grupo todo no início do segundo dia (Coordenador do Relatório, 2010).

Os desafios para o TCMM constantes no relatório de 2010 - Melhorar a relação entre a execução de projetos similares provenientes de diferentes fontes; Distribuição do desempenho dos projetos conforme a aptidão geográfica; Facilitar o acesso aos recursos dos financiamentos; Melhorar a fiscalização dos recursos públicos; Equalizar perdas e ganhos durante as atividades territoriais; Capacitar os atores sociais para o controle social; Capacitação em plano de negócio (para melhor utilização dos recursos a fundo perdido); Preparar gestores de associações e cooperativas; Participação efetiva dos gestores públicos; Melhorar a comunicação entre os atores públicos e a sociedade civil – parcerias; Fortalecer o colegiado municipal e territorial; Fortalecimento dos conselhos; Elaborar projetos que atendam à cadeia produtiva almejada; Projetos incompletos; Fiscalizar condições das comunidades para realizar projetos; Falta de organização interna das entidades para realização de projetos; Equipamentos abandonados nas comunidades; Equipamentos para prefeituras são mau utilizados e desviados; Olhar para as estratégias internas das instituições sociais; Ser propositivo – empoderamento social; Produtor não pode mais desmatar, potencializar áreas já abertas; Dificuldade de escoar produção (ex: castanha de aldeias indígenas); Organizar a produção (apoio das prefeituras as associações); Falta de infraestrutura (estradas, energia elétrica etc); Compensações ambientais das grandes usinas não chegam a todos os afetados; Garantir maior participação da sociedade na discussão de projetos impactantes (grandes obras); Discutir o modelo de “crescimento”.

O próximo item do relatório apresenta alguns depoimentos¹⁴ dos grupos. Segundo o Coordenador do relatório (2010), para ilustrar e detalhar um pouco alguns dos desafios listados acima segue o registro de algumas falas de membros do grupo durante as plenárias sobre a linha do tempo (tarde do primeiro dia) e da plenária sobre os desafios (manhã do segundo dia):

- a) *“Os prefeitos deveriam tomar mais conhecimento dos trabalhos do território, e os conselhos deveriam estar mais presentes nos municípios, e ao povo que deveria receber não chega nada.”*
- b) *“Os projetos têm período de capacitação e que, durante esta capacitação, geralmente uma semana, os trabalhadores rurais deixam de produzir em suas propriedades, atrapalhando incisivamente em sua rentabilidade. Nesse sentido, o técnico que ministra o curso está ganhando dinheiro e o agricultor cursista está perdendo, assim sendo, deveria ser pensada uma maneira de equalizar perdas e ganhos.”*
- c) *“Há muitos recursos mas, não temos notícias sobre como está o andamento dos projetos.”*
- d) *“No que tange às construções, as associações conseguem os recursos, a prefeitura dá início às obras, mas não tem o poder de acompanhar o processo, e devido a isso, muitas vezes, as obras são abandonadas. Ex: casa de farinha de Nova Mamoré.”*
- e) *“A questão da infraestrutura está diretamente relacionada à questão da energia elétrica. Onde não chegou energia elétrica, não há possibilidades de instalação de equipamentos de infraestrutura. Outro fator relevante é o acesso às áreas, não há estradas que possibilitem o transporte dos equipamentos, este fator deve ser sanado para que o desenvolvimento possa ser viabilizado.”*
- f) *“Engana-se quem pensa que o dinheiro é fundo perdido, esse dinheiro sai do bolso de cada um de nós. É necessário que se trabalhe em capacitação de planos de negócio, temos que enxergar casas de farinha como planos de negócio. Desta maneira viabilizaremos o desenvolvimento do território.”*
- g) *“Me preocupo com os maquinários que vão para as associações, pois estes não sabem administrar. No entanto, destaco que quando estes equipamentos*

¹⁴ Os relatos dos depoimentos foram transcritos sem a identificação dos representantes. (RIOTERRA 2010).

vão para a prefeitura acabam por serem mal utilizados e desviados do seu uso inicial. Não são utilizados na agricultura. Acabam sendo usados para puxar lixo. Nós das associações temos que saber como administrar os recursos e equipamentos. Sou a favor da cobrança de uma taxa de manutenção sobre o uso do maquinário, de maneira a dar às associações o poder de manutenção dos equipamentos.”

Figura 28 - Máquinas para assistência do pequeno agricultor



A entrega destas máquinas foi na Conferência de ATER, gerando uma polemica: quem iria administrar o uso e a manutenção, a prefeitura ou os sindicatos?

Fonte: Arquivo da autora, 2012.

- h) *“Discordo que as associações não possuam o poder de administrar os equipamentos, pois as prefeituras também deixam os maquinários abandonados. Falta é preparo do pessoal, o que pode ser sanado através de cursos de capacitação. Eu conheço farinheiros que estão parados.”*
- i) *“Quando uma associação pegar um bem público (trator, farinha...), que se possa verificar o uso destes equipamentos, e caso não estejam sendo usados, que sejam remanejados para outras associações que lhes deem o devido uso.”*
- j) *“O que acontece dentro dos municípios, principalmente nas prefeituras que recebem os recursos para aquisição de equipamentos? As prefeituras*

demoram para atender os agricultores familiares, o que ocasiona perda de produção, pois a mandioca que fica cinco dias esperando o caminhão para buscá-la, acaba por estragar. Por isso, dentro de alguns municípios não tem produção e não vai ter nunca, enquanto a gente não se organizar, nós, o MDA e as prefeituras.”

- k) *“Quero falar sobre gestão. Nós ficamos muito tristes em ver a má gestão dos recursos, pois alguém levou para consertar e sumiu, ou sumiu de outras formas. Há uma necessidade da educação da gestão. Vejo com bastante esperança em organizar os colegiados municipais, buscando pessoas com compromisso, mas que depois haja um acompanhamento educacional. Nós temos que investir na formação, na educação desses conselheiros, para que seja criado um bom modelo de desenvolvimento rural. Ressalto também a diversidade de recursos oriundos de diferentes projetos, mas não percebo a interligação entre estes.”*
- l) *“Eu me senti menosprezado, quando um órgão disse que um trator não é representativo da classe rural. Quando chega um trator lá, aparece um vereador atrás controlando as horas. Porque os agricultores não podem ter a liberdade de operar o trator? Se acham que não sabemos, que nos deem cursos de capacitação.”*
- m) *“Fiz um apanhado geral do que falamos, e o que foi percebido foi a importância da capacitação, gestão e fortalecimento. Uma das minhas sugestões no que tange à gestão dos recursos, é a capacitação para administrar o bem nas associações.”*
- n) *“Em Candeias sofremos com as compensações ambientais, pois não fomos contemplados pela compensação da Usina de Samuel, e agora estamos lutando para conseguir as compensações das Usinas do Rio Madeira. Nós não podemos roçar nem derrubar, como iremos produzir? O produtor está sendo prejudicado, se nos empreendermos na mata, a polícia nos leva. As empresas podem destruir, derrubar e alagar, nós não podemos nem derrubar. Nós produtores temos que priorizar primeiramente nossas produções, para que não sejamos obrigados a largar a enxada e migrar para a cidade.”*
- o) *“Muitas vezes nós nos culpamos pelo fato das coisas não andarem. Mas as coisas são políticas. Existe máquina de arroz em local onde não produz arroz, máquina que precisa de energia que está onde não existe energia. Existe*

uma má distribuição dos recursos de infraestrutura, não atendendo diretamente às demandas locais. É reunidos como nós estamos aqui que conseguiremos consertar estes problemas.”

Na análise das falas expostas pelo relatório, percebe-se que os participantes deste território já são mais informados quanto ao processo de gestão, e querem saber da aplicação dos recursos orçamentários para aquisição dos bens, e que estes bens devem ser usados para atendimento de todos, principalmente ao rural. No desabafo chegam a denunciar a aquisição de máquinas e equipamentos que são usados para outro destino pela prefeitura, que não faz a manutenção necessária, propondo o uso das mesmas pelas Associações, inclusive em cobrar uma taxa de uso para a manutenção. Outro desabafo que deve ser bem observado é a aprovação de projeto que não condiz à realidade de onde foi proposto, a exemplo: “[...] Existe máquina de arroz em local onde não produz arroz, máquina que precisa de energia que está onde não existe energia”. Observando, ainda os itens (h) e (i) em que a prefeitura acaba por não utilizar os equipamentos recebidos através de projetos.

Consta, ainda no relatório, a constituição coletiva de uma visão de futuro para o Território Madeira Mamoré. Reunidos em grupos, os participantes conversaram, orientados pela seguinte pergunta: **O que sonhamos para o TCMM nos próximos 5 a 10 anos?**

Os grupos registraram as conversas em filipetas ou tarjas de papel, que ao final foram apresentadas em plenário e agrupadas. Segue o registro dessas ideias apresentadas:

Produção, Pesca e Agricultura Familiar - Assessoria técnica e fomento de acordo com as necessidades da Agricultura Familiar; Pesca artesanal ordenada e organizada (inclusão); Câmara fria, caminhão frigorífico para todas as colônias de pescadores; Diagnóstico de produção por município; Produção agro-ecológica predominante com ATER no TMM; Transporte adequado para os produtores com ônibus; Estruturação de maquinários direta às associações;

Educação, Cultura e Lazer - Implantação de escola Família Agrícola de qualidade (educação no campo) – que se adote o modelo das EFAs como proposta para educação para o campo – fortalecer e expandir modelos de educação no campo exitoso – escolas voltadas para fixação do homem do campo – escola e

saúde de qualidade para o campo; Mais opções de cultura e lazer no campo; Inclusão digital;

Políticas Públicas e Recursos- Que possamos garantir políticas e ações que garanta a qualidade dos recursos hídricos no território frente aos impactos dos grandes empreendimentos como hidrelétrica e frigorífico e outros, uma vez que o TMM é um território das águas; Regularização fundiária e potencializar os assentamentos – agilidade nas regularizações fundiária – regularização fundiárias urbanas e rurais – regularização fundiária e reestruturação de máquinas direto para as associações; Criar política pública de fortalecimento da agricultura familiar com ênfase na agroecologia e extrativismo; Tornar territórios política pública de participação qualifica de referência; Transparências das ações do território e agilidade na liberação de recurso; Integração entre os projetos e instituições para atender diretamente as comunidades rurais; Regulamentação única para todos os ministérios do TCMM para agroindústria familiar; Que haja maiores informações de onde estão os recursos; Recursos bem definidos para o colegiado e execução dos projetos com rapidez e eficácia;

Organização Social: Sedes para associações, biojóias e estruturação das mesmas; Organizações sociais fortalecidas com apoio à participação no CODETER; Que haja o fortalecimento dos colegiados enquanto políticas públicas e que seja um espaço para planejamento participativo de fato; Que haja a possibilidade dos recursos serem executados também pelas associações e não só pelas prefeituras;

Outros - Que as demandas deliberadas sejam implementadas no mesmo exercício; Turismo ecológico; Incluir questões de gênero; Pagamento por serviços ambientais; Potencializar modelos de saúde adequadas à realidade rural.

4.3.3.3 Elementos para a composição de eixos estratégicos - PTDRS do TCMM

Com o intuito de levantar elementos para a construção dos eixos estratégicos do PTDRS do TCMM, o segundo dia de reunião teve início com uma breve apresentação realizada pela equipe de facilitadores acerca de 12 temas com significativa relevância para um território que pretende ser um Território de Cidadania. Os temas expostos foram: Política Cultural; Meio Ambiente; Educação; Economia; Gênero e Geração; Infraestrutura; Saúde; Organização Social e

Institucional; Diversidade Etnocultural; Esporte e Lazer; Regularização Fundiária; Segurança Pública.

Ao final do relatório de execução, foi realizada uma avaliação da oficina, na seguinte metodologia: um grande círculo em que o facilitador solicitou aos participantes que comentassem sobre a sua impressão da oficina, com levantamentos de pontos positivos e negativos do PTDRS no TCMM nesta fase ainda de implementação das ações e projetos.

Pontos Positivos: Alimentação; Organização; Alojamento; Localização do evento; O facilitador; Bom relacionamento dos participantes; O evento; O PTDRS; Muita discussão; Experiência; Fazer novas amizades; Mobilização da Adirleide¹⁵ com trabalhos bem conduzidos; Equipe que conduziu o trabalho; Conhecer o território a partir da participação dos atores que estavam presentes no evento.

Pontos Negativos: Presença de pessoas que se comportaram como turistas; Conversa paralela; Pouca ação; Falta de compromisso e pontualidade. E como sugestão: Que todo material possa ser disponibilizado aos participantes; Que todas as propostas sejam realmente concretizadas; Estamos retornando às nossas comunidades e queremos levar boas informações a elas, e esperamos que este plano vá adiante.

A análise que se tem do TCMM pelo relatório, a dinâmica do PTC ainda está sendo conduzida de forma a atender aos anseios dos representantes dos órgãos públicos, ou seja, das prefeituras. Conforme depoimentos, muitos projetos se perdem no tempo e/ou são executados para municípios específicos. Mostram também a falta de qualificação das pessoas para receberem investimentos e executar projetos aprovados.

¹⁵ Ardileide, mobilizadora das oficinas do PTDRS no PTC do Território Madeira Mamoré.

5 AMBIGUIDADES DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE RONDÔNIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DA CIDADANIA

Este capítulo tem o propósito de apresentar os distintos entendimentos de políticas públicas pelos atores representantes dos órgãos públicos em nível federal, estadual, municipal e da sociedade civil dos dois territórios da cidadania: Central de Rondônia e Madeira Mamoré em Rondônia.

No processo de construção e gestão do desenvolvimento territorial é importante levar em conta a participação da sociedade civil organizada. A sociedade civil tem conhecimentos ricos acumulados ao longo de suas vidas, ou seja, eles detêm a prática da realidade de suas necessidades. Logo, a participação da sociedade civil é essencial na elaboração de estratégias para o projeto político regional e ou territorial.

Na constituição do PTDRS, no guia para o planejamento, documento de apoio nº 02 do MDA (2005), no projeto político de desenvolvimento é evidenciado o uso do poder político. Na visão de Boisier (1998), “não se mudam as coisas por voluntarismo, senão mediante o uso do poder”. A participação da sociedade civil deve ser colocada como necessária na construção desse poder. Essa construção, até então, era vista como democrática, pois havia interação dos formuladores das políticas públicas com a participação daqueles que iriam usufruir das mesmas, aqui entendidos como a sociedade civil.

Buscando apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais de Rondônia e promover a implementação e integração de políticas públicas, a SDT/MDA, a partir de sua DFDA/RO, e em parceria com o Centro de Estudos Rioterra, promoveu o processo de construção dos PTDRSs. Os primeiros resultados são os projetos territoriais estratégicos publicados pela Rede Territorial/RO, em 2011, com as seguintes construções: A partir de agosto de 2010 foram executadas as diversas atividades de levantamentos, reuniões e oficinas para a revisão dos PTDRS dos Territórios Central de Rondônia e Vale do Jamari, e para a elaboração dos PTDRSs dos Territórios Madeira Mamoré e Rio Machado;

O processo de construção ocorreu de forma participativa, através das 18 oficinas, já relatado nas páginas 86 e 87 desse estudo. Essas oficinas retrata as

necessidades, anseios e sonhos dos atores territoriais que vivem nos 32 municípios de Rondônia que compõem os quatro territórios rurais com características e necessidades diversificadas. As diversidades desses territórios tendem as ambiguidades das políticas de desenvolvimento rural para os territórios, Central e Madeira Mamoré.

O governo federal implanta políticas de desenvolvimento rural a nível nacional, neste estudo o PTDRS em 2003 e o PTC em 2008 nos TC e TCMM em Rondônia, esses levou a autora analisar a implementação dessas políticas por meio de pesquisa de campo em aplicação de entrevistas para dois grupos distintos (representante de órgãos públicos e sociedade civil). Para o atendimento desse processo desenvolveu-se o item dos procedimentos metodológicos, aplicados neste estudo.

5.1 Procedimentos metodológicos na aplicação das entrevistas

O método utilizado na pesquisa foi o de Observação Participante, que levou a pesquisadora a observar o processo participativo dos atores e os possíveis entrevistados. Foi nesse processo que a autora, elegeu os possíveis entrevistados. Outro critério utilizado foi escolher os atores mais ativos (frequentes) e/ou os mais notados (atinados) nos eventos, estes promovidos pelo MDA no período de abril de 2011 a abril de 2012.

Esse processo metodológico deu-se a partir da participação em alguns encontros de explanação e debates para planejamento estratégico no TCC e TCMM, foram aplicados os questionários semiestruturados, com entrevistas junto aos participantes dos eventos e, posteriormente, nas secretarias institucionais, local de trabalho de alguns respondentes.

A aplicação dos questionários e entrevistas se deu em três momentos com participações distintas: como observadora sem direito a voz e voto, como delegada com direito a voz e voto, e como convidada com direito a voz.

- No primeiro momento as participações foram em três encontros como pesquisadora/observadora de uma instituição de ensino – sentindo aqui uma liberdade limitada em estar presente entre os atores do processo participativo e tendo que permanecer em silêncio -, somente em observação diante de todos os procedimentos, na condução e desenvolvimento de todas as etapas das oficinas.

Todo o processo era conduzido pelos representantes do MDA ou de órgãos públicos ali indicados. Nessas participações como observadora nos encontros, deu-se, também, o início dos primeiros contatos com os possíveis entrevistados.

- No segundo momento, a participação também em três encontros em níveis diferentes: dois em nível interterritorial – encontro dos representantes dos órgãos públicos e sociedade civil dos dois TCs em estudo (Central de Rondônia e Madeira Mamoré) - e um encontro em nível estadual com a participação dos representantes dos quatro TCs e um Território de Identidade (TI). No primeiro encontro interterritorial a participação foi como delegada nomeada pelo coordenador do TCMM e, posteriormente, eleita pelos participantes como delegada estadual no seguimento de representante do poder público federal de uma instituição de ensino, e

- No terceiro momento, a participação na 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – I CNATER em Brasília/DF: a participação no evento foi como convidada e representante da SEMAGRI.

Os eventos foram promovidos pelo MDA/RO em parceria com outras entidades: CEPLAC/RO e EMATER/RO, e as secretarias SEAGRI e SEMAGRI, junto aos representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil.

Cada evento tinha duração de dois a três dias, em lugares diferenciados, ora no interior – municípios estratégicos – ora na capital. Alguns obstáculos foram encontrados na efetivação das entrevistas, tais como:

a) com os representantes de órgãos públicos - falta de tempo; marcar e por motivo alheio não era realizada a entrevista, indicando outra pessoa para falar e ou pedindo para voltar em outra data; muitos tinham receio de falar algo que os comprometesse.

b) com os representantes da sociedade civil – muitos se mostravam inibidos porque não sabiam o que falar; outros tinham medo de falar errado e/ou de falar alguma coisa que não pudessem ser indagados, por exemplo, perguntar por um orçamento (já atendido e/ou desviado para aplicação de outro bem); aproveitavam a oportunidade para fazer o pedido de uma necessidade de sua representação.

As entrevistas eram realizadas em horários oportunos, nos intervalos dos eventos e/ou depois das refeições.

Diante do acompanhamento e participação desses eventos, foi possível realizar trinta entrevistas, sendo quinze de representantes de órgãos públicos e

quinze com representantes de sociedade civil. Algumas entrevistas não foram efetivadas: várias tentativas agendadas, esperas marcadas, desculpas de outras agendas e outros compromissos inadiáveis, concluindo em viagens não produtivas. Com esse quantitativo, verificou-se que era o suficiente para atender ao proposto pela pesquisa.

Esse número foi limitado devido às dificuldades em obter as informações preestabelecidas nos questionários, por motivos diferenciados: a) os representantes dos órgãos públicos detinham o conhecimento, poucos falavam sobre as indagações, desviavam das perguntas com assuntos paralelos, indicando nome de outras pessoas e outros órgãos para informações e/ou fornecer algum tipo de documento e dados pertinentes ao tema. Com exceção dos dois representantes de Brasília-DF, que falaram com entusiasmo do PTDRS e do PTC, colocando-se à disposição para envio de documentos pertinentes via e-mail: foram realizados vários contatos por e-mail e não se obteve nenhum material prometido; b) quanto aos representantes da sociedade civil, mostravam-se disponíveis e queriam dar entrevistas, mas, poucos sabiam o que era o PTDRS e o PTC. Outros estavam ali para reivindicar seus interesses da representatividade.

No Quadro 10 apresenta-se o quantitativo e representatividade dos entrevistados:

Quadro 10 - Distribuição dos entrevistados nas respectivas representações

Divisão dos Atores/Grupos	Identificação	Quant. Entrevist.	Representação de Órgãos Públicos e Sociedade Civil
01	EOP - 01, 02	02	Órgão Público em Brasília – Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT e Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA
02	EOP - 03, 04 e 05	03	Órgão Público comum aos dois territórios (Central e Madeira Mamoré) – implantadores dos territórios
03	EPS – 06	01	Centro de Estudo “AAA” - Prestador de serviços na execução do PTDRS e PTC/RO
04	EOP/TCC/RO - 07, 08, 09, 10 e 11	05	Órgão Público – Território Central de Rondônia
05	EOP/TCMM - 12, 13, 14, 15 e 16	05	Órgão Público Território - Madeira Mamoré
06	ESC/TCC/RO - 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23	07	Sociedade civil – Território Central de Rondônia
07	ESC/TCMM - 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30	07	Sociedade civil – Território Madeira Mamoré
Total		30	Entrevistados

Fonte: Elaborada pela autora, 2012

Os atores entrevistados foram divididos em sete grupos, conforme apresentado no Quadro 10 da distribuição dos entrevistados nas respectivas representações. Identificados como: EOP 01, 02, 03, 04 e 05, representantes de Órgãos Públicos, e o EPS 06, prestador de serviços, comuns aos dois territórios.

O número limitado a 30 entrevistados foi em virtude de uma pré-análise qualitativa. Observou-se que neste número de entrevistas já se tinha a essência para responder aos objetivos e à hipótese da pesquisa. Observou-se, ainda, que as informações obtidas através das 30 entrevistas realizadas em geral continham conteúdos muito semelhantes, sendo suficientes para apontar as leituras dos atores envolvidos.

A codificação de identificação foi criada pela autora, com as seguintes denominações: Entrevistado Órgãos Públicos (EOP); Entrevistado Prestador de Serviços (EPS); e Entrevistado Sociedade Civil (ESC), com os respectivos quantitativos integralizados e necessários para representação dos dois territórios.

A entrevista seguiu de forma semiestruturada (apêndice A e B) dividida em quatro partes:

- Na primeira parte a caracterização dos respondentes: idade, escolaridade, região a que pertence, tipo de organização a que estava vinculado, cargo ou função, e tempo de trabalho ou função na instituição;
- Segunda parte o conhecimento acerca do PTDRS no Estado de Rondônia;
- Terceira parte sobre o PTC no Estado de Rondônia? e a
- Quarta parte a avaliação do PTDRS e PTC em Rondônia com as escalas: (1) insuficiente; (2) regular; (3) bom; (4) muito bom e (5) excelente com quatro questões fechadas, para os dois grupos de atores. A apresentação dessa quarta parte do questionário está no item 5.3 na explanação dos dados coletados da efetivação das entrevistas.

O inicial procedimento proposto no questionário da entrevista foi o de caracterização dos respondentes. Essa identificação pode ser visualizada no Quadro 11, uma síntese dos 30 atores entrevistados compreendendo os representantes dos dois territórios.

5.2 Caracterização dos respondentes – primeira parte do questionário

A entrevista teve início com a caracterização dos respondentes, começando por qual território pertencia, continuando por dados pessoais como a idade, escolaridade, se era da região de Rondônia ou de qual região, qual seu vínculo empregatício e quanto tempo estava naquela função. Com respostas simples podemos visualizar o resumo no Quadro 11.

Quadro 11 - Caracterização dos entrevistados nas respectivas representações

Identific.	Idade	Escolaridade	Região/Resp.	Vínculo	Tempo/ Função
EOP 01 e 02	35 a 55	Pós-Graduação	Sudeste e Nordeste	Coord.Téc. e Secretário Adjunto	Acima de três anos
EOP 03, 04 e 05	35 a 55	Pós-Graduação e Ensino Médio	Nordeste, Sul e Sudeste	Secretário Adjunto	Acima de três anos
EPS 06	35 a 45	Pós-Graduação	Centro-Oeste	Coord. Centro de Estudos	Acima de três anos
EOP/TCC 07, 08, 09, 10 e 11	35 a 55	Graduação, Pós-Graduação e Ensino Médio	Nordeste, Sudeste e Sul	Tec(s). Agrícolas, Prefeito XX (Coord. Território)	Acima de três anos
EOP/TCMM, 12, 13, 14, 15 e 16	35 a 55	Graduação, Pós-Graduação e Ensino Médio	Nordeste, Sudeste e Sul	Tec(s). Agrícolas e Secretário Adjunto	Acima de três anos; e menos de dois anos (respec).
ESC/TCC, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23	35 a 55	Graduação, Ensino Médio e Fundamental	Sudeste, Centro Oeste, Nordeste e Norte (RO)	Presidentes: Federação, Sindicatos e Associações Rurais	Acima de três anos; e menos de dois anos (respec).
ESC/TCMM, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30	35 a 55	Ensino Médio e Fundamental	Sudeste e Norte (RO)	Presidentes: Sindicatos e Associações Rurais	Menos de três anos

Fonte: Elaborada pela autora, 2012

O Quadro 11 apresenta a caracterização dos respondentes nas sete divisões dos atores entrevistados, visualizando que: no item idade, todos tinham acima de 35 anos, e a maior idade estava até 55 anos, entendendo que todos com idade adulta e capazes na lucidez para as respostas, todos alfabetizados, com escolaridade de ensino médio a pós-graduação nos representantes dos órgãos públicos dos dois territórios e prestador de serviço, a escolaridade dos representantes da sociedade civil do TCC, é de ensino fundamental a graduação, já a dos representantes da sociedade civil do TCMM é de ensino fundamental a médio. Verifica que somente na categoria de representante da sociedade civil a existência de pessoas da região,

ou seja, de Rondônia. Oitenta por cento dos respondentes estão na região e ou na representação a mais de três anos, configurando assim o conhecimento das características e necessidades de cada território. Quanto ao grau de representação e ou vínculo, estão todos bem representados, os dos órgãos públicos por secretários, técnicos e representantes de prefeituras; e os da sociedade civil por presidentes de sindicatos e associações.

Visualizando nesta primeira fase da entrevista que os respondentes são pessoas envolvidas no processo do PTDRS nos dois territórios da cidadania foco de estudo. Na continuidade das entrevistas, foi indagado aos respondentes por questões abertas sobre o conhecimento do PTDRS e PTC, passando assim para a segunda e terceira fase do questionário.

5.2.1 Conhecimento acerca do PTDRS e do PTC nos territórios TCC e TCMM em Rondônia – 2ª e 3ª parte do questionário

O levantamento sobre a visão dos entrevistados sobre o PTDRS e o PTC é um dos elementos para a análise da implantação dessas políticas nos dois territórios. Focando dois públicos diferentes, mas, esses fazem parte do mesmo processo quando da aplicação das oficinas de aprovação de ações e ou projetos para o desenvolvimento rural.

Optou-se pela transcrição das entrevistas, iniciando pela visão dos representantes dos órgãos públicos em Brasília. Na sequência, as entrevistas com os representantes de Órgãos Públicos e da sociedade civil dos Territórios: Central de Rondônia e Madeira Mamoré, respectivamente. Entrevistado também o representante do centro de estudo que coordenou as oficinas de aplicação do PTDRS no PTC dos dois territórios.

Grupo 1- Respondentes (EOP 01 e 02)

A entrevista com o representante da SDT em Brasília-DF e dos técnicos representantes da SDT e MDA respectivamente, deu-se em um momento oportuno da 1ª CNATER, no período de 23 a 26 de abril de 2012. A autora participou desse evento como representante da Secretaria de Agricultura do Município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

➤ **2ª parte do questionário - Conhecimento Acerca do PTDRS nos TCC e TCMM em Rondônia**

A leitura de conhecimento sobre o PTDRS dos respondentes desta categoria (EOP 01 e 02) apresenta visões políticas e técnicas. Ambos são conhecedores de políticas públicas; trabalham em órgãos formuladores dessas políticas; que o PTDRS são planos estratégicos de planejamento territoriais; onde estão contextualizados os desafios e ações para definir quais são os projetos de infraestrutura dos territórios. De uma forma mais técnica, “...é um plano de fomentar a participação, organizar a participação nos territórios e nos colegiados como também articular as políticas públicas nas três esferas federativas: União, Estados e Municípios” (EOP 02).

Para os entrevistados (EOP 01 e 02), o PTDRS para o PTC tem como vantagens um plano participativo, “feito pela sociedade”, “com o exercício da democracia” e é nesse exercício participativo que são extraídas as cadeias produtivas e as ações para dinamizar os recursos para as secretarias administrativas como a da educação e saúde, superando as questões partidárias. A grande vantagem é a contribuição da sociedade civil diversificada, “...respeita o protagonismo, a participação, a articulação de políticas públicas a diversidade rural, nas distintas esferas econômicas, ambiental, política e cultural”. Sinalizam que os beneficiados pelo plano são toda a população do Brasil. Em um resgate especial, diz: “...o então presidente Lula resgata um povo que estava esquecido e a presidente Dilma fortalece com a efetivação desse plano”.

O plano foi implementado em nível nacional para que a sociedade se estabelecesse e participasse de acordo com as necessidades políticas de cada território. O território é “essencialmente rural e com forte presença agrícola” que não pode ser confundido com o “modo de produção agrícola” que é um modo de vida que exerce atividades agrícolas em um espaço rural.

O PTDRS ainda não é conhecido, e que a melhor maneira de se tornar conhecido, é “um exercício que tem de chegar nas escolas” que também se faz necessário alguns ajustes e da participação mais efetiva da sociedade (EPO 01).

Na contribuição do entrevistado (EPO 02) “... o PTDRS é um plano em construção, precisa ser estratégico para atender à expectativa do maior número de

interessados que estão nos territórios”. Para ser estratégico precisa ampliar e mobilizar os órgãos públicos e os atores da sociedade civil.

➤ **3ª parte do questionário - sobre o PTC no TCC e TCMM em Rondônia**

O PTC é um programa do governo federal para priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de maneira desconcentrada e com a observância da sustentabilidade em todas as suas dimensões (MDA, 2008).

Para o respondente (EPO 01) “... é uma tentativa forte de articular políticas públicas com o governo federal, é um casamento, um passo seguinte de um pacto federativo onde as ações do governo federal pudessem se articular melhor para o estado e entre os municípios”. E para o respondente EPO 02 “... é um programa de cooperação e participativo porque dialoga com as demandas locais”. Entendido ainda como um programa de gestão social, “... que tem como objetivo fortalecer a gestão social do desenvolvimento territorial para trabalhar um grande processo de formação das redes de cooperação que tá ligado à formação de qualificação da demanda dos territórios de qualificação das políticas públicas (lá) no território”.

Quanto às vantagens e desvantagens do PTC, os entrevistados expõem ser um programa que dialoga com a realidade local, que atende às demandas locais e as políticas são implantadas com a participação efetiva dos representantes dos territórios. Não visualizam nenhuma desvantagem, e que os beneficiados pelo programa são todos que fazem parte do PTC.

Diante dos relatos desses dois entrevistados, pode-se dizer que, sobre o PTDRS e o PTC eles têm uma visão técnica e política, e que são conhecedores do Plano e do Programa e seus respectivos objetivos. De certa forma, estão contagiados à teoria na formulação dessas políticas.

Foi solicitada, aos entrevistados a disponibilização de documentos que comprovasse essa construção. Responderam que naquele momento não teriam, mas que poderiam disponibilizar por e-mail, no entanto, vários e-mails foram enviados e confirmados os recebimentos, mas nenhum material foi disponibilizado.

Grupo 2 Respondentes (EOP 03, 04 e 05)

A entrevista com os respondentes EOP 03, 04 e 05, são os implantadores do PTDRS e PTC no TC/RO, e que hoje (2012) estão exercendo cargos de secretários de Estado, e são participantes ativos no PTC/RO. Foram entrevistados em suas secretarias de representação.

➤ 2ª parte do questionário - Conhecimento Acerca do PTDRS nos TCC e TCMM em Rondônia

Os representantes EOP 03, 04 e 05 ora entrevistados têm as seguintes visões sobre o PTDRS:

O PTDRS é um Plano de Planejamento Amplo de uma região, compartilhada pelos atores locais. Segundo o EOP 03 o plano é "... fruto de várias reuniões, oficinas e seminários, na qual foram ajustados e sintonizados com as vocações, potencialidades de cada região e cada seguimento da economia, como também com seus arranjos produtivos, feito de uma forma bem participativa" e o seu objetivo "... é proporcionar o desenvolvimento da região, considerando as vocações e potencialidades regionais, como também a questão espacial e territorial". Visto como um plano de política pública estratégica, que foi implementado para "promover um processo de Desenvolvimento com inclusão social"

Quanto ao item vantagem e desvantagem do PTDRS, foi destacado o caráter participativo do processo da sua construção a partir das necessidades de cada região, como, "... as ações propostas estão de acordo com as necessidades tanto regionais como das comunidades que vivem nas regiões, estão ajustadas pelas demandas da população" e para o EOP 05 "a participação do conjunto da sociedade" e como desvantagem, eles visualizam "... a pouca efetividade de ações previstas no plano". Os beneficiados são "...principalmente aquelas populações menos favorecidas, mais marginalizadas e discriminadas", são ainda os "segmentos econômicos principalmente da área rural: piscicultura, agropecuária, e outros" todos os rurais são beneficiados por esta ação, porque são vários ministérios que atuam dentro deste plano e vão ao encontro das demandas destas populações, então o público beneficiado e exatamente esses que participa da política territorial.

Foi indagado, ainda, se o PTDRS atendia às expectativas dos territórios:

Em uma resposta bem firme e de que acredita que o plano está sendo executado como pré determina a sua aplicabilidade segundo o EOP 03:

“Atende sim. A forma a filosofia do PTDRS esta perfeita, a programação do Programa Território da Cidadania tem a montagem da matriz, a elaboração do PTDRS, tem o plano de execução, então feito nesta ordem é perfeito, a preocupação para que atinja aos objetivos é que nenhuma destas etapas sejam prejudicadas, mas, uma vez implementada, vão de encontro com as necessidades do território”

Para os respondentes EOP 04 “... a metodologia do plano é excelente, mas, não é executado por completo, a participação dos atores da sociedade civil não é concretizada” e para EOP 05 “Parcialmente, poderia atender mais, se houvesse maior comprometimento de todos”

➤ **3ª parte do questionário - sobre o PTC no TCC e TCMM em Rondônia**

O PTC, ao pré-estabelecido pelo MDA, trata-se de um programa de apoio e estímulos a processos de desenvolvimento organizados territorialmente com certo grau de endogenia, descentralizados e sustentáveis, articulados a redes de apoio e cooperação solidária que, gradualmente, possam integrar populações e territórios do interior do Brasil aos processos de crescimento e de desenvolvimento em curso (MDA, 2008).

Na visão dos respondentes EPO 03, 04 e 05, o PTC é um programa participativo para atender a sociedade civil mais carente e ou mais necessitada:

“é um programa de governo moderno e apropriado que prioriza de fato as melhores políticas para serem implantadas no Brasil, com dinamismo econômico, ajustado as vocações, as potencialidades e aos anseios da população, é uma forma de otimizar os recursos disponíveis, fazendo com que os Ministérios possam atuar de fato nas regiões e nas populações que carecem de ajuda” EOP 03.

“o programa é uma forma do governo federal apesar de sua distância chegar aos incões deste país que é tão grande. Tem como objetivos os anseios da sociedade civil, é que seja implantado em sua plenitude, e que esta política de governo seja também um política de estado, seja perene” EOP 04.

Na visão dos respondentes, pode-se dizer, então, que o PTC é um programa participativo e interativo que engloba regiões com características similares, marcado por grandes necessidades de transformação social, econômica e ambiental.

Os três entrevistados conhecem o PTC, foram os implantadores do PTDRS e PTC no território Central em Ji-Paraná. Sempre estiveram envolvidos no programa e ou em organizações públicas. O respondente EOP 05 mostrou ser efetivo: “... participei de várias reuniões, presenciei os anseios e as expectativas principalmente dos menos favorecidos”. Os respondentes dessa categoria não visualizam nenhuma desvantagem do PTC, e como vantagem, “...é o método que planeja com a participação dos atores políticos com a sociedade civil, para fomentar as políticas de desenvolvimento”, complementado, o respondente EOP 03 diz: “... são as ações participativas da sociedade ajustadas nas necessidades de cada região.” Para o EOP 05 “Um espaço democrático acolhedor, mas ao mesmo tempo lento, às vezes indefinido, incompreendido por muitos”.

No item “quem são os beneficiados”, reponderam com a mesma visão do PTDRS. São os que participam dos programas sociais do governo, como o Bolsa Família, da habitação em todos os seguimentos econômicos, principalmente aqueles que estão localizados em regiões com menor IDH, conforme o EOP 04, “menor dinamismo econômico”, e “principalmente a população mais carente da região, mas no final todos podem ser beneficiados” EOP 05.

Quanto às expectativas do PTC para os territórios o respondente EOP 04 foi bem expressivo sobre expansão do programa nos Ministérios:

“As expectativas são muito grandes, os anseios são muitos, e nesta transição do governo Lula para o governo Dilma, o programa sofreu um hiato, e a expectativa é que o programa continue, sabemos que a coordenação dele vai continuar no Palácio do Planalto e na Casa Civil, e neste rearranjo do Programa Território da Cidadania na sua Coordenação Nacional, a nossa expectativa é que ele retome com muita força, pelos menos do jeito que era ou com mais força ainda, e que os outros Ministérios tenham pelo menos 30% que o MDA já tem”

Os respondentes visualizam que o programa poderia ser muito melhor se as pessoas “participassem, propusessem mais, cobrassem mais e entendesse mais o processo”.

Finalizada a entrevista com os respondentes EPO 03, 04 e 05, também se procurou pela disponibilização de material para contribuição à pesquisa, e também com estes entrevistados nenhum material foi disponibilizado: indicaram outros órgãos que poderiam atender, enfatizando que não poderiam disponibilizar nenhum documento, “...estes você pode encontrar nos órgãos oficiais que executam os planos como, por exemplo, o MDA”.

A análise que se tem dos entrevistados (EOP 03, 04 e 05) é de que são conhecedores das políticas de Desenvolvimento do Estado de Rondônia. Estão no programa desde a sua implantação, torcem para que o programa dê certo e, para que isto aconteça se faz necessária a dedicação de mais adeptos com efetividade, e o fortalecimento da sociedade civil representada.

Grupo 3 - Respondentes (EPS 06) – representante prestador de serviços

A opção pela entrevista com o EOP 06 foi verificar a visão de um executor do PTDRS no PTC como prestador de serviços – não era representante de órgão público nem da sociedade civil – e conhecedor das políticas de desenvolvimento do governo, por se fazer presente em Instituição de estudos regionais.

Iniciou-se a entrevista com as seguintes indagações propostas no questionário:

➤ 2ª e 3ª partes - Conhecimento Acerca do PTDRS e do PTC no TCC e TCMM de Rondônia

O entrevistado optou por falar do Plano e do Programa ao mesmo tempo, fazendo uma síntese de sua visão como coordenador de um Centro de Estudo e parceiro do MDA. Na sua visão “... o PTDRS é um plano do governo federal, participativo onde acontecem as oficinas para a elaboração das ações. São discutidas uma série de temas ligados a gêneros, geração e a questões étnico culturais, política e diversidade culturais, esporte e lazer nos territórios.

Como coordenador de um Centro de Estudo, o respondente tem visão de conhecimento teórico pelo conteúdo e, na prática pela implantação do PTDRS no PTC nos dois territórios. O entrevistado acompanha as oficinas onde são discutidas as ações a serem aprovadas pelos projetos nos territórios, ele crê que o programa não atende as expectativas: “...acompanho o PTDRS por meio da aplicação das oficinas nos quadro territórios rurais, sinceramente, hoje eu acho que não atende as expectativas porque ele não consegue, apesar de estar no seu DNA de criação, essa integração não consegue fazer isso chegar lá na ponta de fato, de forma integrada” (EPS 06).

Na visão do respondente (EPS 06), o PTDRS não chega de forma integrada pela falta de integração dos executores e os atores que formam o processo. Para que o processo funcione:

“... ele tem que ser dinâmico, e participativo, e para isto se tem um custo, o MDA promoveu alguns eventos com parceria do estado, prefeitura e outras entidades parceiras”. “... sem a disponibilização dos recursos não tem como mobilizar uma plenária de mais ou menos cem pessoas, pra que as pessoas se reúnam é preciso disponibilizar hospedagem, alimentação, transporte, a logística do território envolve sempre muitas pessoas para que os processos sejam participativos” (EPS 06).

O EPS 06 explica que é fácil mobilizar os representantes dos órgãos públicos, porque os colegiados o fazem com o custo para as secretarias e/ou entidades representativas do estado e do município. As prefeituras e secretarias assumem esse custo alocando os seus representantes que levam, muitas vezes, um número maior na representatividade dos eventos.

Na Figura 29 mostra uma das dificuldades de acesso para conseguir contato com as comunidades ribeirinhas, extrativistas, indígenas, pescadores e outros pequenos agricultores. Muitos destas comunidades moram em lugar de difícil acesso, não tem estradas, no verão o rio seca, tornando impraticável o transporte por via fluvial. Ficando impossibilitados de ir à cidade para levar alguma produção e ou comprar algum mantimento. Participar de oficinas e reivindicar projetos para atender as necessidades básicas torna-se impossível para essa população.

Figura 29 - Acesso às comunidades ribeirinhas



Dificuldade de deslocamento das comunidades ribeirinhas com a seca do rio no verão.
Fonte: SEDAM, 2011.

A Figura 29 mostra uma das passagens no leito do rio seco, no período de agosto a outubro. Com a dificuldade de transporte dessa comunidade, torna difícil serem mobilizados a participar de oficinas. Logo, a sociedade civil acaba sendo limitada e até mesmo direcionada àqueles que irão contribuir com os interesses dos órgãos e políticos ali representados. Por muitas vezes essa representação é feita pelos colegiados, que por sua vez, atropelam o processo escolhendo os participantes:

“...os colegiados têm um número grande isso talvez eu acho seja uma coisa que em alguns momentos é bacana mas em outros atrapalha muito porque você não pode escolher quem você vai levar, não pode privilegiar ninguém, você tem que chamar todo mundo igual. O critério tem que ser democrático, para isso tem que ter uma estrutura que esteja de acordo, como dizer que ele é participativo, se não dar oportunidade para a sociedade civil participar”.

“...também aí o que acontece ao invés dele ser um espaço participativo ele se torna um espaço exclusivo porque as prefeituras conseguem (isso é um ótimo exemplo pra ver como é a política organizada pra que não funcione e aí fica sob o comando dos órgãos públicos) e a sociedade civil não consegue participar. As prefeituras conseguem colocar o efetivos delas lá dentro e aí principalmente quando vai discutir recurso pra onde vai e aplicação, o que acontece a sociedade civil não tem voz lá dentro, então a política que é teórica mas a reunião é participativa, acaba não sendo participativa de fato” (EPS 06).

São rotinas que acontecem na maioria dos eventos para se definir recursos e/ou projetos para os territórios rurais. Essas rotinas são entendidas como mobilizações limitadas aos interesses dos criadores dos projetos.

A mobilização para as oficinas de 2005 à 2010 era feita pelo Centro de Estudo. No ano de 2011, esta passou a ser realizada pelo MDA, por falta de repasse dos recursos financeiros pelo governo federal.

Diante da limitação de recursos para efetivação dos eventos e oficinas, o MDA por intermédio das entidades: CEPLAC e EMATER, e secretarias SEAGRI e SEMAGRI, mobilizam os representantes de órgãos públicos e sociedade civil com critérios pré-definidos em colegiados, “... quem faz a mobilização para as reuniões são os assessores territoriais e a delegacia do MDA participa também porque às vezes são temáticas que eles acham interessante convocar fulano, beltrano, alguma instituição X ou Y, isso também contribui teoricamente pela organização do trabalho dos colegiados”. Nessa escolha acabam por excluir a maioria dos representantes da sociedade civil. Geralmente os que participam são os que estão mais pertos da área urbana, fáceis de serem avisados e de locomoção para os eventos.

A metodologia do PTDRS, que é para ser participativa, principalmente, pela sociedade civil, acaba sendo desvirtuada e volta às políticas centralizadas, e mais grave ainda, acontece de forma direcionada, conforme o depoimento do respondente (EPS 06):

“... a mobilização dos territórios é feita pelos colegiados com o apoio do MDA, na formação destes colegiados dos territórios, a assessora do Território Central é também assessora do prefeito do município “XX” e este por sua vez é o Coordenador do Colegiado. Com isto muitas vezes as ações vão de encontro aos interesses do Território da Cidadania para atender aos dos municípios que ali foram convidados”.

Com isso, para o segundo entrevistado, os planos e projetos ganham caminhos direcionados. A responsabilidade de se fazer os convites está nas mãos de representantes ligados ao poder público. Na visão do entrevistado, o PTDRS, nos TCs em estudo, é, em parte, participativo, mas limitado aos convidados para os eventos. Como processo democrático fica a desejar, pois os participantes são escolhidos, onde a representação dos órgãos públicos é participativa e os financia. Já a sociedade civil não tem como se locomover e bancar suas despesas, e quando muito, alguns são convidados (escolhidos) e levados pelas entidades de interesse.

Mas o PTDRS no PTC tem tudo para dar certo se “... o pessoal assim se integrar de fato não só no papel, a política vem lá de cima então assim se começa errado, e os reflexos que chega aqui na base”.

Solicitou-se a disponibilização desses documentos, e ele disse que estes já estavam em processo de finalização para serem disponibilizados no site do Centro de Estudos “Rioterra”. E o que não estava no site poderia ser encontrado no MDA o fomentador do programa.

Na sequencia dos entrevistados, apresenta-se a visão dos representantes dos órgãos públicos do território Central de Rondônia.

Grupo 4 - Respondentes (EOP/TC/RO 07, 08, 09, 10 e 11)

Os respondentes EOP/TC/RO 07, 08, 09, 10 e 11, são funcionários de órgãos públicos, mas exercem atividades diferenciadas. Os identificados por: EOP/TC 07, 08, 09 e 10 são técnicos agrícolas; o EOP/TC/RO 08 está no TCC desde sua implantação; o respondente EOP/TC/RO 11 é representante da prefeitura XX, um dos fundadores do PTDRS no TC é também o coordenador do TC/RO.

➤ **2ª e 3ª partes - Conhecimento Acerca do PTDRS e do PTC no TC de Rondônia**

Os entrevistados preferiram responder as indagações sobre o PTDRS junto com as do PTC, por entenderem que um estava ligado ao outro.

Na visão dos respondentes: EOP/TC/RO 08, 09, e 10, o PTDRS para o PTC no TC/RO é uma ferramenta de planejamento para o desenvolvimento rural. Tem como objetivo principal o apoio à agricultura familiar, atendendo, ainda, aos ribeirinhos e pequenos produtores da reforma agrária.

O respondente EOP/TC/RO 08 tem uma visão mais pontual:

“É uma tabua de dados, pra você não se desviar, é feita uma pesquisa em todas as áreas: saúde, educação, estrutura, e outros, ai se têm os dados matemáticos, quanto é a população X, esta população tem qualidade de vida? Metade tem metade não, então são dados, a partir destes dados se tira as diretrizes, que podemos chamar de eixos”; “Território da Cidadania é uma nova forma de se discutir recurso público, de maneira partilhada, com a participação de representantes de órgãos públicos e sociedade civil representada”.

O respondente demonstra conhecer as políticas do governo federal, fez-se presente em todas reuniões do MDA e das unidades parceiras, é um dos articuladores junto à sociedade civil.

O respondente EOP/TC/RO 11 mostra uma visão geral de políticas públicas: “é uma ferramenta de participação para discutir projetos de desenvolvimento implantados pelo governo federal, e tem como objetivo ouvir as reivindicações do povo, que os recursos fossem discutidos territorialmente, que os investimentos sejam para toda região, não só pra atender o gestor público, mas, toda população, principalmente os que estão abaixo da linha da pobreza”.

Para a questão das vantagens e desvantagens do PTDRS e PTC, os respondentes EOP/TC/RO 08, 09, e 10 têm um consenso que são planos e projetos discutidos estrategicamente para atender o maior número de necessitados com visão técnica e não política; e que não tem desvantagens. Para os respondentes EOP/TC/RO 07 e 11, são políticas para promover o desenvolvimento econômico fazendo a preservação ambiental de forma sustentável. Se adotarem “todas as normas do Plano”, não existem desvantagens.

Quanto à indagação sobre os beneficiados, os EOP/TC/RO 07, 09, 10 e 11 tiveram o mesmo consenso: “Diretamente os trabalhadores rurais e indiretamente todos a sua volta”.

O respondente EOP/TC/RO 08 acrescentou: “são as comunidades, as famílias que pertencem e/ou compõem cada território. O programa busca a locação de recursos não só financeiros como também de planejamento e informações para o processo de desenvolvimento das famílias tanto rurais como também urbanas, pois, desenvolvendo o rural desenvolve-se também o urbano”.

Sobre o PTDRS e PTC atender às expectativas do território de sua representatividade, todos reponderam que sim, mas o respondente EOP/TC/RO 08 fez o seguinte complemento: “Atende sim: ...é o que queremos porque no PTDRS os eixos são discutidos estrategicamente. Nós queremos sim que esses eixos sejam a base, só não sei se vamos conseguir nesta geração, mas, a outra geração vai ter que continuar”.

Indagou-se se eles conheciam os territórios de sua representação e os respondentes EOP/TC/RO 08 e 10 responderam que sim, que eram membros do processo desde o início de sua implantação. Os EOP/TC/RO 07, 09 e 11 responderam que conheciam o plano, mas não era da época de sua implantação, - a partir do PTDRS em 2003, - estavam no processo desde 2008.

Quanto ao questionamento sobre as expectativas das suas representações, foram unânimes em dizer que sim. Em destaque, os respondentes: EOP/TC/RO 08 “ele não atende somente a minha representação – aqui eu represento a entidade XX – ele atende às instituições ou aos órgãos públicos em projetos estratégicos nos 13 municípios. O recurso vem para um órgão para atender estrategicamente todos os municípios daquele território. Dentro do PTC no TC/RO, ele está em fase de implantação, ele ainda é um exercício pedagógico, didático de aprendizado ainda em construção” e o respondente EOP/TC/RO 10 acrescentou “Sim, temos diversas ações implantadas aqui no Território Central da Cidadania em todas as áreas. Posso passar para você em outro momento”, mas não disponibilizou.

Pediu-se que acrescentassem algo que pudesse contribuir com a pesquisa, e a contribuição dos respondentes foi:

- EOP/TC/RO 08 “Para que o programa território da cidadania dê certo é preciso entender o processo de desenvolvimento de território, ou a teoria do desenvolvimento desigual combinado. Dentro dos movimentos sociais é

discutida esta teoria, não tem outra forma de discutir recurso público, para o município não dá porque é pequeno demais vai atender politicamente, e para o estado se torna muito amplo”

- EOP/TC/RO 10 “O PTC é um programa que tem tudo pra dar certo. Ele reúne representantes de órgãos públicos como também representante da sociedade civil, por meio de conferência do qual é realizado as oficinas com discussões das necessidades de cada município para posterior implementação das ações dos vários eixos”
- EOP/TC/RO 07, 08, 09, 10 e 11: concluiu-se que participam do PTDRS no Território de sua representatividade e que conhecem o objetivo das políticas públicas do governo federal, mas não sentem à vontade em falar do PTDRS e do PTC, com exceção dos respondentes EPO/TC/RO 08 e 10, que demonstraram satisfação em contribuir com a pesquisa, que são incentivadores e articuladores do PTDRS, e que o PTC é o programa de futuro do governo e já está tendo resultado positivo do PTC no TC/RO.

Grupo 5. Respondentes (EOP/TCMM 12, 13, 14, 15, e 16)

Os respondentes EOP/TMM 12, 13, 14, 15, e 16, são funcionários públicos de órgãos ligados às secretarias de agricultura, administrativa e de entidades parceiras – CEPLAC e EMATER. Estão identificados por: EOP/TCMM 12 é da Secretaria de Agricultura do Município e Coordenador do TMM, o EOP/CTMM 13 é da Secretaria de Agricultura do Estado, o EOP/TCMM 14 é representante da Secretaria de Administração do Estado, o EOP/TCMM 15 é da CEPLAC em Porto Velho e o EOP/TCMM 16, da EMATER em Nova Mamoré.

➤ 2ª e 3ª partes - Conhecimento Acerca do PTDRS e do PTC no TCMM

Os entrevistados do TCMM também preferiram responder às indagações sobre o PTDRS junto com as do PTC. Pediram para dar uma olhada no questionário antes de iniciar as entrevistas, e verificaram que as perguntas do PTDRS complementavam as do PTC.

Na visão dos respondentes: EOP/TCMM 13, 14 e 15 o PTDRS para o PTC no TCMM e TC/RO, são ações públicas rurais que atendem às reivindicações e contém

as orientações para a execução dos projetos implementados pelo governo federal, dando as diretrizes, principalmente, para a sociedade civil.

Para o respondente EOP/TCMM 12 “é um plano participativo, que tem um horizonte além do entendido pelo produtor, mas, que sua metodologia é adequada para captar recursos principalmente para o meio rural. Tem como objetivo a qualidade e dignidade no campo”.

Para os respondentes EOP/TCMM 13, 14 e 15, é um programa governamental, tem começo meio e fim, e uma metodologia participativa que veio para atender aos anseios dos produtores rurais e diminuir a pobreza; e para o respondente EOP/TCMM 16, “... é um plano de políticas públicas do governo federal executado pelo Estado e pelo Município, que tem por objetivo atender principalmente os produtores rurais”.

Quanto às vantagens e desvantagens, tem-se divergências: para o respondente EOP/TCMM 15, o PTDRS é amplo, não atende só o rural, esta focado em atender todo o território de forma participativa de seus integrantes; e para o EOP/TCMM 13:

“o programa território da cidadania conseguiu é colocar os técnicos os gestores públicos das diversas secretarias estaduais e dos órgãos federais no mesmo espaço e conversar e dialogar, procurando atender e resolver as demandas dos colegiados, criamos uma comissão de articulação do programa território da cidadania pra mim, ali foi um sucesso naqueles quase dois anos de comitê ali saiu muito gestores públicos que apoiaram a ação, dali saiu as cabeças mais pensantes a das possíveis lideranças da época”.

Observa-se que, na visão do respondente, ele inclui nesse programa os técnicos e gestores, esquecendo, assim, da sociedade civil, que também deveria fazer parte desse processo.

Para o respondente EOP/TCMM 14, “é nas reuniões do PTDRS que acontece a distribuição dos orçamentos e projetos do governo federal”; e para o EOP/TCMM 16 “o orçamento é participativo e construído com os membros representativos dos órgãos públicos e sociedade civil”.

Os respondentes EOP/TCMM 14, 15 e 16 não veem desvantagens no PTDRS e nem no PTC.

Para o respondente EOP/TCMM 13:

“ as desvantagens: é que o programa não conseguiu acabar com alguns vícios por exemplo as emendas parlamentares desmotiva os prefeitos, porque é muito mais fácil conseguir pela emenda do que pelo colegiado, para o programa é um ameaça, é uma coisa externa

ao programa; outra questão é a máquina pública nós gestores públicos, a máquina pública é muito lenta pra atender essas expectativas no tempo em que a insatisfação aflora”.

Para o respondente EOP/TCMM 12, a vantagem é o PTDRS visto como um espaço para aplicação regionalizada do orçamento, onde o PPA pode alocar recursos por região; “...vejo o PTDRS como uma nova organização política, que aloca os recursos por região”; e tem como desvantagens: “...o PTDRS tem um horizonte longo, maturação dele é na verdade uma política pública, onde se constrói todo o sistema em um ano e se aplica no outro, está ligado a uma ação, a exemplo ligado ao PPA – planos para quatro anos e por regiões – a dificuldade é que não existe uma instituição para alocar recursos e se responsabilizar pela aplicação”.

Quanto aos beneficiados, na visão dos respondentes EOP/TCMM 12, 14 e 15, são os produtores e as associações produtivas, principalmente as do meio rural, com a preocupação de levar um pouco de dignidade e condições de vida ao povo do campo; e para os respondentes EOP/TCMM 13 e 16, são os produtores rurais, como também a comunidade urbana. Ele atende a todos que apresentam projeto de cidadania.

Foi indagado se o PTDRS para o PTC atendia à expectativa do TCMM. A resposta dos respondentes EOP/TCMM 12, 14, 15 e 16 foi unânime: “atende sim, ele foi bem construído, está bem pautado, bem organizado, ele foi construído pela comunidade e está bem representado nas reuniões pela sociedade civil: ribeirinhos, extrativistas, seringueiros e pescadores”; mas o respondente EOP/TCMM 13 não concorda “acho que ainda não atende, pelo que eu vejo ele gera expectativas de atendimento das necessidades das representações da sociedade civil que não consegue reivindicar seus anseios”.

Nenhum dos representantes é da implantação do TCMM e estão nessa representação há menos de três anos (período informado em outubro de 2011 a abril de 2012).

Do material a disponibilizarem: os respondentes EOP/TCMM 13, 14, 15 e 16 disseram não ter nenhum material.

O respondente EOP/TCMM 12 disse não ter, mas que poderiam ser obtidos junto ao MDA. Que todos os eventos estão registrados em Ata, e que logo estariam disponibilizados na internet no Programa da Cidadania do governo federal, e que

ainda não se tinha nenhum resultado de avaliação, porque este programa ainda é muito novo, está em fase de implantação.

Os respondentes EOP/TCMM 14, 15 e 16, não acrescentaram a mais do indagado para a pesquisa. O respondente EOP/TCMM 12 fez uma síntese do que ele achava do Programa Território da Cidadania:

“Em síntese o território é um espaço democrático, e que deve ir à frente, deve continuar, e se não tiver cuidado, vai gerar no futuro, um conflito de identidade político, porque a representação do território vai solicitar recurso ao governo, sabemos que o governo é regado por orçamento, este irá indagar se o recurso é para PVH (município) ou para o território, em sendo para o território, quem é o gestor deste recurso? é o prefeito ou é o presidente da associação, hoje representado pela “Rio Terra” que é uma associação que esta construindo o PTDRS/RO, este com poder maior que o que foi eleito pelo povo democraticamente, logo, se dou legitimidade para este território o seu representante vai ter este poder, que lá na frente irá criar um conflito de poder dos representantes”.

O respondente faz um alerta ao conflito de identidade no orçamento do Programa da Cidadania, quando os gestores públicos, pela ambição e ansiedade pelos recursos disponíveis pelo governo federal, irão recorrer a esses recursos tanto pelo município como também pelo território. Conseqüentemente, os recursos dos territórios poderão ser aprovados em nível municipal, deixando de atender ao maior número de beneficiados, como é o objetivo do programa.

Na contribuição do EOP/TCMM 13, o ano de 2011 foi um ano “perdido”, sem recurso para qualquer projeto e que, na reorganização de governos os Ministérios deveriam interagir e juntar as forças. Nesse programa, todos devem participar e compartilhar ser integrados.

Visualizou-se, na fala dos respondentes EOP/TCMM 14, 15 e 16, que participam do PTDRS no Território de sua representatividade, mas não se sentem seguros para falar do PTDRS e PTC. Pouco contribuíram para a pesquisa. Os respondentes EOP/TCMM 12 e 13 conhecem o plano e o programa. Estão empenhados na sua continuação. Os dois têm a mesma opinião: “que o PTDRS no PTC é “lento” precisa pensar para longo prazo, mas que o resultado vai vir, e o mais importante é que o programa é participativo e escuta os anseios da sociedade civil”.

No entanto, visualizou-se que os respondentes têm um entendimento técnico e de gestão administrativa. Revelam uma participação no PTDRS no PTC de forma institucional, preocupados com os recursos a serem administrados, e que estes devem ser conduzidos pelos órgãos públicos. Aparentemente, a participação da

sociedade civil é só um pré-requisito, que podem ser dirigido pelos representantes dos órgãos públicos.

Obteve-se, até aqui, uma visão de 15 representantes dos órgãos públicos, e um coordenador e executor do PTDRS no PTC dos dois territórios. No próximo item serão visualizados os respondentes representantes da sociedade civil.

Grupo 6 - Respondentes (ESC/TCC/RO - 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23)

Em se tratando de políticas públicas, a participação da sociedade civil traz influência decisória na execução do PTDRS e PTC. A construção das ações a serem implementadas nos TCs são discutidas nas três esferas: estado, mercado e sociedade civil, o que vai refletir na aprovação das proposições apresentadas pelos representantes de órgãos públicos dentro das necessidades e anseios da sociedade civil.

Nesse sentido o estudo propôs pesquisar a cerca do conhecimento e a visão da sociedade civil no âmbito das políticas públicas implantadas pelo governo federal para o desenvolvimento da região, que é o caso do PTDRS nos TC/RO: TCC e TCMM.

Durante o período de observação nos eventos, percebeu-se que muitos representantes da sociedade civil não detinham conhecimento das políticas públicas PTDRS e/ou do PTC. Criou-se, então, uma questão: o Sr (a) tem conhecimento do PTDRS? Se sim, responda as questões de 1 a 5, se não, responda às questões de 6 a 10 (sobre o PTC); () sim - () não

Considerando relevante a visão dos atores representantes da sociedade civil organizada, iniciaram-se as entrevistas com os identificados como ESC/TC/RO - 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 – Representantes da sociedade civil do TCC/RO.

Os respondentes neste território são membros de sindicatos e associações: ESC/TC 17, presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia (FETAGRO), ESC/TC/RO 18, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); ESC/TC/RO 19, representante da Associação dos Agricultores Rurais (AAR); ESC/TC/RO 20, presidente da Associação dos Pescadores do Território Central (AP/TC); ESC/TC/RO 21, representante da Associação dos Pequenos Produtores

(APP); ESC/TC/RO 22, representante dos Quilombolas, e ESC/TC/RO 23, representante da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR).

Os entrevistados neste segmento eram participantes ativos em todos os eventos promovidos pelo MDA e entidades parceiras, como secretarias de agricultura do estado e dos municípios, e da CEPLAC e EMATER, para o TC/RO, no período de outubro/2011 a abril 2012.

➤ **2ª parte - Conhecimento Acerca do PTDRS no TCC de Rondônia**

Iniciando a entrevista com o respondente ESC/TC/RO 17, na sua visão falou de conhecer o PTDRS e que poderia contribuir respondendo cada questão em separado. Na visão do respondente, o PTDRS muda todo conceito de desenvolvimento traçado no Brasil nesses últimos anos. O plano definiu a realidade local das famílias, "... ele retrata a real situação da desigualdade social do Brasil". Quanto aos objetivos, ele vai facilitar para que o governo possa identificar e priorizar Políticas Públicas nas regiões onde tem maior dificuldade em "igualar socialmente com o Brasil". A territorialidade permite que você consiga separar, identificar e priorizar ações no desenvolvimento dessas regiões.

Para os respondentes ESC/TC/RO 18, 19 e 21, respectivamente, o PTDRS "é um plano muito bom que reúne várias entidades afins da sociedade civil e governamental. Tem como objetivo criar planos que envolvem a sociedade civil, e é muito difícil atender esses objetivos"; "o PTDRS é aplicado e discutido estrategicamente pelos representantes do PTC/TC/RO e em execução" e "Esse plano visa a sustentabilidade no meio rural, trabalhando com agricultores familiares, com os indígenas, todos os povos voltados para agricultura familiar em geral", seu objetivo é melhorar e buscar meios para o desenvolvimento rural sustentável e sair da desigualdade, indo para a igualdade entre todas as pessoas que vivem no meio rural.

Os respondentes ESC/TC/RO 20, 22 e 23 não tinham conhecimento do PTDRS.

Sobre as vantagens e desvantagens dos PTDRS: o respondente ESC/TC/RO 17, a "realidade do Brasil são os vários Brasis que a gente tem", como desvantagem: "o povo Brasileiro ainda não sabe o que é territorialidade".

Segundo o respondente, nas discussões, reuniões e ou oficinas do PTDRS, ainda não está claro, nem para os órgãos públicos como também para a sociedade civil, o que é territorialidade. A discussão desse processo já existe desde o governo passado e ainda não se conseguiu ter o mesmo entendimento, “... uma visão do governo anterior não é a mesma visão do governo atual, isso acaba descaracterizando a política territorial que começou a se implantar há oito, dez anos atrás. Não conseguimos ainda assimilar à nível de sociedade e de governo a importância que é a territorialidade”

Na visão dos respondentes ESC/TC/RO 18, 19 e 21, respectivamente: “... reúne todas as entidades civis e governo para se criar o plano”, como desvantagem: “eles não consegue atingir o que ele é, não chega no seu público alvo”; para o respondente ESC/TC/RO 19 “é estar facilitando para o agricultor ter mais oportunidade tanto de participar de eventos como esses, e de outros eventos para mostrar as nossas necessidades, e para o ESC/TC/RO 21 “ele traz uma discussão participativa, onde a sociedade civil é convidada e pode falar do que a representação dela precisa”; para estes dois respondentes não tem desvantagens.

Quanto aos beneficiados pelo plano, os respondentes ESC/TC/RO 18, 19 e 21 têm a mesma visão, respectivamente: “são o público alvo ligado tanto o campo como da cidade”; “as pessoas que vivem no meio rural, de uma forma geral como todos o pequeno, médio e grande agricultor sem exclusão”; e “toda a sociedade, diretamente a do rural e indiretamente do urbano;

O respondente ESC/TC/RO 17 tem uma visão mais ampla. “Afirmando que são beneficiados principalmente, agricultores familiares rurais, todos os que compõem o território: público rural, da agricultura familiar das comunidades tradicionais, ou seja, os povos do campo”. Porque, “... a política sempre foi pensada para o meio urbano, neste plano territorial foi embasado no fortalecimento dessas realidades do campo brasileiro principalmente aqui no estado de Rondônia começa a detectar, por exemplo a quantidade de famílias que vive no campo e que estão abaixo da linha da pobreza”.

E as expectativas do território na representação de cada respondente: o respondentes ESC/TC/RO 18 e 21 foram bem sucintos: “Se ele fosse realizado sim como é dito pra ser”; e para o respondente ESC/TC/RO 17 o PTDRS precisa ser mais estudado, mostra a falta de conhecimento dos participantes quando fala da necessidade de interação e compromisso das universidades:

“Ainda não conseguimos avançar muito nestes estudos. pela falta de capacidade de gestão dentro do próprio território, falta de intimidade, muitas vezes não há interesse da população em conhecer e trabalhar com as universidades, nosso publico é de baixa escolaridade, aqui dentro existe um conceito de assistência técnica muito antiga que ainda não consegue envolver a família e a sociedade e existe um medo de você se infiltrar dentro da universidade e aproveitar isso que tem lá. Existe também dentro da universidade restrições com relação a isso em debater esses temas dentro das universidades”.

Essa visualização de restrição da participação de das instituições de ensino é real, principalmente pelos representantes dos órgãos públicos que bloqueiam a participação de pesquisadores, limitando os interessados a serem somente observadores. Assim, são excluídos de um processo público e participativo, indo de encontro ao objetivo do PTDRS - um plano democrático e participativo, para sociedade e interessados.

Para a respondente ESC/TC/RO 19, “Atende, através de implantação de outros objetivos para mudar o que estamos vivendo para atender os objetivos do movimento social”.

Perguntou-se se os respondentes eram conhecedores de projetos executados pelo PTDRS, obteve-se os varias respostas: ESC/TC/RO 17, “Território Central tem muitos projetos entregues para o governo aguardando liberação, a exemplo: o projeto da piscicultura foi implantado pelo PTDRS, mas, faltam os planos de produção e comercialização, existem ainda outras ações que estão sendo executadas como a educação do campo que foi feito pelo Central, mas está em outros territórios”; ESC/TC/RO 18, “Indiretamente sim, como o PAA - Produção de Alimentos Agrícolas do governo federal que ele compra dos agricultores e distribui para as escolas, creches e entidades filantrópicas”; o ESC/TC/RO 19, fez menção a um projeto que saiu do movimento social, em especial para o Município de Jarú. “ ... foi elaborado em uma conferência chamado – tratores -, elaborado em 2011 para compra de tratores para os pequenas propriedades para uso exclusivos dos agricultores na região”; e o respondente ESC/TC/RO 21 disse conhecer vários, “estes são discutido estrategicamente pelos representantes do PTC/TC/RO” em referência o projeto das mudas, está sendo executado sob orientação e gestão da CEPLAC/RO, a produção de Mudas de Essência Nativa da Amazônia, para restaurar todas as matas ciliares dos treze municípios, este projeto não foi para atender demandas de A, B, ou C, foi para atender todos os municípios do TC/RO”;

A respondente ESC/TC/RO 20 entendeu a pergunta como se ela tivesse alguma reivindicação, e como representante de uma entidade fez o pedido:

“são muitos planos que precisamos, mas o que esta ai para ser aprovado que estamos batalhando é pra ter um rio liberado pra pesca, porque ele não tá totalmente liberado, foi criada uma lei que proibiu parte desse rio, e uma das metas que eu tenho é de resolver essa questão, até porque o nosso rio é bi-nacional, e não tinha porque o Governo ter criado uma Lei Estadual proibindo um rio internacional. Então é uma das metas para os pescadores lá do XX, e também criar alternativa pra eles. Um plano que eu tenho de ação é ter um projeto aprovado igual aquele que já é aplicado na Amazônia, que tá dando certo os pescadores trabalhando, preservando, e criando seu próprio pescado para o seu trabalho”.

Assim como esta representante, muitos queriam participar das entrevistas para reivindicar interesses de sua representação. Não entendiam o processo, estavam ali para votar e pedir algum benefício.

Sobre as motivações para representar a sociedade civil, os respondentes ESC/TC/RO 17, 18, 19, 20, e 21 demonstraram serem pessoas já envolvidas com esse tipo de representação, mas somente o ESC/TC/RO 17 fez seu depoimento:

“eu já trabalhava em sindicalismo, vim de São Paulo para Rondônia, a ansiedade era a busca pela terra que nos levou a envolver nos movimentos sociais pelos sindicatos, a exemplo: MST e outros movimentos, que tem por objetivo principal a terra, você vê a necessidade de se envolver em outras reivindicações para você se manter, ai você acaba sendo convidado a participar e representar” (ESC/TC 17).

A maioria dos representantes da sociedade civil no TC/RO vem de movimentos sociais, pela simpatia e/ou de famílias da categoria. Sentiam-se bem à vontade para demonstrar que estavam ali para participar e evidenciar de qual sindicato fazia parte: “...trabalho no sindicato dos trabalhadores rurais, tudo que vai trazer resultado para os trabalhadores rurais, a gente está junto representado” (ESC/TC/RO 18); “pela amplitude que tem esse programa, ele pega toda rede territorial, agricultores, pessoas que vivem na zona urbana e rural como os ribeirinhos, isso é muito bom porque hoje a desigualdade do nosso país é muito grande, esse plano visa acabar com essa desigualdade social que existe hoje, nasci neste meio, a minha mãe é a presidente do sindicato” (ESC/TC/RO19). Os representantes eram motivados a participar nos eventos pelo MDA e entidades parceiras - EMATER e CEPLAC, desde o início da implantação do PTDRS em Ji-Paraná. Todos os representantes dessa categoria eram frequentadores assíduos

das reuniões e, sempre que eram convocados e motivados, expressavam suas angústias, e o porquê de suas presenças nos eventos.

Todos os respondentes acreditam no PTDRS e criam expectativas de que ele realmente se consolida, porque esse Plano “veio para melhorar a qualidade de vida das famílias que estão na área de abrangência de extrema pobreza deste território” (ESC/TC/RO 17).

O meio de divulgação dos eventos e oficinas, como também os resultados deste, são vários: pelo rádio, em reuniões de suas representatividades, seminários internos, conselhos deliberativos que reúne todos os sindicatos do estado, conferência da mulher e outros que apresentam os temas que irão ser deliberados dentro do plano onde trazem as ações que irão ser desenvolvidas.

Esgotadas as perguntas sobre o PTDRS e na necessidade de explorar sobre o PTC, fez-se as mesmas indagações.

➤ **3ª parte - sobre o PTC no TCC de Rondônia**

Em síntese, os representantes da sociedade civil do TC/RO fizeram seus depoimentos:

Respondente ESC/TC/RO 17, “os TCs são divididos e ou reconhecidos pelas suas características e realidades, mas, os objetivos de todos são de fazer a integração dos municípios mais desenvolvidos com aqueles com menor poder de desenvolvimento, e dos municípios são rurais”; quanto à vantagem é que “a gente consegue discutir com o poder público. Antes dos territórios, era uma disputa e ação dos movimentos sociais. Com os territórios aprendemos a propor e também a executar. Você começa a conhecer o outro mundo, como funciona o executivo e legislativo, e no outro lado e eles também passa a nos conhecer melhor, a intenção da gente nunca foi fazer baderna e sim de buscar o que se tem de direito, mas, antes não tinha esse entendimento nem de um lado nem do outro”; não vê desvantagem, mas a falta de implantação das políticas propostas dentro do território, pois as políticas se misturam “quando se vai discutir com o poder público ele pensa em seu município”. Esse é um processo demorado, que só vai conseguir êxito quando todos tiverem a mesma leitura de políticas territoriais:

“a legislação de Políticas Públicas é municipalista, todas as ações se não for pelo município não faz. Como o prefeito do município X vai implantar ação que serve para o outro município, então essa é a pior dificuldade

nossa hoje é legislação Brasileira que não permite a funcionalidade do território” (ESC/TC 17).

Concordando com a visão do respondente, poucos são os participantes nos eventos e oficinas que têm noção do que é território e fazer política de cidadania. Na maioria tendem a reivindicar as necessidades de sua representação, sem uma visão de horizonte, aquela necessidade pode até ser a necessidade de outros, mas, quando são reivindicadas, não são visualizadas para o geral e, sim para aquela entidade.

O respondente ESC/TC/RO 18 vê o PTC como “... um programa que discute os planos de desenvolvimento rural e territorial por meio de planos como o PRONAT, que é um recurso que vem com destino próprio discutido pelos conselheiros para projetos específicos e outros planos e projetos que o governo manda, e outras políticas que envolvem vários ministérios dentro dos territórios”. A expectativa do programa para a sua representação, “... que traga resultado, para os trabalhadores rurais, o mínimo de resultado que trazer para gente já é vantagem, porque nunca tivemos esta oportunidade de participar das reuniões e colocar nossas necessidades”. Para este respondente o plano tem como vantagem a união do campo com a cidade, com uma desvantagem, a “existência de pedidos para atender seu município” e também é prejudicado pela falta da participação efetiva dos representantes da sociedade civil;

“ muitos pensamentos (pedidos) para atendimento de sua representação ou do seu município, falta de participação, principalmente da sociedade civil, são políticas que se discute muito, mas, que não chega na base, o que chega é muito pouco, as necessidades são muitas ”.

As expectativas do PTDRS no PTC para sua representação são muitas e não chegam a ser atendidas devido aos atendimentos dos pedidos isolados de cada prefeitura. Muitas vezes são discutidas sem a participação da sociedade civil.

A pouca representatividade da sociedade civil está na falta de divulgação do PTC, “só sei das reuniões porque sou a presidente do sindicato, e procuro saber de todas as reuniões promovidas pelo MDA e também das entidades parceiras como a CEPLAC, EMATER e a Rioterra, mas, as informações muitas vezes não chegam, quando você fica sabendo já passou”.

A respondente era uma representante atuante em todos os eventos de que participou a autora. Sempre que reivindicava era em prol de sua representação, mas se atendida fosse, traria benefícios a todos.

A visão da respondente ESC/TC/RO 19 sobre o PTC: “o programa território da cidadania é para fazer políticas públicas que atenda os mais necessitados”, o objetivo do PTC é “juntar todos os tipos de população: brancos, negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, jovens e todos independentes de raça e classe social: fazer política para tirar eles da miséria”. A respondente fala com firmeza sente orgulho de pertencer ao sindicato da sua representatividade, e que, esta abertura que o governo deu para participar dos planos, pode ser considerada um grande avanço. A sua expectativa quanto ao PTC é que: o programa atenda aos objetivos do campo: “sou produtora rural vivi e vivo no campo até os dias atuais e pelo plano ser voltado para a agricultura familiar e meio rural, minha expectativa é que ele consiga atender nossos objetivos”. O programa tem uma grande vantagem: “não há exclusão social: de raça! Assim, de negros ou brancos, indígenas a luta é para todos, para o campo e para os que vivem na cidade! Somos todos iguais: para todos os cidadãos brasileiros, seja urbano ou rural, todos somos iguais”.

A respondente estava um pouco confusa. Procurava palavras para se expressar e não apresentou nenhum objetivo do campo, mas era atuante nos eventos.

A visão da respondente ESC/TC/RO 20 sobre o PTC para sua representatividade: conhece o programa, sabe das ações propostas pelo governo, mas a categoria da sua representatividade – pescadores - não era reconhecida para as políticas de desenvolvimento. Expunha, em todos os eventos, a necessidade de fazer ser reconhecida esta categoria. “vejo como um ponto negativo a questão da pesca não teve um reconhecimento da cidadania dentro dos órgãos públicos representados”. Ela vê nas oficinas do PTDRS no PTC de sua representação o TC, a oportunidade de serem reconhecidos. Segundo a representante “você vindo nesses encontros, você conhece pessoas que te ajuda, e como se dizer assim... ajuda a alavancar e a conhecer todos esses planos, a gente está aqui conhecendo, tentando buscar soluções pra esses problemas, criando alternativas, colocando reivindicações, todo mundo junto, de todas as entidades, e assim fazendo um plano de ação de estratégia”. Entende assim, que os beneficiados do Programa “são todas

as comunidades: os pescadores, quilombolas, extrativismo, os índios, a agricultura familiar, todos os órgãos envolvidos também são beneficiados”.

Para o respondente ESC/TC/RO 21, o PTC, para dar certo, requer que as ações e projetos saiam dos gabinetes das prefeituras para serem discutidos em oficinas do PTDRS de forma territorial. Expondo assim, sua visão de política para desenvolvimento rural pelo programa território da cidadania:

“os políticos eleitos vão aprender a discutir orçamento para os territórios, irão discutir estrategicamente políticas públicas para desenvolver vários municípios e não só aquele município A ou B, que o elegeram, logo, o futuro é desenvolver por território. E todas as nações que quiserem desenvolver rápido terá que percorrer este caminho, a “territorialização”, não dá pra discutir os recursos só em gabinete. O território também serve para educar as pessoas, os líderes, as necessidades são grandes, mas, devem ser discutidas estrategicamente que venha atender a todos os municípios do território”

O respondente tem visão de políticas públicas, é efetivo nos eventos e acredita no PTDRS para o PTC. O que falta é tornar eficaz essas políticas na gestão pública com discussões estratégicas pelos prefeitos em nível de territorialização nas oficinas do PTDRS, como uma grande arrancada para o desenvolvimento rural.

O respondente ESC/TC/RO 21 representante da Associação dos Pequenos Produtores, fez-se presente em todos os encontros promovidos pelo o MDA no período de outubro de 2011 a abril de 2012, e era participativo e contribuía incentivando aqueles mais inibidos a participarem.

Os respondentes ESC/TC/RO 22 e 23 pouco falaram, e fizeram a seguinte síntese do que foi indagado:

O respondente ESC/TC/RO 22 vê o PTC como um programa para atender a população que mais necessita, “... estou aqui para pedir pela minha representação, nós estamos precisando do posto de saúde, lá não temos médico e nem remédio, e muitos doentes”; a visão que ele tem: os eventos promovidos pelo MDA são para pedir o que sua representação esta precisando. Disse ainda, “somos brasileiros iguais a todos, queremos nossos direitos: de escola e saúde lá pra nosso povo”. Foi indagado se o PTC atendia às expectativas do seu território de representação: “do território não sei, mas, do meu povo não, já pedimos muitas coisas e não fomos atendidos”. Disse ainda ter esperança, e que acredita no PTC: “quando eu voltar lá tenho que levar alguma novidade: Me disseram que vai demorar, mas que vou ser atendido”. Essa população vive distante dos recursos urbanos, são assessorados para os eventos pelas entidades parceiras, ou seja, pela EMATER e CEPLAC.

Reivindicam à maneira deles projetos que venham atender suas necessidades básicas.

O respondente ESC/TC/RO 23 disse conhecer o programa e que sempre participa dos eventos do MDA: “É um programa do governo federal para atender aqueles que mais precisam de políticas de desenvolvimento! Este programa traz um bom resultado: Nós podemos falar das nossas necessidades! Aí o representante do território leva este pedido para Brasília, aí ele leva outros pedidos, e lá em Brasília eles vão decidir para quem é que vai liberar o dinheiro, demora, mas um dia sai”. Como vantagem deste programa, também o vê de forma participativa: “É que a gente pode participar, dizer o que é melhor pra gente.” O programa “atende às necessidades de todos do território: ele não atende só o que a minha representação, ele atende o maior número, então é por isso que ele demora”, mas, no final todos são beneficiados.

O respondente se fazia presente nos eventos, (de pouca participação nas oficinas) mas entende que é um processo demorado, tendo como vantagem a participação da sociedade civil, que pode expressar seus anseios, que são muitos, por isso à demora em ser atendido estrategicamente.

Grupo 7 - Respondentes (ESC/TC/TCMM – 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30)

Os respondentes neste território são representantes de sindicatos e associações: ESC/TCMM 24, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); ESC/TCMM 25, presidente do Sindicato das Mulheres Agricultoras (SMA) ESC/TCMM 26, representante da Associação dos Produtores Rurais do Município (APRM); ESC/TCMM 27, representante da Associação dos Ribeirinhos e Extrativistas (ARE); ESC/TCMM 28, presidente da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais (CPPR); ESC/TCMM 29, representante dos Indígenas, ESC/TCMM 30, presidente do Sindicato dos Pescadores do Território Madeira Mamoré (SP/TCMM).

Os entrevistados neste segmento eram participantes ativos em todos os eventos promovidos pelo MDA para o Território Madeira Mamoré.

➤ **2ª e 3ª partes - Conhecimento Acerca do PTDRS e o PTC do TCMM**

Todos os respondentes disseram conhecer o PTDRS e o PTC, pediram para dar uma olhada nas perguntas antes de iniciar a entrevista. Foi observado que também as perguntas seriam iguais nos dois momentos. Na concepção dos entrevistados, o plano era a mesma coisa que o programa, unificando, assim as respostas.

Fez-se então uma síntese de cada respondente:

O PTDRS e PTC para o respondente ESC/TCMM 24: é uma política do governo em que se constrói políticas de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar; sua vantagem é que “dá direito da participação na discussão de proposta e a interação e troca de saberes para desenvolver os projetos”; como desvantagem: “Demora muito para aprovar uma política, aí passa de um a dois para sua execução. E muita burocracia, aí ele se perde o que você tinha planejado de um ano para outro muda então aquele projeto já não serve”; o beneficiado pelo plano “é a sociedade como todo, não tem como discutir o campo sem discutir a cidade, os indicadores são os mesmos. Se desenvolve o campo, é bom pra cidade, evitando o êxodo rural”. Na visão desse respondente, o PTDRS não atende às expectativas do território de sua representação: “... ainda precisa melhorar, ele atende uma parcela muito pequena do nosso público! Poucos são os que têm acesso às políticas públicas, a burocracia é muito grande”; a motivação de representar a sociedade civil é a necessidade de ter um representante para os agricultores, “um representante, que mostra resultado, em participar das políticas ou da construção dos projetos. A sociedade civil agora fala o que precisa, não espera pelo técnico impor o projeto”;

Quanto à divulgação PTDRS, é feita pelo sindicato em reuniões, e é também por meio destas reuniões que se elege o representante do sindicato para os eventos, e aquele era o primeiro evento que ele participava, mas já tinha uma expectativa do programa e daquele evento: aprovar projetos para o território.

Para o respondente, o PTDRS e o PTC caminham lado a lado. Não existem projetos aprovados para o território sem antes serem discutidos nas oficinas do PTDRS.

Os respondentes ESC/TCMM 25 e 26 têm a mesma visão sobre o PTDRS e PTC – é um Plano do governo de políticas públicas de motivação e “participação para discussão das políticas junto com os órgãos responsáveis para desenvolver

aquilo que você tem aptidão”; na visão do ESC/TCMM 25, nem todos os ministérios têm conhecimento do que cada território precisa; trazendo como vantagem, de ser participativo; e como desvantagem, a demora em aprovar os projetos discutidos, “muitas vezes com a demora muda as realidades”; e os beneficiados pelo programa é a sociedade civil em geral. Quanto às expectativas do território de sua representação, ele atende em parte: “Já esteve pior, está caminhando porque hoje tem a participação da sociedade civil”. A respondente ESC/TCMM 25 sabe que existem projetos implantados pelo PTDRS no TCMM, mas não saberia falar sobre eles, e o ESC/TCMM 26 deu como exemplo: projeto do governo federal para horta comunitária e compra pelo governo estadual e prefeituras para distribuição nas escolas e creches. Conhecem o programa por meio do sindicato de sua representatividade e estava ali para discutir políticas para a sua associação. Sempre participam dos eventos representando, suas respectivas associações há mais de três anos. A expectativa do programa é terem seus projetos aprovados para as trabalhadoras rurais, e a adesão ao que foi deliberado nos encontros de ATER, nas reuniões e oficinas do PTDRS.

A motivação para representar a sociedade civil é participar e ficar sabendo dos projetos, e levar esses conhecimentos para as suas representações. Ficaram sabendo do PTDRS e do PTC pelas secretarias de agricultura do estado e do município, e pela EMATER, como órgão de assistência ao produtor rural.

Na visão do respondente ESC/TCMM 27, o PTDRS e PTC – o respondente disse não ter muito conhecimento do PTDRS e sim do PTC: “... são mecanismos que podem viabilizar (as condições e qualidades) uma melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas no território, em especial os ribeirinhos, indígenas e quilombolas”! O PTC tem como objetivo “fomentar o desenvolvimento sustentável destas comunidades”. Explica que durante muitos anos esses povos ficaram no esquecimento, ou quando era aprovado algum projeto era levado de maneira que não era viável para essas comunidades. “Hoje, com o TC, a sociedade civil organizada é ouvida, para poder participar das elaborações de projetos e planos de desenvolvimento para essas comunidades”.

Quanto às vantagens do PTC, o respondente disse que eram várias, sendo a principal: “hoje as comunidades dizem o que é melhor para sua comunidade”; cada comunidade tem seu perfil: “umas tem o perfil turístico, outras para a agricultura familiar, e assim vai, elas é que vão dizer o que é melhor para o seu

desenvolvimento, quais são as suas necessidades”. Explica, ainda, que antes as políticas (plano e projeto) eram impostas, “empurrados de goela abaixo”, não eram estudados os locais ou a região; exemplo: “era aprovado projeto de processamento de farinha (casa de farinha) onde nem tem o plantio de mandioca, trabalhava com outra cultura”! não vê nenhuma desvantagem.

Referindo aos beneficiários, “em primeiro lugar a comunidade, e em segundo são os que adquirem os projetos para executar uma produção ou atividade”. Está muito satisfeito com o programa e que o PTC atende às expectativas de sua representatividade; tem vários exemplos de políticas implementadas pelo PTC: o da casa de farinha que melhorou a qualidade da produção da farinha, com isto melhorou o preço de venda do produto; e o projeto de turismo na comunidade quilombola em Pedras Negras: “Um lugar muito lindo, de beleza sem igual, abençoado por Deus, e estão trabalhando recebendo turistas, com pousadas, comidas típicas, desenvolvendo o turismo sustentável”, com um detalhe: este projeto foi através do PTC/RO;

O respondente ESC/TCMM 27 foi motivado a participar dos eventos do PTC pelo trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária Quilombola e Ecológica do Vale do Guaporé (ECOVALE).

A sua indicação para representação foi pela Fundação Cultural Palmares: é o presidente da Associação e o indicado para representar a Associação junto à EMATER e o MDA. Está nessa representação há mais de três anos. Acredita no PTC, e tem como expectativa para sua representação que “ cada vez mais as ações sejam mais intensificadas, mais objetiva e mais real nas comunidades”.

Para o respondente ESC/TCMM 28 o PTDRS e PTC, um faz parte do outro: “é um programa do governo federal para atender os TC já predefinidos em políticas públicas do governo”. Este tem como objetivo alcançar o maior número de participantes nas ações dos planos de desenvolvimento sustentável apresentados pelo governo, “voltados para a necessidade de cada território”; quanto à vantagem e desvantagem, têm a mesma opinião dos demais desse território, e os beneficiados pelo programa é a sociedade civil representada. O PTDRS e PTC atendem em parte, às expectativas do território de sua representação. Quanto aos projetos implementados pelo PTC, não citou especificamente nenhum, mas entende que são “Projetos de assistência técnica rural”; e o que o motivou representar a sociedade civil em nome da cooperativa foi “... participar de um programa que reconhece as

necessidades da população que se encontra hoje abaixo da linha da pobreza”; e que ficou sabendo do PTC por meio das oficinas do PTDRS e eventos do MDA; com orgulho fez questão em dizer que era o presidente da cooperativa que sempre se fazia presente nos encontros promovidos pelo MDA. Para se manter atualizado das políticas de desenvolvimento rural, e que já estava nesta representação TCMM há mais de três anos e sua expectativa destes encontros é de participar e levar projetos aprovados pelo programa, e que os convites para participar dos eventos e oficinas não chegam a sua porta “precisa estar sempre articulado, estar participando das oficinas, quem não é visto não é lembrado”.

Para este respondente, as políticas do PTDRS no PTC do TCMM acontecem de forma participativa. É durante as oficinas que fica conhecendo as necessidades de cada município, mas tem como desvantagem a demora em aprovar os projetos, se perdendo no meio do caminho, ou já estando em outra realidade.

Na visão do respondente ESC/TCMM 29, o PTDRS e PTC – o respondente disse não conhecer o PTDRS e que poderia falar do PTC - “é um programa do governo federal para o alcance de todos, que vai melhorar a vida de todos os cidadãos brasileiros”. O objetivo do programa é atender as necessidades de cada representação de forma participativa, não sabe se tem desvantagem; quanto aos beneficiados pelo programa “é toda população brasileira”; não sabia falar se o programa PTC atendia às expectativas do território de sua representação e se existia algum projeto implementado pelo PTC. Aproveitou a pergunta para falar de suas intenções naquele evento: “estou aqui para pedir pro MDA fazer um projeto de estrada boa lá pra nossa aldeia”. Era um representante assíduo nos eventos, ficava sabendo das reuniões porque o MDA mandava buscar por meio da CEPLAC, e quando precisava de mais representantes para votar, o técnico avisava, “o MDA falou pra levar mais representantes: é dia de votar os projetos”! Para eles era uma satisfação, se sentiam importantes. Era o representante para aquele tipo de evento há mais de três anos.

Ao finalizar a entrevista foi perguntado se ele queria falar algo para contribuir com a pesquisa. Um pouco envergonhado por não saber expressar seus conhecimentos, disse: “este programa do governo veio para acabar com a pobreza e ajudar todas as classes sociais, por isso estou aqui representando meu povo, porque ele é demorado, mas, escuta a gente dizer do que precisamos”, fez elogios aos funcionários do MDA, CEPLAC e EMATER “os funcionários do governo que

trabalha no MDA, e os técnicos da CEPLAC e EMATER, são bons e ajuda, ensina coisa da cidade e da agricultura para nós”.

O respondente ESC/TCMM 30 disse também não conhecer o PTDRS, mas que poderia falar do PTC. Para não ficar mais repetitivo, ele tem a mesma visão dos dois representantes - ESC/TCMM, 28 e 29 -. Faz-se uma exceção sobre como ele ficava sabendo dos eventos promovidos para o PTC, “nos encontros do MDA, eles avisam quando já tem as datas, porque fica difícil ficar sabendo depois, não temos internet, e os outros sindicatos não tem interesse em avisar outras representatividades”. Era o presidente do sindicato há mais de três anos e participava das oficinas e eventos sempre que ficava sabendo. Seu objetivo naquele evento era “levar para minha representação o projeto aprovado pelo governo federal em aumentar o limite pesqueiro”. Quando retorna dos eventos, é realizada uma reunião para passar o acontecido aos sindicalizados.

Na visão dos representantes da sociedade civil do TCMM, muitos desconheciam o PTDRS, para outros é um plano que caminha junto, não tem como falar do PTC sem a contribuição do PTDRS. As respostas eram muito parecidas, pareciam até mesmo fabricadas, eram pessoas simples, mas, desinibidas, que valorizam o programa TC, se sentem importantes por estarem ali representando sua associação ou comunidade em eventos tão importantes promovidos pelo MDA e entidades parceiras.

5.3 Avaliação do PTDRS e PTC nos aspectos, econômicos, políticos, social e infraestrutura – 4ª parte do questionário

O propósito deste item é avaliar a quarta parte do questionário da entrevista, composta por três questões fechadas, subdividas de maneira a avaliar a visão dos dois grupos, da influência econômica, os impactos da política, o social e a infraestrutura do PTDRS no PTC do TC e TCMM em Rondônia.

Este item foi assim dividido por entender da necessidade em avaliar as questões em separado. De acordo com Myrdal, (1959); Hirschman, (1958), reconhece-se que as mudanças sociais e o crescimento econômico não são processos espacialmente homogêneos. Levando os autores a avaliar em separado também as duas visões dos representantes dos Órgãos Públicos e dos representantes da Sociedade Civil.

Essa fase foi atendida com as seguintes questões indagadas:

- **Avaliação Econômica do PTDRS e PTC** - Qual a influência financeira do PTDRS e PTC no território de sua representação? com as subdivisões: (ARG) aumento de renda para população em geral; (DPC) diversificação produtiva no campo; (ITR) inovação tecnológica no meio rural; e outros.
- **Avaliação Política do PTDRS e PTC** - Quais os impactos políticos do PTDRS e PTC para o território de sua representação RO? subdivididas em : (FPS) formas de participação da sociedade; (VAS) visibilidade dos distintos atores sociais; (RCR) reconhecimento de RO no contexto da região Norte/Brasil; e outros.
- **Avaliação Social e infraestrutural do PTDRS e PTC** - Quais os impactos sociais do PTDRS e PTC para o território de sua representação? Subdivididas em: (CIS) condições de infraestrutura e serviços (saúde); (CIE) condições de infraestrutura e serviços (educação); (CIC) condições de infraestrutura e serviços (cultura e lazer); (CIR) condições de infraestrutura e serviços (rede viária); e outros.

Quadro 12 – Avaliação econômica, política, social e de infraestrutura do PTDRS e PTC/RO – Representantes de Órgãos Públicos

Quais os impactos: econômicos, políticos, social e de infraestrutura do PTDRS e PTC para os território de sua representação													
Avaliação	Econômica				Política				Social e Infraestrutura				
Respondentes	ARG	DPC	ITR	OUT	FPS	VAS	RCR	OUT	CIS	CIE	CIC	CIR	OUT
EOP – 01	1	3	2		4	4	4		1	1	1	1	
EOP – 02	2	1	1		2	2	2		2	1	1	2	3
EOP – 03	3	3	3		5	5	5		2	2	2	2	
EOP - 04	3	3	3		4	4	4		4	4	4	3	
EOP – 05	3	4	3		5	4	4		1	1	1	1	4
EPS – 06	2	2	2		2	2	3		2	2	2	2	
EOP/TC - 07	1	3	2		4	4	4	5	1	1	1	1	1
EOP/TC – 08	3	2	1		4	3	3		2	2	2	2	
EOP/TC – 09	2	2	1		4	4	3	4	2	3	2	3	
EOP/TC - 10	2	2	2		1	2	2		4	5	5	3	
EOP/TC - 11	3	4	2		4	4	4		2	3	2	5	4
EOP/TMM -12	1	1	1		4	4	2		1	2	3	4	
EOP/TMM -13	1	3	3	4	3	4	4	5	2	2	2	4	
EOP/TMM - 14	3	2	1		4	5	5		2	2	2	3	
EOP/TMM - 15	1	1	2		1	2	2		2	2	1	1	
EOP/TMM - 16	3	2	2		4	5	5		2	2	2	3	

Fonte: Elaborado pela autora (2012).

Criou-se uma escala de valores para atender na avaliação dos itens dos Quadros 12 e 13, na visão dos dois grupos de atores: órgãos públicos e da sociedade civil - para ao final ser analisada em consenso de cada grupo: (1) insuficiente; e (2) regular, na cor azul; (3) bom; e (4) Muito bom na cor amarela e (5) excelente, na cor branca.

O Quadro 12 é analisado dentro da visão de satisfação dos representantes dos Órgãos Públicos para os territórios: TC e TMM no Estado de Rondônia.

O primeiro item analisado foi o da **avaliação econômica** de qual a influência financeira: a) aumento de renda para a população em geral, b) diversificação produtiva no campo, e c) inovação tecnológica no meio rural. Pode-se dizer que, de acordo com a escala proposta, a influência do PTDRS e PTC é negativa, 60% (cor azul) diz ser insuficiente e/ou regular e 40% considera como boa, incluindo dois respondentes que responderam, muito boa, considerando assim, uma análise negativa.

Analisando a segunda questão, de quais os **impactos políticos** do PTDRS e PTC nos território, com os subitens: a) formas de participação da sociedade; b) visibilidade dos distintos atores sociais; c) reconhecimento de RO no contexto da região Norte/Brasil; e outros. Tem-se uma análise positiva, de acordo ao pré-definido na escala. Visualiza-se que 60% (cor amarela) consideram boa e muito boa, somando ainda 17,78% dos que acharam excelentes soma um total de 67,78% de satisfação, contra 22,22% de insatisfação, pode-se considerar uma análise positiva.

No item sobre **Avaliação Social e infraestrutural do PTDRS e PTC** - Quais os impactos sociais, subdivididos em: a) condições de infraestrutura e serviços (saúde); b) condições de infraestrutura e serviços (educação); c) condições de infraestrutura e serviços (cultura e lazer); d) condições de infraestrutura e serviços (rede viária); e outros. Tem-se uma análise negativa, de acordo ao pré-definido na escala. Visualiza-se que 71,66% (cor azul) consideram insuficiente e regular, somente 23,33% consideram boa e/ou muito boa, e 3,14% têm uma visão de excelente, logo, têm-se uma análise negativa.

Na visão dos representantes dos órgãos públicos, considerando que estes respondentes têm uma visão técnica e política, os impactos do PTDRS e PTC na política é positiva, mas quanto aos itens: aspectos econômicos, sociais e infraestrutura, a avaliação é insuficiente ou regular. Isso significa que, se por um

lado, a política do PTDRS no PTC tem sido considerada bem sucedida, por outro lado, há questionamentos sobre suas repercussões e impactos econômicos, sociais e infraestruturais na sociedade em que ocorrem.

Na sequência no quadro 13 a visão dos representantes da sociedade civil nos dois territórios, Central e Madeira Mamoré de Rondônia.

Quadro 13 – Avaliação econômica, política, social e de infraestrutura do PTDRS e PTC/RO – Representantes da Sociedade Civil

Quais os impactos: econômicos, políticos, social e de infra estrutura do PTDRS e PTC para os território de sua representação													
Respondentes	ARG	DPC	ITR	OUT	FPS	VAS	RCR	OUT	CIS	CIE	CIC	CIR	OUT
ESC/TC – 17	2	3	1		4	4	4		2	2	3	2	
ESC/TC - 18	3	5	2		4	3	5		3	3	4	2	
ESC/TC - 19	3	3	1		1	1	2		1	1	1	2	
ESC/TC – 20	3	2	2		3	1	4		2	3	2	2	
ESC/TC – 21	3	3	2		3	3	4		3	3	2	2	
ESC/TC - 22	2	2	3		4	4	4		2	3	2	2	
ESC/TC – 23	3	2	2		4	3	4		2	3	2	2	
ESC/TMM - 24	5	5	3		2	2	2		1	3	3	4	
ESC/TMM - 25	3	2	2		4	2	3		2	3	2	3	
ESC/TMM - 25	5	3	4		5	4	5		2	1	1	2	
ESC/TMM - 27	3	2	3		2	3	4		2	1	1	2	
ESC/TMM - 28	1	2	1		4	4	4		1	2	1	1	
ESC/TMM - 29	2	3	2		3	3	2		2	2	1	1	
ESC/TMM - 30	5	5	2		5	5	2		1	1	2	1	

Fonte: Elaborado pela autora (2012).

O quadro 13 apresenta a visão de conhecimento e satisfação dos representantes da sociedade civil para o PTDRS e PTC nos TCC e TCMM.

O primeiro item analisado foi o da **avaliação econômica**, de qual a influência financeira: a) aumento de renda para população em geral, b) diversificação produtiva no campo, e c) inovação tecnológica no meio rural. Pode-se dizer que, de acordo com a escala proposta, a influência do PTDRS e PTC é positiva, pois, 47,62% (cor azul) é insuficiente e regular e 38,10% (cor amarela) é boa ou muito boa, somando 14,28% de excelente, temos um total positivo de 52,38%, considerando assim uma visão positiva. Mas, se visualizar qual o maior percentual (47,62% insuficiente), tem uma análise negativa.

Analisando a segunda questão, de quais os **impactos políticos** do PTDRS e PTC no território, com os subitens: a) formas de participação da sociedade; b) visibilidade dos distintos atores sociais; c) reconhecimento de RO no contexto da

região Norte/Brasil; e outros. Tem-se uma análise positiva, de acordo ao pré-definido na escala. Visualiza-se que 61,90% (cor amarela) consideram boa e muito boa, somando, ainda, 11,90% dos que acharam excelentes soma um total de 73,80% de satisfação, contra 26,20% de insatisfação. Pode-se considerar um resultado positivo, dessa política do governo.

No último item sobre **Avaliação Social e infraestrutural do PTDRS e PTC** - Quais os impactos sociais, subdivididas em: a) condições de infraestrutura e serviços (saúde); b) condições de infraestrutura e serviços (educação); c) condições de infraestrutura e serviços (cultura e lazer); d) condições de infraestrutura e serviços (rede viária); e outros. Tem-se uma análise negativa, de acordo ao pré-definido na escala. Visualiza-se que 75,00% (cor azul) consideram insuficiente e regular, somente 25,00% consideram boa e ou muito boa. Tem-se uma análise negativa.

Visualiza-se que, na visão dos representantes da sociedade civil, considerando que estes respondentes têm uma visão social e econômica, os impactos do PTDRS e PTC na política também é positiva, mas quanto aos itens: economia, os entrevistados estão divididos com o maior percentual negativo, mas, na soma dos percentuais têm uma opinião positiva. Quanto ao social e infraestrutura é insuficiente ou regular, considerando negativa. Isso comprova também os dados das questões abertas em que a sociedade civil reconhece o PTDRS no PTC como um novo modelo participativo de se fazer política. Já veem retorno por fazerem parte e ou serem promotores das ações do governo para as políticas de território da cidadania.

5.3.1 Análise das fases na coleta de dados nos TCC e TCMM em Rondônia

Na análise do PTDRS, no programa do TC dos dois Territórios: TC e TCMM foram aplicados o método de pesquisa de campo, com um questionário semiestruturado, para explorar os conhecimentos e visão do PTDRS no PTC de dois tipos distintos de atores participantes. Os representantes dos órgãos públicos e sociedade civil representada.

A entrevista para os representantes dos órgãos públicos se deu em dois momentos:

- a) Solicitação por meio de ofício aos órgãos oficiais em repartições públicas para o representante maior deste, nos dois territórios, indicasse um representante que conhecesse o PTDRS e PTC, para expor sobre os mesmos, e, ao final, disponibilizasse algum material e/ou dados sobre ações e projetos implementados nos territórios;
- b) Aplicação de entrevista com um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, também sobre a visão e conhecimento do PTDRS e PTC no Estado;

A pesquisa e entrevista junto aos representantes da sociedade civil – Associações e Sindicatos – foram realizadas nos encontros promovidos pelo MDA e entidades parceiras nos dois territórios.

Em atendimento ao primeiro momento da pesquisa de campo, os ofícios foram entregues aos órgãos representativos nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal, relacionados à administração e execução de Planos e Projetos de Desenvolvimento Rural, que, direto e indiretamente, estão ligados aos TCs/RO.

Inicialmente os ofícios foram entregues aos seguintes órgãos: INCRA/RO, CEPLAC/RO, EMATER-RO, e Secretaria de Planejamento de Rondônia (SEPLAN/RO); durante a pesquisa outros órgãos foram indagados: DMDA, Secretaria de Administração do Estado (SEAD), SEAGRI, SEMAGRI, e o Centro de Estudo Rioterra.

No corpo do texto dos ofícios foi solicitando material teórico que contivesse os dados ou a indicação de fonte da informação sobre quais os Planos e Programas do governo exercidos por aquele Órgão para desenvolvimento do Estado de Rondônia ocorrido nos períodos de 1970 a 2010.

O conteúdo do ofício contemplava, ainda, uma síntese do Projeto de Pesquisa, para dar parâmetro do que seria o material a ser disponibilizado para o estudo.

5.3.2 Resultados da primeira fase da pesquisa

Os primeiros ofícios foram entregues em março de (2011) e reiterados em setembro de (2011), a tentativa de obtenção das respostas aos ofícios por meio formal, foi frustrada. Várias foram às idas às repartições públicas para conseguir respostas aos ofícios, da disponibilização de material teórico com dados e/ou a

indicação de fontes bibliográficas, como também as entrevistas com os técnicos e/ou representantes (secretários) dos órgãos públicos.

Diante da insegurança em poder, ou não, disponibilizar material de resultados e dos projetos implementados pelo governo, não foram disponibilizados, com a promessa de entregar depois e/ou já publicados, com exceção da EMATER/RO, da CEPLAC e da Delegacia do MDA em Rondônia.

Ante do objetivo da pesquisa e na evidência dos constrangimentos e transtornos na obtenção dos materiais editados, como também nas entrevistas, e da negação por meios formais, como desafio, iniciou-se a busca de dados através das seguintes fontes:

- Contribuição da Superintendência Regional do INCRA/RO: o ofício foi encaminhado ao superintendente Regional de Rondônia, que autorizou dois setores a contribuírem com a pesquisa: setor de projetos e gestão, não se obteve êxito – o acesso ao setor, por três vezes, foi bloqueado e a autora impedida de falar com a chefe da seção pela secretaria/recepcionista por não ter recebido nenhum documento de autorização pelo superintendente; que iria adiantar o assunto para a chefe; não tinha as informações solicitadas. Segundo outros contatos, este setor gerencia todos os projetos de desenvolvimento implementados pelo INCRA no estado; e do setor “projetos fundiários” recebeu-se a contribuição do Sr. Jose Lopes, que indicou uma fonte bibliográfica – de sua autoria -, sob o título “Rondônia Geopolítica e Estrutura Fundiária”. Falou com entusiasmo dos projetos implementados e gerenciados por ele no período de colonização e início de desenvolvimento do estado, ou seja, no período de 1970 a 2000. Colocou-se, ainda, à disposição para contribuir com outros dados informativos.
- Contribuição da CEPLAC/RO – o ofício foi encaminhado ao Superintendente, que o encaminhou ao Centro de Extensão Rural e de Pesquisa. Os engenheiros, Caio Márcio Almeida, Paulo Gil Matos e Wilson Destro, atenderam à solicitação e se colocaram à disposição para a entrevista. Na oportunidade foi publicando um livro sobre “Contribuição da CEPLAC para o Processo de Colonização de Rondônia: 40 Anos de História e Prospectiva”, que traz um desfecho dos projetos de desenvolvimento implementados pela CEPLAC no ano de 1971, com a criação do Programa de Integração Nacional

(PIN) pelo governo federal a 2011, com o Fortalecimento da Agricultura Familiar.

- Contribuição da EMATER/RO – o ofício também foi encaminhado ao secretário, que concedeu a entrevista e orientou o departamento de projetos para o atendimento por técnicos que se colocaram à disposição. Várias foram as idas a este departamento, não conseguindo nenhum material. Os técnicos alegavam que tudo que tinham já estava publicado. Não informaram sequer uma fonte para pesquisa. Na insistência e por entender que esta unidade poderia contribuir, foram procurados outros setores. No setor de comunicação, os técnicos foram receptivos e disponibilizaram materiais editados e informatizados;
- Contribuição da SEPLAN/RO – ofício encaminhado ao secretário, o qual foi protocolado na recepção da secretaria. O ofício foi extraviado. Novamente foi entregue outro ofício, sem êxito. A secretaria estava em uma nova gestão, com a administração de início de governo, com nomeação de outra equipe de trabalho que, infelizmente, ainda estavam se adaptando aos procedimentos da secretaria. Em setembro de 2011 houve reiteração de ofício, sem êxito.
- Contribuição da DMDA - o ofício foi encaminhado ao Delegado em exercício. O delegado atendeu à solicitação juntamente com a articuladora dos TCs/RO. Os dois representantes concederam uma entrevista em que foi falado dos projetos implementados pelo governo federal pelo PTC, de 2003 a 2010. Nenhum material foi fornecido, além dos já disponibilizados e publicados pela internet, no site do MDA. Em outro momento, o delegado fez a indicação do livro de Echeverr, Rafael e Ribeiro, Maria Pilar, sob o título: Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável, com a disponibilização ainda de CDs com os filmes: “Territórios Rurais” e “Territórios da Cidadania.”
- Contribuição SEAD – o ofício foi encaminhado ao secretário. O secretário em exercício atendeu à solicitação e falou ter participado da coordenação e representação do TCC/RO, e que acompanhou vários projetos

implementados no território, mas que infelizmente não teria como disponibilizar este material.

- Contribuição da SEAGRI - o ofício foi encaminhado ao secretário, que possuía um vasto conteúdo informativo e participativo e falou dos projetos implementados pelo governo. O secretário também acompanhou vários projetos de desenvolvimento do estado. Era um dos articuladores do TC/RO. Colocou-se à disposição e falou de alguns projetos de desenvolvimento do estado, mas que, também não teria como disponibilizar estes materiais.
- Contribuição SEMAGRI - o ofício foi encaminhado ao secretário, que concedeu a entrevista informando sobre os projetos da prefeitura no PTC, acompanhava o programa, mas era muito cedo para se falar dos resultados. Indicou a Delegacia do MDA como Banco de Dados.
- Contribuição do Centro de Estudo Rioterra – O ofício foi entregue ao coordenador do Centro de Estudos, que concedeu a entrevista e falou da implantação do PTDRS no PTC do estado. Acompanha a implementação dessas políticas públicas com a coordenação das oficinas dos mesmos.

As dificuldades para realização desta fase, em alguns momentos pediam a desistência deste processo, mas, diante do desafio proposto e intermediação dos contatos para entrevistas, obteve-se o êxito do trabalho.

Diante dos debates contemporâneos sobre as políticas territoriais no Brasil, tendo como objetivo dinamizar a participação da sociedade civil nas políticas de desenvolvimento rural, a pesquisa deu continuidade com as entrevistas da sociedade civil de cada representação (Associações, Sindicato e Federação) dos dois Territórios - Central de Rondônia e Madeira Mamoré.

5.3.3 Aplicação das entrevistas para os dois grupos de atores

Os estudos mais recentes sobre a participação da sociedade civil indicam a mobilização dos atores que integram o processo de formação das ações coletivas e

estratégicas pelo PTDRS e da aprovação dos projetos para resolver os problemas e necessidades comuns ao meio rural.

As entrevistas junto à sociedade civil se deram na participação de oficinas e eventos promovidos pelo MDA e entidades parceiras – CEPLAC e EMATER. Os atores escolhidos para a construção desta fase eram analisados pela assiduidade e participação nos eventos.

Nessa fase de entrevistas dirigidas à sociedade civil, também houve constrangimentos para impedir e/ou dificultar a realização das mesmas, ora pela dificuldade de participação nas oficinas e eventos, ora por não ser representante convidada, de estar como pesquisadora de uma Instituição de Ensino.

A integração nos eventos foi diante da insistência na participação dos mesmos, procurando visualizar a agenda dos eventos, que muitas vezes, eram alteradas, e através de vários contatos conseguia-se acompanhar algumas atividades.

Essa integração se deu em três momentos:

No primeiro momento, em um Encontro da Juventude promovido pelo MDA para desempenharem a oficina do PTDRS no TCC/RO no município de Ji-Paraná. Em um processo participativo, sem ser convidada, abriu-se uma exceção para participar, como pesquisadora (observadora) de uma Instituição de Ensino, sem liberdade de fala. O processo foi conduzido pelos representantes do MDA ou de outros representantes de órgãos públicos por eles indicados. Esse primeiro encontro foi muito importante, deu-se o início dos primeiros contatos dos possíveis entrevistados dos dois grupos. Outros encontros se seguiram como observadora.

No segundo momento, marcando presença e insistência na participação do processo, e conquistando espaço junto aos mobilizadores dos eventos, conseguiu-se a participação como representante de órgão público do TCMM. Com a necessidade de acompanhar o processo de participação até ao final das proposições de ações do PTDRS no PTC dos dois territórios, continuou-se participando ainda em outros encontros. Três encontros em níveis diferentes: dois em nível interterritorial, e um encontro em nível estadual, com a participação dos representantes dos quatro TCs e um TI. No primeiro encontro interterritorial participou-se como delegada nomeada pelo coordenador do TCMM que, posteriormente, foi eleita pelos participantes como delegada estadual no segmento de representante do poder público federal de uma Instituição de Ensino.

No terceiro momento, foi ao final da pesquisa de campo, na última participação dos eventos, em Brasília/DF, na 1ª CNATER. Nesse evento, já integralizada ao processo, com um relacionamento amistoso junto aos representantes dos órgãos públicos e sociedade civil dos dois territórios. A representação foi pela SEMAGRI. Na oportunidade desse evento, foi possível, ainda, entrevistar três representantes de órgãos públicos do MDA/STD e dois representantes de sociedade civil dos dois territórios.

Foi na participação desses eventos que se obteve o conhecimento e amadurecimento da efetivação das políticas públicas para o desenvolvimento rural nos dois territórios. Nessa integração de vivenciar todo o processo porque não dizer, passo a passo, pode-se dizer que as políticas são implementadas com idealismo em fomentar desenvolvimento. O processo de sua aplicação é que é atropelado diante dos anseios políticos de cada representação, deixando, às vezes, de atender as bases desse processo, por um maior número, em se tratando de políticas territoriais, sem ouvir e estudar estrategicamente as necessidades da sociedade civil.

5.3.4 Visão dos atores (EOP e ESC) sobre os impactos do PTDRS e PTC

Para a concepção de um dado se faz necessário à visão de distintos atores, reconhecendo a pluralidade existente de uma população.

Para Abdelmalki et al. (1996), a pluralidade dos modos de funcionamento das instituições pode ser dividida em dois grupos. Por um lado, as instituições informais – a exemplo dos costumes e das representações sociais coletivas da sociedade – estruturam os modelos coletivos e normativos do pensamento e da ação social. Elas desempenham, ao mesmo tempo, papéis informativos e cognitivos. Por outro lado, segundo o autor “[...] as instituições formais desempenham um duplo papel, estrutural e cognitivo, complementar ao papel das instituições informais; elas corrigem, de certo modo, a insuficiência das instituições informais em organizar o sistema econômico, além de terem uma existência concreta e construída”.

Nesta tese foram considerados como instituições formais os órgãos públicos e as entidades parceiras, e como informais as Associações e Sindicatos na representação da sociedade civil, considerando, ainda, a participação destes atores em uma análise da implantação de um programa de políticas públicas do governo federal nos TCC e TCMM em Rondônia.

Para concluir a análise da pesquisa, na visão dos dois grupos formais e informais foi construído o Quadro 14 com uma síntese da quarta parte do questionário.

Quadro 14 - Avaliação econômica, política, social e de infraestrutura do TC e TMM/RO

Questões propostas	V. Rep. Órg. Públicos	Avaliação	V. Rep. Soc. Civil	Avaliação
Avaliação Econômica do PTDRS e PTC	60,00%	(I) e (R)	47,62%	(I) e (R)
	40,00%	(B)	38,10%	(B) e (MB)
			14,28%	(E)
Avaliação Política do PTDRS e PTC	60,00% + 17,78%	(B) e (MB) (E)	61,90% + 11,90%	(B) e (MB) (E)
	22,22%	(I)	26,20%	(I)
Avaliação Social e Infraest. do PTDRS e PTC	71,66%	(I)	75,00%	(I)
	23,33%	(B) e (MB)	25,00%	(B) e (MB)

Avaliação: (I) insuficiente, (R) regular, (B) bom, (MB) muito bom e (E) excelente.

Fonte: Elaborado pela autora (2012).

O Quadro 14 é uma análise que traz o percentual da visão dos representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil, nos itens como seguem:

- a) Avaliação econômica – nas duas visões consideram ainda insuficiente e ou regular, deixando uma dúvida na visão da sociedade civil, que 14,28% ponderam excelente;
- b) Avaliação Política – os dois grupos têm a mesma visão, de positiva com um percentual acima de 60,00% de bom e ou muito bom. Essa análise se dá pelas políticas de participação e discussão das ações e projetos de desenvolvimento rural implementados pelo governo através das políticas do PTDRS e PTC.

- c) Avaliação Social e de infraestrutura – nesse item também os dois grupos têm a mesma visão, só que negativa, ou seja, com mais de 70,00% de insatisfação.

A escolha para entrevistas destes dois grupos de características antagônicas foi proposital, tinha como objetivo visualizar os conhecimentos dos resultados da implantação do PTDRS e PTC nos dois territórios, em visões diferentes pela base de conhecimento de representantes.

Diante das distintas características, na análise dos dois grupos nas questões fechadas, obteve-se a mesma essência, com pouca diferença nos percentuais. Em uma análise mais geral, ambos acham que a influência da economia e do social e infraestrutura no PTDRS e PTC ainda é negativa. Concordaram, ainda, no impacto positivo na avaliação política. É relevante observar que o impacto positivo da economia na visão da sociedade civil se dá pelos representantes de associações contemplados por projetos nos respectivos territórios de sua representação.

Contudo, deve-se considerar que essas políticas do PTDRS e PTC ainda são muito recentes, mas que já está dando retorno. Os projetos implementados, ainda não se têm um resultado quantitativo de sucesso ou insucesso do programa. Na análise da implantação dessas políticas nos dois territórios, notou-se, a expectativa positiva dos dois grupos. Concluindo que a aplicação de forma participativa trará retornos positivos logo que forem avaliados os projetos implantados com o PTC.

CONCLUSÃO

O propósito desta tese foi levantar, compreender e analisar os procedimentos da aplicação e execução do PTDRS, instituído a partir de 2003 no PTC, implantado em 2008 como política de desenvolvimento rural, implementada pelo governo federal, no desenvolvimento dos Territórios: Central e Madeira Mamoré, ambos do Estado de Rondônia.

Essa motivação foi diante da mobilização das políticas públicas propostas no Governo Lula (2003), em projetos sociais que envolveram os menos favorecidos, para uma vida com dignidade.

Para explicitar como o PTDRS foi implementado no PTC de estudo, contextualizou-se a tese pelo Método Dialético e Histórico que permitiu fazer uma retrospectiva da formação do território do Estado de Rondônia no período de 1970 a 1980 (início nas políticas públicas para ocupação e desenvolvimento do estado), e 2003 a 2010 (período de novas políticas de desenvolvimento territorial rural). Esse método permitiu acompanhar a divisão territorial do Estado pelo ZSEE/RO, que contribui no estudo das diversidades e características, o grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, bem como as Unidades de Conservação e Reservas Indígenas, demarcada nas três esferas - Federal, Estadual e Municipal. O início do estudo do ZSEE se deu na década de 1980, com a identificação dos problemas advindos do processo de migração no estado, na origem do PLANAFLOORO. Este plano também foi a base de formação da nova divisão dos TCs no estado. Nessa retrospectiva foram definidos os dois territórios para o estudo da tese, com uma construção de território sob o olhar do conceito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, (MDA, 2004) que considera o território: “Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos”, deixando de observar outros critérios multidimensionais, “tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos”, os quais foram definidos mais por ações políticas, do que a formação do território citado por Milton Santos (2004), “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”. Que se estende “as relações estabelecidas entre o lugar, à formação sócio espacial e o mundo”. O

território visto ainda “de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso”.

Na conceituação territorial do MDA (2004), que se concretizaram as concepções da política de desenvolvimento rural sustentável nos dois territórios, implantada pelo governo federal, em uma gestão mais política do que democrática, levando, de forma participativa, os interesses dos gestores públicos, deixando muitas vezes de atender as necessidades e anseios da sociedade civil. Para que estas políticas - PTDRS e PTC - se constituíssem no meio rural, foram mesclados interesses próprios e externos e envolvendo algumas transformações como resultantes, relativamente, da pressão (ou clamor) dos movimentos sociais, originando, em certa medida, maior participação dos interesses das populações locais.

Não oponente, a tese é um estudo que aborda as políticas públicas, focada no social, ao bem-estar de uma população menos favorecida nos dois territórios. Para a análise dessas políticas, - PTDRS e PTC -, o estudo caminhou comparando o material bibliográfico, dados primários, secundários e estatísticos fornecidos por fontes seguras de órgãos públicos oficiais como o MDA/SDT, IBGE e pela SEDAM/RO, com as entrevistas nos dois grupos – representantes de órgãos públicos e sociedade civil. Chegou-se à conclusão que a metodologia do PTDRS é implementada de forma participativa, mas de certa forma conduzida pelos agentes representantes dos órgãos públicos, deixando assim de ser em muitas vezes um processo democrático.

De acordo com depoimentos nas entrevistas, os mobilizadores das oficinas convidam os representantes por eles escolhidos e, muitas vezes, limitam a quantidade dos representantes da sociedade civil, que são induzidos a votarem a favor de projetos pré-definidos. Nota-se, ainda, a falta de participação dessa sociedade civil, pela ausência de comunicação dos articuladores com essa representação, comparecendo nas reuniões, na maioria das vezes um número bem maior de representante dos órgãos públicos.

Deixa-se bem claro que não é por estar apontando irregularidades no processo participativo do PTDRS nos dois territórios, que se almeja criar uma nova política de desenvolvimento rural, mas mostrar como esta política está sendo aplicada nos territórios rurais em estudo, e para que surtam o efeito proposto na

metodologia e no objetivo geral do programa, que é a redução da pobreza no meio rural.

Para que alcançasse esse resultado, buscou-se nesta pesquisa a participação dos atores formadores das ações do PTDRS, que apontou as falhas na aplicação do processo da efetivação dessas políticas. Segundo o guia de planejamento, este plano foi criado para mudar as políticas de desenvolvimento rural, que tinham uma gestão centralizadora e pouco sensível às particularidades locais e ao enfoque sistêmico. Permite uma visão mais integradora de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas no processo de implementação do PTDRS nas oficinas de promoções das ações, que devem ser de forma participativa. A evidência maior a ser observada é a falta da participação da sociedade civil em alocar seus anseios e necessidades para, ao final, construir projetos de desenvolvimento que atendam o maior número de agentes e/ou aos agentes que mais precisam.

Se o objetivo geral do PTDRS é desenvolver de forma participativa e descentralizadora, nos territórios de estudo, o processo é participativo, no entanto, acontece, por sua vez, direcionado e aprovado pelos agentes representantes de órgãos públicos, e por uma minoria de representantes da sociedade civil. Esta conclusão pode ser revista diante ao depoimento de um de executor do PTDRS na etapa das entrevistas e na participação de oficinas dos eventos promovidos pelo MDA e entidades parceiras, nos dois territórios. Desta forma, o processo é participativo, mas excludente e ainda centralizador.

Inclusive porque os representantes dos órgãos públicos participam, patrocinados pelas prefeituras e secretarias estaduais e municipais e a sociedade civil não consegue participar com um efetivo igual ao do poder público. Os recursos disponibilizados pelo MDA/SDT para os articuladores e incentivadores a estes convites são de certa forma limitados aos custos e despesas que não conseguem colocar um número suficiente de representantes da sociedade civil nas reuniões e oficinas. Lembrando ainda, que estes representantes estão, muitas vezes, localizados em lugares de difícil acesso e comunicação, tornando os custos mais altos. Mediante essas dificuldades, as prefeituras conseguem colocar o efetivo que precisam nos eventos, levando, às vezes, alguns representantes da sociedade civil, não tem voz lá dentro, favorecendo à aprovação dos recursos e projetos já pré-

definidos. Pode-se dizer, então, que a política, na teoria, é participativa, na prática, ainda é conduzida e centralizadora.

O PTDRS no PTC dos dois territórios, neste processo, deixa ainda de ser democrático e passa a comprometer a qualidade e abrangência dos objetivos a que se propõe. Neste sentido, ressalta-se que representantes dos órgãos públicos exercem várias funções de representatividade. Com isto, muitas vezes, as ações vão de encontro aos interesses do TC em atender o maior número de municípios com poucos recursos.

Outro objetivo idealizado nas entrevistas foi de verificar qual a visão e conhecimento dos dois grupos de atores – representantes dos órgãos públicos e sociedade civil – quanto à implantação do PTDRS e PTC nos Territórios Central de Rondônia e Madeira Mamoré. Verifica, ainda, quais são os envolvimento participativos de cada grupo, como também suas vantagens e desvantagens do PTDRS e do PTC.

A conclusão que se obteve da análise desse processo, diante dos objetivos do PTDRS e PTC nos territórios, é de que os dois grupos têm a mesma visão com olhares diferentes. As políticas ora implementadas são atendidas, em parte, com entendimentos distintos. Apresentou-se, para concluir esta fase, a visão dos dois espectadores distintos:

Os representantes dos órgãos públicos - funcionários públicos - têm uma visão técnica e política, são conhecedores do PTDRS e PTC no que se pode chamar de uma forma teórica, definindo bem os objetivos do programa, como políticas inovadoras implementadas pelo governo federal para o desenvolvimento rural, de forma participativa e estratégica. Continuando, estes representantes só vêm vantagem pelo plano, que é desenvolvido de forma participativa envolvendo toda a população, não vendo desvantagens.

Na visão desses representantes, conclui-se que as políticas são implementadas e executadas de forma a atender ao seu objetivo. As políticas se estabelecem de forma participativa e de acordo com as necessidades e características de cada território.

Na visão da sociedade civil, em uma linguagem mais simples o PTDRS e PTC nos dois territórios vieram como uma política renovadora para resolver todos os problemas do rural, sem distinção de raça ou cor. Vieram para atender às necessidades dos que mais precisam: “o programa Território da Cidadania é para

fazer políticas públicas que atenda os mais necessitados” o objetivo dele é “juntar todos os tipos de população: brancos, negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, jovens e todos, independente de raça e classe social, fazer política para tirar eles da miséria”; os participantes dessa sociedade civil são os representantes de Associações e Sindicatos rurais; quanto à vantagem, é estarem em um processo participativo e serem vistos neste processo. Como desvantagem, o processo é muito lento e os projetos aprovados se perdem na sua execução, com as mudanças características da região.

Conclui-se, na visão desses respondentes – sociedade civil -, assíduos nos eventos, que o PTDRS no PTC foi implementado pelo governo federal para resolver todo o problema do rural, de maneira igual a todos com dignidade e qualidade de vida. Sentem-se, de certa forma, atendidos e realizados por serem contemplados com um programa do governo federal que, em tempos atrás, era imposto. Hoje eles são chamados a participarem desse processo. Mesmo que não sejam atendidos, são notados. Observou-se, ainda, na representação da sociedade civil, que alguns representantes estavam ali nas oficinas para reivindicar os seus interesses (da associação), sem saber sobre o que estavam tratando naquele evento, e nunca tinham ouvido falar o que era PTDRS. Permaneciam ali para somar e/ou fazer número. Eram induzidos a participar e votar nos projetos apresentados, sem perceberem que, de certa forma, estavam sendo conduzidos por todo o processo.

Continuando a análise dos resultados, com a utilização de dados secundários disponibilizados pelo MDA em um relatório de implantação e execução do PTDRS e PTC dos dois territórios, no período de 2005 a 2010, sob a coordenação do Centro de Estudos Rioterra em uma oficina, chegou-se à conclusão que os projetos executados são distintos: o TCC/RO desenvolve, na sua maioria projetos rurais com uma maior atenção à atividade agrícola; no TCMM esta atividade só ganha expressão em dois municípios, Itapuã do Oeste e Nova Mamoré. Em ambos os territórios os processos têm uma participação mais efetiva dos representantes dos órgãos públicos. Estes, talvez pela falta da representação da sociedade civil para expressarem seus anseios, acabam por direcionar aos objetivos de prefeituras mais atuantes.

Diante do relatado pelos respondentes no relatório de execução (2005 a 2010), os processos de participação nas oficinas acontecem de uma forma dirigida, pela falta de mobilização para a participação da sociedade civil.

Mediante o exposto pelo relatório nesta fase, as políticas públicas implementadas pelo governo federal, por meio do MDA/SDT, para o desenvolvimento rural pelas Ações do PTDRS no Estado de Rondônia no TCC/RO e TCMM, analisam em parte as diversidades e características da região, observando ainda as diferenças políticas, econômicas, sociais e ambientais pertinentes à construção da cidadania e da sustentabilidade, considerando a predominância das atividades rurais no TCC, e no TCMM ressaltam-se áreas de preservação e investimentos voltados para grandes empreendimentos tais como hidrelétricas, indústrias de cimento, indústrias de laticínios, entre outros. Estas diferenças aqui apontadas deveriam sugerir estratégias de implementação de políticas distintas para estas regiões, o que não acontece.

Confirma-se, portanto, a hipótese desta tese de que as políticas rurais brasileiras, efetivamente pouco levam em consideração as particularidades regionais, sociais e ambientais. Como bem observado nesta tese, os dois TCs em Rondônia necessitam de políticas diferenciadas, mediante as características, diversidades e necessidades distintas. O governo federal implanta políticas em nível nacional para serem adaptadas às especificidades de cada território. O TCMM, para ser inserido no TC, observou mais sua proximidade regional e política do que as características e necessidades dos municípios agrupados.

Diante do estudo apresentado, contrapondo a teoria do PTDRS e do PTC pela prática exercida na aplicação e execução dessa política, conclui-se que o PTDRS e o PTC nos territórios em estudo, na prática, atendem aos interesses daqueles que estão na gestão política, não almejando, na sua essência aos anseios e necessidades daqueles para quem foram realmente idealizadas.

Na concepção de desenvolvimento territorial a pesquisa apontou restrições da aplicabilidade na implantação da política dos territórios da cidadania no Estado de Rondônia, apresentando como sugestão o acompanhamento pelos implementadores no levantamento de um diagnóstico do retorno positivo e ou negativo dos projetos aprovados nos territórios.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: LEITE, P. S.(Org.) *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Paralelo 15, 2000.

_____. Ruralidade e desenvolvimento territorial. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. A-3, 15 abr. 2001.

_____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, Antonio César & ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas-SP: Alínea, 2007.

ADIB, Alberto Renault, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Guia para o planejamento*. IICA Brasil. Brasília. 2005. Disponível em: <www.iica.int/.../Plano%20territorial%20desenvolvimento>. Acesso em: 05 jul. 2010.

ALMEIDA, Caio; MATOS, Paulo; DESTRO, Wilson. *Contribuições da Ceplac para o Processo de Colonização de Rondônia: 40 anos de história e perspectiva*. Porto Velho, RO: CEPLAC, 2011.

ALMEIDA, Filho. Niemeyer. Desenvolvimento territorial como expressão da perspectiva nacional do desenvolvimento: limites e potencial. *REVISTA Soc. Bras. Economia Política*, Rio de Janeiro, n.19, p. 94-116, dezembro 2006.

AMARAL, J. J. O. *Terra Virgem Terra Prostituta: o processo de colonização agrícola em Rondônia*. São Paulo (Dissertação de Mestrado) FFLCH/DG/USP, 1994.

ARAÚJO, T. B. Descentralização e Participação na Reforma Agrária. In: *Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Fortaleza, 1998. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/arquivos/pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

ASSIS, Renato L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Economia Aplicada*. 10(1), p. 75-89, jan-mar, 2006.

BAGNASCO, A. Le Developpement diffus: le modèle Italien. In: SACHS, I. (Dir.) *Quelles Villes, Pour Quel Developpement?* PUF, 1996, p.191-213. Disponível em: <www.iica.int/.../Agricultura_familiar_multifuncionalidade>. Acesso em: 20. out. 2011.

BOISIER, Sérgio et. all. Difícil arte de fazer região: as regiões como atores territoriais do novo orden internacional. *Centro de Estudos Regionais Andinos Bartolomé de las Casas-Cuzco-1992*. Disponível em: <www.jeffersonmgmendes.com/desenvolvimento>. Acesso em: 05 mar. 2012.

BOISIER, Sergio. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y em las manos de la gente. *Revista eure*. v. XXX, n. 90), pp. 27-40, Santiago de Chile, septiembre 2004. Disponível em: <www.4shared.com/.../Boisier_2004_Desarroll>. Acesso em: 20 out. 2011.

BONNAL, Philippe. Territorialidade, sustentabilidade, e desenvolvimento: conseguiremos conviver com processos sociais diferenciados e contraditórios. *Artigos mensais do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura*, n. 7, setembro, 2007. Disponível em: <www.ufrrj.br/cpda>. Acesso em: 20.03.2012.

BONNAL, P.; KATO, K. Análise Comparativa de Políticas Públicas de *Desenvolvimento Territorial*. Relatório Final. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ-IICA, mimeo. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. *Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial*. MDA/SDT, Brasília, 2004. mimeo.

_____. *Referências para a gestão social de territórios rurais*. 2005. Disponível em: <www.mda.gov.br/sdt/index>. Acesso em: 05 jul. 2010.

_____. *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*. Março de 2005. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/arquivos/07493185.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

_____. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento*. Documento de Apoio n. 02. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/arquivos/074931.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento*. Documento de Apoio n. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/arquivos/07493113.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

_____. *Território Central - Estado de Rondônia: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado*. Outubro de 2007. Disponível em: <www.mda.gov.br/sdt/index>. Acesso em: 05 jul. 2010.

_____. Detalhamento da Matriz e o Portal TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em 21 ago. 2010.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. *Território da Cidadania: Matrizes de Ações do Governo Federal 2010*. Disponível em: www.territorioidacidadania.gov.br. Acesso em: 05 ago. 2010.

_____. *Sistema de Gestão Estratégica*. Texto resumo. 09.02.2010. Disponível em: www.mda.gov.br/...SGE_TEXTO_RESUMO_09_02.pdf. Acesso em: 05 jul. 2010.

_____. *Territórios da Cidadania: Concepção e gerenciamento*. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br. Brasil 2008. Acesso em: 05 set.2010.

BRASIL. *Constituição da República do Brasil*. Brasília: Imprensa Nacional. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_0.htm. Acesso em: 21 out. 2009.

BRASIL. *Lei nº 5.868 de 12/12/1972*. Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_/Leis/1960-1980.htm. Acesso em: 21 out.2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: NEAD, 2003.

BROSE, Markus. Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão. In: ETGES, Virgínia E. (Org). *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul-SC: EDUNISC, 2001. p. 11-17.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal*. PCT INCRA/IICA, Recife, 1997.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v.17, n.1, jan./abr. 2000. p.11- 40.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. et. al. Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: RO. Revista franco-brasileira de geografia Confins. Disponível em <http://confins.revues.org/6924> Acesso: 04 de maio de 2011.

CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, S. Renato. *Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Manual X, 2009. Disponível em: www.iica.int/.../Agricultura_familiar_multifuncionalidade. Acesso em: 20 out. 2011.

CAZELLA, Ademir Antonio; ROUX, Bernard. Agribusiness em Questão: a emergência da agricultura multifuncional. *Estudos Sociedade e Agricultura*. N. 13, 1999, p. 46-69.

CHIRIBOGA, Manuel. *Diálogos do IV Fórum Globalização e Territorialidade. Série desenvolvimento rural sustentável: Reflexões sobre Políticas de Desenvolvimento Territorial*. Representação do IICA no Brasil. v. 11. Brasília, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CNDRS - *Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília: 2002.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CNDRS - Resolução nº 37 de 16 de fevereiro de 2004. Estabelece procedimentos operacionais das ações de Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Públicos Municipais no apoio ao desenvolvimento de territórios rurais, por intermédio do PRONAF, MDA. *Diário Oficial da União*. Brasília: 18 fev. 2004, seção 1, página 142 e 143.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia Amazônica. Organização do Espaço, Conflito de Interesse e Programas de Planejamento dentro de uma Região de "Fronteira". O caso de Rondônia. In: *Fronteiras*. Catherine Aubestin (org). Brasília: UNB, 1988.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino, E. (Org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/03.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

DANNEMANN, Fernando Kitzinger. Artigo: Brasil – 1907 – Estrada de Ferro Madeira Mamoré. 2006. Disponível em:
<<http://www.fernandodannemnn.recantodasletras.com.br.php>>. Acesso em: 26.08.2010.

DECRETO Nº 72.106, DE 18 DE ABRIL DE 1973. *Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972*, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências. Brasília. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_/Leis/1960-1980.htm>. Acesso em: 22 ago. 2011.

DECRETO Nº 86.09 DE 27 DE JUNHO DE 1981. *Que institui Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil – POLONOROESTE* e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_/Leis/1960-1980.htm>. Acesso em: 15 jun. 2010.

DECRETO Nº 3782/2006, DE 16 DE JUNHO DE 2006. *Regulamenta a Aplicação da Lei Nº 2695/2006, e dá Outras providências*. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_/Leis/1960-1980.htm>. Acesso em: 21 mar. 2010.

DECRETO Nº 4854, DE 08 DE OUTUBRO DE 2003. RESOLUÇÃO Nº 54 DE 12 DE JULHO DE 2005. Cria o Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. Publicado no DOU Seção 1 páginas 88 e 89 de 13/07/2005. www.deser.org.br/noticias_print.asp?id=715. Acesso em: 15 abr. 2011.

DEYON, P. **O desenvolvimento territorial**: contexto histórico. 2001. Disponível em: <<http://www.ambrafrance.org.br/abr/images/TERRITORIO.PDF>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.

DUNCAN M, A. Guimarães. *Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais*, IICA/NEAD: 2003. Disponível em: <<http://nead.gov.br/mapeamento/desenvolvimento.doc>>. Acesso em: 14 mai. 2010.

ECHEVERRI, Rafael. Memória e Relatoria do Evento. Série desenvolvimento rural sustentável: Reflexões sobre Políticas de Desenvolvimento Territorial. Painel. In: *IV Representação do IICA no Brasil*. v. 11. Brasília, 2010.

ETGES, Virginia. (org.) *Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC. 2001.

FAO/INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FERNANDES, L. C.; GUIMARAES, S. C (coord.). *Atlas geoambiental de Rondônia*. Porto Velho: SEDAM, v.2. 2001.

FERREIRA, Antônia M. M. Contribuição ao debate sobre metodologia aplicada a estudos de Zoneamento Ecológico-Econômico: Projeto Amazônia Legal. In: *SEMINÁRIO DIVERSIDADE ECO-SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO ENTRE ONGS DA AMAZÔNIA*. Anais Belém: FAOR-FASE, 1994.

FIALHO, Marco A. Verardi; WAQUIL, Paulo Dabdab. DESENVOLVIMENTO RURAL: Concepções e Referências Para a Proposição de Políticas Públicas de Desenvolvimento nos Territórios Rurais. *Revista Extensão Rural*, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Porto Alegre, RS. Jan – Jun de 2008.

FIATEC - *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado do Território Central do Estado de Rondônia*. FIATEC/PEACRE, outubro de 2007.

FIGUEIREDO, F. Anithoan. A AGRICULTURA ORGÂNICA: O NOVO PARADIGMA. Universidade Federal de Rondônia — UNIR. Grupo de Estudos e Pesquisas Modos de Vidas e Culturas Amazônicas-Gepcultura Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental. *Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*. v. V – n. 25. Porto Velho/RO. Novembro de 2002.

FROEHLICH, Jose Marcos; RODRIGUES, Ivone da Silva; CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org). *Comunicação Rural e o Novo Espaço Agrário*. São Paulo. *Coleção GT's*, INTERCOM, n.8, UFRPE, 1999. p. 13-24.

FURNAS. Estudos de Impacto Ambiental do Rio Madeira – RO. **Definição das áreas de Influência, Legislação e Caracterização dos Empreendimentos**. TOMO A Vol. 1. Furnas, 2005

GAROFOLI, G. Industrialisation diffuse et systèmes productifs locaux: un modèle difficilement transferable aux Pays en voie de developpement. In: ABDELMAKI & COURLET. (Org.) *Les nouvelles logiques de développement*. L'Harmattan, 1997, p. 367-382. Disponível em: <www.iica.int/.../Agricultura_familiar_multifuncionalidade>. Acesso em: 20 out.2011.

GEHLEN, Ivaldo. *Políticas públicas e desenvolvimento social rural*. São Paulo: São Paulo em Perspectiva. v.18(2), n.2, abr-jun, 2004. p. 95-103. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>. Acesso em: 05 fev.2010.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *O mito da desterritorialização*. Do "fim dos territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: *I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades*. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/AGB, 2004a, mimeo, 21p.

HARVEY, David. *Condição pós-Moderna*. São Paulo-SP: Loyola, 1992.

INCRA. *Manual operacional da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES)*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária. Brasília - DF: agosto, 2007.

_____. *Relatório*. Os Projeto de Colonização em Rondônia. 1984. Disponível em: <www.albertolinscaldas.unir.br/eliaquimdacunha_vol_16.html>. Acesso em: 23 abr.2012.

INCRA/EIA-RIMA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - *Relatório de Impacto Ambiental*: maiores picos nos períodos de 1994/1995. Disponível em: <www.stat.correioweb.com.br/cbonline/junho/ofimdafloresta.pdf>. Acesso em: 21 otu.2011.

INCRA/PLANAFLORO - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - *Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia*. A Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do Território de Rondônia. Coordenador: Reinaldo Gavião Modesto. INCRA/RO, 1981.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Brasil em Desenvolvimento 2011*: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. v. 01. 140-3. Brasília. 2012.

ITERON - Instituto de Terras e Colonização do Estado de Rondônia. *MAPA do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico*: Primeira aproximação, I:1.000.000. Porto Velho. 1998. **Painel III: Gestão social dos territórios**

JARA, Carlos. **Gestão social dos territórios**. *Diálogos do IV Fórum Globalização e Territorialidade. Série desenvolvimento rural sustentável*: Reflexões sobre Políticas de Desenvolvimento Territorial. Representação do IICA no Brasil. v. 11. Brasília, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, Paulo Nunes. *O outro braço da cruz*. Porto Velho, 1984. 316 pp.

LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 06 DE JUNHO DE 2000 - Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE.

LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981 – Dipõe sobre a unidade federativa, o espaço territorial do atual Estado de Rondônia, teve como origem o antigo Território Federal do Guaporé, criado pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Presidente Getúlio Vargas.

LIMA, Abnael Machado de. *Terras de Rondônia*: Aspectos físicos e humanos do Estado de Rondônia. Porto Velho. Off-7 Edição Gráfica Ltda.1997.

MARSDEN, T. et al. *Constructing the Countryside*. Oxford: Westview Press, 1993. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>. Acesso em: 05 mar.2012.

MATIAS, Francisco. *A História de Rondônia: Conhecendo a Fisiografia de Rondônia*. Porto Velho. 1997. Disponível em: <www.scribd.com/.../A-Historia-de-Rondonia>. Acesso em: 05 jun. 2010.

MDA/PRONAF. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDRs) e a Construção Democrática: Esfera Pública de Debate Entre Agricultores Familiares e o Estado*. Brasília. 2002. Disponível em: <www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/download/>. Acesso em 21 mar.2012.

MÉO, G. DI. *Géographie sociale et territoires*. Paris: Nathan, 1998. Disponível em: <www.books.google.com//Géographie_sociale_et_territoriale>. Acesso em: 03 mai.2012.

MORAES, Antonio Carlos R. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOURA, Joana Tereza de. OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDRs) E A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o Estado? Rio Grande do Sul: UFRGS, 2010.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados da USP*, Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural, v. 15, n. 43, 2001.

OLIVEIRA, José Lopes de. *Rondônia Geopolítica e Estrutura Fundiária*. Porto Velho: Grafriel, 2010.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. *História, desenvolvimento e colonização do estado de Rondônia*. Porto Velho: Dinâmica, 2001.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de, et al. Perfil social e produtivo do território Vale do Jamari. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2007.

ORTEGA, Antonio César & MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In ORTEGA, Antonio César & ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2007, p. 93-121.

ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 45, n. 2, Brasília, Abr./Jun, 2007.

QUENTAL, Nuno; LOURENÇO, Júlia M.; SILVA, Fernando N. da. *Sustainable development policy: goals, targets and political cycles*. Sustainable. Development. 2009.

RENARD J. *Le territoire: le regard d'un géographe*. Les entretiens du Pradel. 2ème édition. Académie d'agriculture de France. 2002. Disponível em: <www.academie-agriculture.fr. 2002>. Acesso em: 05 out. 2012.

RIOTERRA – *Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia. Territórios Rurais Madeira Mamoré*. 2010. Disponível em: <www.rioterra.org.br/download.php?file=editais>. Acesso em: 05 nov.2010

ROCHA, A. dos S.; SCHEFLER, M. de L. N.; e COUTO, V. de A. Organização Social e Desenvolvimento Territorial: reflexões sobre a experiência dos CMDRS na região de Irecê – Bahia. *Análise Territorial da Bahia Rural, Série Estudos e Pesquisas*. n. 71, SEI. Salvador, Bahia. p. 95-108. 2004.

RTS – Rede de Tecnologia Social. O Alcance dos Territórios. In: Carvalho Vinícius. *Portal da RTS*. 2008. Disponível em: <www.rts.org.br/noticias/o-alcance-dos-territorios>. Acesso em: 05 nov.2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. (Coleção Milton Santos, 1).

SCHEJTMAN, Alexander y BERDEGUÉ, Julio A. Desarrollo territorial rural. Centro Latino Americano para o Desarrollo Rural, 2004, 54 p. *Caderno Debates y Temas Rurales*. n. 1. Disponível em: <www.rimisp.org>. Acesso em: 15 mar. 2012.

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 06 DE JUNHO DE 2000 - *Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia* - ZSEE. 2006. Disponível em: <www.seplan.ro.gov.br/conteudo.asp>. Acesso em: 25 fev.2010.

SILVA, A. S. O que é o Desenvolvimento Integrado? Uma reflexão com ilustração empírica. In: AAVV. *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*. Associação Portuguesa de Sociologia, 1993 pp. 591-619.

SILVA, José Graziano da. *Novo rural Brasileiro: uma atualização*. 2002. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/2/823.pdf>. Acesso em: 23 set.2010.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOUZA, A. Lírio; FILIPPI, E. Ernesto. CONTROVERSAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: alguns aspectos da ruralidade na Amazônia Brasileira. *IV Congresso. Internacional de La Red Sial*. Argentina. Mar Del Plata. 2008.

SOUZA, Mariluce Paes de. et al. AGRICULTURA FAMILIAR: Assessoria Técnica, Social e Ambiental nos Assentamentos em Rondônia. *Território Madeira Mamoré*. Iepagro. Porto Velho/RO, 2008.

SUMPSI, José Maria. Desarrollo rural com enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, Antonio César & ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2007, p. 63-91.

TIBURCIO, B; MIRANDA, C. Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial. *Série Desenvolvimento Rural Sustentável*. v. 11. Representação do IICA no Brasil. Brasília: IICA, 2010.

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. *Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER)*, Poços de Caldas, MG, vol. 1, pp. 153-186, 1998.

_____; et al. *O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

WANDERLEY, Maria de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de CLACSO*. 2001, p. 31-44. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural>>. Acesso em: 10 fev.2009.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOUTORADO

PESQUISA/TEMA: TERRITÓRIO E CIDADANIA EM RONDÔNIA - Estudo das Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável nos Territórios Central e Madeira Mamoré
DOUTORANDA: Oleides Francisca de Oliveira

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

DADOS DO RESPONDENTE
1. Idade (anos): <input type="checkbox"/> 18 a 25 <input type="checkbox"/> 26 a 35 <input type="checkbox"/> 36 a 45 <input type="checkbox"/> 46 a 55 <input type="checkbox"/> Mais 55
2. Escolaridade: <input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> Não Alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Pós-graduação
3. O Sr.(a) é do Estado de Rondônia? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Qual região? _____
4. Tipo de Organização em que trabalha [ou está vinculado(a)]: <input type="checkbox"/> Órgão Público _____ <input type="checkbox"/> representa qual território _____ <input type="checkbox"/> Sindicato ou Associação <input type="checkbox"/> Outro _____
5. Cargo/função:
6. Quanto tempo REPRESENTA _____: <input type="checkbox"/> menos de 1 ano <input type="checkbox"/> de um a dois anos <input type="checkbox"/> acima de três anos
CONHECIMENTO ACERCA DO PTDRS E DO PTC
7. Sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) no estado de Rondônia 7.1 - Você é conhecedor do PTDRS? Se sim, responda as questões de 1 a 5, se não responda as questões de 6 a 10; <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não 1 – Na sua visão o que é PTDRS e quais os seus objetivos? 2 - Quais as vantagens e desvantagens do PTDRS? 3 - Quem são os beneficiados pelo plano? 4 - O PTDRS atende as expectativas do território de sua representação? 5 – Você é conhecedor de algum projeto implementado pelo PTDRS? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quais: _____ _____ _____

6 – Por que (Quais os motivos) que incentivaram a sua representação?

7 – Como você ficou sabendo do Plano (PTDRS) e como foi designado para esta representação?

8 – Quantos encontros você já participou representando sua entidade?

() primeiro () de dois a três () acima de três

9 – Qual sua expectativa do plano para sua representação?

10 – Como é feita a divulgação do Plano para sua representação?

() reuniões () internet () radio () outro qual? _____

8 E sobre o Programa Território da Cidadania (PTC) no estado de Rondônia?

8.1 - Você é conhecedor do PTC? Se sim, responda as questões de 1 a 5, se não responda as questões de 6 a 10; () sim () não

1 – Na sua visão o que é PTC e quais os seus objetivos?

2 - Quais as vantagens e desvantagens do PTC?

3 - Quem são os beneficiados pelo programa?

4 - O PTC atende as expectativas do território de sua representação?

5 – Você é conhecedor de algum projeto implementado pelo PTC? () sim () não

Quais:

6 – Quais as motivações para representar a sociedade civil?

7 – Como você ficou sabendo do Plano (PTC) e como foi designado para esta representação?

8 – Quantos encontros você já participou representando sua entidade?

() primeiro () de dois a três () acima de três

9 – Qual sua expectativa do programa para sua representação?

10 – Como é feita a divulgação do PTC para sua representação?

() reuniões () internet () radio () outro

qual? _____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS/REP. ÓRGÃOS PÚBLICOS

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOUTORADO

PESQUISA/TEMA: TERRITÓRIO E CIDADANIA EM RONDÔNIA - Estudo das Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável nos Territórios Central e Madeira Mamoré
DOUTORANDA: Oleides Francisca de Oliveira

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS/REP. ÓRGÃOS PÚBLICOS

DADOS DO RESPONDENTE
1. Idade (anos): <input type="checkbox"/> 18 a 25 <input type="checkbox"/> 26 a 35 <input type="checkbox"/> 36 a 45 <input type="checkbox"/> 46 a 55 <input type="checkbox"/> Mais 55
2. Escolaridade: <input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> Não Alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Pós-graduação
3. O Sr. é do Estado de Rondônia? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Qual região? _____
4. Tipo de Organização em que trabalha [ou está vinculado(a)]: <input type="checkbox"/> Órgão Público _____ <input type="checkbox"/> representa qual território _____ <input type="checkbox"/> Sindicato ou Associação <input type="checkbox"/> Outro _____
5. Cargo/função:
6. Quanto tempo trabalha nesta função: <input type="checkbox"/> menos de 1 ano <input type="checkbox"/> de um a dois anos <input type="checkbox"/> acima de três anos
CONHECIMENTO ACERCA DO PTDRS E DO PTC
8. Sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) no estado de Rondônia - Na sua visão o que é PTDRS e quais os seus objetivos? _____ _____ _____ - Quais as vantagens e desvantagens do PTDRS? _____ _____ _____ - Quem são os beneficiados pelo plano? _____ _____ - O PTDRS atende as expectativas do território de sua representação? _____ _____

- QUE DOCUMENTOS PODEM DISPONIBILIZAR E INDICAR?

9. E sobre o Programa Território da Cidadania (PTC) no estado de Rondônia?

- Na sua visão o que é Território da Cidadania e quais são seus objetivos?

- Você é conhecedor e acompanhou o processo de implantação do Território da Cidadania de sua representação?

- Quais as vantagens e desvantagens do PTC?

- Quem são os beneficiados pelo programa?

- O Programa Território da Cidadania de sua representação atende as expectativas propostas?

- QUE DOCUMENTOS PODEM DISPONIBILIZAR E INDICAR?
